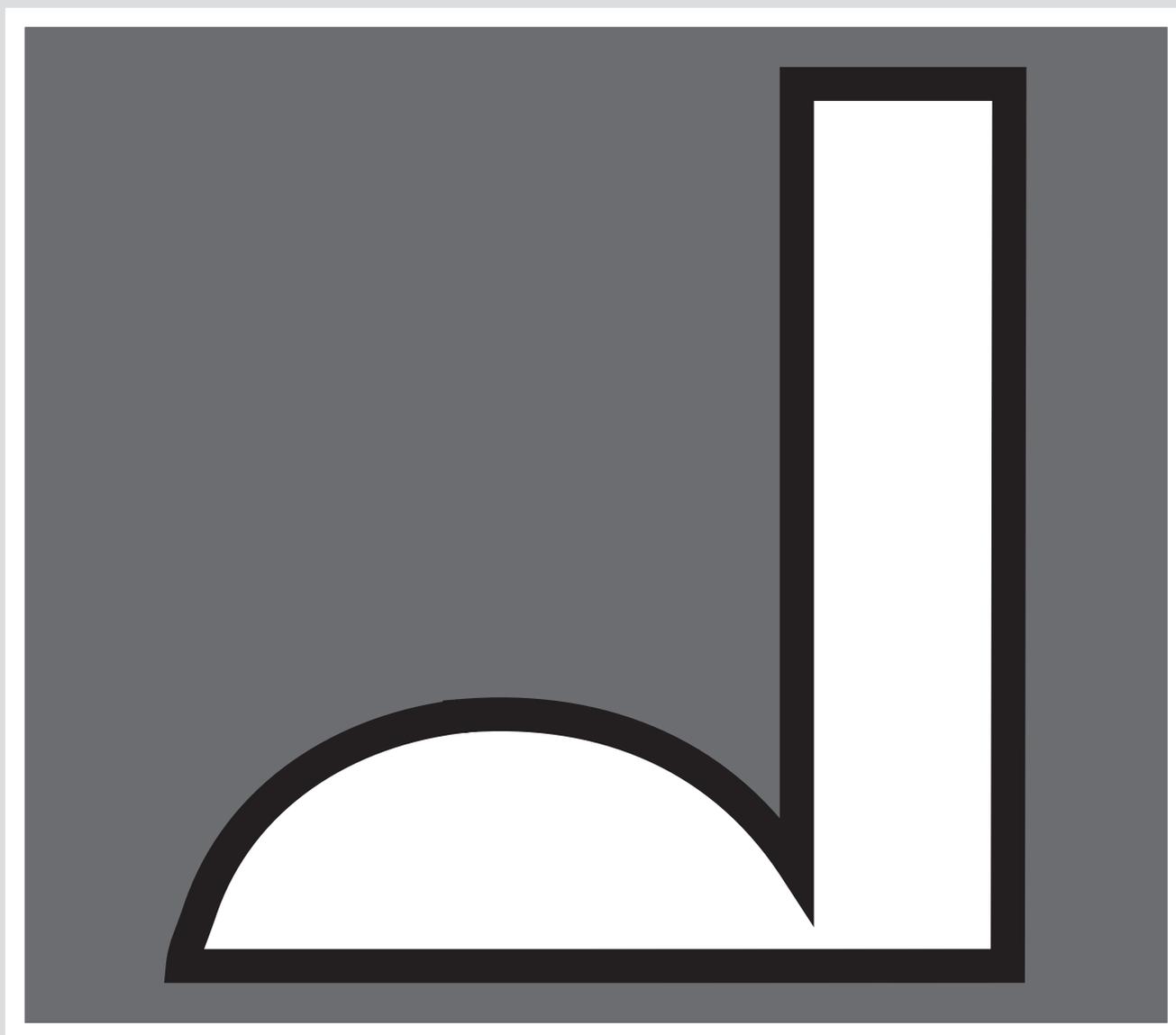




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 180 - SEXTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)		4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Silhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR-BA)
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

<p>Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29</p> <p>Líder Vago (1)</p> <p>Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p>Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p>Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14)</p> <p>Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p>	<p>Maioria (PMDB/PP) - 18</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (13,15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vago (10) Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9)</p> <p>Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 17</p> <p>Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p>Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 8 Aloizio Mercadante</p> <p>Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p>Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p>Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Vago (18)</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Vago (18)</p>
<p>PDT - 6</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p>PSC - 1</p> <p>Líder Mão Santa - PSC</p>	
	<p>PV - 1</p> <p>Líder Marina Silva - PV</p>	

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010, tendo retornado ao exercício do mandato em 05.09.10.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança do Democratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.
- O Senador Neuto De Conto retornou ao exercício do mandato em 1.10.2010 (OF.INT.GSNC nº 40/2010).
- Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

EXPEDIENTE	
<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editorações e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 175ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE NOVEMBRO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 859, de 2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando a tramitação autônoma do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2009, que atualmente encontra-se apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 48, de 2004; 183, de 2008; e 39, de 2010. 48824

Nº 860, de 2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 458, de 2009, e 325, de 2006. 48824

1.2.2 – Aviso do Banco Central do Brasil

Nº 74, de 2010 (nº 89/2010, na origem), que encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. 48824

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADORA *MARISA SERRANO* – Análise das últimas eleições. Críticas à postura adotada pelo Presidente Lula durante o pleito eleitoral. O papel das oposições durante o próximo governo. . 48838

SENADOR *PAULO PAIM* – Registro da participação de S. Ex^a, nesta manhã, em reunião com o Relator do Orçamento, Senador Gim Argello, para tratar dos reajustes do salário mínimo e dos aposentados e pensionistas. Agradecimentos aos que contribuíram para a campanha eleitoral de S. Ex^a. 48842

SENADOR *MARCO MACIEL* – Registro do mais longo período democrático já vivido no País desde o fim do regime militar instaurado em 1964. Apelo em favor da votação dos Requerimentos nºs 837, 842, 843, 845 e 846, de 2010..... 48846

1.2.4 – Pareceres

Nº 1.428, de 2010-PLEN, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 837, de 2010..... 48850

Nº 1.429, de 2010-PLEN, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 842, de 2010..... 48852

Nº 1.430, de 2010-PLEN, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 843, de 2010..... 48854

Nº 1.431, de 2010-PLEN, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 845, de 2010..... 48856

Nº 1.432, de 2010-PLEN, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 846, de 2010..... 48858

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Votação, oportunamente, dos Requerimentos nºs 837, 842, 843, 845 e 846, de 2010. 48860

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Cumprimentos aos servidores públicos brasileiros, pela passagem, em 28 de outubro último, do seu dia..... 48860

SENADOR *ACIR GURGACZ*, como Líder – Preocupação com os impactos negativos que poderão advir ao Brasil, oriundos de possível compra, pelo Banco Central dos Estados Unidos da América, de títulos do governo americano espalhados por instituições financeiras privadas. Manifestação favorável a uma urgente reforma tributária..... 48862

SENADOR *NEUTO DE CONTO* - Registro dos altos índices de crescimento econômico verificados no Brasil nos últimos quinze anos e das adequações e investimentos que o País precisará fazer com vistas a manter o ritmo de progresso, principalmente no setor agrícola..... 48863

SENADOR *MÃO SANTA* – Assertiva de que a oposição efetuada por S. Ex^a ao Governo Lula não foi raivosa. Reflexão acerca do pleito eleitoral no Piauí, em que S. Ex^a e o Senador Heráclito Fortes teriam sido vitimados pela corrupção. Homenagem a José Serra e comentários a pronunciamento feito pelo candidato, após o reconhecimento da derrota eleitoral. 48865

SENADOR *JOÃO DURVAL* - Considerações acerca da apropriação de agenda legislativa pela Administração Pública, tendo por referência estudo dos Consultores Legislativos Rafael Siqueira e Silva, do Senado Federal, e Suely Mara Vaz Guimarães Araújo, da Câmara dos Deputados..... 48869

SENADOR JEFFERSON PRAIA – Comentários acerca dos mecanismos compensatórios para os efeitos positivos do Polo Industrial de Manaus, com base em trabalho de autoria dos Drs. Alexandre Rivas, José Alberto da Costa Machado e José A. Mota, publicado no livro intitulado Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia – a Experiência do Polo Industrial de Manaus..... 48871

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2010, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que a chapa de candidatos ao Senado inclua ao menos uma mulher..... 48900

Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2010, de autoria do Senador Flávio Arns, que dispõe sobre a Equoterapia. 48903

1.4.2 – Ofício do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Nº 46, de 2010-CN (nº 1.197/2010 – BNDES GP, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.... 48907

1.4.3 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2010 (nº 1.634/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagos dos Rodrigues, Estado do Maranhão. 48957

1.4.4 – Comunicação da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2010, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde será apreciado terminativamente..... 48960

1.4.5 – Ofício do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Nº 359, de 2010, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38, de 2010-CN, que altera o Anexo I da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008-2011..... 48960

1.4.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “Serra: ‘Todos seremos Francenildos’”,

publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 de setembro de 2010..... 48963

1.5 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES

Ata da 166ª Sessão Não Deliberativa, em 18 de outubro de 2010, publicada no **Diário do Senado Federal nº 169**, do dia subsequente..... 48965

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 4.11.2010

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 175ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 4 de novembro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência do Srs. José Sarney, Mão Santa, Papaléo Paes, Neuto de Conto e Gilvam Borges.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e encerra-se às 17 horas e 23 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

175ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 4/11/2010 07:00:00 até 4/11/2010 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ		X					
DEM	SP	ALFREDO COTAÍ		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X					
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X					
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PMDB	MA	EDISON LOBÃO		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
DEM	PB	EFRAIM MORAIS		X					
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X					
PSDB	PR	FLAVIO ARNS		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X					
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER		X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X					
PMDB	MG	HÉLIO COSTA		X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X					
PDT	AM	JÉFFERSON PRAIA		X					
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X					
PSDB	RN	JOÃO FAUSTINO		X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X					
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X					
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PSC	PI	MÃO SANTA		X					
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X					
DEM	PE	MARCO MACIEL		X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X					
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X					
PSDB	SC	NÍURA DEMARCHI		X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X					
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X					
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X					
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X					

Compareceram: 44 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 859, DE 2010

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 316/2009, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, para incluir critérios de classificação do espaço urbano e rural, e dá outras providências; atualmente apensado ao PLS 48/2004, ao PLS 183/2008 e ao PLS 39/2010, volte a ter tramitação autônoma por notória diversidade dos assuntos tratados pelos outros projetos. – Senador **Gilberto Goellner**

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 860, DE 2010

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 458 de 2009, que altera a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que estatui normas reguladoras do trabalho rural, visando a sua adequação e modernização, e do Projeto de Lei do Senado 325 de 2006, que dispõe sobre o Estatuto do produtor Rural, por notória diversidade dos assuntos tratados.

Sala de Reuniões, de outubro de 2010. **Gilberto Goellner**, Senador.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 74, de 2010** (nº 89/2010, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do real referente ao terceiro trimestre de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 74, de 2010

Aviso Nº 89/2010-Bcb-Presi

Brasília, 27 de outubro de 2010

A Sua Excelência o Senhor

Senador José Sarney

Presidente do Senado Federal

Assunto: demonstrativo das emissões do Real

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que estabeleceu as condições para emissão do Real, a fórmula de apuração das emissões realizadas e as bases para o acompanhamento e controle monetário, encaminho a Vossa Excelência o anexo demonstrativo das emissões referentes ao terceiro trimestre de 2010, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária.

Atenciosamente, **Henrique de Campos Meirelles**, Presidente.



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Anexo ao Aviso nº 89/2010-BCB-PreSI, 27 de outubro de 2010.

Demonstrativo das emissões do real – Terceiro trimestre de 2010

- I. A base monetária restrita e a emissão
 - II. A base monetária ampliada
 - III. Os meios de pagamento (MI) e o multiplicador
 - IV. Os meios de pagamento amplos
 - V. Anexos
- B - Relatório de execução da programação monetária - Terceiro trimestre de 2010**

A - DEMONSTRATIVO DAS EMISSÕES DO REAL

I – A base monetária restrita e a emissão

A base monetária atingiu saldo médio diário de R\$173 bilhões em setembro, após crescimentos de 2,6% no mês e de 19,2% em doze meses, permanecendo, assim como os

demais agregados, dentro do intervalo estabelecido pela programação monetária para o terceiro trimestre de 2010. A variação mensal retratou avanço de 3,7% no saldo médio do papel-moeda emitido e redução de 0,6% nas reservas bancárias.

Demonstrativo de emissões do real Terceiro Trimestre - 2010	
Discriminação	R\$ bilhões
A - Emissão monetária autorizada para o 3º trimestre/2010 ¹⁾ (Voto CMN nº 052/2010)	189,90
B - Emissão monetária realizada ²⁾	172,97
b.1 - Usos - saldos ³⁾	172,97
b.1.1 - Papel-moeda emitido	129,94
b.1.2 - Reservas bancárias	43,03
b.2 - Fontes	172,97
b.2.1 - Saldos em 31.8.2010	173,24
b.2.1.1 - Papel-moeda emitido	127,03
b.2.1.2 - Reservas bancárias	46,21
b.2.2 - Fluxos em setembro/2010 ³⁾	-0,27
b.2.2.1 - Operações com o Tesouro Nacional	17,12
b.2.2.2 - Operações com títulos públicos federais	-23,28
b.2.2.3 - Operações com o setor externo	8,58
b.2.2.4 - Operações com o sistema financeiro	-2,71
C - Saldo de emissão (A - B)	16,93
D - Reservas Internacionais disponíveis	456,26
E - Lastro monetário exigido (reservas internacionais vinculadas)	189,30
F - Reservas internacionais excedentes (D - E)	276,96

1) Média dos saldos nos dias úteis do último mês do trimestre.
2) Média dos saldos nos dias úteis.
3) Média dos fluxos acumulados nos dias úteis.

Base monetária e componentes										
Média dos saldos nos dias úteis										
R\$ bilhões										
Período	Papel-moeda emitido	Variação percentual		Reservas bancárias	Variação percentual		Base monetária	Variação percentual		
		Mês	12 meses		Mês	12 meses		Mês	12 meses	
2008	Jan	95 182	-3,5	18,2	49 676	3,7	30,9	141 858	-1,2	21,9
	Fev	91 159	-4,2	16,2	41 355	-11,4	23,6	132 524	-6,6	16,4
	Mar	90 384	-0,9	19,4	40 447	-2,2	21,3	130 811	-1,3	20,0
	Abr	90 300	-0,1	19,0	41 020	1,4	17,9	131 320	0,4	18,6
	Mai	91 099	0,9	19,8	41 560	1,3	16,0	132 656	1,0	19,2
	Jun	92 270	1,3	19,0	38 797	-6,6	8,9	131 067	-1,2	15,8
	Jul	94 222	2,1	18,8	40 447	4,3	8,6	134 689	2,7	16,6
	Ago	95 392	1,2	19,7	38 643	-4,7	2,2	133 935	-0,5	14,1
	Set	98 222	3,0	17,0	39 323	2,0	0,1	137 544	2,7	11,7
	Out	99 682	1,5	17,7	40 134	2,1	1,2	139 616	1,7	12,4
	Nov	100 504	0,9	19,7	39 066	-2,7	-2,1	130 600	-6,8	2,5
	Dez	112 142	11,5	19,7	33 600	13,8	-25,4	145 742	11,6	1,5
2009	Jan	107 203	-4,4	12,6	34 639	3,7	-25,4	142 042	-2,5	0,1
	Fev	104 319	-2,7	14,4	31 542	-9,5	-23,7	135 861	-4,4	2,5
	Mar	101 093	-3,1	1,9	31 070	-1,5	-23,2	132 169	-2,7	1,0
	Abr	101 623	0,5	12,5	30 789	-0,9	-24,9	132 422	0,2	0,8
	Mai	102 412	0,8	12,4	32 360	5,1	-22,1	134 772	1,8	1,6
	Jun	103 779	1,3	12,5	32 477	0,4	-16,3	136 247	1,1	4,0
	Jul	104 921	1,1	17,4	33 500	3,1	-17,2	138 421	1,6	2,8
	Ago	106 233	1,3	17,4	32 483	-3,0	-15,7	138 717	0,2	3,6
	Set	110 262	3,8	12,3	34 877	7,4	-11,3	145 138	4,6	5,5
	Out	111 551	1,2	11,9	34 020	-2,5	-15,2	145 671	0,3	4,1
	Nov	113 691	1,9	15,1	34 868	2,6	16,3	148 649	2,1	13,8
	Dez	128 162	12,7	14,3	39 238	12,2	16,8	167 400	12,6	14,9
2010	Jan	124 317	-3,0	16,0	41 072	4,7	17,9	165 388	-1,2	16,4
	Fev	123 046	-1,0	14,9	36 893	-9,4	23,1	161 879	-2,1	19,2
	Mar	119 571	-2,8	10,3	39 150	0,6	26,0	158 721	-2,0	20,1
	Abr	119 462	-0,1	17,6	40 667	4,4	32,7	160 328	1,0	21,1
	Mai	119 764	0,3	16,9	40 133	-1,3	24,9	159 897	-0,3	18,6
	Jun	121 275	1,3	16,9	40 776	1,6	25,6	162 051	1,3	18,9
	Jul	123 267	1,7	17,5	43 067	5,7	26,6	166 374	2,7	20,2
	Ago	125 318	1,6	18,0	43 308	0,5	33,3	168 625	1,4	21,6
	Set	129 941	3,7	17,6	43 028	-0,6	23,4	172 969	2,6	19,2

Dentre os fatores de emissão monetária, destacaram-se as compras líquidas de divisas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio, que somaram R\$18,6 bilhões. As operações com títulos públicos federais, que incluem a atuação do Banco Central no ajuste de liquidez do mercado monetário, foram contracionistas em R\$9 bilhões, em função de vendas líquidas de R\$12 bilhões no mercado secundário e resgates líquidos de R\$3 bilhões no mercado primário. No mesmo sentido, as operações do Tesouro Nacional resultaram em contração de R\$2,5 bilhões, assim como o fluxo de recolhimentos compulsórios de R\$4,6

bilhões compreendidos no montante de R\$4,8 bilhões relativos aos depósitos de instituições financeiras.

Fatores condicionantes da base monetária						
Fluxos acumulados no mês						
R\$ milhões						
Período	Operações com o Tesouro Nacional	Operações com títulos públicos federais	Operações com o setor externo	Operações com o sistema financeiro	Operações com derivativos - ajustes	Variação da base monetária
2009 Jan	5.479	- 26.009	4.409	489	- 377	- 16.029
Fev	- 16.062	3.378	5.214	- 397	2.832	- 4.259
Mar	1.920	989	2.031	- 648	- 1.023	2.948
Abr	- 14.212	4.491	8.690	- 2.157	998	- 4.193
Mai	- 11.466	14.928	4.203	- 1.203	2.914	8.476
Jun	- 2.799	- 481	3.279	- 1.599	1.199	- 368
Jul	133	- 5.957	2.724	- 1.039	- 1.049	- 3.769
Ago	- 10.323	14.564	2.058	- 1.972	- 1.336	2.979
Sep	- 5.941	- 14.221	288	1.906	- 8.907	4.986
Out	- 10.682	6.575	- 18.382	22.880	- 4.383	- 4.162
Nov	- 8.682	28.539	- 18.788	- 2.097	560	- 456
Dez	- 3.477	- 18.948	7.847	44.518	984	15.231
2009 Jan	9.987	- 86.955	- 3.049	1.107	- 1.702	- 10.612
Fev	- 6.919	3.827	1.277	428	415	- 1.370
Mar	- 7.308	3.963	1.878	577	- 424	- 1.212
Abr	- 18.219	19.209	2.329	- 216	- 1.391	3.706
Mai	- 5.816	- 12.857	6.823	193	- 80	- 11.448
Jun	2.739	- 8.866	11.025	777	- 14	5.863
Jul	1.942	- 12.591	7.820	- 542	- 3	- 3.648
Ago	- 6.322	3.628	5.097	- 928	0	1.473
Sep	3.901	- 2.828	8.419	- 712	0	8.679
Out	- 6.322	- 5.914	11.866	1.206	0	1.765
Nov	- 18.094	18.945	5.300	838	0	8.414
Dez	- 15.185	19.521	6.337	- 1.468	0	9.295
2010 Jan	5.879	- 19.836	3.072	- 544	0	- 10.423
Fev	- 12.086	9.978	749	242	0	- 1.318
Mar	2.644	62.893	5.280	- 88.377	0	2.376
Abr	- 9.077	63.366	6.409	- 62.001	0	- 2.083
Mai	- 6.052	5.114	7.387	- 388	0	4.060
Jun	177	- 1.268	3.885	- 1.035	0	841
Jul	6.097	- 1.831	2.763	- 4.129	0	2.999
Ago	- 6.595	19.693	7.213	- 486	0	10.714
Set	- 2.509	- 8.968	18.008	- 1.379	0	2.759

* Realizado em milhões de reais.

II – A base monetária ampliada

A base monetária ampliada totalizou R\$2.332 bilhões, com aumento de 1,4% no mês e de 15,5% nos últimos 12 meses. Dentre seus componentes, o estoque dos títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central cresceu 1,3%, alcançando R\$1.911 bilhões. Esse

resultado derivou, basicamente, da atualização da dívida mobiliária federal em poder do público.

Base monetária ampliada										
Saldo em final de período										
Período	Base monetária	Depósitos compulsórios em espécie		Dívidas públicas federais			Total	Variação percentual		
		Títulos do Tesouro Nacional						Mês	12 meses	
		Reservados ²	À disposição ²	Posição do cartão	Franquia ³	Total				
2008	Jan	130 888	101 172	1 454	1 187 444	228 346	1 415 790	1649 004	2,3	21,2
	Fev	126 329	702 199	1 598	1 225 656	199 500	1 425 056	1655 142	0,4	19,3
	Mar	128 877	103 636	1 579	1 234 547	204 091	1 439 378	1673 664	1,3	17,9
	Abr	124 584	106 611	1 650	1 205 468	246 317	1 451 465	1684 430	0,6	16,4
	Mai	133 169	108 954	1 734	1 226 179	224 358	1 450 177	1693 624	0,6	13,9
	Jun	132 793	111 066	1 758	1 234 623	233 129	1 468 052	1 713 635	1,2	12,8
	Jul	129 682	113 892	1 725	1 196 274	299 763	1 496 059	1 740 766	1,6	12,6
	Ago	132 071	116 894	1 748	1 217 242	279 500	1 495 742	1 746 455	0,3	12,1
	Set	136 936	118 324	1 647	1 222 867	282 388	1 505 225	1 750 130	0,6	12,0
	Out	132 774	93 819	3 104	1 227 119	297 727	1 524 847	1 754 544	-0,3	10,7
	Nov	132 319	92 597	7 196	1 242 365	273 371	1 512 675	1 744 709	-0,6	5,8
	Dez	147 550	54 233	3 639	1 262 179	320 391	1 582 667	1 738 289	1,3	9,4
2009	Jan	137 539	54 548	2 997	1 276 600	311 220	1 587 820	1 732 308	1,4	8,7
	Fev	136 260	54 656	3 048	1 241 516	366 245	1 607 762	1 801 735	3,9	8,9
	Mar	125 056	54 709	2 963	1 264 272	370 143	1 632 216	1 824 343	1,3	5,0
	Abr	144 763	55 231	3 048	1 256 073	371 437	1 627 510	1 830 651	0,3	8,7
	Mai	133 323	56 429	3 058	1 287 591	324 422	1 612 733	1 844 543	0,7	8,9
	Jun	139 186	56 002	3 192	1 309 695	391 250	1 700 925	1 899 306	3,0	10,8
	Jul	125 546	57 394	2 993	1 342 243	409 667	1 751 799	1 947 731	2,9	11,9
	Ago	137 019	58 454	3 638	1 365 063	397 519	1 762 607	1 991 119	2,9	14,0
	Set	145 998	59 487	3 670	1 380 909	429 076	1 810 665	2 019 440	1,4	14,7
	Out	147 454	67 384	2 463	1 384 842	466 744	1 850 266	2 037 577	0,9	19,1
	Nov	156 858	68 141	2 297	1 394 827	441 479	1 836 306	2 093 612	0,3	17,1
	Dez	166 073	60 256	2 594	1 394 581	427 137	1 822 429	2 051 251	0,4	16,0
2010	Jan	155 630	61 493	2 323	1 391 779	508 706	1 899 486	2 079 923	1,4	16,0
	Fev	154 334	61 703	2 355	1 393 823	477 719	1 865 542	2 080 134	0,2	15,7
	Mar	156 710	150 526	2 473	1 398 036	404 137	1 802 803	2 112 611	0,4	16,0
	Abr	154 627	213 960	2 413	1 401 073	396 238	1 827 317	2 193 517	4,1	20,3
	Mai	158 637	216 038	2 327	1 576 809	326 004	1 845 664	2 227 916	1,6	20,9
	Jun	169 928	219 364	2 335	1 576 840	350 729	1 896 371	2 267 838	1,6	18,9
	Jul	162 526	225 481	2 292	1 587 840	376 598	1 893 741	2 274 042	1,2	16,8
	Ago	173 243	235 002	3 565	1 624 441	382 628	1 897 054	2 293 664	1,1	15,4
	Set	175 002	241 400	3 590	1 633 211	377 638	1 910 905	2 331 297	1,4	15,5

1) Títulos avaliados pela curva de rendimento do papel. Inclui emissões antigas de títulos públicos federais sem impacto monetário.
 2) Depósitos vinculados ao SBPE, 6,17% a.a. + TR. Depósitos a prazo e exigibilidade nacional para depósitos à vista, a prazo e de poupança, SELIC.
 3) A partir de fevereiro 2009 inclui os recursos de depósitos prazos para compensação a partir de agosto 2004 os recursos de depósitos à vista não aplicados em moeda nacional e os descontos de diferenças de exigibilidades de ações ações em cred. a rural.
 4) Inclui posições de financiamento líquido no dia, do DEMAB (+) menos 2 (*) unidades e pos. (des) da Res. nº 2308, de 28 de agosto de 1996.

III – Meios de Pagamento e o Multiplicador

O saldo médio dos meios de pagamento restritos (M1) alcançou R\$247,1 bilhões em setembro, ao registrar incrementos de 2,8% no mês e de 18,7% em doze meses. Os saldos médios do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista expandiram-se, respectivamente, 3,6% e 2,2%, no mês, e 18,2% e 19,1%, em relação a setembro de 2009.

Meios de pagamento (M1) e componentes Média dos saldos nos dias úteis										
R\$ milhões										
Ano	Papel-moeda em poder do público	Variação percentual		Depósitos à vista	Variação percentual		Meios de pagamento	Variação percentual		
		NO MÊS	EM 12 meses		NO MÊS	EM 12 meses		NO MÊS	EM 12 meses	
2009	Jan	74 664	-3,9	17,7	122 605	-6,1	29,1	198 469	-3,2	21,6
	Fev	73 353	-4,5	16,6	113 698	-7,7	20,2	187 317	-4,7	16,8
	Mar	72 824	-4,7	16,4	112 075	-1,5	17,2	185 803	-1,6	15,7
	Abr	73 098	0,3	19,0	113 919	1,6	18,8	186 805	0,5	17,7
	Mai	73 342	0,4	18,6	114 270	0,4	18,2	187 612	0,4	18,3
	Jun	74 573	1,7	18,4	111 724	-2,2	12,1	186 297	-0,7	14,6
	Jul	75 074	2,6	18,0	109 690	-1,9	10,3	186 865	2,0	12,3
	Ago	76 816	1,9	17,1	111 841	-2,0	5,3	187 655	-1,1	10,1
	Set	79 694	3,6	17,2	113 337	2,2	5,2	193 432	2,9	10,6
	Out	80 983	0,9	17,6	116 826	1,9	4,1	195 028	1,2	9,3
	Nov	81 189	0,2	17,8	114 114	-1,1	-0,2	195 277	-0,2	8,2
	Dez	80 587	-11,5	14,3	127 695	11,9	-2,1	210 262	17,6	3,7
2009	Jan	86 686	-4,4	13,3	122 143	-4,5	-0,1	200 028	-4,1	-4,0
	Fev	84 671	-3,2	14,5	114 281	-5,6	0,2	188 652	-4,9	-5,2
	Mar	82 023	-2,9	12,6	112 310	-2,2	-0,2	185 336	-2,2	-4,8
	Abr	82 196	0,2	12,8	113 527	1,1	0,0	185 924	0,3	-4,5
	Mai	83 108	1,1	13,3	114 685	0,9	0,2	187 681	0,9	-5,4
	Jun	84 186	1,3	12,1	116 192	1,3	-0,1	200 349	1,3	-7,6
	Jul	85 231	1,2	12,1	118 297	1,8	3,8	203 480	1,6	-7,1
	Ago	86 113	1,0	12,0	118 323	-1,8	4,3	202 437	-0,5	-7,4
	Set	86 343	3,6	11,6	119 861	2,4	-1,2	203 204	2,4	-7,6
	Out	87 628	0,3	11,2	121 671	2,4	4,5	211 389	1,5	-7,9
	Nov	81 651	-2,9	12,9	123 426	1,4	3,2	210 659	-1,6	-10,1
	Dez	103 273	12,7	14,0	137 144	11,1	7,4	240 417	11,5	-10,6
2010	Jan	109 492	-2,7	15,1	136 157	-1,4	10,3	235 649	-2,0	-12,7
	Fev	96 671	-1,6	17,2	131 130	-3,6	14,4	209 809	-9,9	-15,6
	Mar	96 829	-1,6	18,3	130 512	-0,5	16,2	227 436	-4,0	-17,8
	Abr	95 646	-8,3	17,6	132 363	1,4	16,6	222 212	-2,4	-18,6
	Mai	97 237	1,6	17,9	134 120	1,2	17,1	231 467	4,1	-17,1
	Jun	98 200	1,2	16,9	136 830	1,9	18,6	234 227	1,2	-10,9
	Jul	100 330	2,0	17,3	139 190	1,7	19,0	239 526	2,3	-17,2
	Ago	101 670	1,3	16,4	138 446	-0,5	19,0	240 416	0,4	-16,4
	Set	105 593	3,8	16,2	141 848	2,4	19,1	247 142	2,8	-18,7

* Dados preliminares.

No mês, o multiplicador monetário, com base no saldo médio diário, manteve-se relativamente estável, em 1,43.

Multiplicador e coeficientes de comportamento monetário ¹⁾						
Média dos saldos nos dias úteis						
Período	Comportamento do público		Comportamento dos bancos		Multiplicador	
	$\frac{PM2P}{M1}$	$D = \frac{DV}{M1}$	$R_1 = \frac{CX}{DV}$	$R_2 = \frac{R2}{DV}$	$K = \frac{M2}{C + D(R_1 + R_2)} = \frac{M1}{B}$	
2009 Jan	0,38	0,62	0,19	0,38	1,41	
Feb	0,39	0,61	0,19	0,38	1,41	
Mar	0,39	0,61	0,19	0,38	1,42	
Abr	0,39	0,61	0,19	0,38	1,42	
Mai	0,39	0,61	0,19	0,38	1,41	
Jun	0,40	0,60	0,19	0,35	1,42	
Jul	0,40	0,60	0,19	0,35	1,41	
Ago	0,41	0,59	0,17	0,35	1,40	
Set	0,41	0,59	0,16	0,35	1,41	
Out	0,41	0,59	0,17	0,35	1,40	
Nov	0,42	0,58	0,17	0,26	1,50	
Dez	0,42	0,58	0,17	0,26	1,50	
2009 Jan	0,42	0,58	0,17	0,29	1,47	
Feb	0,42	0,58	0,16	0,27	1,48	
Mar	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47	
Abr	0,42	0,58	0,17	0,27	1,48	
Mai	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47	
Jun	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47	
Jul	0,42	0,58	0,17	0,28	1,47	
Ago	0,43	0,57	0,17	0,28	1,48	
Set	0,43	0,57	0,19	0,29	1,43	
Out	0,42	0,58	0,18	0,28	1,43	
Nov	0,43	0,57	0,18	0,28	1,43	
Dez	0,43	0,57	0,18	0,28	1,44	
2010 Jan	0,43	0,57	0,18	0,30	1,43	
Feb	0,43	0,57	0,19	0,30	1,43	
Mar	0,43	0,57	0,17	0,30	1,43	
Abr	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43	
Mai	0,42	0,58	0,17	0,30	1,45	
Jun	0,42	0,58	0,17	0,30	1,45	
Jul	0,42	0,58	0,17	0,31	1,43	
Ago	0,42	0,58	0,17	0,31	1,42	
Set	0,43	0,57	0,17	0,30	1,42	

1) Onde:

C - Preferência do público por papel-moeda	R1 - Taxa de encargo em moeda corrente
PM2P - Papel-moeda em poder do público	CX - Encargo de moeda corrente
M1 - Meio de pagamento	R2 - Taxa de reservas bancárias
D - Preferência do público por depósitos à vista	RR - Reservas bancárias
DV - Depósitos à vista	K - Multiplicador da base monetária
	B - Base monetária

IV – Os meios de pagamento amplos

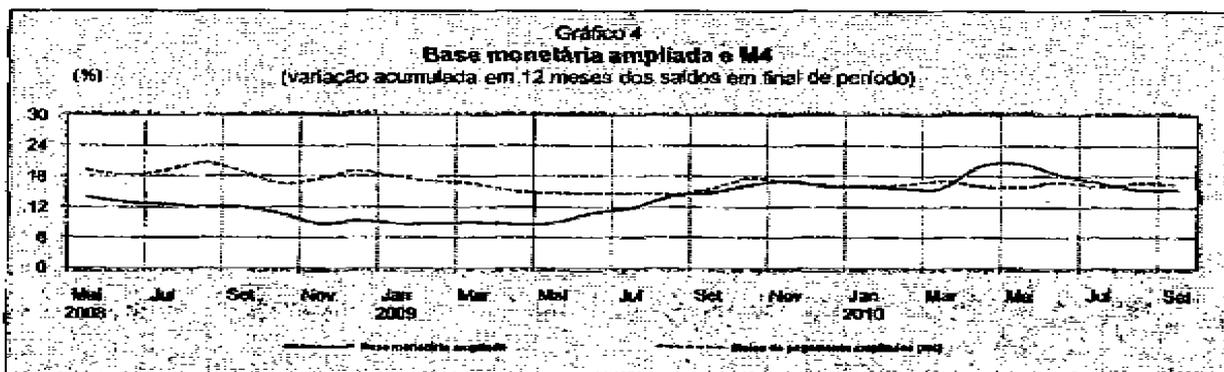
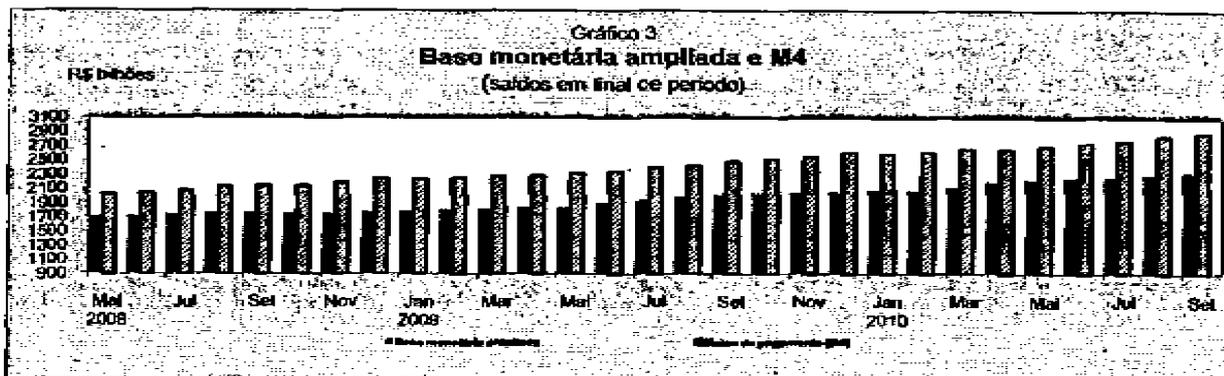
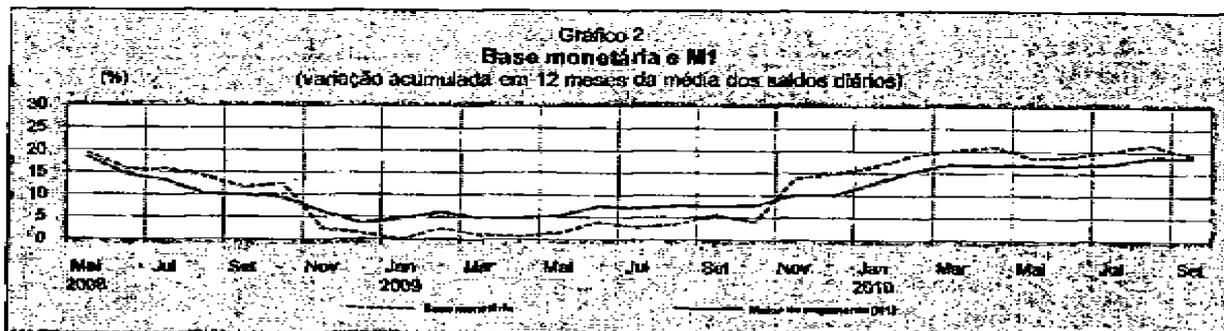
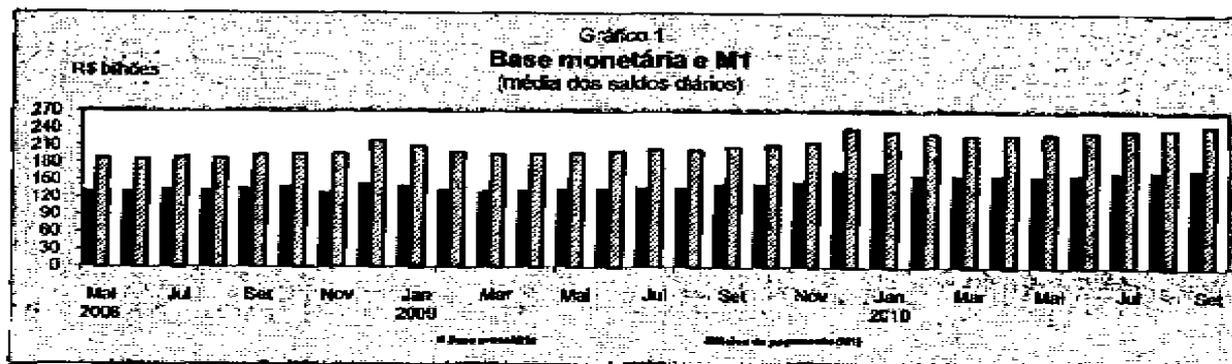
Os meios de pagamento no conceito M2, que corresponde ao M1 mais depósitos para investimentos, depósitos de poupança e títulos privados, registraram crescimento de 1,4% em setembro, totalizando R\$1,2 trilhão. Esse resultado deveu-se às expansões de 0,9% no saldo dos títulos privados, que atingiu R\$631,5 bilhões, e de 1,6% nos depósitos de poupança, que somaram R\$360 bilhões, após captações líquidas respectivas de R\$2,8 bilhões e de R\$4,8 bilhões.

O M3, que compreende o M2, as quotas de fundos de renda fixa e os títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro, elevou-se 2% no mês, totalizando R\$2,4 trilhões. O resultado reflete a elevação registrada no M2, bem como o crescimento de 3,6% no saldo das quotas de fundos de renda fixa, que totalizou R\$1,1 trilhão. O M4, conceito que compreende o M3 e os títulos públicos de detentores não financeiros, alcançou R\$2,9 trilhões em setembro, expandindo-se 1,9% no mês e 16,5% nos últimos doze meses.

Meios de pagamento ampliados													
Saldo em final de período													
Ano/Mês	Ativo	Depósitos		Títulos privados	M2	Quotas de fundos fixos ¹	Operações compromissadas entre o setor financeiro ²	M3	Títulos públicos	Fundos de investimentos em ações e em títulos municipais ³	M4	Variação percentual	
		em investimento	em poupança									em mês	em 12 meses
		R\$ em bilhões											
2009	Jan	190 279	3 728	237 430	324 507	756 004	917 956	43 202	2 617 343	278 443	24 7 508 600	0,8	19,8
	Feb	194 657	3 276	240 438	328 039	758 428	925 630	46 723	2 633 771	280 620	24 7 524 326	1,5	20,0
	Mar	195 646	3 412	242 602	348 007	779 449	919 877	51 290	2 649 722	301 526	24 7 561 272	1,4	19,9
	Abr	199 703	3 780	242 959	379 088	812 327	914 156	60 720	2 637 208	302 122	24 7 559 332	2,0	19,8
	Mai	193 251	3 634	245 171	408 714	840 670	908 260	67 785	2 714 724	319 362	27 7 624 144	1,7	19,2
	Jun	199 024	3 945	245 957	428 708	862 454	794 372	68 622	2 722 222	315 418	27 7 643 038	0,9	18,2
	Jul	195 867	2 907	251 931	465 313	906 717	793 371	66 938	2 795 861	320 208	28 7 696 030	2,1	19,1
	Ago	195 653	2 731	255 226	505 153	949 814	769 087	68 402	2 801 306	324 136	28 7 725 462	1,9	20,6
	Set	194 735	3 014	252 358	532 356	966 593	777 362	67 029	2 823 287	327 202	28 7 750 908	1,2	18,2
	Out	189 593	3 284	249 911	560 399	1 013 484	756 731	66 141	2 829 354	312 370	28 7 741 927	-0,4	16,5
	Nov	198 203	3 111	244 164	589 086	1 034 387	751 422	64 037	2 853 072	316 118	28 7 781 850	1,6	17,5
	Dez	222 443	3 203	271 162	575 433	1 032 036	776 113	68 057	2 906 167	333 819	28 7 842 123	2,0	19,0
2009	Jan	196 089	2 844	272 600	582 140	1 054 210	789 356	64 710	2 905 636	329 196	28 7 838 238	0,4	17,2
	Feb	194 263	2 847	274 863	588 20	1 069 218	798 364	61 274	2 928 396	331 019	28 7 825 476	0,6	17,1
	Mar	192 268	2 730	273 496	597 163	1 058 017	800 222	67 347	2 933 736	339 038	28 7 872 792	0,9	18,0
	Abr	184 452	3 469	275 044	559 457	1 082 113	319 794	76 248	2 958 214	338 382	28 7 895 627	0,7	15,0
	Mai	185 789	2 917	279 463	592 740	1 074 877	276 494	85 716	2 939 066	323 459	28 7 822 525	1,4	14,7
	Jun	202 225	2 863	280 000	607 188	1 086 141	227 255	57 421	2 909 821	332 427	28 7 842 258	0,8	14,6
	Jul	190 249	2 892	281 041	636 73	1 086 672	682 165	65 717	2 937 685	358 581	28 7 893 245	2,2	14,7
	Ago	202 574	3 004	285 003	649 132	1 104 713	874 256	63 316	2 972 386	360 091	28 7 932 447	1,6	14,4
	Set	209 647	3 122	303 498	607 130	1 121 139	832 672	107 540	2 915 523	366 376	28 7 931 906	2,0	15,4
	Out	208 710	3 470	302 980	600 104	1 116 368	908 163	104 132	2 929 880	365 606	28 7 915 633	1,7	17,2
	Nov	220 485	3 350	303 234	630 171	1 132 000	917 587	111 374	2 910 342	360 508	28 7 951 442	1,4	16,8
	Dez	250 234	3 184	319 622	694 144	1 187 424	950 430	100 434	2 998 313	378 302	28 7 965 752	2,1	16,2
2010	Jan	227 475	3 100	323 308	691 145	1 146 428	944 503	104 012	2 934 914	401 416	28 7 996 400	-0,4	16,2
	Feb	226 300	3 118	326 604	625 160	1 149 968	954 616	97 810	2 933 446	417 407	28 7 918 851	0,6	16,4
	Mar	229 297	3 123	328 836	601 184	1 162 642	313 054	97 973	2 933 677	427 523	28 7 961 130	1,6	17,1
	Abr	228 662	3 109	337 252	584 636	1 150 609	382 273	85 422	2 927 204	428 325	28 7 956 439	-0,2	16,6
	Mai	229 711	3 133	335 901	602 622	1 170 767	965 111	101 410	2 952 348	423 239	28 7 991 891	1,4	15,9
	Jun	230 610	3 192	341 890	617 366	1 190 047	1 010 134	82 204	2 982 455	456 247	28 7 978 702	1,6	16,6
	Jul	234 607	3 270	350 892	612 626	1 201 039	1 028 639	101 616	2 920 831	454 931	28 7 979 243	1,9	16,0
	Ago	247 164	2 997	364 436	625 435	1 228 186	1 046 626	89 152	2 970 113	458 512	28 7 998 626	2,4	16,1
	Set	243 500	2 996	359 080	631 531	1 243 118	1 063 538	89 264	2 916 390	474 648	28 7 997 227	1,8	16,5

1 - Inclui depósitos a prazo, letras de câmbio, títulos de tesouraria e letras imobiliárias.
 2 - Exclusivo de títulos emitidos primariamente por instituição financeira.
 3 - As aplicações do setor não financeiro em operações comprometidas estão incluídas no M3 a partir de agosto de 2009, quando eliminou-se o prazo mínimo de 30 dias, exigido em tais operações desde outubro de 1997.
 Fonte: Arca Investimentos.

V – Anexo



B – Relatório de execução da programação monetária

As metas estabelecidas pela programação monetária para os principais agregados foram estritamente cumpridas no terceiro trimestre de 2010.

Programação monetária				
Descrição	2010			
	Terceiro trimestre			
	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses ^{1/}	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses
M1 ^{2/}	225,9 - 265,2	17,9	247,1	18,7
Base restrita ^{2/}	139,9 - 189,3	13,4	173,0	19,2
Base ampliada ^{3/}	2.002,2 - 2.708,9	16,6	2332,0	15,5
M4 ^{3/}	2.490,7 - 3.369,8	16,1	2891,2	16,5

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.

3/ Saldos em fim de período.

Em reunião de 30.9.2010, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a programação monetária para o quarto trimestre de 2010, contemplando estimativas para os principais agregados monetários, conforme a tabela abaixo. As projeções são consistentes com cenário de crescimento da renda e trajetória de taxas de juros compatíveis com a política econômica em curso.

Programação monetária		
Discriminação	2010	
	Previsto	
	Ano	
	R\$ bilhões	Varição percentual em 12 meses ^{1/}
M1 ^{2/}	282,3 - 307,9	18,6
Baixa restrita ^{2/}	168,4 - 227,9	18,4
Baixa ampliada ^{3/}	2 055,9 - 2 787,0	18,1
M4 ^{3/}	2 568,4 - 3 474,9	18,0

1/ Para o cálculo das variações percentuais consideram-se o ponto médio das previsões.
 2/ Média dos saldos dos dias úteis no último mês do período.
 3/ Saldos em fim de período.

Notas explicativas referentes ao demonstrativo de emissão do real

1. O Conselho Monetário Nacional, conforme Voto nº 011/99, aprovado em 28 de janeiro de 1999, utilizando a prerrogativa que lhe confere o artigo 3º, § 4º, inciso III da Lei nº 9069, de 29.6.95, alterou o parâmetro de vinculação entre a emissão do Real e seu lastro em reservas internacionais, passando a adotar a paridade cambial corrente.

2. Com relação à emissão de moeda, o Artigo 4º daquela lei estabelece que:
 "Observado o disposto nos artigos anteriores, o Banco Central do Brasil deverá obedecer, no tocante às emissões de Real, o seguinte:

(I) limite de crescimento para o trimestre outubro-dezembro/94 de 13,33% (treze vírgula trinta e três por cento) para as emissões de REAL sobre o saldo de 30 de setembro de 1994;

(II) limite de crescimento percentual nulo no quarto trimestre de 1994 para as emissões de REAL no conceito ampliado;

(III) nos trimestres seguintes, obedecido o objetivo de assegurar a estabilidade da moeda, a programação monetária de que trata o art. 6º desta Lei estimará os percentuais de alteração das emissões de REAL em ambos os conceitos mencionados acima."

No mesmo Artigo 4º, em seu § 2º, foi explicitado que o Conselho Monetário Nacional, para atender a situações extraordinárias, poderá autorizar o Banco Central do Brasil a exceder em até 20% (vinte por cento) os valores resultantes dos percentuais previstos.

3. A Exposição de Motivos nº 206, de 30.6.94, aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República fixou os critérios a serem adotados pelo Conselho Monetário Nacional na regulamentação dos eventuais ajustes nos limites de emissão necessários para atender circunstâncias excepcionais.

5. O papel-moeda emitido corresponde à soma das unidades monetárias (reais) que estão fora do Banco Central do Brasil.

6. As reservas bancárias expressam os depósitos compulsórios e possíveis excessos em espécie sobre depósitos à vista não remunerados, mantidos pelo sistema bancário no Banco Central do Brasil.

7. As operações com títulos federais referem-se ao resultado líquido das compras e vendas de títulos públicos federais, bem como aos financiamentos tomados e concedidos

pelo Banco Central com lastro em títulos de emissão do próprio Banco Central do Brasil e do Tesouro Nacional. O conjunto dessas operações visa o controle da liquidez, a administração das taxas de juros no curto prazo e ainda a rolagem da dívida pública federal.

8. As operações do setor externo referem-se, principalmente, às compras e vendas de moeda estrangeira pelo Banco Central do Brasil, as quais resultam dos movimentos de exportação, importação, pagamentos e recebimentos de serviços e das entradas e saídas de recursos de origem financeira, isto é, das aplicações e dos resgates dos investimentos de estrangeiros nos mercados financeiro e de capitais, bem como dos rendimentos obtidos nessas aplicações.

9. As operações com instituições financeiras englobam todas as movimentações de reservas monetárias entre o Banco Central e o sistema financeiro, decorrentes do cumprimento de normas regulatórias estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, tais como:

- encaixes em espécie sobre depósitos de poupança;
- encaixes em espécie sobre depósitos a prazo;
- encaixes em espécie sobre depósitos à vista remunerados;
- encaixes em espécie sobre fundos de investimento;
- assistência financeira de liquidez;
- operações com derivativos;
- recolhimentos compulsórios sobre deficiências em aplicações de crédito rural;
- e
- outras contas.

10. As operações do Tesouro Nacional refletem os pagamentos e recebimentos de recursos primários do Tesouro, não incluindo, por conseguinte, as operações com títulos de emissão do Tesouro. Por dispositivo da Constituição - Artigo nº 164, § 3º - esses recursos devem estar depositados no Banco Central do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra, pela ordem, a Senadora Marisa Serrano.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Para uma comunicação inadiável, V. Exª é a primeira inscrita.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Papaléo Paes...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de solicitar a V. Exª que, após a intervenção da Senadora Marisa Serrano, eu pudesse também falar para uma comunicação inadiável urgente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Para uma comunicação inadiável, o Senador Marco Maciel.

Vamos iniciar os nossos trabalhos fazendo uma inversão e concedendo a palavra à Senadora Marisa Serrano, para uma comunicação inadiável.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, acabamos de passar por um processo eleitoral em todo o País, que toda a população acompanhou *pari passu*, e chegamos à conclusão de que o Brasil saiu dividido desse processo eleitoral. A democracia brasileira consolidou-se, e vemos que, no mapa do País, não há um partido hegemônico, não há esse poder hegemônico.

A população foi sábia. A população deu os votos, mas garantiu, por outra parte, que os nossos Estados, os nossos governadores mantivessem aquela equidistância do poder central para principalmente garantir esse equilíbrio político que se espera no País. Podemos até ver um equilíbrio de forças, mas temos a certeza de que o processo democrático assegurou a representação de todas as forças políticas vigentes no País.

A campanha de José Serra, do meu partido, foi memorável, pois energizou a militância da oposição e

vitalizou de maneira inédita o engajamento espontâneo das forças em todo o País, dos tucanos residentes em todo o Brasil. Nunca vi as pessoas participarem tanto de uma eleição, principalmente no segundo turno, como essa nossa militância tucana, que foi para as ruas junto com os partidos coligados, trabalhou assiduamente e, principalmente, deu o tom da cor azul em todo o País.

Tenho certeza de que as ideias e propostas levantadas pelo candidato José Serra vão permanecer, porque estão em sintonia com aquilo que esperamos e que é importante para o País. Tenho certeza também de que suas ideias e propostas vão fazer eco não só para o Governo Federal que se inicia a partir de janeiro de 2011, mas também para inúmeros governos estaduais e municipais, porque dão o tom daquilo que se espera para um Brasil desenvolvido, para um Brasil menos discricionário e, principalmente, para um Brasil que queremos igual para todos.

Devemos homenagear também a força e a disposição de Serra. Contra todas as adversidades e com o enfrentamento de todas as dificuldades, principalmente enfrentando a máquina governamental, Serra deu o tom: foi à luta, não esmoreceu em nenhum momento e puxou toda a militância para um trabalho conjunto. Serra foi um guerreiro, e a história saberá reconhecer seu papel decisivo nesse processo de avanço na social-democracia brasileira.

Nossa voz, Senador Marco Maciel, foi traduzida por mais de 43 milhões de eleitores que disseram “não” ao Governo atual. A oposição, composta pelo seu partido, o Democratas, o PPS e o PSDB, vai administrar 52% do eleitorado brasileiro. O PSDB, sozinho, saiu dessas eleições como o campeão na disputa pelos Estados – oito Estados Brasileiros serão comandados pelos tucanos – e representará, a partir de janeiro, 64 milhões de pessoas. Ou seja, 47,5% do total de eleitores de todo o Brasil estarão sendo governados pelos tucanos. O Brasil azul ganhou força.

Quero ceder a palavra ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (DEM – PE. Com revisão do aparteante.) – Nobre Senadora Marisa Serrano, eu gostaria, antes de tudo, de cumprimentá-la pelo tema que V. Exª traz à tribuna do Senado Federal na tarde de hoje. Aprecio muito o trabalho que V. Exª realiza nesta Casa e os sucessivos exemplos da contribuição que dá ao País e a suas instituições no campo da educação, de modo particular no Estado que representa. Devo dizer que V. Exª faz um discurso extremamente oportuno, primeiramente porque faz uma correta apreciação do grande homem público que é José Serra. Eu o conheço há muito tempo, fomos – podemos di-

zer – contemporâneos de vida universitária. Conheci-o na época em que ele presidia a UNE e eu estudante universitário. Sempre o apreciei pelas inúmeras qualidades cívicas de que é portador. Acredito que o gesto dele de aceitar concorrer ao pleito contribuiu e muito para que pudéssemos avançar no esclarecimento das propostas dos nossos Partidos – o de V.Ex^a, PSDB, o meu, Democratas, o PPS e outros que se associaram naturalmente a essa causa, que, ao final, deu demonstração pública de que o Brasil consolidou suas instituições democráticas e que uma parcela do eleitorado, obviamente, fez a opção por uma candidatura que não foi a do PT. José Serra se fez o grande intérprete da voz da Oposição, uma voz consistente, ponderada, de quem conhece os problemas do País e sabe como resolvê-los. Há insucessos, certamente, que têm sabor de vitória. Não tenho dúvida em dizer – e V.Ex^a ressalta esse fato –, que foi muito importante para o País a candidatura José Serra, a mobilização de seus aliados. Vamos tirar lições muito expressivas, de sorte que – talvez a partir das eleições municipais que virão em breve –, preguemos da melhor forma o nosso ideário partidário e a defesa do fortalecimento democrático no nosso País. Muito obrigado a V. Ex^a e, mais uma vez, meus cumprimentos pelo excelente discurso que profere, de enorme atualidade, sobre a campanha presidencial que se encerrou domingo passado.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Marco Maciel. V. Ex^a lembrou aqui aspectos importantes da consolidação da nossa democracia, que passa, seguramente, por nós termos eleições livres, diretas e, principalmente, confiáveis.

Acredito que nós estamos saindo dessas eleições aprendendo um pouco mais de Brasil, conhecendo o nosso País e conhecendo a política um pouco mais. Até, Senador, para que possamos aqui, nesta Casa, discutir alguns aspectos que nós vimos nessa campanha e que talvez precisem de uma melhor análise por parte deste plenário. Talvez precisássemos conversar um pouco mais sobre pesquisas, precisássemos conversar um pouco mais sobre a atuação de um Presidente da República numa eleição nacional como essa e outros aspectos que acredito que sejam importantes.

Infelizmente, Senador Marco Maciel, não conseguimos aprofundar as propostas nem criar uma agenda de longo prazo para o País. O que vimos nessa campanha foi um populismo exagerado de algumas partes, mas, principalmente, nós vimos a interferência do Presidente da República fortemente, a tal ponto que eu estava lendo nos jornais hoje que o Presidente Lula disse ontem – está em toda a mídia – que, agora que o resultado está proclamado – o Presidente ainda continua no palanque, Senador Marco Maciel –, que a

oposição fez uma política do estômago, a política da vingança, a política de trabalhar para não dar certo. E o que dizer dos ataques que o Presidente fez e das palavras de baixo calão que ele dirigiu a inúmeros representantes da oposição?

V. Ex^a foi testemunha, participou e sentiu na pele o que é isso. O Senador Marconi Perillo foi outro que teve o desprazer de ver o Presidente da República ir ao seu Estado falar contra ele, com palavras que denigrem a posição de qualquer pessoa, mas, principalmente, proferidas por um Presidente da República. O que dizer da força, já que ele disse que ia triturar e acabar com a vida política do Arthur Virgílio, do Tasso Jereissati, e levou a ferro e a fogo essas suas ideias? E que dizer, Senador Marco Maciel, de um Presidente da República que, no afã de fazer a sua candidata ganhar a eleição, chega a propor a extirpação de um partido político?

Quer dizer, essas questões todas que vimos durante essa campanha, talvez, e esse embate que o Serra teve de ter não só com a candidata, mas também com o Presidente, porque ali foi um embate duplo, e as respostas tinham de ser para os dois. Nós não tínhamos um candidato só, tínhamos dois candidatos no palanque! Eu acredito que foi uma campanha extremamente árdua e difícil por conta disso.

Mas, também, lendo e comentando com V. Ex^a sobre a entrevista que o Fernando Henrique Cardoso deu esta semana, ele disse algumas frases que eu gostaria de ler aqui e que acho importantes para elucidação de tudo aquilo que nós estamos falando que aconteceu nessas eleições. Fernando Henrique disse o seguinte:

O Presidente Lula desrespeitou a lei abundantemente. Na cultura política, regredimos. Não digo do lado da mecânica institucional. A eleição foi limpa. Mas, na cultura política, demos um passo para trás no caso do comportamento de Lula e da aceitação da transgressão como se fosse banal.

Acho que essa fala do Fernando Henrique traduz aquilo que pensamos. Hoje, dando uma entrevista, me perguntaram como se fazer uma reforma política para mudar as coisas na política do País, e por que a corrupção está grassando no País, principalmente no meio político, como eu via isso. Tenho dito muito – e já disse desta tribuna, Senador Marco – que eu acredito muito no exemplo; no exemplo dos pais com os filhos, no exemplo dos mais velhos, no exemplo de quem governa. E eu não tenho visto o Presidente Lula dar o exemplo de seriedade, de compostura para a Nação.

O que aconteceu nessa eleição – estou me referindo a essa eleição – foi algo que entristeceu todos aqueles que querem um País mais correto, mais sério e, principalmente, com pessoas que tenham aquele perfil que esperamos de todas as pessoas de bem: que a seriedade e a compostura estejam presentes, naquilo que o Senador José Sarney sempre dizia que era a liturgia do cargo. E nós não vimos a liturgia do cargo nessas eleições. Acho que a liturgia do cargo foi substituída pelo voluntarismo pessoal do Presidente da República, principalmente naquilo em que ele se transformou: na sua própria fala, em cabo eleitoral. Eu acho que vivemos essa situação anômala no País. A Presidência deixou de ser um símbolo de equilíbrio entre Poderes para se tornar um instrumento de palanque. E isso é muito ruim. É o mau exemplo que estamos dando aos políticos da nova geração.

Quero dizer também a todos que as oposições devem permanecer alertas. Temos que ser críticos e responsáveis. A Presidente eleita não se tornou suficientemente conhecida para sabermos mais sobre as suas ideias e os seus procedimentos. Foi dado a ela um cheque em branco. Ainda não se sabe com clareza como ela vai conduzir o dia a dia do País. Não se sabe ainda se ela terá autonomia para definir a personalidade de suas próprias políticas.

A base aliada do futuro Governo Dilma merece reflexões diferenciadas. Não sabemos até que ponto haverá convergência quando estão em jogo interesses tão díspares e visões tão diferentes sobre as ações governamentais. A base aliada saberá garantir a transparência que cada vez mais é exigida pelo povo brasileiro? A base aliada, no seu gigantismo, saberá traduzir aquilo que é importante para o País? Os interesses dos partidos políticos poderão se sobrepor aos interesses maiores da sociedade brasileira?

São perguntas que a gente deve fazer. E algumas outras perguntas eu acho que vão ficar ainda sem resposta. E, no decorrer dessa caminhada, nos próximos anos, acredito que nós vamos começar a ter resposta para algumas delas. Por exemplo, a próxima administração do País terá coragem para rever os erros do atual Governo? Haverá espaço para ajustes? Haverá espaço para autocrítica? Haverá espaço para reversão do aparelhamento do Estado? Haverá condições para segurar os gastos públicos abusivos? Haverá como reduzir a pesada carga tributária?

Essas e tantas outras questões farão parte, tenho certeza, do nosso ideário nos próximos anos, e as oposições deverão se pautar e acompanhar com olhar atento a implementação de outras reformas, acredito, como a política e a tributária, fundamentais para o País.

Não é possível mais empurrar com a barriga essas questões. Eu acredito que um presidente eleito, logo nos primeiros anos, teria o dever de fazer as reformas que o País exige para os próximos anos. Eu não vi, nos oito anos do Governo Lula, reformas profundas de base.

Então, o que nós esperamos é que esse Governo tenha credibilidade e tenha, principalmente, a coragem de implementar reformas como a política e a tributária, por exemplo. Temos que criar as condições, acredito, para promover o desenvolvimento sustentável a longo prazo. E nós não podemos viver como aquele voo da galinha: sobe um pouquinho, acha que as coisas estão boas e cai outra vez; sobe outro pouquinho e volta.

O que nós queremos é avançar, e avançar dando uma perspectiva de futuro para as novas gerações, para que o Brasil continue crescendo em direcionamento confiável. Eu não quero que o País cresça devendo, tendo uma dívida interna absurda, colocando em risco a nossa política macroeconômica. Não quero nada disso. Quero que o Brasil cresça, mas com segurança. Acho que é essa segurança que o povo brasileiro está esperando nos próximos anos.

A Srª Níura Demarchi (PSDB – SC) – Um aparte, Senadora.

A SRª MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Fazer oposição consciente deve ser o nosso desafio, Senador Marco Maciel. E essa oposição consciente, eu digo: uma oposição firme, determinada, pontual, atenta; não aquela oposição que o PT fez ao Governo Fernando Henrique durante oito anos; não essa oposição que o Presidente Lula está dizendo que nós fizemos.

Eu tenho recebido inúmeras mensagens, dizendo que a oposição agora tem que ser diferente, que a oposição agora tem que ser para valer, que a oposição tem que fazer o seu papel. E tem que fazer mesmo. Numa democracia, nós temos situação e oposição. A oposição está aí para fiscalizar e acompanhar os atos da situação, para denunciar aquilo que está errado, para mostrar a diferença que existe entre determinadas questões neste País. E é claro que a oposição tem que ser firme. Mas raivosa, como disse o Presidente Lula, nunca foi. Nós nunca vimos uma oposição nesta Casa aqui... Inúmeros, inúmeros, inúmeros projetos que vieram do Governo Federal nós votamos porque eram bons para o País. Nunca fizemos essa ideia de quanto pior melhor. Esse nunca foi o lema das oposições nesta Casa e no País. Agora, que a oposição tem que ser cada vez mais serena, mas firme, isso tem que ser.

Acho que estamos em um momento em que temos de fazer uma diferenciação na forma de a oposi-

ção fazer o seu trabalho, não só nesta Casa, não só na Câmara dos Deputados, mas em todo o País.

Senadora Níura, V. Ex^a está com a palavra. É um prazer ouvi-la.

A Sr^a Níura Demarchi (PSDB – SC) – Obrigada, Senadora Marisa Serrano. É com muita alegria que eu quero fazer esse aparte a V. Ex^a, primeiro para dizer que a conheço há muito tempo. Antes de estar aqui, no Senado, como vice-presidente do meu partido, vice-presidente nacional, a senhora esteve em Santa Catarina há alguns anos, quando eu iniciava a minha trajetória dentro do PSDB. A senhora é uma grande mulher, é um exemplo de figura política neste País e, quando esteve em Santa Catarina, demonstrou às mulheres catarinenses a fibra que deve ter uma legisladora neste País; e a senhora tem. Quero dizer a V. Ex^a que Santa Catarina, nessas eleições, seja de primeiro turno ou de segundo turno, demonstrou o seu aval, um aval a um novo tempo democrático, um aval a um novo estilo de voto; esse voto comprometido com as causas que realmente o Brasil como um todo, o seu Congresso Nacional, mas especialmente o que o seu Executivo, o comando da Nação, haveria de ter e deverá ter como prioridade. Entre elas, a senhora citou muito bem a reforma tributária. Santa Catarina espera, de fato, da nova governante o encaminhamento, de fato e de direito, dessa grande reforma tributária e da reforma política, como V. Ex^a muito bem colocou. E tinha certeza. Nós tínhamos a certeza, dentro do Estado. Independentemente, aqui, quero creditar ao voto adversário, ao voto concorrente, à eleita, a Presidente Dilma, que deverá consagrar isso, porque foi o pedido não só do Estado de Santa Catarina. Quero dizer, especialmente, Senadora Marisa Serrano, que, por meio desse voto catarinense, por intermédio da força desse povo que é altamente empreendedor... É um Estado que tem uma cultura pelo trabalho extraordinária. Está aqui ao meu lado o Senador Neuto de Conto, que, certamente, em todo o seu período no Senado Federal, fez as vezes e as vozes desse Estado. E também, certamente, a partir do ano que vem, teremos aqui duas extraordinárias figuras políticas. Três, aliás. O Senador Casildo Maldaner, que retoma aqui a cadeira do Senador Raimundo Colombo, eleito Governador de Santa Catarina, terá ao seu lado dois grandes fortes estadistas também, que são o ex-Governador Luiz Henrique da Silveira, que vem com uma proposta do novo pacto federativo, e também o Senador Paulo Bauer, do PSDB, um homem administrativo, de uma cultura voltada à educação, mas ao bom empenho, à boa administração do Estado. Eles são nomes que remontam à formação e à força do Estado – aquilo que a senhora muito bem coloca – e, certamente, aqui farão

esse papel, ao qual a senhora está se referindo perfeitamente a respeito da oposição. Não estou colocando aqui o sentido dos partidos políticos que virão – são três dimensões –, mas, exatamente, dessa oposição construtiva, forte, porque 29 milhões de pessoas, Sr^a Senadora, deixaram de votar. Nós temos oito Estados governados pelo PSDB e outros dois pelo DEM, que foram a oposição aqui no Congresso Nacional. Foram 43 milhões de eleitores, quase 44 milhões, que disseram que queriam a proposta José Serra. Ou seja, entenderam perfeitamente a proposta tucana, aliada aos demais partidos que a senhora aqui citou – o DEM, o PPS e outros tantos em vários Estados –, que seria a proposta coerente, a proposta forte para o País. Mas temos, sim, uma Presidenta da República, mulher, e nós sabemos que a oposição dentro do Senado Federal, dentro da Câmara Federal, nos Estados governados pelos que aqui foram de certa forma oposição têm uma grande maioria do povo brasileiro. E, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a está dando o tom da responsabilidade da nossa oposição no Congresso Nacional. Quero parabenizá-la por esse pronunciamento e dizer que, desde do dia 3 de outubro, ou antes ainda, quando aqui nesta Casa iniciei esses 120 dias de trabalho, era esse o sentimento que eu tinha, dessa oposição que a senhora está abrindo agora, um flanco de debates para o País. Porque, lá fora, o questionamento existe, e o voto foi colocado nesse sentido. Então, quero parabenizar V. Ex^a por tudo que já nos ensinou, por tudo que representa e pelo tom que está dando à nova Legislatura do Congresso Nacional. Muito obrigada.

A SR^a MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Muito obrigada, Senadora Níura. Mesmo minoritários na oposição, caberá a nós assegurar aí o valor das nossas instituições: a liberdade de imprensa, a implementação e correção das reformas, um processo de fiscalização, como eu disse, responsável em prol dos interesses da Nação. Essa tem que ser a nossa luta maior.

E ainda, Sr. Presidente, a contribuição das oposições ao País não deve se justificar, como eu disse, da crítica pela crítica puramente. Discutir os projetos, mostrar o que nós acreditamos que não sejam o melhor para o País e abrir debates sobre aquilo que é importante para o País, e não fazer uma crítica pela crítica simplesmente; é isso que nós procuramos fazer nestes oito anos aqui no Congresso Nacional. Foi o que a oposição fez sempre: debatendo, construindo, propondo para que o País soubesse que há uma outra vertente, há uma outra possibilidade e não só aquela que o Governo está apresentando à população.

Devemos ainda ficar atentos para um sinal claro da sociedade emitido com a expressiva votação da nossa querida colega e companheira Marina Silva. O

tema ambiental ganhou espaço definitivo no País graças à sua campanha tenaz e corajosa. Devemos voltar cada vez mais nossos olhos e colocar a nossa sensibilidade para a transformação que vem ocorrendo na nossa base social em torno das ideias que motivam o desenvolvimento sustentável do planeta.

Quero aqui, com a ressalva que a Senadora Níura fez, falar que fiquei muito contente, muito feliz com a candidatura da Senadora Marina Silva, porque foi o contraponto, mostrou as ideias novas, encaixando essas ideias dentro da estrutura de discussão do País. Quer dizer, a agenda do País se ampliou.

Além disso, Senador Papaléo, que preside esta Mesa, interessante o que a Senadora Níura disse: nessa campanha, a questão de gênero não foi fundamental. A população brasileira percebeu e impôs uma discussão mais ampla; não se é homem ou mulher que pode governar o País. Eu sempre disse que o povo brasileiro votaria não por ser mulher ou homem; por ser branco ou negro; por ser evangélico ou católico. Nada disso. Votaria – e espero que tenha votado – por aquilo que as pessoas representavam, pelo seu interior, por aquilo que poderiam fazer pelo País. É claro que nós, da oposição, acreditamos que nosso candidato tinha mais cabedal político e mais seriedade na condução de seus problemas do que a candidata eleita. É natural que os partidos coligados pensassem, porque foi assim que nós discutimos. Nós tínhamos certeza é de que nosso candidato tinha uma vida pela qual a gente podia saber como agiria em determinadas situações. Por exemplo, eu não sei como a Presidente do País vai agir em uma situação de grande conflito nacional; nós não temos a ideia de como ela se sairá em grandes problemas nacionais. O Serra nós sabíamos: foi Prefeito, Governador, foi Ministro. Quer dizer, Prefeito e Governador foram dois cargos executivos em que ele teve condição de mostrar ao País como se sair de determinadas situações. Isso não é fácil! Mas eu acredito que a Presidente Dilma vai conseguir mostrar que, homem ou mulher, a competência não é questão de gênero, competência é questão de conhecimento e de construção interna da pessoa.

E quero terminar minha fala, Senador Papaléo, também desejando e festejando os novos Parlamentares que chegam a esta Casa e os que foram reeleitos, os que vamos receber no ano que vem, desejando-lhes sucesso. Tenho certeza de que terão sucesso na missão que receberam da população, para continuar a dignificar o mandato ou começar o mandato novo, com toda a garra, a determinação e, principalmente, a confiança que o povo brasileiro nos outorgou.

Tenho certeza de que esta Casa vai continuar como continuou nestes últimos anos, lutando pelo

País, e tenho certeza também de que essa luta será feita com firmeza, com determinação, como eu disse, pelas oposições nesta Casa. Nós vamos estar unidos, embora minoritários. Vamos estar unidos, brigando e lutando pelo País que acreditamos ser o melhor para todos os brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senadora Marisa Serrano.

Voltamos aos oradores inscritos.

O Senador Paulo Paim fará uso da palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pois não, Senador Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me inscrever para usar a palavra como Líder do PDT. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será...

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Sem revisão do orador.) – Nobre Senador Papaléo Paes, eu gostaria também de falar para uma comunicação inadiável quando oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Após o Senador Paulo Paim, V. Ex^a, Senador Marco Maciel; depois, um orador inscrito, e o Senador Acir Gurgacz.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, Senadores e Senadoras, participei hoje, pela manhã, de uma reunião com o Relator do Orçamento, Senador Gim Argelo, aqui de Brasília; com a presença de todas as centrais sindicais; confederações de trabalhadores; com a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), e retomamos a discussão do reajuste do salário mínimo, tendo como espelho, tendo como base a peça orçamentária. Também dialogamos com o Relator sobre a questão do reajuste dos aposentados e também dos pensionistas.

Dizia eu, ao longo da campanha que concluímos agora e que resultou, lá no meu Estado, na vitória do ex-Ministro Tarso Genro para Governador, que se quebrou um tabu. É a primeira vez que, no Estado do Rio Grande do Sul, um Governador ganha no primeiro turno. E ressaltei também a brilhante vitória da minha amiga há mais de trinta anos, ex-Ministra da Casa Civil, ex-Secretária de Estado do Rio Grande do Sul, ex-dirigente do PDT, ex-Secretária também da Prefeitura da capital de todos os gaúchos, ex-Secretária e também, depois, Ministra do Ministério de Minas e Energia.

Com esse quadro político, ninguém tem dúvida quanto à sua história. É um quadro político de quem deu a vida pelo enfrentamento à ditadura. Mesmo quando torturada, nunca dobrou a espinha e não entregou o nome de nenhum companheiro que estava na luta com ela. E toda a nossa geração está buscando a volta da democracia e o fim da ditadura.

Estou lembrando esses fatos, meu amigo Presidente Papaléo Paes, porque, ao longo da campanha, num comício em Caxias do Sul no qual estava também o Presidente Lula, a Ministra disse que, após as eleições, voltaríamos a discutir a política do salário mínimo e também dos aposentados, e o momento é este. Por isso, começamos a discussão. O reajuste é agora, em primeiro de janeiro. O Presidente Lula é que vai homologar – entendo eu – a redação que será dada ainda no mês de dezembro para o reajuste do salário mínimo e também dos aposentados.

Não tenho, até o momento, os dados precisos – como me perguntaram hoje pela imprensa – de quanto será o reajuste. Mas quero afirmar que a gente continua defendendo a mesma posição, que é a inflação mais o PIB, numa política permanente de reajuste do salário mínimo, que saiu de US\$70 há oito anos e hoje vale em torno de US\$300. Com esse salário mínimo, em matéria de alimentação, a população compra o dobro do que comprava há oito anos.

É claro que não é o ideal, e queremos avançar mais. Ter uma política permanente com reajuste todos os anos e não só no ano eleitoral, que alavanque o crescimento do salário mínimo, é obrigação de todos nós, congressistas e, com certeza absoluta, de toda a sociedade brasileira.

Ninguém tem dúvida: o Brasil, que foi o último País a sentir a crise e o primeiro a sair, teve, naquele ano, uma injeção de mais de R\$21 bilhões graças à política acertada do crescimento do salário mínimo.

Na conversa de hoje pela manhã, que passou por esses caminhos, ajustamos com as centrais e o Relator da peça orçamentária que teremos, já na próxima semana, um novo diálogo, uma nova conversa, envolvendo – aí, sim – o Executivo, na busca da construção de um entendimento que garanta o crescimento do salário mínimo em níveis que eu quero que sejam decentes e que assegurem o aumento do poder de compra da população. Também queremos que se garanta, nessa negociação, o reajuste dos aposentados que ganham mais do que um salário mínimo.

Se dependesse de mim, eu avançaria ainda mais. Todo mundo sabe que considero o inimigo número um dos trabalhadores o tal de fator previdenciário. Já o derrubamos no Senado, e está na Câmara. Ainda hoje pela manhã, eu dialogava pelo Twitter com a Senado-

ra eleita pelo Rio Grande e já a convidava para que, logo que S. Ex^a assumira, estejamos na frente contra o fator previdenciário, fazendo vigílias na Câmara, como fizemos aqui inúmeras vezes, para derrubar esse instrumento perverso que existe há dez anos e confisca metade do salário dos trabalhadores no ato do encaminhamento da sua aposentadoria.

Ora, Sr. Presidente, eu até quero falar mais desse tema na segunda-feira. Na segunda-feira, falarei aqui somente sobre previdência. Mas ainda quero levantar só um dado. Alguns me dizem: “Olha, você não quer que no Brasil nós tenhamos uma situação semelhante à da França”. Agora, não olham que na França o empregador paga em torno de 7% para previdência e o empregado, 7%. Nós aqui pagamos de 12% a 22%, mais que o dobro. O empregador aqui paga três vezes mais do que pagam na França. Se a França está com problema de caixa na previdência, nós não estamos. E estou falando somente da contribuição de empregado e empregador, que é mais do que o dobro da contribuição que esse setor faz na França.

Nós temos aqui, repito, pois parece que alguns não querem entender, a tributação sobre o lucro, faturamento, PIS/PASEP, jogos lotéricos, Cofins, que nós colocamos na Constituição. Eu fui constituinte. Estou no congresso desde a Constituinte, desde 1986 até hoje, graças ao povo gaúcho.

Por isso esse é um bom debate que farei de forma muito tranquila com todos os Parlamentares. V.Ex^a, Senador Papaléo Paes, nos acompanhou no debate que fizemos aqui e faremos também, se necessário for, lá na Câmara dos Deputados.

Não há motivo nenhum de manter o fator previdenciário da forma que está. Eu retomo aqui, da mesma forma, o discurso que eu fazia antes das eleições. Não é justo que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário não tenham fator, se aposentam com o salário integral – e eu não sou contra –, mas não é justo que quem pode se aposentar no máximo com R\$3.500,00, arredondando, recebe o fator, e o salário vai para R\$1.750,00, embora tenha pago sobre o teto. Essa é a grande questão que está em debate, e eu não tenho medo e não recuo uma vírgula da fazê-la em todas as instâncias que for necessário.

Por isso, Senador Papaléo, eu, que voltarei na segunda para falar mais sobre esse tema, quero ainda dizer que espero que a gente consiga, já na peça orçamentária, olhando para o horizonte, olhando para o futuro, alavancar ali recursos, apontar recursos que garantam o reajuste do salário mínimo com a inflação mais PIB, estendendo o mesmo percentual para os aposentados e também para os pensionistas.

Por fim, Senador, ontem vim à tribuna, de forma muito carinhosa e respeitosa, agradecer ao povo gaúcho e ao povo brasileiro, porque houve, Senador Papaléo Paes – e eu fui testemunha –, uma verdadeira corrente nacional para que o povo gaúcho votasse para que a gente continuasse aqui, no Senado da República, fazendo o trabalho que vínhamos fazendo e que todos sabem que eu não mudaria.

Eu sempre dizia lá, em cada momento da campanha: se pensam que eu vou mudar, não mudarei. Três palavras para mim são chave na minha vida: coragem, coerência e um pouco de rebeldia. Rebeldia faz bem, principalmente se for uma rebeldia para defender o mundo do bem, o mundo da igualdade, da liberdade, da justiça, da fraternidade, na busca de melhorar a vida de todos os brasileiros.

Quando me perguntavam se eu tinha uma relação com todos os Senadores, em nenhum momento vacilei. Tenho uma relação, sim, com todos os Senadores. Gravei, inclusive, para inúmeros Senadores de todo o Brasil e o retorno que o povo gaúcho deu para mim foi muito positivo.

Quero aqui, Senador, agradecer também a toda a rede social que foi montada no Estado e mesmo no País. Como era bom abrir o Twitter! Como era bom olhar o Orkut! Como era bom olhar o Facebook e ali as mensagens todas dizendo: “Senador, não dá bola para essa história de pesquisa em terceiro lugar.” Com essa, foi a minha sexta disputa eleitoral. Sempre estive em último lugar nas pesquisas, entre aqueles que poderiam se eleger. Acabei cunhando uma frase: as pesquisas não gostam de mim, mas não tem problema. Eu não consigo nem não gostar delas porque eu não consigo pensar mal de ninguém, nem das pesquisas. Mas para minha alegria as urnas gostam, e as urnas, gostando de mim, ali está o voto e aí, então, a minha alegria.

Eu recebia – deixo aqui registrado e vou ficar no meu tempo – inúmeras correspondências vindas pelas redes sociais, das mais variadas áreas, frases como esta: “Vai em frente, meu Senador. Mais uma vez as pesquisas querem sacaneá-lo, mas vão ter de engolir. O Senador negro vai voltar para mais oito anos no Congresso Nacional.”

Teve outro fato que está aqui registrado e que, para mim, foi marcante. Eu saía de uma cafeteria, boletim e panfletos embaixo do braço, e para um carro debaixo da chuva, desce um casal com dois filhos, de classe média alta, me abraçam e me dizem: “Não se intimide. Nós estamos com você. Pode ter certeza de que você vai voltar. Não porque eu precise. Nós não precisamos, mas muitos que precisam de você estão rezando, estão orando. Nós estamos orando, e essa

força, essa energia do universo vai ajudar o senhor a voltar.”

Por isso, Senador, eu queria aqui agradecer a todos, de todos os Estados, que, da sua forma, espontaneamente, depositaram R\$50,00 na minha conta de campanha, R\$10,00, R\$20,00, R\$100,00, R\$200,00. Foi a campanha em que eu mais arrecadei. Na última campanha, arrecadei R\$250 mil; nesta, eu arrecadei em torno de R\$1 milhão. Um milhão de reais, para mim, é muito dinheiro, é muito dinheiro mesmo para uma campanha. É claro que usei o dinheiro que foi arrecadado, doado, pela Internet, na nossa conta bancária. Enfim, se me perguntarem: “Não, mas você gastou só um milhão?” Eu, do que foi arrecadado, gastei só um milhão, e naturalmente o Partido pagou o tempo de tevê, que não estava ao meu alcance. Deve ter sido mais alguma quantia, porque o tempo de tevê eu não paguei.

Mas isso foi mais ou menos o que eu arrecadei.

Eu queria agradecer a todos, desde aquele que depositou dez reais – parece-me que o menor valor foi dez –, àquele que depositou cem, duzentos, trezentos, enfim, a todos, pela forma que contribuíram para que eu pudesse fazer uma campanha que me garantiu o retorno a esta Casa. Mas, principalmente, agradeço às redes sociais, na sua forma, quer seja pela internet, quer seja fazendo plenárias nos bairros, nas vilas, nos sindicatos, nas igrejas católica, evangélica, nos centros espíritas, nas religiões de matrizes africanas. Houve verdadeiros cultos ecumênicos em cima dessa energia que nos trouxe, mais uma vez, ao Senado da República.

Muito obrigado, Presidente. Creio que fiquei no tempo previsto.

Considere na íntegra, por favor.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco /PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesse pronunciamento que faço gostaria de falar de um apoio muito carinhoso que recebi naqueles dias de intensa corrida pelos quatro cantos do meu Rio Grande.

Eu estou falando de todas aquelas pessoas que me mandaram mensagens muito queridas, cheias de palavras de encorajamento, pessoas que repetiam dia após dia o quanto estavam orando por mim, pessoas dos mais diversos credos.

Dava prá sentir a energia positiva que cada mensagem continha. Eu podia sentir as pessoas querendo me dar um abraço e dizer: “Paim, vai dar tudo certo”

Vocês não fazem idéia da quantidade de mensagens que recebi. Foram de perder a conta. Algumas

me levaram ao choro. Eu me sentia cercado por um amor tão grande que ficava pensando: “Meu Deus, como é bom ser amado assim, como é bom saber que as pessoas acreditam no meu trabalho, que elas estão comigo”

Eu tentei responder a todas as mensagens que recebi. Algumas vezes tive que fazer um agradecimento que abrangesse um número maior de pessoas, pois minha agenda não me permitia parar e responder uma a uma.

Num dos meus momentos de silêncio, abria meu Orkut, ou facebook e lá estava uma mensagem dizendo:

Caro Senador Paim.

Apesar da distância, estou em Recife estarei torcendo pela reeleição do amigo senador. Nosso povo riograndense vai saber escolher seu representante no senado federal, nossos aposentados e demais classes. Não podemos de maneira alguma ficar sem sua presença em Brasília...abraço e que Deus ti ilumine nessa caminhada, e com certeza será Vitoriosa.

Lins.

ou então...

Caríssimo Senador,

Aproveito o espaço e a oportunidade aqui na outra ponta do país, para lhe assegurar as minhas orações e a torcida pelo seu sucesso nestas eleições; infelizmente moro em outro estado, mas não perco a oportunidade de lembrar aos meus amigos gaúchos deste ilustre brasileiro que tanto nos honra pela sua decência, pela sua dignidade...

Que Deus o abençoe a cada dia grandiosamente.

grande abraço!

ou ainda...

Olá, Senador Paulo Paim. Sou militante do PT. Trabalho na campanha política na zona central de minha cidade. Converso com o povo que caminha pelas ruas. A sua aceitação é supra partidária e super colorida. O povo, sobretudo os idosos e aposentados gratificam o seu trabalho como representante de suas aspirações de inclusão, solidariedade, igualdade e justiça social. Precisamos de sua continuidade no Senado.

Em várias mensagens percebi que as pessoas estavam muito atentas ao que se passava. Elas diziam, por exemplo:

E ai senador, mais uma vez as pesquisas querendo sacaneá-lo.

Eu tenho a perfeita noção do grande carinho e apoio que recebi de vocês, meus amigos e amigas que conversam comigo através das mais diferentes redes sociais. Vocês estiveram comigo dia após dia, no meu pensamento, no meu coração.

Muito obrigado meus amigos do Orkut, do facebook, do e-mail, das cartas. Obrigado também a vocês meus amigos blogueiros, twitteiros que tiveram importância fundamental nesta campanha, contribuindo com suas ponderações, com redes de discussão que levaram a ações muito positivas de mobilização da militância, com a divulgação do trabalho.

A twiteira chamada Sonia escreveu o seguinte comentário no twitter:

As redes sociais foram de extrema importância, ficou mais fácil mostrar às pessoas o trabalho do Senador.

Sr Presidente, eu quero salientar ainda que, as redes sociais desempenham um papel essencial para o aperfeiçoamento da democracia e em hipótese alguma devem ser usadas para apregoar a discriminação de qualquer tipo. Elas devem ser utilizadas como meio de expressão da cidadania, levando sempre em consideração o respeito ao outro.

Agradeço muito a vocês, meus amigos das redes sociais. A força de vocês se uniu à força que recebi dos gaúchos e gaúchas que apertavam minha mão quando passava por eles, que me davam aquele abraço caloroso, que aquece a alma. A força de vocês me encorajou muitas vezes como a força das pessoas que me paravam nas ruas.

Lembro, por exemplo, de um dia de chuva. Eu estava saindo de uma cafeteria quando um carro pára na minha frente e um casal, com dois filhos, debaixo de muita água me abraça e diz: “Senador, estamos trabalhando muito. Nós até não precisamos dos benefícios que o senhor está consagrando, mas defender estas causas é uma questão de justiça e de alma, por isso estamos com você. Coragem, vai dar tudo certo!”

Como eu disse antes, pessoas realizaram verdadeiros cultos ecumênicos em prol desta nossa caminhada. Isso é bonito demais! Isso me dá gosto de estar na política! Eu posso não ter o poder econômico, a força milionária dos marqueteiros, mas tenho esse carinho da população. Isso não tem preço!

Meus amigos, minhas amigas, eu sei que vocês torceram por mim e eu sei do compromisso que tenho em seguir na luta pelos direitos de vocês.

Vou continuar representando vocês no Senado, vou cumprir minha missão. Nós vamos ser uma única voz nesta tribuna. A construção de propostas que viabilizem uma vida melhor para todos continuará sendo levada adiante.

Vamos dar seguimento a nossa luta pela derubada do fator previdenciário, pela rigorosa punição ao crime do colarinho branco, pela implementação do FUNDEP, pelo fim do voto secreto, pela aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência e por tantas outras medidas que são mais do que justas.

Vamos lá, todos juntos, construir mais oito anos em favor do respeito à dignidade, à plena cidadania e à prática da justiça social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Quero parabenizar V. Ex^a por ter sido reeleito Senador da República pelo povo do Rio Grande do Sul, que soube sabiamente reelegê-lo para vir honrar nesta Casa o direito de cidadão que eles têm.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel, que fará uso do seu tempo para uma comunicação inadiável.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes – Senadora Marisa Serrano e Senadora Níura Demarchi, que representa aqui o Estado de Santa Catarina e que traz também sua contribuição para o debate no Senado Federal, eu gostaria também de fazer referência às presenças do Senador Acir Gurgacz, do Senador Alvaro Dias, do Senador João Durval, do Senador Neuto de Conto, Sr^{as} e Srs. Senadores, alcançamos, no domingo último, um feito sem precedentes na história brasileira: o mais longo período democrático já vivido no País, com a realização da sexta eleição direta para Presidente da República, desde o fim do regime militar instaurado em 1964.

Paradoxalmente, como acertadamente registra o jornal *O Estado de S. Paulo*, em suplemento especial publicado no sábado, véspera do segundo turno das eleições, em que pese essa importante conquista ainda estamos diante de uma história cheia de votações, mas, infelizmente, pobre de democracia.

Permitam-me, Sr^{as} e Srs. Senadores, citar pequeno trecho do suplemento a que me referi. Nele, o jornalista Wilson Tosta assim sintetiza a história da democracia em nosso País:

Vota-se no Brasil desde a Colônia, com as eleições para a Câmara dos Vereadores [os chamados Senados da Câmara, como se dizia no Império], nos processos de independência, durante a República Velha e após as ditaduras do Estado Novo e de 1964. O povo, contudo, foi mantido à margem da maior parte das decisões. Somados os 19 anos de de-

mocracia pós- 1945 e os 21 anos posteriores à Constituição de 1988, chega-se a 40 anos, equivalentes a um terço do período republicano, 21,2% de vida independente, e menos de 10% da história do Brasil.

Sr. Presidente, com a eleição do último domingo, o período democrático inaugurado com a Constituição de 1988 supera aquele vivido de 1946 a 1964.

É importante, Sr^{as} e Srs. Senadores, ter presente que a Constituição de 1988 nasceu – fato pouco percebido pela sociedade brasileira – de amplo acordo político, o intitulado “Compromisso com a Nação”. Esse pacto, talvez o mais importante da nossa história republicana, ensejou a eleição da chapa Tancredo Neves e José Sarney, por intermédio do Colégio Eleitoral, e tornou possível, de forma pacífica, a passagem do regime autoritário para o chamado Estado Democrático de Direito – ou seja, a prática de uma democracia sem adjetivos, porque a democracia é, e consequentemente não comporta adjetivos ou outras forma de qualificativos.

Observe-se ainda, como toda obra humana, que uma constituição tem virtudes e imperfeições. As virtudes decorrem do contexto histórico em que são discutidas e votadas. No período de 1987 e 1988, aspirava-se, antes de tudo, à restauração plena das liberdades e garantias individuais e edificação de uma democracia, insisto, sem adjetivos. As imperfeições derivam, observo como constituinte, do afã de tudo regular, consequência talvez da crença da onipotência do Estado.

Feitas essas ressalvas, não é exagero afirmar que a Constituição de 1988, batizada pelo então Presidente da Câmara dos Deputados Ulysses Guimarães de “Constituição Cidadã”, ofereceu ao povo brasileiro a mais ampla Carta dos Direitos Individuais e Coletivos e o mais completo conjunto de direitos sociais que o País conheceu. Contudo, as mudanças econômicas e as transformações sociais dela decorrentes não esgotaram o processo indispensável para a adaptação do Brasil às novas exigências de um mundo em que a competição e a integração se tornaram inevitáveis.

Sr. Presidente, Senador Neuto de Conto, cumpre, agora, completar essa obra com a reforma da estrutura política institucional, opinião que expomos, insistentemente, antes mesmo da realização do plebiscito de 21 de abril de 1993, no qual o povo se pronunciou pela manutenção do regime republicano e do sistema presidencialista – regras que, a meu ver, transformaram-se em regras pétreas, ou seja, em cláusulas irremovíveis do texto constitucional. Sem ela não se poderia assegurar solidez às instituições brasileiras, indispensáveis ao pleno travejamento da democracia.

A persistência com que tenho abordado esse tema nasce da convicção de que a mais relevante das reformas do País é, sem dúvida, a de natureza institucional e política, de que depende, em última análise, o sucesso de todas as demais. Enfim, é fundamental fortalecer as instituições, porque, como nós sabemos, as pessoas passam, mas as instituições ficam, como salienta com propriedade o escritor italiano Norberto Bobbio, em seu livro *Entre duas Repúblicas*, publicado em 1947.

Sr. Presidente, consideradas historicamente, as reformas políticas têm se cingido, no Brasil, a sucessivas reformulações de natureza eleitoral. Criamos, com isso, a síndrome de tomar por políticas simples mudanças pontuais do sistema partidário-eleitoral. E a melhor evidência disso é que, conquanto multiplicando-se ao longo do tempo, essas reiteradas reformas restringem-se à mudança do sistema majoritário adotado em 1821, no Império, pelo sistema proporcional instituído, mais de um século depois, pelo Código Eleitoral de 1932.

É bom lembrar que o Código Eleitoral de 1932 é uma consequência da chamada Revolução de 30, que teve como seu grande líder Getúlio Vargas. E foi por intermédio do Código Eleitoral de 1932 que instituímos a Justiça Eleitoral. E mais do que isso, estabelecemos também que a Justiça Eleitoral deveria gozar de determinada autonomia, para que pudesse gerir os pleitos em todo o País, quer do plano federal, estadual e até mesmo das eleições municipais.

Tudo isso nos leva a indagar em que medida tais alterações ajudaram a aprimorar nossas instituições político-representativas.

Dispensável lembrar, Sr. Presidente, ser o Estado, em suas distintas e diversas formalidades, a mais antiga instituição de nosso planeta. Não porque seja a mais importante construção humana, mas pelos atributos que a ele vêm associados: o poder, a dominação e, como corolário, o monopólio da coerção – ou seja, o uso da força quando necessário.

É certo que limites foram estabelecidos ao longo de sua evolução – o primeiro deles a separação dos poderes, que herdamos já, como todos sabemos, dos princípios defendidos na Europa, por entre muitos Montesquieu. O primeiro deles, portanto, a separação dos poderes, que aqui praticamos por opção constitucional. Assim, não há outra tarefa a cumprir em nosso País senão a de edificarmos autênticas instituições.

Não se trata apenas de operar, Sr. Presidente, algumas mudanças formais e limitadas deste ou daquele poder. É preciso algo mais abrangente e profundo, em relação aos três ramos especializados de atuação do Governo. Urge uma reforma administrativa que implique,

concomitantemente, a alteração dos mecanismos decisórios da representação política, para que possamos, a partir daí, consumir a reforma do próprio Legislativo, em todos os níveis, tornando-o mais ágil e ajustável, em consonância, portanto, com as mudanças que se operam na sociedade à revelia do Estado.

O mesmo se pode dizer, Sr. Presidente, em relação ao Poder Judiciário. Tão importante quanto dinamizar e tornar mais acessível a prestação jurisdicional dos juízes e tribunais é o desafio de ajustar a lei aos imperativos da Justiça, sem que isto implique diminuir o respeito ao devido processo legal e ao direito de defesa – um princípio democrático inscrito também no texto constitucional, na sua declaração de direitos, que está, sob esse aspecto, muito bem delineado e construído.

Para tal, é imprescindível, portanto, que os órgãos da Justiça tenham um poder decisório mais eficiente, com autonomia na garantia efetiva dos direitos coletivos, quer no campo econômico, quer no campo social.

No âmbito do Executivo, temos de tornar mais eficiente a capacidade de operação das diferentes áreas em que se exige a proteção ou a intervenção do Estado, não em favor do seu próprio fortalecimento, mas na tutela dos direitos do cidadão, definindo suas atividades em setores de atuação direta e, ao mesmo tempo, estabelecendo o exercício de um poder regulatório ágil e célere.

Outro ponto relevante é a reforma dos três sistemas do regime democrático, que chamaremos operativos: o sistema eleitoral, o sistema partidário e o sistema de governo. É preciso compatibilizarmos o sistema eleitoral e o sistema partidário, com o objetivo de garantir a representatividade e aumentar a governabilidade.

É importante lembrar que fazer reforma política não significa melhorar, necessariamente, os níveis de governabilidade. Daí por que uma tarefa inadiável, a meu ver, que o País reclama, é justamente melhorar os níveis de governabilidade para que possamos não somente aperfeiçoar a democracia, mas assegurar a todos e a cada um a plena fruição dos direitos da cidadania.

No sistema eleitoral, não basta a existência de um processo estável e permanente que ponha fim à prática de elaboração de uma nova lei para cada eleição. Devemos mudar o próprio modelo proporcional de listas abertas, hoje existente em apenas dois países do mundo, um dos quais o Brasil.

Sr. Presidente, temos de escolher entre as inúmeras modalidades e alternativas de correção que estão sendo aperfeiçoadas ao longo do tempo aquela que evite a proliferação de partidos, o que descarac-

teriza e compromete o quadro partidário. Ao mesmo tempo é preciso que o próprio período eleitoral e os métodos de financiamento, tanto das eleições quanto dos partidos, sejam ajustados à rotina da vida civil, para que não perturbem a normalidade do exercício da cidadania.

O sistema de governo, Sr. Presidente, que resultará fatalmente desses novos modelos, terá de se ajustar às exigências da democracia participativa, em que as normas, as regras e a própria atuação do Poder Público respondem à cidadania, servindo à sociedade e não se servindo da sociedade. Esse enfoque implica um sistema tributário simplificado, não regressivo, e correspondente à capacidade contributiva do cidadão. Tais medidas, Sr^{as} e Srs. Senadores, teriam enorme efeito não só no sistema político, mas igualmente na vida cultural, social e econômica do País e sua plena inserção na comunidade internacional.

Sr. Presidente Senador Neuto de Conto, Sr^{as} e Srs. Senadores, há, malgrado continuados e expressivos avanços, ainda um largo território a percorrer. Sem essas mudanças, não colheremos os efeitos do processo de transformação iniciado com a Constituição de 1988 e que não pode ser interrompido, sob o risco de frustrarmos as aspirações manifestadas pela sociedade brasileira em muitas e reiteradas eleições.

Desejo, portanto, concluindo minhas palavras, exortar a que os novos integrantes da Câmara dos Deputados, bem como do Senado Federal, possam dar preferência à votação de projetos que privilegiem a reforma do Estado, o aperfeiçoamento do sistema político e, conseqüentemente, a criação de condições para que o País possa não somente dar um novo trajeto institucional, mas a certeza também de que estaremos regulando a enorme incerteza jurídica com a qual ainda convive nosso País.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – O Plano Real, que goza de enorme prestígio aqui e alhures, precisa ser complementado.

É lógico que avançamos bastante, nobre Senador Alvaro Dias, mas ainda insuficiente para atender as demandas da sociedade. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Marco Maciel, é exatamente nesse contexto que sentiremos a sua ausência nos debates a partir do próximo ano. A sua experiência, a sua competência, a sua capacidade de interpretar a realidade social, tudo isso seria exponencial no debate das reformas que os novos tempos estão a exigir, especialmente a reforma política, que é a matriz de todas as reformas. Mas nós esperamos que essa contribuição sua, inteligente e espontânea

possa se dar mesmo distante do Parlamento. Mesmo não estando aqui entre nós, será, certamente, um inspirador das ações que devemos aqui desenvolver na luta por reformas fundamentais para o País. E V. Ex^a focaliza bem a reforma do Estado. Imaginamos que a Presidente da República tem papel importantíssimo, porque, afinal, estamos sob a égide de um presidencialismo forte, e reformas em profundidade só ocorrem quando há real interesse do Presidente da República e ele possa liderar com competência o processo, já que é o grande legislador, é quem elabora a pauta das propostas que tramitam no Congresso Nacional de forma direta ou indireta. Portanto, apenas para homenageá-lo com este aparte e dizer que será sempre oportuna, necessária e insubstituível a sua participação, de forma direta ou indireta, nesse debate sobre reformas no Brasil. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador Alvaro Dias, eu gostaria de agradecer, entre sensibilizado e desvanecido, o aparte com que me honrou V. Ex^a, que não é somente um amigo que prezo há muitos e muitos anos – poderíamos dizer há décadas. Também gostaria de aproveitar a ocasião para dizer que, conforme V. Ex^a salientou, é fundamental que avancemos também no aperfeiçoamento das instituições. Inclusive é bom lembrar que ainda convivemos com o instituto das medidas provisórias.

O instituto das medidas provisórias tem, de alguma forma, cerceado o processo deliberativo tanto da Câmara dos Deputados como do Senado Federal. Urge, conseqüentemente, repensarmos na questão das medidas provisórias, para que consigamos dar ao País e, de modo particular, ao Congresso Nacional as condições para que ele possa deliberar de acordo com os sentimentos da sociedade brasileira.

Por isso, agradeço muito sensibilizado as palavras de V. Ex^a e diria que esperamos que continuemos a avançar no sentido de aperfeiçoar o processo político brasileiro.

Sr. Presidente, já que terminei a minha intervenção, solicitaria a V. Ex^a, nos termos regimentais, a inclusão em pauta dos Requerimentos n^{os} 837, 842, 843, 845 e 846, de 2010, encaminhados à Comissão de Relações Exteriores.

Meu parecer é favorável a todos os requerimentos.

Estou encaminhando à Mesa cada um dos pareceres para instruir as matérias.

Pediria a votação dessas matérias tão logo tenhamos o *quorum* regimental. E quero dizer quais são os pareceres.

Trata-se de cinco pareceres de Plenário sobre o Requerimento n^o 837, de 2010, do Senador Heráclito

Fortes, que pede, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 4 a 15 de novembro de 2010, para participar de visita oficial à República Popular da China como convidado do governo chinês com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. E comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período. Sou o Relator dessa matéria.

O mesmo ocorre com o Requerimento nº 842, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que solicita também, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 5 a 15 de novembro de 2010, para participar de visita oficial à República Popular da China. Esse requerimento é semelhante ao apresentado pelo Senador Heráclito Fortes. Sobre esse tema, dei parecer favorável.

Desejo agora referir-me ao Requerimento nº 843, de 2010, do Senador Augusto Botelho, que também solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, para, entre os dias 4 a 15 de novembro de 2010, participar da visita oficial à República Popular da China como convidado do governo chinês com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembleia Nacional Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

A seguir, vem o Requerimento nº 845, de 2010, do Senador Adelmir Santana, que pede, nos termos

do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre os dias 4 a 15 de novembro de 2010, para participar de visita oficial à República Popular da China como convidado do governo chinês com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

E, por fim, dou parecer favorável, de Plenário, sobre o Requerimento nº 846, de 2010, do Senador João Tenório, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período compreendido entre os dias 4 a 15 de novembro de 2010, para participar da visita oficial à República Popular da China como convidado do governo chinês com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Comunica ainda, nos termos do art. 39, inc. I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País nesse mesmo período.

Sr. Presidente, esses requerimentos que acabo de ler foram encaminhados pela Comissão de Relações Exteriores, e sobre os quais estou me manifestando favoravelmente, posto que o prazo da licença para que os referidos parlamentares possam fazer a viagem está iniciando a partir do dia de hoje, razão pela qual os encaminho à Mesa para que possa manifestar-se terminativamente sobre o tema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

São os seguintes os pareceres, na íntegra:

PARECER Nº 1.428, DE 2010

*De Plenário, sobre o **Requerimento nº 837, de 2010**, do Senador **Heráclito Fortes**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 04 a 15 de novembro de 2010 para participar de visita oficial à República Popular da China, como convidado do Governo Chinês, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.*

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a pronunciar-se, em Plenário, sobre o **Requerimento Nº 837, de 2010**, de iniciativa do Senador **Heráclito Fortes**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 04 a 15 de novembro de 2010 para participar de visita oficial à República Popular da China, como

convidado do Governo Chinês, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.

II – ANÁLISE

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente informa que estará ausente do País no período de 04 a 15 de novembro de 2010, e solicita as necessárias providências.

III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento em tela.

Sala das Sessões, em

. Presidente



. Relator

PARECER

Nº 1.429, DE 2010

*De Plenário, sobre o **Requerimento nº 842, de 2010**, do Senador **Eduardo Azeredo**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 05 a 15 de novembro de 2010 para participar de visita oficial à República Popular da China, como convidado do Governo Chinês, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.*

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a pronunciar-se, em Plenário, sobre o **Requerimento Nº 842, de 2010**, de iniciativa do Senador **Eduardo Azeredo**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 05 a 15 de novembro de 2010 para participar de visita oficial à República Popular da China, como convidado do Governo Chinês, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de

Relações Exteriores do Senado Federal. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.

II – ANÁLISE.

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

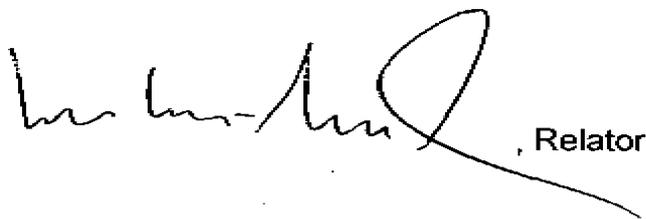
Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente informa que estará ausente do País no período de 05 a 15 de novembro de 2010, e solicita as necessárias providências.

III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento em tela.

Sala das Sessões, em

, Presidente


, Relator

PARECER Nº 1.430, DE 2010

*De Plenário, sobre o **Requerimento nº 843, de 2010**, do Senador **Augusto Botelho**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 04 a 15 de novembro de 2010 para participar de visita oficial à República Popular da China, como convidado do Governo Chinês, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.*

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a pronunciar-se, em Plenário, sobre o **Requerimento Nº 843, de 2010**, de iniciativa do Senador **Augusto Botelho**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 04 a 15 de novembro de 2010 para participar de visita oficial à República Popular da China, como convidado do Governo Chinês, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.

II – ANÁLISE

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

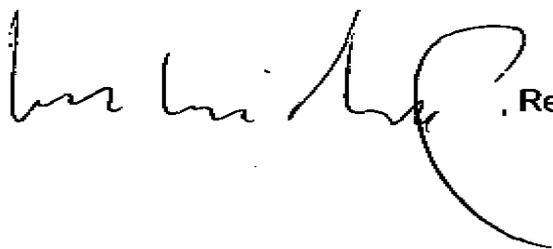
Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente informa que estará ausente do País no período de 04 a 15 de novembro de 2010, e solicita as necessárias providências.

III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento em tela.

Sala das Sessões, em

Presidente

 Relator

PARECER Nº 1.431, DE 2010

*De Plenário, sobre o **Requerimento nº 845, de 2010**, do Senador **Adelmir Santana**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 04 a 15 de novembro de 2010 para participar de visita oficial à República Popular da China, como convidado do Governo Chinês, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.*

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a pronunciar-se, em Plenário, sobre o **Requerimento Nº 845, de 2010**, de iniciativa do Senador **Adelmir Santana**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 04 a 15 de novembro de 2010 para participar de visita oficial à República Popular da China, como convidado do Governo Chinês, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.

II – ANÁLISE

O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente informa que estará ausente do País no período de 04 a 15 de novembro de 2010, e solicita as necessárias providências.

III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento em tela.

Sala das Sessões, em


Presidente


Relator

PARECER Nº 1.432, DE 2010

*De Plenário, sobre o **Requerimento nº 846, de 2010**, do Senador **João Tenório**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 04 a 15 de novembro de 2010 para participar de visita oficial à República Popular da China, como convidado do Governo Chinês, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.*

RELATOR: Senador MARCO MACIEL

I – RELATÓRIO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a pronunciar-se, em Plenário, sobre o **Requerimento Nº 846, de 2010**, de iniciativa do Senador **João Tenório**, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no

período compreendido entre os dias 04 a 15 de novembro de 2010 para participar de visita oficial à República Popular da China, como convidado do Governo Chinês, com o propósito de ampliar o relacionamento entre a Comissão de Assuntos Exteriores da Assembléia Popular Nacional da República Popular da China e a Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Comunica, ainda, nos termos do artigo 39, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.

II – ANÁLISE

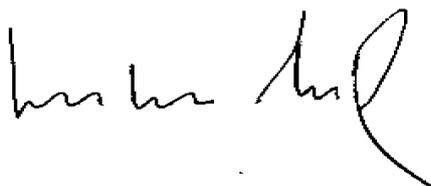
O art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, prevê que “a ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado”, estabelecendo, ainda, em seu parágrafo 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a Comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Requerente informa que estará ausente do País no período de 04 a 15 de novembro de 2010, e solicita as necessárias providências.

III - VOTO

Diante do exposto, e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento em tela.

Sala das Sessões, em



, Relator

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Papaléo Paes deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Neuto de Conto

O SR. PRESIDENTE (Neuto de Conto. PMDB – SC) – Sr. Senador Marco Maciel, em relação a essa matéria, esclarecemos que, em cumprimento ao disposto no § 4º do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, uma vez proferidos os pareceres em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a matéria será votada oportunamente, tão logo atingamos o *quorum* no nosso painel.

Quero cumprimentá-lo também pelo importante pronunciamento e anunciar o próximo orador inscrito, o eminente Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, depois de uma semana de inatividade aqui no Senado, que foi a semana das eleições, voltei com algumas obrigações de me pronunciar aqui nesta tribuna.

Ontem, iniciei com a mais importante, que foi justamente sobre a perda que tivemos, não só para o Senado Federal, mas para o Estado de São Paulo e para todo o Brasil, do nosso, do meu querido amigo Senador Romeu Tuma, por quem, logicamente, todos aqui tinham um carinho todo especial, porque ele assim fazia com todos nós.

Como foi o tema mais importante, falei ontem. Hoje, vou falar sobre o funcionalismo público. O Dia do Servidor Público foi no último dia 28. Vou falar disso, é o meu tema de hoje.

Ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, para registrar meus cumprimentos aos servidores públicos brasileiros, pela passagem, em 28 de outubro último, do seu dia. É um registro que tenho feito questão de fazer ou de repetir anualmente como um forma de lembrar ao cidadão brasileiro a importância histórica desse grupo funcional e profissional para o País.

A existência dessa categoria é resultado direto do papel central jogado pelo Estado nas sociedades modernas. Desde sua função original, provavelmente ligadas a questões de defesa ou regramento básico dos grupos humanos, o aparato do Estado foi ganhando complexidade e novas funções, acompanhando o crescimento e a diversificação da sociedade.

Chegou a um ponto em que foi necessária a profissionalização das pessoas que exerciam essas funções, origem do serviço público moderno.

O grande salto qualitativo se dá no momento em que se amplia, do ponto de vista social, o recrutamento desses servidores, antes exclusivamente ligados às elites economicamente dominantes.

O atual quadro de servidores públicos reflete, de forma bastante positiva, a própria construção da sociedade democrática moderna, de caráter necessariamente inclusivo.

Na história do nosso País, o Estado ganhou funções ainda mais complexas, visto que se tornou o fio condutor de todo o processo de modernização de nossas estruturas econômicas, com impacto profundo nas respectivas estruturas sociais.

O Estado brasileiro, reza a nossa Constituição, é responsável pela saúde, educação, manutenção da ordem, segurança pública, justiça, regramento econômico, garantia de padrões mínimos de sobrevivência aos cidadãos, e por aí vai.

Isso resulta na necessidade de recrutamento de uma gama cada vez maior de profissionais junto à sociedade, ampliando e diversificando o serviço público.

Estamos falando, Sr. Presidente, de médicos, odontólogos, professores, administradores, economistas, engenheiros, advogados, sociólogos, antropólogos, comunidades ou comunicadores sociais, relações públicas, e outras dezenas de carreiras de nível superior, além de pessoal técnico de nível médio e pessoal de apoio de nível básico.

A Constituição de 1988, Sr. Presidente, consagrando o princípio do concurso público para o acesso às carreiras civis, garantiu a democratização dessas carreiras, o que pode ser traduzido, em termos modernos, como permanente oxigenação dos quadros funcionais.

É isso que nos permite afirmar que praticamente todos os órgãos públicos hoje em dia contam em seus quadros com profissionais do mais alto gabarito.

O próprio Senado Federal deve muito de seu funcionamento aos excelentes profissionais de carreira que tem, servidores públicos que desempenham com desenvoltura admirável suas funções na Casa. A qualificação técnica do quadro de consultores desta Casa, por exemplo, é referência no funcionalismo público brasileiro. O mesmo acontece com analistas e técnicos em toda sua gama de especialidades, essenciais às atividades legislativas, administrativas, de comunicação e de suporte que mantêm o Senado como uma Casa produtiva e participativa.

Eu quero aqui reforçar o que acabei de citar, porque esta Casa, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais do que nunca, ela é o grande exemplo que nós temos de um bom quadro de funcionários públicos que traduz isso na eficiência do nosso trabalho.

A eficiência desses profissionais é que faz com que nós Senadores possamos desenvolver as nossas atividades com alta qualidade. Nós só não seremos produtores ativos de qualidade nesta Casa se não

quisermos ou não estivermos extremamente ligados a essa necessidade essencial que temos de ocupar o servidor público, que trabalha no Senado Federal.

Por isso, quero deixar, e deixo sempre, a minha posição não de defensor do servidor público do Senado Federal, mas sim de alguém que é justo com esses servidores, reconhecendo que os servidores desta Casa não podem, de forma alguma, receber qualquer tipo de crítica por causa de um trabalho não adequado que nós, que recebemos os votos e somos Senadores, fazemos ou praticamos nesta Casa. As nossas práticas aqui, a conduta de cada Senador, quando positiva, têm muito a ver com a boa qualidade dos servidores públicos do Senado Federal. Mas tenham certeza absoluta de que qualquer prática negativa de um Parlamentar nesta Casa não tem nada a ver com a qualidade dos técnicos do Senado Federal, que são altamente qualificados.

Eu sou servidor público federal e nesta Casa recuperei a esperança de ver que se os órgãos públicos, como o Senado Federal, fizerem a exigência que têm que fazer e derem bons exemplos aos seus servidores públicos, teremos sempre o serviço público altamente eficiente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é o esforço coletivo do corpo funcional do Senado que permite ao Senador a tranquilidade para o exercício do seu mandato. Da Dr^a Cláudia Lyra, Secretária-Geral da Mesa, responsável pela eficiente orientação daqueles que presidem nossas sessões, até o nosso querido Zezinho, personagem frequente neste plenário, que não deixa que nada falte ao Senador, todos os funcionários do Senado merecem o parabéns.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, grandes vultos brasileiros emprestaram seus serviços ao setor público, como foi o caso de Machado de Assis, que ocupou várias posições públicas desde o início de carreira no *Diário Oficial* até o antigo Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Lima Barreto foi escrevente do Ministério da Guerra, concursado; Carlos Drummond de Andrade foi fundamental no Ministério da Educação; Graciliano Ramos foi Inspetor Federal de Ensino; Guimarães Rosa, João Cabral de Melo Neto e Vinícius de Moraes foram diplomatas, umas das primeiras carreiras de excelência do setor público, de onde vieram também algumas dezenas de gestores de importantes órgãos políticos e ministros.

Também é no setor público onde existe a produção científica mais relevante em nosso País, em empresas públicas como a Embrapa ou em universidades públicas ou centros científicos, como o Observatório Nacional e a Fundação Oswaldo Cruz, só para citar uns poucos,

com suas centenas de professores, pesquisadores, técnicos e servidores administrativos e de apoio.

A lista de atividades nas quais o servidor público se mostra essencial para o País é muito extensa, Sr. Presidente, razão pela qual eu vou ficando por aqui.

Cabem, entretanto, alguns comentários finais. Apesar do recrutamento cada vez mais democrático, como já citei, o serviço público ainda padece de alguns males resultantes de certa miopia de nosso dirigentes.

É necessário manter o servidor permanentemente atualizado, especialmente em áreas onde a dinâmica do conhecimento é mais acelerada. Por isso, precisamos investir de forma permanente na capacitação dos servidores, uma das atividades que frequentemente sofrem cortes orçamentários.

Ainda existe uma desigualdade muito grande nas carreiras, especialmente quando comparamos quadros federais com o funcionalismo do Estado ou do Município. Nem sempre essa desigualdade resulta de diferentes capacidades econômicas dos entes federados. Carreiras públicas-chave, como educação, saúde e segurança pública, não deviam ter variação de remuneração e condições de trabalho tão expressivas como as que existem no Brasil.

Luto permanentemente pela consolidação das carreiras públicas, até para evitar um fenômeno visível no atual Governo: a multiplicação de cargos comissionados de duvidosa necessidade. Muitos desses representam apenas despesas, Sr. Presidente, sem a contrapartida de serviços relevantes.

Melhor fariam se investissem recursos na capacitação dos quadros já existentes e na valorização dos servidores de carreira, que estão mais verdadeiramente comprometidos com a qualidade dos serviços prestados à população no longo prazo.

O serviço público moderno não é lugar para pendurar apaniguados!

A valorização do servidor público envolve estabelecimento de regras claras, republicanas, de acesso ao serviço público, capacitação permanente, condições mínimas para desempenhos de suas funções, em termos materiais e de recursos humanos de apoio, além da remuneração condizente e carreira definida, do recrutamento até a justa aposentadoria.

Meus cumprimentos a todos os servidores públicos brasileiros, em especial a todos os servidores do meu querido Amapá, sejam eles federais, estaduais ou municipais. Mantenham nas suas vidas profissionais a retidão de comportamento, a eficiência e a cortesia que o cidadão brasileiro, nosso verdadeiro patrão, espera e precisa de nós.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neuto De Conto. PMDB – SC) – Eu que lhe agradeço, eminente Senador Palácio Paes.

Pela ordem, ou melhor, pela Liderança do PDT, tem a palavra o eminente Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Trago aqui uma matéria a que nós demos início ontem aqui, no plenário, e a que quero dar seqüência na data de hoje, com informações mais precisas com relação à economia brasileira, com relação às nossas empresas, às nossas exportações e à nossa balança comercial atual, mas principalmente à balança comercial do futuro – essa, sim, a grande preocupação que nós temos.

A manchete da *Folha de S. Paulo* de hoje traz uma notícia da economia norte-americana. O Banco Central do Estados Unidos da América, o FED, anunciou uma medida para tentar contornar a crise que teima manter altas taxas de desemprego naquele país. A idéia é comprar 600 bilhões de dólares em títulos do governo que estão espalhados em instituições financeiras privadas. Segundo matéria do jornal, essa medida do Governo de Barack Obama pode trazer impactos negativos para o nosso País.

A medida consiste em lançar ao mercado essa quantia de 600 bilhões de dólares, ao comprar de bancos, por exemplo, os títulos do governo que os bancos compraram como forma de investimento para receberem juros do próprio governo. Ao fazer a compra, o governo dos Estados Unidos joga de volta no mercado produtivo esses 600 bilhões, mas reduz as taxas de juros em seus títulos. Com isso, ele praticamente força as instituições financeiras a buscarem outros investimentos, como, por exemplo, financiar a produção, fazendo empréstimos a empresas norte-americanas.

Com isso, o governo pretende estimular a produção e o emprego, ajudando as suas empresas e ele próprio a sair da crise que se estende desde de outubro de 2008.

Essa medida pode causar três reflexos no Brasil. E dois são negativos. Um deles pode acontecer caso as instituições financeiras que receberem parte desses 600 bilhões de dólares procurem investimentos não produtivos aqui no Brasil, inflacionando o preço de ações e de imóveis, isso no caso de esse capital entrar no Brasil para especulação financeira. O segundo efeito negativo será com relação à taxa de câmbio, a variação do valor das moedas entre os países, que já não é boa. Segundo afirmou o Secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, a política do FED é motivo de

muita preocupação, pois é uma política de empobrecimento do vizinho. “A conseqüência”, diz Barral, “é a retaliação e o protecionismo”. Isso acontece porque os Estados Unidos vão imprimir mais moedas para pagar esses 600 bilhões de dólares pelos títulos do Governo. Isso fará com que o dólar seja desvalorizado em relação ao real ainda mais.

Outro efeito negativo será a elevação da competitividade dos exportadores americanos em relação à indústria brasileira. Esse é um tema que venho destacando aqui há dias e que precisa ser enfrentado imediatamente. O Brasil não tem mais tempo a perder quando o assunto é a redução do seu custo de produção, o chamado Custo Brasil. Não podemos ter nossa economia à mercê de ações econômicas como essas que estão sendo tomadas pelo governo dos Estados Unidos. Isso acontece exatamente por um motivo: nosso Custo Brasil é alto e perdemos competitividade muito facilmente.

Temos, hoje, como se fala na economia, muita gordura a cortar para reduzir esses custos. E essa gordura não está em salários ou em insumos de produção. Essa gordura não será sanada com cortes de pessoal nas empresas. O setor privado já vem fazendo cortes em cima de cortes. A economia brasileira privada já está, poderíamos dizer, saneada. A gordura à qual me refiro só pode ser cortada com uma reforma tributária eficiente, inteligente, que seja fundamentada no corte de impostos.

Eu sinto que alguns impostos podem ser considerados desnecessários porque o próprio Governo já tomou consciência, em medidas adotadas nos últimos anos, que é possível abrir mão de certos impostos, que é possível produzir certas alíquotas em nome de um aumento de arrecadação em outros pontos dessa extensa rede econômica na qual a nossa sociedade está inserida.

É inadmissível que hoje tenhamos receio de uma medida econômica tomada nos Estados Unidos e tenhamos a certeza de impactos negativos em nossos negócios simplesmente porque um outro país está tentando salvar a sua pele, assim como os Estados Unidos.

A sociedade brasileira ouve falar há muito tempo em reforma tributária e sente até arrepios quando escuta, mais uma vez, alguém falar nesse assunto. Isso acontece exatamente porque, toda vez que se levanta essa questão, o resultado é aumento de imposto ou outra coisa qualquer que seja aumentar a carga tributária.

Tomo um exemplo bem claro, que é a indústria automobilística. Os salários do setor automobilístico

norte-americano são mais altos que os salários no mesmo setor aqui no Brasil.

No entanto, os carros são muito mais baratos lá do que os carros produzidos aqui. E é inaceitável, em um mundo globalizado, com produções em escalas mundiais, com a adoção de veículos padronizados, que ainda haja essa diferença tão gritante. E onde fica essa diferença? Fica exatamente na carga tributária que incide sobre a indústria automobilística brasileira, a mesma carga que incide sobre diversos outros setores da nossa economia.

Por esse motivo, venho propondo essa reforma tributária e vou insistir em colocar esse assunto em pauta o quanto antes. Não há meios de falar em desenvolvimento de nossa economia sem que esse problema seja enfrentado.

Meus amigos de Rondônia, meus amigos de todo o Brasil, essa notícia que abordo aqui hoje faz, de certa forma, contraponto com outra informação divulgada, hoje também, pela Agência Brasil. Em Curitiba, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, anunciou que o agronegócio brasileiro deverá fechar o ano com um superávit superior a US\$60 bilhões. É preciso destacar que o setor é responsável por quase metade das exportações brasileiras.

O Ministro destacou que, no ano passado, essa participação chegou a 42% e, neste ano, será ainda maior, gerando um superávit extraordinário. Nas palavras do Ministro, “devemos chegar ao fim do ano com US\$70 bilhões de exportações provenientes do agronegócio. E vamos importar apenas algo em torno de US\$12 a US\$14 bilhões”.

O Brasil é hoje um dos maiores produtores de alimentos do mundo e deve se tornar, nos próximos dez anos, o maior produtor de alimentos do planeta. Já exportamos alimentos para 215 países e somos os maiores exportadores de vários produtos, além dos tradicionais café, açúcar e suco de laranja. Estamos nos destacando nas exportações de carne bovina, suína e de aves e já ocupamos a condição de maiores exportadores do complexo de soja, como bem destacou o Ministro, hoje pela manhã, em Curitiba.

Mas não podemos esquecer que ainda existem problemas a serem resolvidos, como o custo da nossa produção e o custo até mesmo da industrialização de nossos produtos agropecuários. Por esse motivo, venho trabalhando em função de reduzir os custos da produção agroindustrial na Amazônia, como venho também trabalhando para aumentar os investimentos na infraestrutura de transportes, a fim de minimizar o impacto da logística de escoamento da nossa produção.

Entendo como lógica a preocupação que venho demonstrando em minha atuação aqui, no Senado,

basicamente voltada a criar as condições de desenvolvimento, de geração de negócios e de emprego, pois não há como fazer mágica nesse mundo em que vivemos. O nosso povo precisa de emprego e de salários justos. Nossos empresários precisam de incentivos e regras claras para investir e produzir. Nosso Estado precisa ser eficiente e voltado para as necessidades de nossa Nação, para as necessidades de cada um dos brasileiros que aqui vivem. É assim que entendo nossa missão nesta Casa.

Entendo que se faz necessário, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos assistem através da TV Senado, uma reforma tributária urgente para que nós possamos diminuir a despesa do Governo com o seguro-desemprego. É melhor nós diminuirmos a arrecadação de impostos do que aumentarmos o salário desemprego. As nossas indústrias, os nossos funcionários, as nossas empresas que empregam precisam de uma atuação do Governo urgentemente. Por isso, pedimos aqui, mais uma vez, uma atenção especial para essa reforma tributária, que é tão importante para todos nós, brasileiros.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha para tratar nesta tarde de hoje.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Neuto de Conto deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Neuto De Conto.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saímos de uma jornada cívica onde o País se mobilizou para elegermos Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores da República, Governadores e o Presidente e o Vice-Presidente da República. Foram noventa dias, uma jornada incansável, em que programas, propostas, ideologias, debates entraram, adentraram todas as casas da população brasileira. O sucesso de cada um dos eleitos é o sucesso da Pátria, o sucesso do País.

Por isso, eu vejo que o País precisa, sim, de algumas reformas básicas e fundamentais para que haja a sustentação necessária para o crescimento projetado para a nossa Pátria, crescimento que vem principalmente desde 1994, depois de seis planos fracassados e depois de vivermos com uma inflação de 80% ao mês, 2,5% ao dia. A inflação não só corroía o salário, a vida, mas atingia o tecido social, e este País vivia

num desacordo político permanente, numa turbulência social, num desencontro da classe dominante e, principalmente, numa turbulência perante a sociedade. Naquele ano, cortamos seis zeros da nossa moeda. Um milhão passou a valer um real. Tivemos quatro moedas diferentes: o cruzeiro, o cruzado, o cruzado novo e o real. Tivemos o início. Falo com conhecimento porque, como Deputado Federal, fomos o relator e o negociador, junto ao Governo, do Plano de Estabilização da Economia do Brasil. Nos longos trinta dias da matéria, ouvimos todos os segmentos da sociedade, para formar posição e criar critérios para elaborar um projeto de conversão que, aprovado na Comissão, no Congresso Nacional, hoje é o nosso real.

Para termos uma ideia do desenvolvimento nesses 15 anos, partimos de um PIB de R\$349 bilhões, em 1994, para um PIB de R\$3,1 trilhões, ao final de 2009. Sr^{as} e Srs. Senadores, crescemos, em 15 anos, novecentas vezes e somos hoje a oitava economia do mundo. Segundo as previsões dos analistas, seremos a quinta na próxima década. Certamente, teremos que duplicar o que tivemos nesses 15 anos. Mas, para isso, teremos que trabalhar muito. Certamente, a nossa Presidente terá que buscar principalmente as mudanças estruturais na área política, na área econômica e na área social. Terá, sim, que investir pesado na educação, na saúde e na segurança, mas principalmente, junto com essas causas, na infraestrutura, pois, do contrário, será um crescimento sem bases sólidas.

Para referendar com mais precisão, hoje o setor que mais representa a economia do Brasil é a agricultura, a agropecuária, o agronegócio. A agricultura representa 33% do PIB, 34% das exportações, 37% dos empregos e é responsável pelo total do *superávit* da balança comercial nos últimos cinco anos.

Essa agricultura, em razões muito abertas, muito claras, pela falta de terras agricultáveis no mundo e pelo aumento de consumo, principalmente na África e na Ásia, considerando ainda a urbanização e a elevação do ganho da sociedade, nos diz a FAO, em publicação do Ministério da Agricultura do Brasil, será, em dez anos, responsável não só por alimentar os 190 milhões de brasileiros, mas também por participar com 21% da carne suína do mundo, 61% da carne bovina e 90% da carne de frango. Isso é aumentar em quatro vezes a produção atual.

Esses dados fantásticos nos dizem ainda que essa agricultura ocupa somente 7,3% do nosso território para a lavoura e para as florestas plantadas e que teremos que avançar, sem agredir o meio ambiente e sem provocar o desmatamento, buscando, sim, novos solos. Temos à disposição 90 milhões de hectares só nos cerrados do Centro-Oeste e Nordeste. Poderemos

recuperar mais de 30 milhões de hectares de terras degradadas nas fazendas, podemos também consorciar pecuária com lavoura nesses praticamente 180 milhões de hectares que usamos na pecuária.

Aqui, poderíamos nos aprofundar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em muitos pontos diferentes, mas vou buscar um só, para o qual o Governo terá que buscar solução. Se a Petrobras é estratégica para o País, como de fato é, ela, que tem a responsabilidade da exploração, da extração e do comércio deste bem fantástico e extraordinário que o País tem, poderá buscar, sim, terá que buscar a mesma estratégia para os insumos agrícolas.

Toda essa potencialidade que aqui relatamos, que advém não só do nosso solo, mas da nossa água, do nosso sol, da nossa chuva, da nossa tecnologia e da nossa gente, também precisa de insumos. E hoje 75% dos insumos são importados. Temos, no Brasil, jazidas suficientes para nossas produções e nossas ampliações. Precisamos, de todas as maneiras, fazer com que o Governo entenda, de uma vez por todas, que produzir...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Neuto, consulto V. Ex^a quanto à necessidade de tempo.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Um minuto para encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Entendo que o Governo terá a responsabilidade das estruturas e, principalmente, da estratégia para este bem fantástico, extraordinário, que deverá alcançar 50% do PIB nacional também nesses dez anos. E, para que ele alcance com a estrutura necessária e como um bem de extrema importância para a Nação, teremos que buscar, trabalhar e conquistar as nossas usinas, as nossas jazidas, transformá-las em adubos e participar com esse extraordinário desenvolvimento que o Brasil espera.

Era isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que queríamos deixar registrado neste dia, como ponto fundamental para o desenvolvimento e o crescimento: a produção de alimentos para o Brasil e para o mundo. Temos todas as condições. O Brasil tem todos os meios e caminhos. O que nós precisamos, sim, é de interesse em buscar as estruturas e, principalmente, a estratégia dos insumos, para que possamos alcançar os objetivos e sermos, ainda nesta década, a quinta maior economia do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Convido para assumir a tribuna o Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gilvam Borges, que preside esta sessão de 4 de novembro, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem no plenário do Senado e pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Gilvam Borges, é muito comum se prestar homenagem ao sol que nasce, em qualquer batalha. E política é como a guerra. Quem disse isto, João Durval, foi Winston Churchill: política é como uma guerra. A diferença é que, na guerra, a gente só morre uma vez; na política, várias vezes.

Winston Churchill, o grande líder militar, que participou como jornalista na Primeira Guerra Mundial, e como comandante e chefe da Segunda Guerra Mundial, que uniu todos os países democráticos contra o absolutismo de Hitler, de Mussolini e dos camicases do Japão.

Então, eu queria dizer aqui que é uma guerra, né? E a guerra foi quase a Terceira Guerra Mundial neste País. E é comum se prestar uma homenagem ao sol nascente, aos vitoriosos. No entanto, entendo que o país deve fazer uma reflexão; e o Presidente da República. Até o meu último dia aqui, eu tentarei ensinar ao Presidente da República. Essa é a missão de um Senador, daí eles serem pais da Pátria.

Então, ele diz que houve uma oposição raivosa. A ignorância é audaciosa. Esta Oposição nunca foi raivosa. Eu daria só, João Durval, um quadro, que vale por dez mil palavras. Esta Oposição foi igual.

Níura, bela mulher brasileira, que encanta as liberdades democráticas, que trouxe a beleza, a inteligência e a feminilidade para esta Casa. Níura, atentai bem! Dizer que a Oposição é raivosa? Esse Presidente... Esta Oposição, no mensalão, nós deixamos de cassá-lo. No mensalão. Comprovado. A Justiça carimbou, e ele chamou de 40 aloprados, e nós, numa benignidade, respeitando a maioria do povo que tinha votado em Luiz Inácio – até eu votei em 1994 –, nós não trouxemos o pedido de *impeachment*. É, o mensalão existiu. Quarenta aloprados foram carimbados corruptos, chamados de aloprados pelo Luiz Inácio. Isso é uma Oposição raivosa?

E outro quadro: não diga mais besteira, Luiz Inácio. V. Ex^a, quando disse “é melhor fazer uma hora de esteira que ler uma página de livro”, falou uma besteira muito grande para a mocidade estudiosa do meu País. Olha, um Presidente dizer que “é melhor fazer uma hora de esteira que ler uma página de um livro”

foi uma besteira incomensurável. Não existe! O exemplo que arrasta...

Mas eu daria um exemplo mais forte, pois eu sou do Piauí. Piauí, terra querida, filha do Sol e do Equador. Pertencem-te os nossos sonhos, as nossas vidas. Na luta pelo filho, é o primeiro que chega.

Quero dizer só um quadro: esta Oposição, Luiz Inácio, não foi raivosa. Não bastasse V. Ex^a ter feito a maior máquina de corrupção para tirar desta Casa eu e Heráclito Fortes, designando um Ministro que lá viveu e destruiu a sua própria família, largando a sua família, para viver com uma mulher piauiense jovem... E a corrupção...

Mas daria só um exemplo, ô, Níura, para que Luiz Inácio não tenha... E foi lá e nos agrediu e disse que era uma vingança de Deus ter tirado eu e o Heráclito.

Eu não conheço esse Deus vingador. O meu Deus não é o Deus dele. O meu Deus é o Deus do amor. Deus é amor. Amor é vida, Níura.

E disse, na praça. Nunca vi humilhar os vencidos, quando os vencidos foram vencidos pela maior corrupção que este Governo comandou. Todo o Estado sabe. Desmoralizou não a nós, que tivemos... Até as 48 horas antes, nós ganhávamos a eleição, em todas as pesquisas, mais de 300 feitas por eles mesmo. E esse esquema... Mas eu diria que não foi raivosa.

Entrevistado, eu disse – o povo indignado: eu rezo o Pai Nosso e perdoe a ignorância, que é audaciosa.

Mas, não bastasse, eu diria só um quadro para dizer que não é raivosa: Luiz Inácio, eu tenho centenas de *e-mails* do povo brasileiro querendo explicações do seu filho, da riqueza que seu filho fez, um garoto prodígio que ganhava menos de um salário mínimo e é o maior milionário hoje deste País, dono de todas as telefônicas.

Ô, Roberto Durval, isso nunca foi atingido, não com medo do poder do Presidente. Deus evitou ter medo. Presidente, em respeito à família; ao Deus, que quando mandou seu filho para resolver os problemas, botou numa família sagrada; ao Rui Barbosa, que está ali e disse – atentai bem: “a Pátria é a família amplificada”.

Eu não vi raiva. Ninguém viu nós dissecarmos o que o Brasil todo quer saber. Isso se chama decência da Oposição, respeito da Oposição, preparo da Oposição. Agora, ela foi brava! Ela não se entregou à corrupção que nos tentaram... Fiel à Rui Barbosa! Rui Barbosa...

Neuto De Conto, ele, em período como este, de Oposição, ele passou 32 anos nesta Casa, ele foi mais tempo Oposição e tentado a continuar num regime militar, os primeiros da República. O primeiro militar, Deodoro Floriano; e o terceiro, ele disse: “tô fora”

E vieram lhe oferecer o Ministério da Fazenda, e ele disse: “não troco a trouxa de minhas convicções por um ministério”.

E foi isso o que nós fizemos: nós não trocamos nosso ideal de servir não ao Presidente, à democracia, ao Brasil e à Pátria. Se este País teve eleições; se este País teve alternância de poder, o único que não cedeu foi o Senado da República. Todos cederam, quase todos pela corrupção. Até a juventude brava de que eu participei nos idos de 60: “vem, vamos embora, esperar não é saber, quem sabe faz a hora”, que cantávamos, de Vandrê, ela foi corrompida. E nós reagimos pela Pátria, pela democracia, pelo povo. Mas o povo bravo e heróico, que foi à rua, gritou liberdade, igualdade, fraternidade.

Então, eu pediria e diria o seguinte. Eu queria fazer uma homenagem àquele que tombou, como nós tombamos e como tombou o apóstolo Paulo, esse herói que terminou a sua vida de luta, e nós somos cristãos só porque o apóstolo Paulo foi e pregou e escreveu a vida de Cristo. Está na Bíblia. Roberto Durval, ele disse, no final de sua existência, que foi longa: terminei minha carreira, preguei, guardei minha fé e combati o bom combate. Nós combatemos o bom combate.

O apóstolo Paulo, perseguido, apedrejado, arrastado no fim, mas ele teve sua missão de trazer até hoje Cristo. Por isso que nós somos cristãos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, a Mesa consulta V. Ex^a sobre a sua necessidade de tempo. V. Ex^a pode se manifestar dizendo da sua necessidade.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. *Fora do microfone.*) – Eu queria – estou falando em Cristo – ter a inspiração de Cristo. Em um minuto, Cristo fez um dos discursos mais bonitos, que é o Pai-Nosso.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a tem dez minutos. O pai-nosso de V. Ex^a é bem diferente.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Agradeço e dou nota dez para V. Ex^a, que preside, com muito espírito democrático. É lá do Amapá, único Estado que não conheço. Mas está escrito no livro de Deus: os últimos serão os primeiros. Quero ir lá no seu aniversário, cumprimentá-lo pela sua brilhante vitória.

Então, quero dizer que desejo prestar uma homenagem àquele que tombou, ao candidato heroico José Serra. Não foi mole, não! Eu combati. Olha, ele saiu muito maior do que entrou. Ele foi como o Apóstolo Paulo; terminou a carreira, pegou e guardou a fé e combateu o bom combate. Não foi mole, não.

Nunca antes ou dantes – como disse o poeta Camões, Luiz Inácio – houve tanta corrupção. Eu vou dar só um quadro, Luiz Inácio. Um quadro vale por dez palavras.

Atentai bem! Em nenhum período da ditadura militar – aprenda, pessoal da imprensa! Aprenda! –, em nenhum instante da ditadura militar, houve uma força mais forte no Parlamento do que agora. Ditadura de quê? Aquilo foi “ditamole”. Os homens eram bons. Os homens eram honrados. Os homens eram honestos. Atire uma pedra em Figueiredo, em Geisel e em Castelo Branco, que conheci. Não conheci Costa e Silva nem Médici. Mas os três que conheci eram homens do Exército, filhos do povo.

Ditadura é agora! Submisso à Justiça, à Polícia Federal. A corrupção pairando.

E foi por isso, Luiz Inácio, que Rui Barbosa disse – Níura, que representa a beleza, a inteligência e a decência da mulher brasileira:

De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.

Profeta Rui Barbosa.

Chegou o momento. É este Governo do PT. É este Governo de Luiz Inácio. É esta Pátria em que vivemos. É o Rui.

Nunca antes se viu tanta corrupção. Níura, Hércules, sabem como é que se diz lá no Piauí? “Esse Mão Santa é otário. Não tinha dinheiro. É otário. Foi Governador, foi tudo, não roubou, é otário”. É! Está aqui Rui Barbosa.

Aprenda, gente da imprensa! Não se venda, não. É feio. A imprensa vale pela verdade que diz. Cristo falava: “De verdade em verdade eu vos digo: Eu sou a Verdade, o Caminho e a Vida”. É a verdade que a imprensa tem buscado.

Só se serve... A Igreja Católica – e “católico” é “universal”, vem do grego. Só se serve, João Durval, a Deus e ao dinheiro. Eu, Níura, servi a Deus, aos mandamentos de Deus. Essa gente só serviu ao dinheiro. Eu nunca vi tanta corrupção.

Rui Barbosa, chegou o dia, o dia do Governo de Luiz Inácio.

Mas homenagem José Serra. Rui Barbosa tombou também e aqui está sendo homenageado. Eu aqui, o Pai da Pátria. Rui Barbosa tombou também porque queria um regime continuado dos militares. Ele tombou.

Na nossa Teresina, Rui Barbosa ganhou. Atentai bem, Níura!

Eram 22 horas e 40 minutos – quero que fique nos Anais esse ensinamento de José Serra – quando um séquito de tucanos ingressou no prédio escoltando José Serra. Estavam presentes os mesmos que o apoiaram no final do pleito: o Governador Alberto Goldman, o Prefeito paulistano Gilberto Kassab (DEM), o Governador eleito Geraldo Alckmin, o Senador tucano Aloysio Ferreira. Chamou a atenção a ausência do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, extraordinário estadista, pai do renascer da grandeza da economia no Brasil.

Saudando brasileiros de todos os cantos do território, ele afirmou ter recebido com respeito e humildade o recado dos brasileiros nas urnas. Cumprimentou Dilma pela vitória e desejou que ela faça bem ao País. Começou a ler um discurso escrito à mão. Ô homem de vergonha!

Estou com a satisfação do cumprimento da missão. Votei no melhor. Votei para que fosse hasteada neste País não a bandeira vermelha, mas esta bandeira verde e amarela da ordem e progresso.

Ele disse – que fique na história, por isso repito, pois muitos brasileiros não ouviram: “Quis o povo o outro caminho. Mas sou muito grato aos 43 milhões que me escolheram”.

Luiz Inácio, atentai bem, a mentira tem pernas curtas! É mais fácil tapar o sol com a peneira do que esconder a verdade. Vossa Excelência tem maioria? Tem. Mas não tem essa, essa que o Hitler diz, essa de que o Goebbels falava: uma mentira repetida se torna verdade. Vossa Excelência tem uma maioria muito pálida; 43 milhões votaram contra o Lula e contra a Dilma. Que ele tem, tem, mas eu busco a verdade. Não me venha ninguém com mentira aqui. Que ele é o maior líder, é. Mas aquela do Goebbels e do Hitler eu não deixarei impor aqui.

“Mas sou muito grato aos 43 milhões que me escolheram”. Essa é a verdade. É verdade, não se pode fugir à verdade; é canalhice, é Goebbels, é hitleriano. E esta Casa é para combater isso. O Rui Barbosa combateu a mentira.

Prossigo:

A todos que colocaram um adesivo e carregaram uma bandeira com Serra 45. Agradeço também aos milhões que lutaram na Internet em defesa de um Brasil mais democrático. Vou carregar comigo cada olhar recebido. Cada mensagem, inclusive no Twitter. Foram sete meses de peregrinação. O problema é como despender essa energia acumulada nos próximos meses.

Brincou, se referindo ao fato de estar agora sem ocupar qualquer cargo político.

Serra lembrou ainda que foi apoiado por 10 dos 27 governadores brasileiros, entre eles Geraldo Alckmin, saudado com uma salva de palmas pelos militantes presentes no Joelma.

A maior vitória desta campanha não foi mérito meu, mas de vocês. Pode parecer estranho para um candidato que não ganhou eleição, mas vim aqui para falar de esperança. Vocês alcançaram uma vitória estratégica, cavaram uma grande trincheira, consolidaram um campo político de defesa da liberdade e da democracia no Brasil. É um até breve, não um adeus. E me despeço com uma frase [que beleza!]: Brasil, verás que um filho teu não foge à luta.

Concluiu Serra.

E as mesmas palavras – eu e Heráclito estamos aqui – quero dar ao bravo candidato que tivemos em Teresina. Edison Lobão está aqui, nosso vizinho, lá do Gonçalves Dias. E eu sou homem de luta. Meu pai era maranhense. Eu aprendi: “Não chores meu filho, a vida é luta renhida, viver é lutar, a vida é um combate que os fracos abate, e os fortes e os bravos exalta”. Nós somos essa gente do Piauí, forte e brava. E o candidato do Piauí também, reunindo as qualidades de virtude, homem honrado, homem honesto, homem que apenas disputou na época errada, e como Rui Barbosa prevê: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar- da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”.

Olha, Gilvam, V. Ex^a é um homem lá do Amapá, que eu quero conhecer e a sua luta, mas quis Edison Lobão, o melhor do time de lá, graças a Deus que tenha, V. Ex^a tem que ser o Richelieu da nossa... Aprendi com Petrônio a não agredir os fatos, os fatos estão aí.

Mas V. Ex^a, que sabe a Bíblia mais do que eu, foi seminarista, outro dia foi homenageado na minha cidade pela Rádio Globo/Igaraçu, eu ouvi o seguinte de um jornalista de vergonha: V. Ex^a. Mas eu quero dizer a Igreja Católica, católica quer dizer universal, vem do grego, Católica Apostólica Romana....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a se dá por satisfeito ou tem necessidade de mais algum tempo?

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Fora do Microfone.) – Um minuto.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a dispõe de um minuto. Em seguida, antes que se retire desta Casa, compareça à mesa e sente-se à minha direita.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Mas atentai bem, não se pode servir a Deus e ao dinheiro. Olha, no Piauí, foi tão imoral que o dinheiro foi mais forte que Deus.

Pessoas que há trinta anos são inimigas, que amaldiçoam suas famílias, cidades grandes, mulher atacando mulher, até homem, homem com homem, estão na Justiça disputando o mandato, e o dinheiro uniu. Pessoas que o amor e Deus não uniram, o dinheiro uniu. É o dinheiro.

Então, eu só queria dizer isso e agradecer a Deus por poder aqui, eu que sou Francisco...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Tenho certeza de que o Senador Gilvam vai permitir mais alguns minutinhos para o Senador Mão Santa. V. Ex^a está tocando num ponto – eu não sei no resto do Brasil como foi...

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – No Piauí foi uma questão... *(Fora do microfone.)* Os fatos foram escandalosos. O que se fez no tal do ProJovem, V. Ex^a sabe muito bem. Quando se fez uma denúncia de 30 milhões distribuídos em ano eleitoral, o executor do ProJovem, um Deputado Estadual, ainda teve o deslante de ir à televisão dizer publicamente, não em desafio a mim ou a V. Ex^a, mas à Justiça: “Eles estão enganados. Não foram 30 milhões não, foram 70 milhões”. É preciso que se diga, Senador Lobão, de onde veio esse dinheiro e para onde foi esse dinheiro. Daí por que a ação movida pelo Deputado Roncalli Paulo, em que pede o esclarecimento desses gastos, é altamente pertinente. As ações tomadas não são pós-eleitorais não; elas são pré-eleitorais. Elas foram tomadas, pelo menos as que eu tive o dever de tomar, eu fiz ainda no esquentar da campanha. Eu nunca vi, Senador Lobão, nada igual ao que aconteceu no Piauí, e o que o Senador Mão Santa diz aí é um fato. Nós tivemos Municípios em que quatro alas se juntaram em torno da mesma candidatura. É muito fácil, você vê exatamente o que une um candidato que não tem carisma, que não tinha sequer...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – O candidato a Prefeito de Teresina foi uma porcaria. A Adalgisa teve 150 mil votos e ele teve quatro mil. Porque se fosse

bom de voto... Esse candidato que tomou da gente foi candidato a Prefeito de Teresina e foi uma porcaria de voto.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é. Vamos esperar a Justiça. Estou absolutamente tranquilo nesse processo e vou, no momento oportuno, fazer uso da palavra exatamente para prestar esclarecimentos ao Piauí e ao Brasil sobre fatos escandalosos que aconteceram no Estado, com a participação tácita do Ministro Alexandre Padilha, confessada inclusive pelo Prefeito da capital, que deixou, no segundo turno, de apoiar um candidato nosso, que era o Sílvio Mendes, porque o Ministro o chamou a Brasília e colocou à disposição R\$106 milhões de obras para a capital. E o Prefeito, logicamente, por amor a Teresina, teve que abrir mão de um compromisso. Não condeno o Prefeito Elmano não. Acho que ele mudou de posição, segundo declarações suas mesmo, por amor a Teresina. Agora, é preciso saber se, dentro da legitimidade, da legalidade de um processo eleitoral, isso não é crime. Isso é que é preciso que a Justiça....

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, Heráclito, mas vamos discordar. No fim de oito anos, eu vou. Amor leva à fidelidade. É a vergonha, não é a traição. Desculpe-me. Foram oito anos de boa convivência, você de um partido, eu de outro, mas, nesses termos, amor não leva à sem-vergonhice e à traição. Amor leva ao cumprimento da palavra, à vergonha.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, estou apenas registrando o fato de o Prefeito ter declarado...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Não, é só para tirar o amor a Teresina.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é, foi o Prefeito...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – É amor ao dinheiro, aos negócios.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Eu solicito aos Senadores que, por gentileza, concluam esse aparte prolongado, para que o Senador Mão Santa se sinta à vontade para comparecer à mesa.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu estou apenas transmitindo aqui declarações do Prefeito; não estou entrando no juízo de valor. Eu estou apenas dizendo que o Prefeito declarou que não podia cumprir porque, por amor a Teresina, estava deixando de honrar um compromisso anteriormente assumido para apoiar a candidatura patrocinada pelo Sr. Alexandre Padilha. É o registro que quero fazer e perguntar se, dentro do processo eleitoral, é legal, é lícito e que providências

a Justiça Eleitoral vai tomar. A Justiça Eleitoral tem todos os dados, tem todos os elementos para isso. Muito obrigado, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Eu agradeço a V. Ex^a, que representa... E eu vou dizer: eu preferi perdermos juntos do que ter ganhado com essas quadrilhas que invadiram o Piauí.

Agora, eu não posso negar a palavra à beleza, à inteligência, à mulher brasileira. Já ouviram a música de Benito Di Paula, “mulher brasileira”?

A Sr^a Níura Demarchi (PSDB – SC) – Obrigada, Senador Mão Santa, pela oportunidade do aparte. É a primeira vez que vou apartear-lo. Pedi essa palavra porque o senhor também citou meu nome algumas vezes e, nesse momento político que passo na minha vida, uma mulher catarinense de vida pública ainda muito curta – são apenas catorze anos em que lido na vida pública – quero dizer a V. Ex^a da minha alegria de poder ouvi-lo todas as vezes que pude estar aqui, prestando atenção na grande doutrina que é Mão Santa para o País. O senhor representa o lado da paz, o lado da força brasileira. O senhor representa, no Parlamento nacional, neste Senado Federal, a voz da democracia brasileira, e, nesses segundos que o Presidente nos concede para finalizar, eu não poderia deixar de dizer, como mulher catarinense, que, acima do meu respeito a V. Ex^a, da minha admiração por sua inteligência, por sua contribuição, ousou dizer que o senhor representa aqui, no Senado Federal, as palavras muito bem ditas também por V. Ex^a no que trata do grande jurista brasileiro, pai, patrono desta Casa, Rui Barbosa, que amanhã estará de aniversário de nascimento. O senhor, na minha opinião, representa essa figura emblemática, uma figura do divisor de águas, uma figura política que se presta ao grande serviço nacional. O senhor é aquele que defende os grandes princípios brasileiros: anticorrupção, a favor da verdade, a favor da democracia...

(Interrupção do som.)

A Sr^a Níura Demarchi (PSDB – SC) – Eu não poderia deixar de me manifestar sobre isso, de me espelhar na altura de sua inteligência, dos seus princípios no tempo que aqui estive e dizer do quanto aprendi com a sua determinação e sua garra em defesa da nossa Nação e da nossa Pátria, de um Brasil verde e amarelo, que é exatamente o que nós precisamos. O senhor está dando exatamente o novo tom do Legislativo que se aproxima, do Congresso Nacional que se aproxima e também dos Senadores que aqui estão e que vão permanecer e, provavelmente, dos novos Senadores que aqui estarão a partir de fevereiro do ano que vem. Quero parabenizar V. Ex^a por tudo que aprendi, pela

sua doutrina e pela altura do seu talento e da sua disponibilidade ao nosso País. Muito obrigada.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Agradeço a presença de V. Ex^a neste pronunciamento. Então, terminou...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – ...com a beleza que aprendi a contemplar.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, apelo a V. Ex^a que, com o silêncio, possa comparecer à mesa. Já estou ansioso, aguardando V. Ex^a, para que se sente à minha direita.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Só fazendo as palavras finais, em gratidão a essa mulher, pois ela simboliza aqui a mulher de Pilatos, que contestou; a Verônica, que enxugou o rosto de Cristo; as mulheres que estavam no ato da crucificação; as três mulheres que o visitaram no sepulcro, dado por um Senador, o sepulcro de Cristo, por José Arimateia. Eu quero ser esse Senador de sensibilidade. E essa mulher, representando todas as mulheres que disseram: “Ele não está aqui.” Cumpriu-se a profecia e ele está sentado à direita de Deus Pai. E cumpriu-se a profecia de Rui Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se o poder nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto.” – Rui Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Venha, Senador Mão Santa, e agasalhe-se à minha direita.

Convido, para assumir a tribuna, o eminente Senador João Durval. V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Gilvam Borges, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o modelo clássico da democracia moderna fundamenta-se no princípio da separação e da independência dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Ao formular esse modelo, Montesquieu anunciava o esgotamento do *Ancien Régime*, estruturado a partir da noção do direito divino dos monarcas, e projetava a futura organização dos Estados nacionais democráticos da nova era que se iniciava.

Esse foi o modelo que se foi consolidando até prevalecer nas democracias ocidentais, ao longo dos séculos XIX e XX, e serviu de base, pelo menos em nível formal, para nações de desenvolvimento técnico e institucional mais atrasado, como os países da América Latina, inclusive o Brasil. De fato, embora nossas

constituições tenham – quase sempre – consagrado o princípio, a verdade é que a realidade social e política contradizem a letra da lei. A herança autoritária da colonização e da tradição paternalista de nossa organização social prevaleceram sobre os ideais expressos em nossas leis. É fenômeno muito mais profundo do que a reincidência dos períodos de autocracia ou autoritarismo atravessados no século passado.

A consolidação da democracia em nosso País, de fato, ainda está em processo. Entretanto, o progresso da tecnologia, tornado vertiginoso nas décadas recentes, faz surgir diante dos homens e das instituições novos desafios. As mudanças da realidade, proporcionadas pelas novas tecnologias, exigem dos Estados a formulação de legislações específicas, em velocidade nem sempre possível pelo processo clássico. Não deixa de ser natural, portanto, que no mundo todo o Poder Executivo seja instado a se intrometer na função legislativa para atender a demandas específicas da sociedade em transformação.

Contudo, para cada objeto há medidas. No Brasil, um tema tem sido objeto frequente de controvérsia e debate nos meios acadêmicos, mas também no ambiente político. Trata-se da apropriação da agenda do Poder Legislativo pelos outros Poderes. Tanto acontece o fenômeno chamado “judicialização” do processo legislativo – quando os tribunais, em especial o Supremo Tribunal Federal, tomam a iniciativa do estabelecimento de normas de caráter legislativo – quanto a apropriação de agenda legislativa pela Administração Federal.

É precisamente sobre esse último ponto que os Consultores Legislativos Rafael Siqueira e Silva, do Senado Federal, e Suely Mara Vaz Guimarães Araújo, da Câmara dos Deputados, realizaram um estudo publicado na série “Textos para Discussão”, do Centro de Estudos da Consultoria do Senado. Cabe mencionar que a série, iniciada há poucos anos e tendo atingindo a marca de 76 documentos, já se tornou referência para parlamentares em busca de fundamentação para suas iniciativas legislativas, e também para comentaristas e cientistas políticos.

Ocorre, Sr. Presidente, que, como mostram os autores, o Executivo dispõe de mais de um mecanismo de interferência no trabalho do Legislativo. Ele pode, por exemplo, enviar medidas provisórias ou projetos de lei de sua pura iniciativa, atropelando as pautas das Casas do Congresso. Pode, inclusive, tomar projetos de lei de iniciativa parlamentar que tramitem nas Casas do Congresso, reformulá-los a sua feição e transformá-los em projetos ou medidas provisórias de sua iniciativa a serem enviados ao Congresso. Por considerarem que cada uma dessas formas de apropriação da agenda legislativa apresenta um grau diferente de interferência

ou intromissão, os dois consultores, em seu trabalho, enunciaram um índice de medida ou aferição dessa apropriação de agenda.

Esse índice compreende a avaliação de três etapas do que pode constituir a apropriação de proposta legislativa pelo Poder Executivo: primeiro, o grau de *participação* de parlamentares na proposição da novidade legislativa; segundo, a *abordagem* do Executivo na proposição; e, em terceiro lugar, o *tipo de proposição* encaminhada. O primeiro indicador dá conta da possibilidade de o parlamentar, ou mais de um, que, tendo sido autor da proposta original que foi apropriada, relator em uma comissão temática, ou que tenha produzido parecer sobre ela, ter sido ouvido pelo Executivo antes do envio da proposta do Palácio do Planalto.

Quanto ao quesito abordagem, os autores consideraram uma escala de semelhança entre a proposição original e a enviada pelo Palácio do Planalto. Essa escala inclui as seguintes possibilidades: proposta semelhante, semelhante com acréscimos, diversa e conflitante. A cada uma dessas possibilidades é arbitrado um valor de zero a um, que depende também do valor obtido no primeiro critério, por razões da lógica do índice.

O terceiro e último quesito ou critério para a avaliação do grau de interferência ou apropriação da agenda legislativa pelo Poder Executivo, segundo o índice elaborado pelos consultores legislativos, diz respeito ao tipo de proposição enviada ao Congresso.

Elas podem ser medidas provisórias, projetos de lei com tramitação independente – a que não podem ser anexadas ou apensadas outras matérias –, projetos de lei apensados e, finalmente, regulamentações. Os autores atribuem a cada tipo de proposição um valor entre zero e um.

Rafael Silveira e Suely Araújo, para exemplificação e validação de seu instrumento de aferição, aplicaram o índice que elaboraram a 20 casos pinçados das pautas de trabalho do ano passado, nas mais diversas áreas de legislação.

O primeiro exemplo apresentado pelos autores é o da legislação sobre política urbana e habitacional e regularização fundiária, tema que vinha, desde longo tempo, sendo discutido no Congresso. A apresentação, em março de 2009, da MPV nº 459, relativa ao programa Minha Casa, Minha Vida, embora tenha apenas diferenças pontuais em relação ao PL nº 3.057/2000 e seus apensados, atropelou a agenda da Câmara dos Deputados.

Outro exemplo é a legislação sobre gestão de resíduos sólidos, no contexto da política de meio ambiente. Segundo os autores, não houve participação de parlamentares que trabalhavam no tema, a abor-

dagem do Executivo foi diversa da que era negociada no Congresso, e a proposição tinha projeto de lei apensado.

Sr. Presidente, faltam-me apenas duas páginas.

Durante o discurso do Sr. João Durval, o Sr. Gilvam Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a terá o tempo que achar conveniente para usar da palavra.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

A título de exemplo de cooperação máxima entre o Executivo e o Legislativo em casos de apropriação de agenda, cito o caso da política agrária. A MP 422/2008 reproduziu na íntegra o PL 2.278/2007, de autoria do Deputado Asdrúbal Bentes, do Pará. No exemplo, ocorreu, segundo os autores, apropriação com participação do autor, e o texto da medida provisória era idêntico ao original.

Neste momento, com renovação na Presidência da República e nas duas Casas do Congresso – além dos cargos de Governador e de Deputado Estadual nas Unidades Federadas -, é conveniente voltarmos a propor um debate sobre questões que se encontram, no mínimo, mal resolvidas atualmente, como a do pacto federativo e a da independência e separação dos Poderes. O trabalho de Rafael Silveira e Suely Araújo pode ser útil para a discussão sobre a interferência do Executivo na tarefa da elaboração das leis, em princípio exclusiva do Poder Legislativo.

Eu gostaria de expressar um elogio e um agradecimento aos autores do estudo que acabo de abordar e, mais amplamente, à Consultoria Legislativa do Senado Federal, pela iniciativa de produzir e divulgar essas análises sobre as mais diversas questões de relevância para o trabalho do Senado.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção que me dispensou.

Durante o discurso do Sr. João Durval, o Sr. Gilvam Borges deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os nossos cumprimentos a esse extraordinário homem público, Senador Durval, da grandiosa Bahia, que tão bem representa, com a mesma grandeza.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, está inscrito aqui Jefferson Praia. Depois está inscrito o Senador Valter Pereira. (*Pausa.*)

Eles estão trocando gentilezas, mas, na fila, o primeiro é o Senador Jefferson Praia, do PDT do Amazonas, que cede ao Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Sem revisão do orador.) – Ilustre Presidente, passo ao Senador Jefferson Praia em deferência à representatividade que ele tem. Estou aqui sorvendo algumas lições de uma colega que está me ensinando muito.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Jefferson Praia é convidado a usar da tribuna, de acordo com a inscrição.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria, muito rapidamente, nesta tarde, de destacar um trabalho feito pelos Drs. Alexandre Rivas, José Alberto da Costa Machado e José A. Mota. Vou tratar do Capítulo 2 do livro e gostaria que fosse considerado como meu pronunciamento. O título é *Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia – a experiência do Polo Industrial de Manaus*. E, no Capítulo 2, Sr. Presidente, esses autores tratam dos mecanismos compensatórios para os efeitos positivos do Polo Industrial de Manaus.

Trago este assunto nesta tarde, Sr. Presidente, para que nós possamos, cada vez mais, perceber a importância daquele polo localizado no Estado do Amazonas e, é claro, a sua importância para a Amazônia.

[...] torna-se relevante ampliar o entendimento sobre o PIM, no que diz respeito ao seu papel de redutor do desmatamento da Amazônia. Não se trata mais de questionar sobre a eficiência econômica acerca dos incentivos fiscais que recebe, que restou cabalmente demonstrada ser positiva, mas sim de contabilizar sua contribuição para o aumento do bem-estar nacional e internacional – principalmente por sua contribuição para a proteção da floresta amazônica – e encontrar formas de reverter para a região parte desses benefícios.

Para a análise dessa questão convém iniciar-se pelos fundamentos da eficiência econômica. Esses fundamentos são aqueles desenvolvidos pela Teoria Econômica, particularmente, a microeconômica. Numa economia onde os mercados funcionam perfeitamente, todos os recursos escassos são alocados, de tal forma, que promovem a maximização do bem-estar social por meio do mecanismo de preços.

O problema ocorre quando os mercados fracassam em determinar preços e quantidades que reflitam realmente a escassez dos recursos, isto é, todos os recursos e não só os insumos do processo produtivo. Quando isso ocorre, há divergências entre benefícios e custos sociais e privados, o que dá gênese a diversos graus de ineficiência. Existem várias causas que levam os mercados a fracassarem, mas, neste estudo, serão consideradas apenas as externalidades.

As externalidades podem ser entendidas como efeitos derivados de uma economia, que são gerados de maneira não intencional e cujos custos ou benefícios são recebidos pelas famílias ou firmas não envolvidas diretamente no processo produtivo. Elas podem ser positivas e negativas. Externalidades negativas são aquelas que, uma vez produzidas, afetam adversamente o bem-estar social e privado. Um exemplo é o aumento de emissões atmosféricas de gases que contribuem para o efeito-estufa, resultante de algum processo produtivo. Por sua vez, externalidades positivas são aquelas que produzem um efeito benéfico sobre o bem-estar social e privado. Um exemplo de externalidade positiva é o desmatamento evitado no Estado do Amazonas decorrente da existência do Polo Industrial de Manaus.

A literatura econômica mostra que as externalidades negativas podem ser corrigidas com o auxílio de instrumentos econômicos. Um exemplo clássico é o imposto de Pigou.

Esse é um imposto aplicado sobre a externalidade e não sobre o produto que a gera. Os livros-textos sobre Economia Ambiental costumam dar muita ênfase à análise sobre externalidades negativas. Aqui o referencial teórico continuará sendo o mesmo, mas a análise é focada em como a externalidade positiva gerada pelo Polo Industrial de Manaus pode ser propriamente computada e utilizada como fundamento para a criação e implementação de mecanismos compensatórios que promovam um maior nível de equidade social, por meio da internalização local ou regional das externalidades positivas do Polo Industrial de Manaus. Ou seja, compensar quem está arcando com o ônus de produzir um bem para o país ou para o planeta.

Sr. Presidente, passo, então, a alguns mecanismos compensatórios citados pelos autores.

A identificação de possíveis mecanismos de compensação tem propósito, apenas, de demonstrar as diversas opções passíveis de utilização. Certamente, cada mecanismo relacionado guarda circunstâncias próprias que necessitam aprofundamento para eventual consideração face à decisão de adoção.

O primeiro mecanismo compensatório, Sr. Presidente, citado pelos autores é a taxa compensatória: “Nesse cenário, uma taxa de compensação internacional pela proteção da Amazônia (Amazon Protection Compensation Tax – APCT) poderia ser implementada”. Olhe só, Sr. Presidente Mão Santa, a proposição seria uma taxa de compensação internacional pela proteção da Amazônia, a Amazon Protection Tax.

Ela poderia ser cobrada por uma das agências multilaterais do sistema ONU (Organização das Nações Unidas) e repassada ao Brasil, que, por sua vez, repassaria aos governos dos estados da Amazônia e, principalmente, do Amazonas, para fortalecer a sociedade regional e o próprio Pólo Industrial de Manaus.

Dois aspectos são relevantes nessa proposta. O primeiro é o de “quem” e “como” essa taxa seria cobrada. A sugestão deste estudo é que ela seja calculada com base no nível de emissão de CO₂ dos países membros da ONU. Ou seja, países com alto grau de emissão de carbono pagariam mais do que países com menor grau.

(...)

O segundo ponto é o de como utilizar a receita da taxa. Conforme prediz a Teoria da Economia Ambiental, uma taxa sobre a externalidade deve ser utilizada para reduzi-la ou eliminá-la, em caso de ser negativa, ou mantê-la e ampliá-la, no caso de ser positiva. Ou seja, a APCT [compensação internacional pela proteção da Amazônia] deveria, necessariamente, ser utilizada na compensação daquelas atividades que produzem a externalidade, no caso, em benefício dos agentes econômicos, firmas e famílias envolvidos, direta e indiretamente, na construção e na manutenção do Pólo Industrial de Manaus.

O segundo ponto, Sr. Presidente, citado pelos professores Alexandre Rivas, José Alberto da C. Machado e José A. Mota diz respeito às ações negociáveis de carbono.

Esse é um outro mecanismo importante de compensação por mantermos a floresta em pé no Estado

do Amazonas em decorrência das atividades do Polo Industrial de Manaus.

Dizem os autores, Sr. Presidente:

Existe atualmente, e em franco desenvolvimento, um mercado internacional para negociar créditos de carbono. Essa negociação é feita em bolsas especializadas e consiste na venda e na compra de ações de carbono. Há no mercado, empresas que poluem mais e outras que poluem menos. Há países com maiores restrições ambientais e outros com menos. Assim, essas empresas podem investir em algum tipo de tecnologia ou simplesmente comprar ações no mercado de carbono que as permitam operar dentro dos padrões legais. Por exemplo, uma empresa poluidora pode comprar ações de empresas com baixo nível de poluição. Dessa forma, a empresa poluidora ganha créditos para poluir, mas o volume total de emissões de carbono na atmosfera do planeta diminui.

Nessa proposta, as empresas do Polo Industrial de Manaus poderiam participar desse mercado com ações adquiridas, a partir do volume de carbono evitado por conta da sua atuação no Polo. A idéia é simples.

A área do desmatamento evitado pelo Polo Industrial de Manaus foi estimada neste estudo. Segundo os valores utilizados, 1 ha de floresta amazônica possui estocado em média 120 toneladas de carbono. [Veja bem, Sr. Presidente, um hectare de floresta amazônica possui estocado, em média, 120 toneladas de carbono!]. Se no mercado internacional de carbono uma ação negociável vale uma tonelada de carbono, então, o Polo Industrial de Manaus teria 120 ações negociáveis de carbono por hectare de desmatamento evitado.

Quanto caberia a cada empresa? Uma política pública com esse propósito haveria de fixar a forma mais adequada e devidamente discutida. Porém, apenas para demonstrar as possibilidades de tal mecanismo, poder-se-ia definir a parte de cada empresa com base no valor agregado para o PIB do Estado [do Amazonas] ou do Polo Industrial de Manaus.

O que fazer, então, com esse crédito? Há no mercado internacional muitas empresas que precisam comprar créditos de carbono para poderem continuar funcionando, bem como empresas que, devido as suas políticas de responsabilidade ambiental, compram créditos de carbono para contribuir na redução do

elemento na atmosfera global. As empresas do Polo Industrial de Manaus, com a devida assessoria da Suframa, da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas e outras instituições similares, poderiam negociar direta ou indiretamente, via Bovespa, seus créditos de carbono nas bolsas internacionais.

Os créditos obtidos poderiam compor as receitas da empresa ou ser utilizados em atividades de responsabilidade social e ambiental. Isso serviria, então, como um forte estímulo econômico, para fazer com que essas empresas fortalecessem e ampliassem o seu papel redutor do desmatamento diretamente, por meio de vários mecanismos disponíveis, bem como indiretamente, pelo fortalecimento do Polo Industrial de Manaus.

Sr. Presidente, o próximo ponto destacado pelos autores em relação aos mecanismos de compensação por mantermos a floresta em pé: as compensações governamentais:

O PIM tem exercido desde a sua criação uma ampla contribuição ambiental ao Brasil e ao mundo. [É muito importante que esta Casa perceba isso, que o Brasil perceba isso, especialmente os amazônidas.] Neste sentido, tem evitado que a taxa de desmatamento tenha evoluído no Estado do Amazonas; que os serviços ambientais tais como fluxo de nutrientes, uso de recursos hídricos e exploração exagerada da biodiversidade local tenham sido exploradas quando comparados com os demais Estados da Região Norte, quiçá do bioma Amazônia.

Sr. Presidente Mão Santa, se nós temos hoje uma área de preservação de aproximadamente 98%, o que possibilitou isso naquele Estado? Foi o Polo Industrial estabelecido em 1967.

Nessa linha de raciocínio, a sociedade brasileira tem-se apropriado da contribuição do PIM, sem a devida compensação, à medida que os recursos naturais da região somente não foram dilapidados porque o efeito Polo Industrial de Manaus tem exercido, durante todos esses anos, ganhos substanciais de bem-estar para a população residente da região.

Mesmo assim, a compensação financeira do Governo Federal tem sido traduzida em frágeis e mutantes benesses tributárias, as quais não refletem o real valor monetário e ambiental da preservação da riqueza nacional e do patrimônio da biodiversidade, proporcionado

pela instalação do PIM na região do Estado do Amazonas. Essa não pode ser considerada uma contribuição adequada, pois que, como já visto, ela não está restrita à preservação do bem comum da natureza amazônica, mas a uma ampla forma de desenvolver novos arranjos de informação e conhecimento técnico, os quais têm contribuído para conter o desmatamento da região do Estado do Amazonas.

Nessa perspectiva, o avanço técnico por meio da priorização de centros de pesquisa em ciência e tecnologia seria uma boa prática do Governo Federal visando retribuir a contribuição do Polo Industrial de Manaus para atenuar o desmatamento no Amazonas. Não adianta somente instalar centros de excelência e pesquisa na região. É necessário fazer com que os mesmos funcionem plenamente.

O que queremos destacar aqui, Sr. Presidente, e que os autores colocam, é que nós temos que incentivar as pesquisas na Amazônia. Sem conhecermos a Amazônia, não poderemos aproveitar aqueles recursos naturais. Mas não adianta instalarmos centros de excelência se eles não funcionarem e contribuírem com as pesquisas realizadas. Além disso, é necessário que os resultados cheguem às pessoas para que elas utilizem as informações, cheguem aos irmãos do interior e eles possam aproveitar toda aquela riqueza, toda aquela biodiversidade sem causar problemas ambientais. Essa é a grande questão da Amazônia, Sr. Presidente.

Para finalizar, destaco aqui um outro ponto citado pelos autores de Compensações Governamentais, que trata da Agregação de competitividade por certificação de origem. O que eles querem dizer com relação a isso, Sr. Presidente?

A ideia aqui é deixar que o próprio mercado compense a virtuosidade ambiental que o Polo Industrial de Manaus apresenta. À medida que os produtos nele fabricados portassem uma identificação de que a sua produção contribui para a preservação da Amazônia é de supor-se que tais produtos seriam tratados pelo mercado de forma diferente de seus similares.

Ou seja, mercadorias produzidas no Polo Industrial de Manaus seriam considerados pelo mercado como produtos importantíssimos para serem adquiridos, visto que são produzidos lá e contribuem para que possamos manter aquela floresta em pé.

Continuo, Sr. Presidente:

Ou aceitando pagar mais por eles ou dando-lhes preferência frente a produtos concorrentes. Neste caso, esses produtos teriam um ganho de competitividade que não existiria em qualquer outro lugar.

Uma proposta dessa natureza necessita de uma política pública que o discipline e que dê completa transparência visando deixar o mercado informado a respeito de todos os aspectos que possam embasar a percepção de que o Polo Industrial de Manaus possui virtuosidade ambiental. Ademais, a adesão das empresas a tais mecanismos deverá, necessariamente, ter caráter voluntário para evitar que o mecanismo seja buscado como fator de competitividade e não para cumprir obrigação legal.

Portanto, Sr. Presidente, quero parabenizar os autores que fazem essa abordagem importantíssima que trata, repito mais uma vez, dos mecanismos compensatórios para os efeitos positivos do PIM. Alexandre Rivas, José Alberto da Costa Machado, José A. Mota, doutores que pesquisam aquela região e que nos dão aqui diversas opções, importantíssimas, para avançarmos dentro do contexto de termos o meu Estado, o Estado do Amazonas, preservado e conservado, com oportunidade de avançar nas pesquisas, e não só o Estado do Amazonas, mas todos os Estados que compõem aquela fantástica região que é a Região Amazônica.

O Brasil inteiro precisa perceber a importância da Amazônia. Nós, amazônidas, precisamos perceber a importância da Amazônia. O mundo precisa perceber a importância da Amazônia e não apenas cobrar daquelas pessoas que estão lá, Sr. Presidente, a preservação e a conservação ambiental.

Temos a responsabilidade de cuidar daquele espaço do Planeta, que é importantíssimo em biodiversidade. Mas naquela região existem mais de 25 milhões de seres humanos. Deus proporcionou que homens e mulheres morassem nessa região fantástica, riquíssima, com uma biodiversidade fantástica, mas eles precisam de atenção, precisam de políticas de compensação.

Precisamos garantir que a Amazônia continue fazendo o trabalho que faz em relação ao Planeta, contribuindo para a questão climática, mas também precisamos que a nossa gente na Amazônia tenha boa qualidade de vida. O povo da Amazônia não pode deixar, é claro, de aproveitar os recursos naturais. Eu quero o homem em pé, mas eu quero a floresta em pé.

No próximo Governo, Sr. Presidente, da nossa Presidente Dilma Rousseff, acredito que continuare-

mos avançando dentro desse contexto, de colocar a Amazônia como uma das regiões importantíssimas do nosso País. Todas as regiões são importantes, é claro, e cada um de nós que estamos aqui nesta Casa defendemos as nossas regiões, defendemos os nossos Estados. Mas o Brasil precisa perceber que se não cuidarmos da Amazônia, os problemas climáticos não serão apenas naquela região, as secas não serão maiores apenas lá, nem as cheias; teremos problemas na Região Central; teremos problemas nas Regiões Sul e Sudeste; teremos problemas no Nordeste do País e teremos problemas no Planeta.

Portanto, faz-se necessário que todo o povo brasileiro perceba que a Amazônia deve ser bem cuidada, não porque tem apenas alguns irmãos brasileiros – 25 milhões –, mas porque ela é nossa, ela pertence a cada um de nós que fazemos parte deste imenso País que é o Brasil. E ela precisa de cuidado e nós, brasileiros, é que iremos cuidá-la de forma eficiente, eficaz, preservando e conservando para que os nossos netos, os nossos bisnetos possam aproveitar daqueles recursos naturais de forma correta, de forma apropriada, sem causar danos ambientais, sem perdermos uma riqueza que nem conhecemos ainda. Cada hectare que é queimado na Amazônia, Sr. Presidente, significa recursos jogados fora, tempo jogado fora, uma riqueza que talvez não iremos recuperar nunca mais.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço...

A Sr^a Níura Demarchi (PSDB – SC) – Senador Jefferson Praia.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Pois não, Senadora, é com muito prazer que lhe ouço.

A Sr^a Níura Demarchi (PSDB – SC) – Senador Jefferson Praia, V. Ex^a traz um assunto aqui extremamente importante para o País. Isso é um assunto nacional. E vejo a sua eloquência, a sua força e o seu posicionamento. Portanto, quero cumprimentá-lo em primeiro lugar. Não é o assunto em que me aprofundo e me debato, mas quero lhe dizer que esse pensamento sobre a Amazônia, como V. Ex^a tem colocado a questão de Manaus, do polo industrial, tudo o que ela oferece ao País, todo esse desenvolvimento que carece, de fato, de uma posição política no País, entre todos nossos Estados, principalmente do Parlamento, é uma questão racional, lógica; ela é a principal política do século XXI. V. Ex^a está tratando de uma compensação de uma propositura ambiental fortíssima, que é a compensação através dessa figura nova ainda, digamos assim, no movimento ambiental, que é... Inclusive, Santa Catarina hoje se debruça muito, tanto em nossa Fundação de meio ambiente como principalmente as academias brasileiras, dentro das universidades... E aí eu quero respeitar, mais uma vez, seu posicionamento,

porque a questão do crédito de carbono é fundamental ao País. E nós temos reserva para isso, nós temos produção para isso. E o senhor levanta, no momento mais oportuno, de transição também governamental, não só na Nação, no âmbito da Presidência da República, que, durante os oito anos, eu acho que, de certa forma, se ausentou na propositura dessas ações, um aprofundamento que precisa ser feito. Inclusive, a Senadora Marina Silva tem se pautado muito, não só dentro do Senado Federal, mas em sua proposição de governo, enquanto candidata à Presidência da República... Mas eu vejo que V. Ex^a traz um debate fundamental. Eu acho que é o momento do divisor de águas, é o momento em que o Brasil todo – os governantes que vão participar agora, a partir do dia 1º de janeiro, e também nos Estados, evidentemente que nas Assembleias Legislativas de todos os Estados – deveria se debruçar sobre essa matéria com muito mais personalidade, eu diria, com muito mais competência. E quero parabenizá-lo, mais uma vez...

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado.

A Sr^a Níura Demarchi (PSDB – SC) – Tenho certeza de que deve fazer parte da agenda deste País, das agendas regionais dos Estados, e também de uma agenda vinda da política do Governo Federal. Sem sombra de dúvida, se tiver a força do Governo Federal, diante do seu estudo apresentado, feito de forma primorosa e com forte posicionamento, quero dizer que, se tiver realmente o fato como política nº 1, agenda positiva deste País em torno de sua proposta, quero parabenizá-lo, pois o senhor vai abrir, de fato, um debate. Acredito que o senhor abre esse posicionamento de forma muito eloquente, necessária e no momento certo. Quero aqui congratular-me com V. Ex^a, parabenizá-lo, dizer que é um assunto que não domino para poder até apartear-lo à altura do que o senhor colocou aqui. Mas eu sei que é um assunto nacional e internacional, é um assunto de Estado. É realmente uma responsabilidade dos dirigentes dos Estados, do País e especialmente do Parlamento do qual o senhor faz parte, com muita grandeza. Muito obrigada.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Eu é que agradeço a V. Ex^a, Senadora Níura, pelo aparte, pelas palavras referentes a este breve pronunciamento.

Acredito que o Brasil, que nós brasileiros estamos avançando. E a questão se traduz muito como uma questão ambiental ou como alguns colocam: desenvolvimento *versus* meio ambiente, coisa dessa natureza.

Mas precisamos, como brasileiros, perceber que estamos em um outro momento no planeta Terra. Estamos em um momento que se traduz em uma revo-

lução no modo de produzir, em uma revolução verde, em uma economia que será economia verde, a economia do século XXI.

E o Brasil tem tudo para ser líder, neste século, dessa nova economia. Temos a nossa biodiversidade, temos a sensibilidade em relação ao tema.

O que acredito que nós temos de fazer é debater mais. Precisamos ter a possibilidade de discutir mais todas essas questões novas, essas ideias novas, essas teorias novas. E temos de verificar como poderemos implementá-las em nossas cidades, desde as menores até nossas capitais, nos nossos Estados, em nossas regiões. Cada prefeito deve cuidar um pouco mais da parcela do território pela qual tem de trabalhar. Os vereadores devem cuidar mais do Município.

Quando eu abordo a importância do polo industrial de Manaus, a compensação, a preservação e a conservação ambiental no Estado do Amazonas... E temos muito orgulho de termos hoje talvez o Estado mais verde do planeta e de termos responsabilidade de cuidar daquilo.

Mas, ao mesmo tempo, quando eu olho um pouco mais para o meu Estado, eu vejo que, em alguns Municípios e na capital, Manaus, nós temos sérios problemas com relação aos nossos igarapés. Nós não estamos cuidando da água como ela deveria ser cuidada. E essa não é só uma questão do Município de Manaus que não cuidou bem de seus igarapés e não cuida bem até hoje, infelizmente, e dos outros Municípios do meu Estado. Essa é uma questão nacional! Os prefeitos, os vereadores, as pessoas dos Municípios precisam perceber que cuidar bem de um igarapé é uma questão fundamental para nossas vidas, para as gerações atuais e para as futuras gerações.

Essa questão passa, é claro, pelo saneamento básico no nosso País, sempre relegado a um plano que fica ali... A questão do saneamento está relacionada à água, ao abastecimento de água, à coleta de esgoto e lixo, tudo que envolve a questão do saneamento em nosso País. É claro que isso tem a ver com a questão ambiental. Não só tratamos de desmatamento quando conversamos sobre meio ambiente. O desmatamento é o fator que mais contribui para as emissões de CO₂ e, na minha avaliação, temos percebido que o Brasil tem cumprido uma agenda de redução das emissões. Isso é muito bom para o País, demonstra que estamos trabalhando nesse sentido, que nós temos mais condições de chegarmos aos encontros internacionais, como a COP-16, que ocorrerá agora, e dizermos: "Olha, nós estamos procurando fazer o nosso trabalho, estamos procurando fazer as nossas tarefas de casa, estamos buscando avançar, embora tenhamos muito a fazer".

Mas outros países, que precisam ser muito mais intensos nas suas políticas públicas, precisam fazer também a sua parte. Falo da China, falo dos Estados Unidos, falo de países que ainda não se envolveram da forma como estamos envolvidos nesta questão relacionada a essa revolução que estamos atravessando.

Fico às vezes pensando que, em meados do século XVIII, quando começamos a ter a revolução industrial e surgiram as primeiras máquinas, a sociedade não entendia direito o que estava acontecendo, aquela mudança do artesanato para a indústria.

E hoje começamos a ver a energia solar e a energia através dos ventos aparecendo. Nós começamos a ver as pessoas falando que temos que perceber que os recursos do planeta não são infinitos, pois até um tempo destes, há algumas décadas, pareciam ser infinitos. Todo mundo olhava a Amazônia como alguma coisa que não iria acabar nunca. "Tem tanta floresta aí!".

Mas o homem passou a perceber que há uma limitação, que os recursos são escassos e que não tratarmos bem dessa questão ambiental é um problema seriíssimo para as atuais gerações, principalmente para aquelas que virão e que não nos deram o direito de tratar mal este planeta ou a nossa cidade, a nossa região, o nosso País.

Portanto eu fico muito feliz pelo aparte que V. Ex^a fez a esta breve reflexão. Acredito que o Senado tem procurado discutir todas essas questões que estamos aqui rapidamente avaliando, mas nós precisamos aprofundá-las ainda mais. Nós temos uma tarefa muito grande.

No próximo governo, acredito que a Presidente Dilma Rousseff poderá caminhar neste sentido, pedindo uma maior contribuição dos governadores, pedindo uma maior contribuição dos prefeitos. Nós precisamos envolver todos aqueles que têm em suas mãos um pouco de poder e que podem fazer algo pelas suas cidades, precisamos envolver, acima de tudo, Senadora Níura, a sociedade, envolver as crianças, envolver os jovens, envolver os adolescentes.

Eu, por exemplo, tenho um projeto que estabelece o maior conteúdo sobre a Amazônia nos ensinamentos fundamental e médio. É um projeto muito simples, mas pergunto aos Senadores e às Senadoras aqui presentes: o que as pessoas do Brasil conhecem sobre a Amazônia? Nós, que estamos lá, não conhecemos sobre a Amazônia! Existem prefeitos – não estou falando só do meu Estado –, vereadores que não conhecem nada da Amazônia, e Governadores até, que não conhecem, não sabem nem para que estão ali, naquela região! Desculpe-me se eu estiver ofendendo alguém, mas é preciso sentir, porque você precisa sentir aquela região, você precisa sentir o novo momento, você

precisa sentir a responsabilidade de cuidar daquilo e saber que você, ao cuidar do meio ambiente – que são os recursos que estão lá: a floresta, os rios, os homens e as mulheres –, pode fazer o melhor pelas pessoas, é claro, pela atribuição que você tem.

Entendo que temos que nos envolver cada vez mais nessa questão e acredito que vamos avançar. Sou um daqueles que acreditam muito. Tenho muita esperança, principalmente nessas gerações que estão vindo, porque, na minha geração, ainda existem aqueles que jogam lata de cerveja pela janela do carro; ainda existem aqueles que estão jogando lixo em algum lugar e não percebem o problema que estão criando para si mesmos, mas essa nova geração que está vindo, essas crianças que estão nas escolas, os adolescentes, os jovens, essas pessoas, certamente, cuidarão muito melhor do planeta do que estamos cuidando na atualidade, até porque terão muito mais informações, terão condições de cuidar deste planeta muito melhor do que estamos cuidando.

É claro que nossa responsabilidade com relação à Amazônia vai ficar cada vez mais firme, mais sólida. Temos o compromisso de cuidar da região. Não só eu como todas as pessoas que lutam por ela. E tenho me dedicado a estudar aquela região, o meu Estado, mas acredito muito no nosso povo.

Acho que vamos avançar. Acredito muito na própria classe política. Ela tem que perceber mais essa

questão, envolver-se mais nessas questões todas para que possamos ter um planeta melhor. O planeta Terra é responsabilidade de todos nós, de quem está lá no Piauí, não é, Senador Mão Santa? De quem está lá em Santa Catarina, de quem está lá no meu Estado do Amazonas, de quem está lá nos Estados Unidos, de quem está lá na China, de quem está lá na Alemanha. Em qualquer lugar deste planeta, a responsabilidade do indivíduo, como ser humano, é muito grande. Devemos cuidar bem deste planeta maravilhoso.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de ter destacado esses pontos. Quero, de coração, agradecer o tempo que V. Ex^a me proporcionou para fazer essas considerações muito bem destacadas neste livro: *Instrumentos Econômicos para a Proteção da Amazônia*, dos Drs. Alexandre Rivas, José Aroudo Mota e José Alberto da Costa Machado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JEFFERSON PRAIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CAPÍTULO 2

Mecanismos compensatórios para os efeitos positivos do Pólo Industrial de Manaus

Alexandre Rivas

José Alberto da C. Machado

José A. Mota

DIANTE DOS RESULTADOS APRESENTADOS ATÉ AQUI, torna-se relevante ampliar o entendimento sobre o PIM, no que diz respeito ao seu papel de redutor do desmatamento na Amazônia. Não se trata mais de questionar sobre a eficiência econômica acerca dos incentivos fiscais que recebe, que restou cabalmente demonstrada ser positiva, mas sim de contabilizar sua contribuição para o aumento do bem-estar nacional e internacional – principalmente por sua contribuição para proteção da floresta amazônica – e encontrar formas de reverter para a região parte desses benefícios.

Para a análise dessa questão convém iniciar-se pelos fundamentos da eficiência econômica. Esses fundamentos são aqueles desenvolvidos pela Teoria Econômica, particularmente, a microeconômica. Numa economia onde os mercados funcionam perfeitamente, todos os recursos escassos são alocados, de tal forma, que promovem a maximização do bem-estar social, por meio do mecanismo de preços. O problema ocorre quando os mercados fracassam em determinar preços e quantidades que reflitam realmente a escassez dos recursos, isto é, todos os recursos e não só os insumos do processo produtivo. Quando isso ocorre há divergências entre benefícios e custos sociais e privados, o que dá gênese a diversos graus de ineficiência. Existem várias causas que levam os mercados a fracassarem, mas, neste estudo, serão consideradas, apenas, as *externalidades*¹.

As externalidades podem ser entendidas como efeitos derivados de uma economia, que são gerados de maneira não-intencional e cujos custos ou benefícios são recebidos pelas famílias ou firmas não envolvidas diretamente no proces-

¹ Veja Kahn (2005) para um estudo mais aprofundado do assunto.

so produtivo. Elas podem ser positivas e negativas. Externalidades negativas são aquelas que, uma vez produzidas, afetam adversamente o bem-estar social e privado. Um exemplo é o aumento de emissões atmosféricas de gases que contribuem para o efeito estufa, resultante de algum processo produtivo. Por sua vez, externalidades positivas são aquelas que produzem um efeito benéfico sobre o bem-estar social e privado. Um exemplo de externalidade positiva é o desmatamento evitado no Estado do Amazonas decorrente da existência do Pólo Industrial de Manaus.

A literatura econômica mostra que externalidades negativas podem ser corrigidas com o auxílio de instrumentos econômicos. Um exemplo clássico é o imposto de Pigou. Esse é um imposto aplicado sobre a externalidade e não sobre o produto que a gera. Os livros-texto sobre a Economia Ambiental costumam dar muita ênfase à análise sobre externalidades negativas. Aqui o referencial teórico continuará sendo o mesmo, mas a análise é focada em como a externalidade positiva gerada pelo PIM pode ser propriamente computada e utilizada como fundamento para a criação e implementação de mecanismos compensatórios que promovam um maior nível de equidade social, por meio da internalização local ou regional das externalidades positivas do PIM. Ou seja, compensar quem está arcando com o ônus de produzir um bem para o país e para o planeta. ✓

Quando se considera a questão de compensar alguém ou alguma coisa, deve-se ter claro o entendimento do que está sendo compensado e de como deve ser essa compensação. Em se tratando de um recurso ambiental como a floresta do Amazonas, a resposta sobre o que está sendo compensado é respondida neste estudo, que mostrou que o PIM tem papel fundamental na atenuação do desmatamento nesse Estado. As Tabelas 5 em Mota e Cândido Jr. e 4 em Rivas e Mourão (ambas neste livro) apresentam os benefícios estimados por essa contribuição que o PIM propicia para evitar desmatamento no Amazonas.

A questão de como deve ser essa compensação é que é mais problemática, em razão de se atribuir um valor para bens e serviços ambientais proporcionados pela floresta que não possuem mercado (ou estes ainda são incipientes) e cujas informações sobre seu papel e importância ainda são incompletas e/ou imperfeitas, e, além disso, estão associados a um elevado grau de subjetividade.

Esta seção busca identificar alguns mecanismos passíveis de serem considerados como instrumentos para tal compensação, isto é, para possibilitar que as externalidades positivas que o PIM propicia para a sociedade brasileira e mundial possam ser internalizadas na região, como forma de compensá-la. Na seção seguinte será apresentada uma proposta de rotulagem ambiental visando associar essas externalidades positivas geradas, agregadamente, pelo PIM, aos produtos nele fabricados. É assumido que a compensação ocorreria pela preferência mercadológica que tais produtos, produzidos com preservação da Amazônia, teriam junto ao mercado. Seria, portanto, um ganho de competitividade frente a produtos concorrentes não fabricados na região. Obviamente, tal iniciativa necessitará de uma política que considere outros elementos que não, simplesmente, o fato da produção ser feita fisicamente no PIM.

Fundamentos teóricos para os mecanismos compensatórios

Alguns mecanismos podem ser utilizados para compensar o Estado do Amazonas por seu esforço de manter cerca de 95% de sua floresta ainda intacta. Os mecanismos apresentados nesta seção são de natureza fundamentalmente econômica e coerentes com a preocupação nacional e internacional sobre a Amazônia. Um interessante estudo foi desenvolvido pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, EPA (2004), onde é feita uma análise internacional sobre a utilização de incentivos econômicos para a proteção ambiental. Alguns resultados obtidos por outros países e mencionados no referido trabalho são levados em consideração aqui. Além desses, algumas propostas de soluções domésticas também serão sugeridas.

Benchimol (1989 e 1990) foi o primeiro a sugerir a cobrança de um imposto internacional, a título de compensação aos brasileiros, pela preservação da Amazônia. No entanto, a proposta do autor ainda carecia de maior rigor científico para uma eventual implementação. Com os resultados apresentados anteriormente neste estudo, é possível se propor algo mais consistente na direção defendida pelo estudioso. Antes, porém, é necessário se entender melhor o que são os incentivos econômicos.

Uma definição ampla é aquela que considera incentivos econômicos como qualquer instrumento que possa promover indução contínua, financeira ou não, para encorajar as partes responsáveis a reduzirem suas externalidades negativas, como danos ambientais, ou ampliarem suas externalidades positivas, como reduzir desmatamento de floresta. Esses incentivos geram recompensa monetária ou não-monetária pela ampliação das externalidades positivas ou impõem mais custos pelas negativas.

As formas de compensações econômicas, aqui sugeridas, seguem a tradição de Pigou e têm o objetivo de buscar a internalização para a sociedade amazônica, a qual é responsável pela preservação direta da floresta, parte dos benefícios dessa preservação. Isso ocorre porque há grandes custos sociais para que isso ocorra. Por exemplo, as populações tradicionais amazônicas ao renunciarem o uso da floresta como recurso, privam-se de ganhos e, por isso, privam-se, também, de um melhor acesso a serviços saúde, educação, transporte e outros fatores construtores de uma vida mais digna. Tais circunstâncias fazem com que a maioria dessa população sobreviva da exploração dos recursos naturais em baixíssima escala, mantendo-se sem acesso a mercados desenvolvidos e, não tendo, por isso, oportunidades para melhorarem seu bem-estar.

Da perspectiva das indústrias instaladas no Pólo Industrial de Manaus a situação também não é diferente. O PIM é considerado, por alguns segmentos da indústria nacional, como altamente ineficiente, pelo fato de se beneficiar de incentivos fiscais para a sua sobrevivência. No entanto, essa visão é simplória

e carente de fundamento. Os eventuais custos privados, não inteiramente internalizados pelo PIM, são mais do que compensados pelos benefícios sociais que ele produz, ao se converter em atividade econômica com alto nível de emprego e salários relativamente mais altos que a média nacional; ao contribuir no apoio ao desenvolvimento regional brasileiro, por mover para o norte, parte do eixo industrial do sul-sudeste do Brasil; por contribuir de forma peremptória para a construção da estratégia geopolítica brasileira, no que diz respeito à Amazônia; e por contribuir, de maneira altamente positiva, para evitar o desmatamento, o qual gera efeitos climáticos adversos nacional e internacionalmente, a perda de biodiversidade e a conservação dos importantíssimos recursos hídricos da Região. Neste particular, apenas para exemplificar a grande lacuna na contabilidade de sua externalidade positiva, registra-se que, se o nível de desmatamento fosse alto no Estado do Amazonas, o sudeste brasileiro, talvez, já estivesse sentindo fortemente o problema, em razão da alteração do ciclo e intensidade de chuvas naquela região. Isso poderia ser computado monetariamente, em termos de perda de safras e danos ambientais urbanos.

Numa situação onde o equilíbrio geral é buscado, o ganho, em termos de bem-estar trazido pelo PIM, pode ser considerado como um imenso ganho de Pareto. Ou seja, numa estrutura de equilíbrio geral das trocas, do sistema econômico, no âmbito da Teoria do Bem-estar, a alocação de Produto Interno Bruto do PIM versus baixo nível de desmatamento, como uma externalidade positiva do Pólo, evidencia que o sistema promove uma eficiência global muito mais significativa do que a local². Tal fato, remete o assunto também para o campo da equidade social, pois que, os ganhos de Pareto mencionados indicam que o esforço nacional de desenvolver um pólo industrial em Manaus tem contribuído, de várias formas, para o crescimento econômico nacional, ao mesmo tempo em que tem permitido que o Brasil exerça sua soberania em relação à Amazônia.

Alguns possíveis mecanismos compensatórios

A identificação de possíveis mecanismos de compensação tem propósito, apenas, de demonstrar as diversas opções passíveis de utilização. Certamente, cada mecanismo relacionado guarda circunstâncias próprias que necessitam aprofundamento para eventual consideração face a decisão de adoção.

a) A taxa compensatória

Nesse cenário, uma taxa de compensação internacional pela proteção da Amazônia (*Amazon Protection Compensation Tax – APCT*) poderia ser implemen-

² Os termos “global” e “local” são utilizados aqui no sentido de equilíbrio.

taria. Ela poderia ser cobrada por uma das agências multilaterais do sistema ONU (Organização das Nações Unidas) e repassada ao Brasil que, por sua vez, repassaria aos governos dos estados da Amazônia e, principalmente do Amazonas, para fortalecer a sociedade regional e o próprio PIM.

Dois aspectos são relevantes nessa proposta. O primeiro é o de “quem” e o “como” essa taxa seria cobrada. A sugestão deste estudo é que ela seja calculada com base no nível de emissão de CO₂ dos países membros da ONU. Ou seja, países com alto grau de emissão de carbono pagariam mais do que países com menor grau.

O valor da *APCT* pode ser determinado de acordo com os resultados encontrados neste estudo. Por exemplo, para um determinado ano a taxa poderia ser calculada da seguinte forma:

$$APCT_{\text{anual}} = [(100\% \text{ do valor de uso direto de 1 ha de floresta} + 30\% \text{ do valor de uso indireto de 1 ha de floresta}) \times \text{Área de desmatamento evitado pelo PIM no ano}].$$

Vale ressaltar que vários aspectos desse cálculo precisariam ser exaustivamente discutidos. Um deles é o percentual do valor de uso indireto considerado. Um outro seria se se deveria ou não levar em conta os anos anteriores ao início da cobrança da taxa.

O segundo ponto é o de como utilizar a receita da taxa. Conforme prediz a Teoria da Economia Ambiental, uma taxa sobre a externalidade deve ser utilizada para reduzi-la ou eliminá-la, em caso de ser negativa, ou mantê-la e ampliá-la no caso de ser positiva. Ou seja, a *APCT* deveria, necessariamente, ser utilizada na compensação daquelas atividades que produzem a externalidade, no caso, em benefício dos agentes econômicos, firmas e famílias envolvidos, direta e indiretamente, na construção e manutenção do PIM.

b) Ações negociáveis de carbono

Existe atualmente, e em franco desenvolvimento, um mercado internacional para negociar créditos de carbono. Essa negociação é feita em bolsas especializadas e consiste na venda e compra de ações de carbono. Há no mercado, empresas que poluem mais e outras que poluem menos. Há países com maiores restrições ambientais e outros com menos. Assim, essas empresas podem investir em algum tipo de tecnologia ou simplesmente comprar ações no mercado de carbono que as permitam operar dentro dos padrões legais. Por exemplo, uma empresa poluidora pode comprar ações de empresas com baixo nível de poluição. Dessa forma, a empresa poluidora ganha créditos para poluir, mas o volume total de emissões de carbono na atmosfera do planeta diminui³.

³ Para aprofundar no assunto veja Kahn (2005).

Nessa proposta, as empresas do PIM poderiam participar desse mercado com ações adquiridas, a partir do volume de carbono evitado por conta de sua atuação no Pólo. A idéia é simples. A área do desmatamento evitado pelo PIM foi estimada neste estudo. Segundo os valores utilizados acima, 1 ha de floresta amazônica possui estocado em média 120 ton de carbono. Se no mercado internacional de carbono uma ação negociável vale 1 ton de carbono, então, o PIM teria 120 ações negociáveis de carbono por hectare de desmatamento evitado.

Quanto caberia à cada empresa? Uma política pública com esse propósito haveria de fixar a forma mais adequada e devidamente discutida. Porém, apenas para demonstrar as possibilidades de tal mecanismo, poder-se-ia definir a parte de cada empresa com base no seu valor agregado para o PIB do Estado ou do PIM.

O que fazer, então, com esse crédito? Há no mercado internacional muitas empresas que precisam comprar créditos de carbono para poderem continuar funcionando, bem como empresas que devido suas políticas de responsabilidade ambiental compram créditos de carbono para contribuírem na redução do elemento na atmosfera global. As empresas do PIM, com a devida assessoria da SUFRAMA, da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas e outras instituições similares poderiam negociar direta ou indiretamente, via BOVESPA, seus créditos de carbono nas bolsas internacionais.

Os créditos obtidos poderiam compor as receitas da empresa ou ser utilizados em atividades de responsabilidade social e ambiental. Isso serviria, então, como um forte estímulo econômico, para fazer com que essas empresas fortalecessem e ampliassem o seu papel redutor do desmatamento diretamente por meio de vários mecanismos disponíveis, bem como indiretamente pelo fortalecimento do PIM.

c) Compensações Governamentais

O PIM tem exercido desde a sua criação uma ampla contribuição ambiental ao Brasil e ao mundo. Neste sentido, tem evitado que a taxa de desmatamento tenha evoluído no estado do Amazonas; que os serviços ambientais tais como fluxo de nutrientes, uso de recursos hídricos e exploração exagerada da biodiversidade local tenham sido exploradas quando comparadas com aos demais estados da região norte, quiçá do bioma Amazônia.

Nessa linha de raciocínio, a sociedade brasileira tem se apropriado da contribuição do PIM, sem a devida compensação, à medida que os recursos naturais da região somente não foram dilapidados porque o efeito PIM tem exercido, durante todos esses anos, ganhos substanciais de bem-estar para a população residente da região.

Mesmo assim, a compensação financeira do governo federal tem sido traduzida em frágeis e mutantes benesses tributárias, as quais não refletem o real

valor monetário e ambiental da preservação da riqueza nacional e do patrimônio da biodiversidade proporcionado pela instalação do PIM na região do estado do Amazonas. Essa não pode ser considerada uma contribuição adequada, pois que, como já visto, ela não está restrita a preservação do bem comum da natureza amazônica, mas a uma ampla forma de desenvolver novos arranjos de informação e conhecimento técnico⁴, os quais têm contribuído para conter o desmatamento na região do estado do Amazonas.

Nesta perspectiva, o avanço técnico por meio da priorização de centros de pesquisa em ciência e tecnologia seria uma boa prática do governo federal visando retribuir a contribuição do PIM para o atenuar o desmatamento no Amazonas. Não adianta somente instalar centros de excelência em pesquisa na região. É necessário fazer com que os mesmos funcionem plenamente.

d) Agregação de competitividade por certificação de origem

A idéia aqui é deixar que o próprio mercado compense a virtuosidade ambiental que o PIM apresenta. A medida que os produtos nele fabricados portassem uma identificação de que sua produção contribui para a preservação da Amazônia é de supor-se que tais produtos seriam tratados, pelo mercado, de forma diferente de seus similares. Ou aceitando pagar mais por eles ou dando-lhe preferência frente a produtos concorrentes. Neste caso esses produtos teriam um ganho de competitividade que não existiria em qual quer outro lugar.

Uma proposta dessa natureza necessita de uma política pública que o discipline e que dê completa transparência visando deixar o mercado informado a respeito de todos os aspectos que possam embasar a percepção de que o PIM possui virtuosidade ambiental. Ademais, a adesão das empresas a tais mecanismos deverá, necessariamente, ter caráter voluntário, para evitar que o mecanismo seja buscado como fator de competitividade e não para cumprir obrigação legal. O próximo segmento deste estudo aborda este importante assunto.

⁴ Castells, 1985, 2000 (apud Becker, 2007), "a revolução tecnológica na microeletrônica e na Comunicação não se resume a uma nova técnica, mas sim a uma nova forma de produção baseada na informação e no conhecimento, que envolve a organização social e política, civil, e militar e, ainda, as relações de poder".

Durante o discurso do Sr. Jefferson Praia, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Praia, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – São 17 horas e 13 minutos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não havendo quórum para deliberação, a Presidência transfere as matérias da pauta de hoje para a sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 9 de novembro.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 278, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 411, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2010.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 279, DE 2010

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 412, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o segundo trimestre de 2010.

Parecer nº 412, de 2010-CAE, relator *ad hoc* Senador Antonio Carlos Júnior, concluído pela aprovação da matéria, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2010, que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

8

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante ressarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relator-CAS no turno único: Senador Expedito Júnior)

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relatores no turno único:

- CAS, Senador Juvêncio da Fonseca;
- CCJ, “ad hoc” Senador Valter Pereira)

10

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido. (Relator-CMA no turno único: Senador Flávio Arns)

11

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

(Relatores no turno único:

- CE, Senador Cícero Lucena;
- CAS, Senador Mozarildo Cavalcanti)

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tripliques do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1– CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 81, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

– de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior; e

– de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador João Durval.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, de redação, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1– CAS (Substitutivo), que oferece.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Inácio Arruda.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2– CCJ, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Efraim Morais.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1– CAS (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que

dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2– CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 -Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2– CAS, que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Cor-

relatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1– CAS, que apresenta.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3– CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rissomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 –Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 191, DE 2009**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

37**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.

38

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

*(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

*(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)*

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 -Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1- CCJ (Substitutivo), que apresenta.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos
do Recurso nº 8, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1- CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005

*(Incluído em Ordem do Dia, nos termos
do Recurso nº 7, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatora: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

43

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22

da Lei Complementar nº 64, de 1990 -Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea “g” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade cominada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2004 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei

Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 –COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

49

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 274, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

50

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 313, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acrescenta a alínea “j” ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea “d” do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da Lei Complementar nº 64, de 1990.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

51

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 363, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

52

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

53

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 -COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

54

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea “g” do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

55

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados, na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 17, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 84, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acrescenta alínea “j” ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 184, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea “g” do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 209, DE 2008**

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 236, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea b do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 249, DE 2008 –COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003-Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

– 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

– 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6– CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 14, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 1, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

65

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 117, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 19, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 -COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os

dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 190, DE 2007**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 17, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 441, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Renato Casagrande.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 235, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei

nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 263, DE 2010

Acrescenta parágrafo ao art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que a chapa de candidatos ao Senado inclua ao menos uma mulher.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

“.....

Art. 10.

§ 6º. A chapa de candidatos ao Senado incluirá pelo menos um integrante do sexo feminino.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A proposição que ora apresentamos tem o objetivo de viabilizar que as candidaturas ao Senado Federal, compostas por chapas integradas por um titular e dois suplentes, contemplem pelo menos uma representante do sexo feminino.

Desse modo, pretendemos contribuir para o aperfeiçoamento da Lei Eleitoral, especialmente no que se refere à contribuição que uma Lei pode oferecer aos esforços da sociedade no sentido da diminuição das diferenças entre os gêneros, que ainda neste início de século XXI se fazem sentir de uma maneira acentuada, o que é inaceitável para qualquer democrata, e de resto, para qualquer pessoa de bom senso.

Com esse desiderato, aprovamos no ano passado uma minirreforma eleitoral, consubstanciada na Lei nº. 12.034, de 29 de setembro de 2009, acrescentando na Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997, dentre outros aperfeiçoamentos, um novo parágrafo ao seu artigo 10, com a seguinte redação:

“.....

Art. 10......

§ 3º. *Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo.*

.....”

Em nada obstante a preocupação de garantir o aumento da participação feminina na política, na prática isso não se confirmou. Com efeito, se observarmos os resultados do último pleito veremos que a bancada feminina, que já era ínfima, encolheu.

As mulheres representam mais da metade da população e do eleitorado brasileiro, mas a sua participação na política ainda não alcançou o patamar desejável. O resultado das eleições presidenciais, em que 66% dos brasileiros votaram em duas mulheres, não se repetiu na votação para a Câmara dos Deputados, onde, registre-se, nunca uma mulher ocupou posto de titular na Mesa.

Nas eleições de 2006, foram eleitas 47 Deputadas Federais. Este ano apenas 43 foram eleitas, uma redução de 9% para 8% na representação feminina naquela Casa.

Para o Senado Federal o desempenho delas foi pouco melhor. Em 2006, quando cada um dos Estados e o Distrito Federal elegeram apenas um representante ao Senado, foram quatro as mulheres eleitas senadoras. Nas eleições deste ano, para dois representantes, foram eleitas oito mulheres no total.

Entretanto, isso se deveu menos ao aumento da garantia de efetiva possibilidade de participação feminina no certame, do que ao talento pessoal das candidatas. É que, embora tenhamos eleito mais de 80% de homens, as mulheres obtiveram melhor aproveitamento na disputa do cargo, uma vez que 35% delas foram eleitas, contra 24% de homens (<http://agencia.tse.gov.br/sadAdmAgencia/noticiaSearch.do?acao=get&id=1337464>)

Contudo, se a eleição proporcional sempre dependerá da forte influência da predileção do eleitorado, cremos que para o cargo de Senador ainda é possível ampliar essa desejada participação feminina, prevendo que integre a chapa senatorial ao menos uma representante mulher.

São essas as razões pelas quais solicito aos eminentes pares a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador **MARCELO CRIVELLA**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

“.....Art. 10. Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, até cento e cinquenta por cento do número de lugares a preencher.

§ 1º No caso de coligação para as eleições proporcionais, independentemente do número de partidos que a integrem, poderão ser registrados candidatos até o dobro do número de lugares a preencher.

§ 2º Nas unidades da Federação em que o número de lugares a preencher para a Câmara dos Deputados não exceder de vinte, cada partido poderá registrar candidatos a Deputado Federal e a Deputado Estadual ou Distrital até o dobro das respectivas vagas; havendo coligação, estes números poderão ser acrescidos de até mais cinquenta por cento.

§ 3º Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo. (Redação da Lei nº 12.034, de 2009)

§ 4º Em todos os cálculos, será sempre desprezada a fração, se inferior a meio, e igualada a um, se igual ou superior.

§ 5º No caso de as convenções para a escolha de candidatos não indicarem o número máximo de candidatos previsto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo, os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até sessenta dias antes do pleito.

.....”

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2010

Dispõe sobre a *Equoterapia*.

O CONGRESSO NACIONAL decreta

Art. 1º Esta Lei regula a prática da *Equoterapia*, como todo o método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas da saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência.

Parágrafo único. A *Equoterapia* é empregada para o tratamento de lesões neuromotoras de origem encefálica ou medular; patologias ortopédicas congênitas ou adquiridas; disfunções sensório-motoras; distúrbios evolutivos, comportamentais, de aprendizagem e emocionais.

Art. 2º Para efeito desta Lei conceitua-se:

I - Praticante de Equoterapia como a pessoa com deficiência, quando em atividades equoterápicas.

II – Auxiliar guia como a pessoa que conduz o cavalo do praticante, atento às orientações do mediador e às reações do animal.

III – Auxiliar lateral como aquele que, durante a sessão acompanha o praticante, com especial atenção à sua segurança, seguindo as orientações do mediador.

IV – Mediador como o profissional que passa as informações da sessão, que sejam específicas do praticante, ao auxiliar guia e ao auxiliar lateral.

V – Tratador como a pessoa que desempenha os cuidados básicos com os cavalos e com as instalações eqüestres, podendo também atuar como auxiliar-guia.

VI – Esporte paraeqüestre como a utilização de todas as atividades eqüestres com objetivos esportivos para pessoa com deficiência

Art. 3º A *Equoterapia* baseia-se em:

I – Fundamentação técnico-científica;

II – Atendimento iniciado exclusivamente mediante parecer favorável em avaliação médica, psicológica e fisioterápica.

III – Avaliação médica para indicar sem ressalvas, com ressalvas, ou contra-indicar sua prática.

IV – Equipe multiprofissional e interdisciplinar especificamente qualificada para a sua prática, composta por:

- a) médico;
- b) fisioterapeuta;
- c) psicólogo;
- d) terapeuta ocupacional;
- e) fonoaudiólogo;
- f) professor de educação física;
- g) pedagogo;
- h) profissional de equitação.

V – Acompanhamento do tratamento, realizado por intermédio de registros periódicos e sistemáticos das atividades desenvolvidas pelo praticante, em prontuário próprio e individual;

VI – Aplicação realizada por intermédio de programas individualizados, conforme as necessidades e potencialidades do praticante; a finalidade do programa; os objetivos a serem alcançados, enfatizando:

a) intenções terapêuticas, com a aplicação de técnicas que visem, principalmente, a reabilitação física e/ou mental;

b) fins educacionais, com aplicação de técnicas pedagógicas, aliadas às terapêuticas, visando sua alfabetização, integração ou reintegração sócio-familiar;

c) fins de inserção ou reinserção social.

IX – segurança da integridade física do praticante, mediante:

- a) garantia de ambiente e treinamento adequado do cavalo;
- b) emprego de equipamentos de montaria adequados;
- c) vestimenta adequada do praticante e dos terapeutas;
- d) plano de seguridade para o praticante.

Art. 4º São programas básicos da *Equoterapia*:

I – hipoterapia, voltada para pessoas com deficiência física ou mental, em que o praticante não tenha condições de se manter sozinho sobre o cavalo, necessita de um auxiliar guia, para a condução do cavalo e, se necessário, de auxiliar lateral, para mantê-lo montado com segurança.

II – educação / reeducação, em que o praticante tem condições de atuar sozinho sobre o cavalo, dependendo em menor grau do auxiliar-guia ou do auxiliar lateral;

III – pré-esportivo, em que o praticante tem condições de atuar de forma autônoma com o cavalo, podendo realizar pequenos exercícios específicos, programados pela equipe;

IV – prática esportiva para equestre, aplicado para formação do atleta, pessoa com deficiência, para o esporte de competição.

Art. 5º Um centro de *Equoterapia* deverá ter:

I – Personalidade de pessoa jurídica;

II- Alvará da vigilância sanitária municipal;

III- Equipe mínima, constituída de um profissional de equitação para a *Equoterapia*, um fisioterapeuta e um psicólogo.

IV- Instalações adequadas, com acessibilidade para a pessoa com deficiência, ou mobilidade reduzida, na forma da legislação vigente.

Art. 6º Atendida à legislação de proteção animal vigente, os cavalos utilizados na *Equoterapia* devem:

I – apresentar boas condições de saúde;

II – ser submetidos a inspeções veterinárias regulares;

III – ser bem adestrados para a *Equoterapia*.

IV – ser mantidos em instalações adequadas.

Art. 7º Fica o Poder Público autorizado a reconhecer a *Equoterapia* como:

I – método terapêutico de habilitação, ou reabilitação, física e/ou mental, de pessoa com deficiência.

II – método educacional que favorece a alfabetização, a socialização e o desenvolvimento global de alunos com necessidades educativas diferenciadas.

Art. 8º A regulamentação desta Lei será elaborada por Comissão Especial em que faça parte entidade civil de notória atuação e especialização na prática da *Equoterapia* no Brasil.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação:

JUSTIFICAÇÃO

A prática da equoterapia tem origens imemoriais, posto que Hipócrates, em 377 AC, reconheceu a equitação como atividade de regeneração à saúde. Reconhecida internacionalmente por seus benefícios para a saúde humana, bem como para a educação, notadamente para a pessoa com deficiência, a equoterapia chegou ao Brasil em 1990, com excelentes resultados, o que tem levado à ampliação organizada da prática no País.

Trata-se de método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento biopsicossocial da pessoa com deficiência.

A equoterapia emprega o cavalo como agente promotor de benefícios físicos, psicológicos e educacionais de seus praticantes. A atividade exercita tanto o organismo, quanto a psique humana, contribuindo para o desenvolvimento da força e tônus musculares, flexibilidade, relaxamento, conscientização do próprio corpo e aperfeiçoamento da coordenação motora e do equilíbrio.

A interação com o cavalo, incluindo os primeiros contatos, o ato de montar e o manuseio final, desenvolve novas formas de socialização, autoconfiança e autoestima.

Por meio de Lei Federal, foi instituída a data de 9 de agosto como o Dia Nacional da Equoterapia. Além dessa normativa, tramita no Congresso o PLS nº 456, de 2003, que acrescenta dispositivo à legislação vigente que dispõe sobre o apoio à pessoa com deficiência, para tornar disponível a equoterapia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em face desse avanço da equoterapia no Brasil, cumpre que sua prática seja normatizada, de forma a se preservar sua padronização e natureza científica, garantindo que os praticantes sejam atendidos de forma profissional, ética e benéfica às necessidades que apresentem, para as quais a prescrição da equoterapia seja um dos caminhos de tratamento.

Isso posto, conto com o apoio de senadores e senadoras na tramitação de mais este projeto de lei, que reputo como sendo de elevado interesse para a sociedade.

Sala das sessões,
Senador **FLÁVIO ARNS**

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 46, de 2010–CN** (nº 1.197/2010 – BNDES GP, na origem), do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, encaminhando ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010.

Nos termos do art. 120 da Resolução nº1, de 2006–CN, fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

Leitura 4/11/2010

- até 9/11 prazo para publicação e distribuição dos relatórios da matéria;
- até 24/11 prazo para apresentação de relatório;
- até 1/12 prazo para apresentação de emendas; e

até 8/12 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 5 de novembro do corrente.

O expediente vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

OFÍCIO 1.197/2010-BNDES GP

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2010

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, encaminho, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei no 11.948, de 16-6-2009, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao terceiro trimestre de 2010.

Atenciosamente, **Luciano Coutinho**, Presidente.

BNDES

**Banco Nacional de Desenvolvimento
Econômico e Social**

RELATÓRIO GERENCIAL

RECURSOS DAS LEIS nº11.948/09 e nº12.249/10

3º Trimestre de 2010

outubro de 2010

1. Introdução

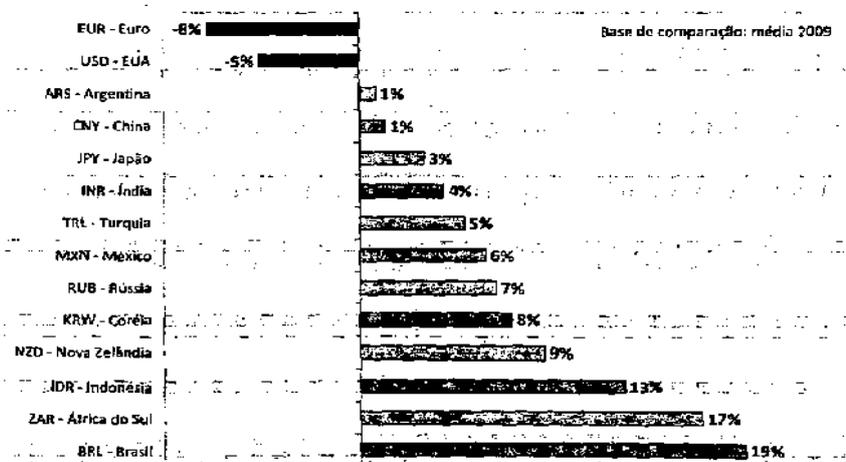
PANORAMA DA ECONOMIA INTERNACIONAL

O terceiro trimestre de 2010 se caracterizou pela preservação da ambivalência entre a economia internacional e a economia brasileira. No cenário internacional manteve-se o quadro de elevada incerteza fomentada por três fatores proeminentes: o quadro de recuperação arrastada, com elevado desemprego nos Estados Unidos, os indicadores fiscais preocupantes em diversos países da Europa e as incertezas quanto a desaceleração Chinesa e suas repercussões sobre a economia mundial.

Esse quadro é agravado pelo recrudescimento das relações econômicas internacionais, sobretudo entre as duas principais potências econômicas: China e EUA, no que tange aos efeitos deletérios da política cambial. A manutenção do Yuan, a moeda chinesa, subvalorizada tem impedido uma recuperação mais harmônica da economia mundial.

Por outro lado, a manutenção das taxas de juros em patamares historicamente mais baixos nos Estados Unidos e na Zona do Euro, tem implicado na prevalência de um ambiente de extrema liquidez nos mercados avançados. Esse excesso de liquidez, em um contexto de incerteza e falta de ativos de qualidade nos mercados originários implicaram na elevação do fluxo de capitais em direção a mercados emergentes, contribuindo para a apreciação da moeda dos países destinos. O gráfico I apresenta a variação percentual da taxa de câmbio ponderada pelo comércio exterior de uma seleção de países. O valor se refere a alteração do câmbio em setembro de 2010 frente ao valor médio observado em 2009. Percebe-se que, dentre a amostra de moedas de países que inclui os principais mercados do mundo e os países emergentes de maior relevância, o Real foi a moeda que mais se valorizou no período, acumulando 19% de valorização.

Gráfico I - Variação da taxa de câmbio real efetiva – em 20/10/2010 X média de 2009



Fonte: JP Morgan. Elaboração: BNDES/APE

Em 06 de Outubro o FMI divulgou sua mais recente projeção de crescimento para a economia mundial e diversos países, em 2010 e para um período posterior de 4 anos. A tabela I traz um resumo dessas projeções. O dado para a economia mundial incorpora uma revisão de 4,6% para 4,8% de expansão em 2010. Para 2011, o Fundo prevê crescimento mais modesto de 4,2%. Destaca-se o crescimento previsto para os países asiáticos, em especial o desempenho previsto para a economia Chinesa e Indiana, que devem continuar como grandes motores da economia mundial.

Tabela I - Projeções de crescimento para a economia mundial – variação % do PIB

	Observado		Última projeção		Projeção	
	2008	2009	2010	2011	2010	2011
Economia Mundial	2,8	-0,6	4,8	4,2	4,6	4,3
Economias Avançadas	0,2	-3,2	2,7	2,2	2,6	2,4
EUA	0,0	-2,6	2,6	2,3	3,3	2,9
Área do Euro	0,5	-4,1	1,7	1,5	1,0	1,3
Japão	-1,2	-5,2	2,8	1,5	2,4	1,8
Economias Emergentes	6,0	2,5	7,1	6,4	6,8	6,4
Rússia	5,2	-7,9	4,0	4,3	4,3	4,1
Economias Emergentes da Ásia	7,7	6,9	9,4	8,4	9,2	8,5
China	9,6	9,1	10,5	9,6	10,5	9,6
Índia	6,4	5,7	9,7	8,4	9,4	8,4
América Latina e Caribe	4,3	-1,7	5,7	4,0	4,8	4,0
Brasil	5,1	-0,2	7,5	4,1	7,1	4,2
México	1,5	-6,5	5,0	3,9	4,5	4,4

Fonte: FMI.

ECONOMIA BRASILEIRA

Passados dois anos do momento de maior intensidade da crise financeira internacional, a economia brasileira já apresenta níveis de atividade superiores aos observados anteriormente. Contudo, influenciados por um cenário externo de elevada incerteza, os dados recentes têm apontado para uma redução significativa no ritmo de expansão da economia.

Os dados fechados das contas nacionais divulgadas no início de setembro mostraram uma desaceleração expressiva da atividade econômica no segundo trimestre de 2010. Neste período o produto interno bruto acumulou expansão de 1,2% frente aos 2,7% do período anterior.

Em virtude do patamar elevado do crescimento no primeiro trimestre do ano, equivalente a uma taxa de expansão do PIB de 11,2% ao ano, e a retirada de incentivos tributários, a desaceleração já era esperada. As projeções anteriores a divulgação dos dados oficiais pelo IBGE apontavam para crescimento em torno de 0,8%. Portanto, o resultado acabou surpreendendo positivamente.

A recuperação da economia contou com um expressivo avanço da formação bruta de capital fixo a partir do 3º trimestre de 2009. Entre o 3º Trimestre de 2009 e o 1º trimestre de 2010 a formação bruta apresentou expressiva elevação, com taxas superiores a 7% ao trimestre, ou superiores a 30% quando anualizadas. No primeiro trimestre de 2010, a contribuição deste componente da demanda foi inferior somente ao da variação dos estoques.

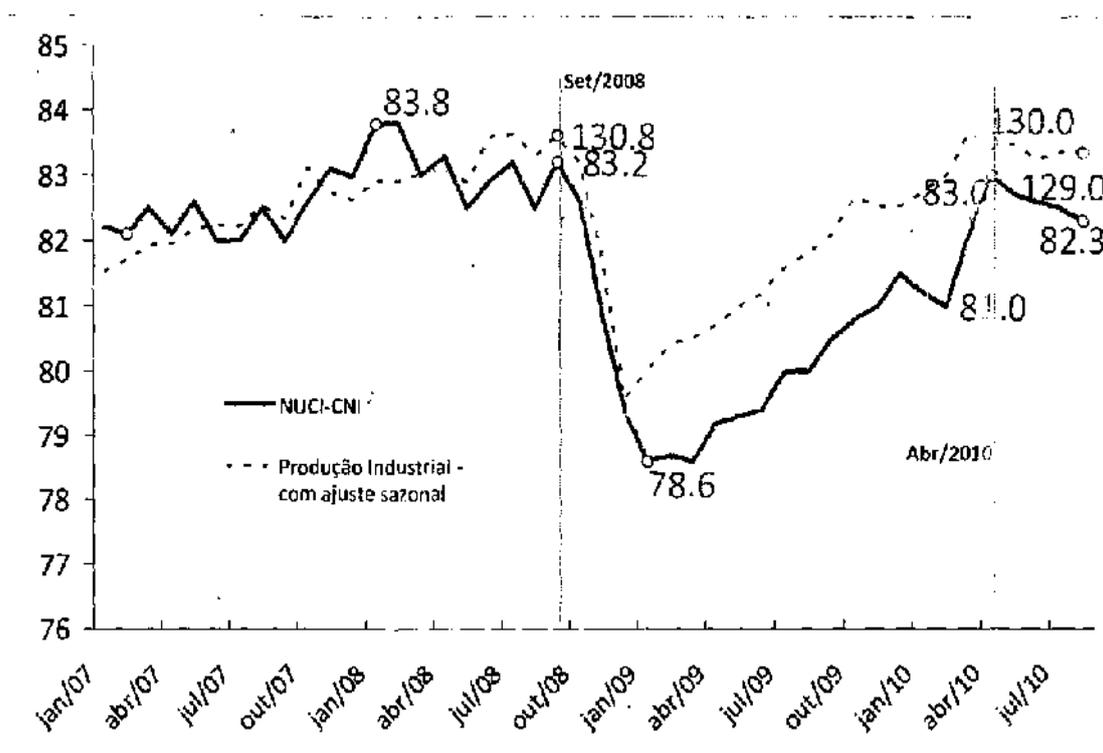
ATIVIDADE INDUSTRIAL

Passados 18 meses de queda e recuperação, em março de 2010 a produção industrial retornou a nível anterior à crise. Desde então ajustes em função da demanda ou da substituição de produtos locais por importados implicaram em uma trajetória cadente da produção.

Em Agosto de 2010 a produção industrial apresentou queda de 0,1% na margem, com ajuste sazonal. Esse desempenho apresenta-se harmonizado com o fraco resultado da produção industrial observado a partir do mês de março e reflete, em grande parte a compensação pela retirada dos incentivos tributários sobre bens duráveis que estiveram presentes entre o final de 2008 até março deste ano. Os resultados dos meses de julho e agosto apontam para um fraco desempenho da indústria no terceiro trimestre do ano.

No corte por categoria de uso os resultados apresentam indicação contraditória. No último mês o segmento de bens de capital apresentou variação positiva, de 1,38% sobre o mês de julho, com ajuste sazonal. Os demais segmentos de consumo e intermediário tiveram resultado negativo. Apesar disso, mesmo para o segmento de bens de capital, as perspectivas industriais não apontam para um resultado fortemente positivo no terceiro trimestre. Indicando algum esgotamento do efeito do crescimento dos investimentos sobre a produção local.

Com o desempenho fraco da produção industrial, o nível de utilização da capacidade instalada - NUCI apresentou queda no mês de agosto. Segundo dados da CNI, esse indicador, com ajuste sazonal, recuou de 82,5% para 82,3%. No segmento de máquina e equipamentos o aumento da produção observado em agosto não implicou uma elevação da pressão sobre a capacidade do setor, permanecendo com nível de utilização de 80,8%.

Gráfico III - Produção Industrial (índice) e Utilização da Capacidade Instalada (%)

Apesar do recuo contínuo no nível de utilização da capacidade industrial, desde abril de 2010, o nível atual ainda é superior a média observada para o período 2006/2008, de 81,2%. O elevado valor observado mesmo em um âmbito de queda na produção industrial resulta do efeito defasado do declínio do investimento observado nos meses subsequentes ao agravamento da crise. Com a crise, uma parcela dos bens de capital obsoletos, que estavam sendo utilizados devido ao forte nível de atividade, foram sucateados. A queda do investimentos, que veio em seqüência, parece ter comprometido o aumento da capacidade durante a recuperação da produção industrial.

Em termos setoriais, observa-se que o NUCI da maioria dos setores manteve-se pressionado, apresentando valores superiores à média do período 2006/2008, em 11 dos 19 setores. Na tabela II é possível verificar que em dois setores: Edição e impressão e Outros equipamentos de transportes, esse indicador atingiu seu valor máximo da série iniciada em 2003.

Tabela II - Utilização da Capacidade instalada por setores

	ago/10	Média 2006/2008	Máximo	data
Indústria de Transformação	82,2	82,4	83,7	mar/00
Alimentos e Bebidas	80,5	80,4	82,1	jan/08
Têxteis	82,7	82,8	87,7	jul/04
Vestuário	82,1	81,2	83,6	abr/10
Couros e calçados	89,3	89,0	90,8	jan/10
Madeira	65,2	67,1	87,8	jun/04
Papel e celulose	88,4	88,9	90,4	jul/04
Edição e impressão	81,9	81,1	81,9	ago/10
Refino e álcool	87,1	86,2	92,4	jan/07
Produtos químicos	76,9	78,7	80,5	jul/09
Borracha e plástico	83,5	83,6	84,7	fev/10
Minerais não metálicos	85,6	85,3	88,0	mar/10
Metalurgia básica	83,0	86,6	93,9	nov/04
Produtos de metal	81,2	81,2	84,6	set/08
Máquinas e equipamentos	80,0	80,3	86,1	out/04
Máq., apar. e mat. elétricos	83,8	83,5	85,8	jan/03
Mat. eletrônico e comunic.	73,7	73,0	80,5	dez/06
Veículos automotores	88,2	88,9	90,8	dez/04
Outros eq. de transporte	92,8	91,8	92,8	ago/10
Móveis e diversas	81,9	81,3	84,0	dez/07

O recuo modesto no nível de capacidade instalada a partir do 2º Trimestre de 2010 e o ainda seu valor elevado para alguns setores não reflete o início da maturação dos investimentos que se aceleraram a partir do 2º Trimestre de 2009.

A maturação dos investimentos ocorridos em períodos recentes se dará ao longo do último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011. Como resultado, espera-se que, em um cenário de crescimento moderado da produção industrial, observemos a estabilidade ou um eventual declínio da utilização de capacidade em diversos setores.

O setor de metalurgia básica, no qual houve pouco comprometimento dos investimentos durante a crise, ilustra bem essa perspectiva. Apesar de praticamente ter recuperado o nível de produção para patamar próximo aos valores observados antes da crise, o nível de utilização encontra-se substancialmente abaixo do observado para a época. Setores de bens de consumo semi-duráveis, como vestuário e couro e calçados apresentam uma perspectiva mais crítica, pois já encontram-se próximo ao máximo e a proximidade do final do ano aponta para o crescimento da produção.

DESEMPENHO DO BNDES

Refletindo o aumento do investimento observado ao longo dos últimos trimestres e um cenário ainda restritivo para as captações em mercado, os desembolsos do sistema BNDES vêm apresentando dinâmica de crescimento.

No decorrer do terceiro trimestre de 2010 o BNDES desembolsou um total de R\$ 68,7 bilhões. Um valor 103% superior ao observado no 2º trimestre de 2010. Tal resultado foi fortemente influenciado pelo aumento dos desembolsos para a indústria, que apresentaram crescimento de 334,2%. Por sua vez, uma parcela expressiva dos desembolsos desse setor estiveram relacionados a participação do BNDES na capitalização da Petrobras.

Nos setores de Agropecuária e Infraestrutura foram observadas ligeiras quedas de, respectivamente, 7,9% e 7,5%. A queda registrada, no entanto, não caracteriza qualquer movimento de tendência. É sim, fruto de oscilação típica dos desembolsos trimestrais, ocorridas, com frequência no passado. Para o setor de comércio e serviços, observamos um crescimento modesto na margem, de 5,9%.

No acumulado no ano, os valores desembolsados até setembro atingiram R\$ 128 bilhões, registrando elevação de 33,6% sobre os valores do mesmo período de 2009. Na decomposição por setores, observa-se uma expansão mais equilibrada entre os setores de agropecuária, comércio & serviços e indústria, vide tabela III. O desempenho da infraestrutura apresentou crescimento relativamente modesto de 16%, contudo persiste a trajetória de elevação.

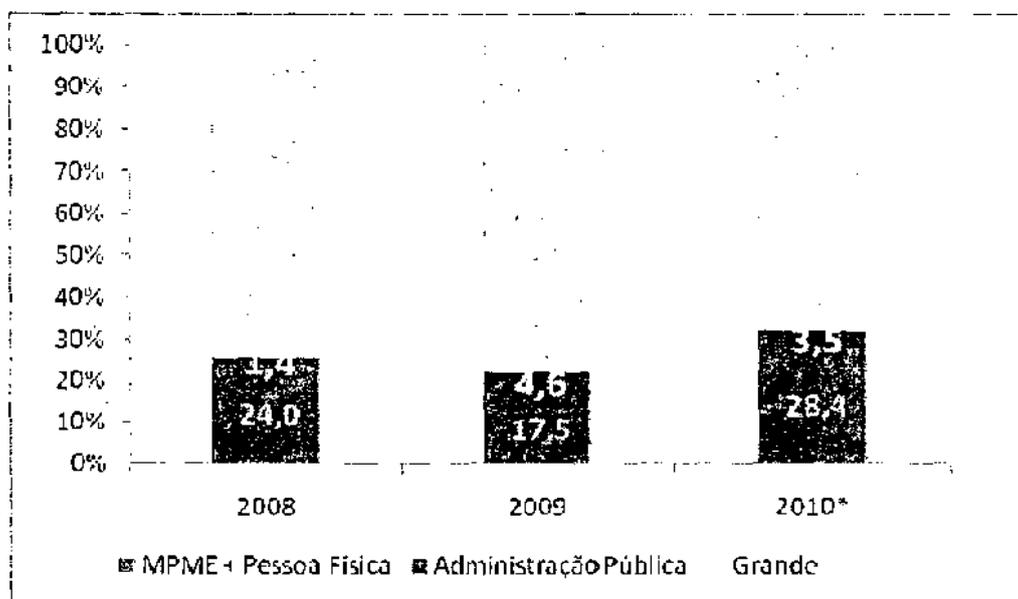
Tabela III - Desembolsos do Sistema BNDES – R\$ bilhões

Dados Trimestrais					
2010	Agropecuária	Comércio & Serviços	Indústria	Infraestrutura	Total
1º Trimestre	2,6	5,2	7,8	9,8	25,5
2º Trimestre	2,3	7,0	10,7	13,9	33,9
3º Trimestre	2,2	7,4	46,3	12,8	68,7
Variação % 3º T/2ºT	-7,9	5,9	334,2	-7,5	103,0

Dados Acumulados no ano					
	Agropecuária	Comércio & Serviços	Indústria	Infraestrutura	Total
jan-set/2009	4,8	10,7	48,8	31,5	95,8
jan-set/2010	7,2	19,5	64,8	36,5	128,0
Variação % 2010/2009	48,2	83,0	32,8	16,0	33,6

As políticas anticíclicas para a retomada do investimento tornaram os empréstimos do BNDES mais acessível. Como resultado houve um aumento substancial na participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME's) nos desembolsos, é o que pode ser visto no gráfico IV. Em 2009, esse segmento de empresas respondia por 17,5% dos desembolsos totais, no ano corrente esse percentual se elevou para 28,4%, valor superior ao observado em 2008, de 24%.

Gráfico IV - Participação por porte nos desembolso (%)



*acumulado jan-set/2010

Fonte: BNDES

Cabe lembrar que em julho de 2009 ocorreram as liberações extraordinárias para o programa de apoio a Petrobras no montante de R\$ 25 bilhões. Se os valores destinados à Petrobras forem retirados do cálculo, o percentual de participação das MPME's passará de 17,5% para 21,5% no ano de 2009.

2. Evolução das captações efetuadas junto ao Tesouro Nacional.

Em 2009, o BNDES contou com o aporte de recursos do Tesouro Nacional em títulos públicos federais, autorizado pela Medida Provisória nº 453, de 22 de janeiro de 2009, posteriormente alterada pela MP nº 462, de 14 de maio de 2009. Em 16 de junho de 2009, ocorreu a conversão da Medida Provisória nº 453/2009, alterada pela MP nº 462/2009, na Lei nº 11.948/2009. Logo em seguida, em 29 de junho, foi emitida a Medida Provisória nº 465, alterando o art. 1º da Lei nº 11.948/2009.

Em 24 de novembro de 2009, ocorreu a conversão da Medida Provisória nº 465, na Lei nº 12.096/2009, que alterou a Lei nº 11.948/2009. Em 15 de dezembro de 2009, foi emitida a Medida Provisória nº 472, que em seu art. 45. alterou o caput do art. 1º da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, autorizando à União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 180.000.000.000,00 (cento e oitenta bilhões de reais). Em 11 de junho de 2010 a MP nº 472 foi convertida na Lei nº 12.249/2010.

Posteriormente foi emitida a Medida Provisória nº 487 que alterou a Lei nº 12.096/2009, permitindo à União conceder subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2010, destinadas à aquisição e produção de bens de capital, à produção de bens de consumo para exportação e à inovação tecnológica, limitado ao montante de até R\$ 124.000.000.000,00 (cento e vinte e quatro bilhões de reais). Em 6 de setembro de 2010, foi emitida a Medida Provisória nº 501 que em seu art. 10, estendeu o período de contratação das operações equalizáveis até 31 de março de 2011.

Em 24 de setembro de 2010, foi emitida a MP nº 505 que autorizou a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no montante de até R\$ 30.000.000.000,00 (trinta bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais a serem definidas pelo Ministro de Estado da Fazenda. Esses recursos não estão contemplados no presente relatório, pois a sua captação foi usada para adquirir ações da Petrobras, no processo de capitalização da empresa no valor de R\$ 24,7 bi.

A tabela a seguir apresenta a movimentação financeira até o final de setembro de 2010:

Tabela IV - Movimentação Financeira – Recursos do Tesouro Nacional.

								Em R\$ milhões
LEGISLAÇÃO	DATA DE CAPTAÇÃO	TRANCHE	VALOR	CUSTO	JUROS EXIGÍVEIS	CORREÇÃO	VALORES PAGOS	SALDO DEVEDOR
MP 453	31/03/2009	1ª TRANCHE	18.000,00	TJLP + 2,5% a.a.	1.170,58		8.796,88	7.373,70
MP 462	15/06/2009	2ª TRANCHE	26.000,00	TJLP + 1% a.a.	2.329,21		1.880,83	26.448,38
MP 465	30/07/2009	ÚNICA	16.297,60	TJLP	1.129,06		1.089,47	16.337,20
	30/07/2009	ÚNICA	8.702,40	5,97% a.a.	550,75	(948,65)	539,33	7.767,17
	21/08/2009	1ª TRANCHE	8.535,60	TJLP	569,58		386,67	8.718,51
	25/08/2009	2ª TRANCHE	21.225,60	TJLP	1.401,75		960,92	21.666,43
	27/08/2009	3ª TRANCHE	6.238,80	TJLP	409,86		282,35	6.366,31
MP 472	20/04/2010	1ª TRANCHE	74.200,00	TJLP	1.976,30		610,34	75.565,96
	04/05/2010	2ª TRANCHE	5.800,00	TJLP	141,10		43,16	5.897,94
TOTAIS		TOTAIS	180.000,00		9.678,20	(948,65)	12.589,95	176.141,60

A coluna "Correção" refere-se à variação cambial do dólar americano aplicado sobre a captação realizada em 30/07/2009.

3. Análise da aplicação dos recursos das Leis nº 11.948/09 e nº 12.249/10.

No período de janeiro de 2009 a setembro de 2010 foram selecionados vários projetos, formando uma carteira, vinculada a essa captação, no valor de R\$ 139,6 bilhões, beneficiando 343.427 projetos de financiamento em todo o Brasil.

A seguir, em atendimento ao parágrafo 6º do art. 1º da Lei nº 11.948/09, apresentam-se as características dos projetos selecionados:

a) Modalidade de Investimento

A tabela a seguir apresenta os desembolsos da carteira de projetos, divididos por Modalidade Operacional do BNDES.

Tabela V - Modalidade Operacional BNDES

Em R\$ milhões

Modalidade	Valor da Liberação	Percentual
FINAME	53.981,08	38,7%
FINEM	43.538,39	31,2%
PRÉ-EMBARQUE	20.584,36	14,7%
BNDES AUTOMÁTICO	8.088,81	5,8%
PROJECT.FINANCE	5.265,96	3,8%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.038,06	2,9%
CARTÃO BNDES	1.437,31	1,0%
FINAME LEASING	1.067,37	0,8%
LIMITE DE CRÉDITO	813,92	0,6%
PONTE	485,35	0,3%
DEBENTURES	294,14	0,2%
Total	139.594,76	100%

Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

A maior parte dos financiamentos, 38,7% se concentram na modalidade FINAME, onde estão agrupadas as operações de produção e comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio indireto através das instituições financeiras credenciadas.

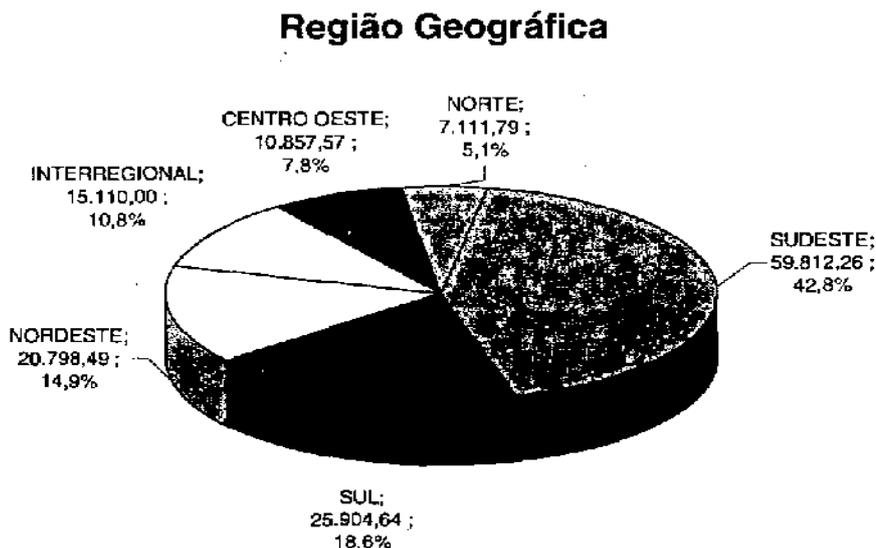
Outra fatia importante, 31,2%, concentra-se no FINEM, onde estão agrupados os grandes projetos de investimento. Esta modalidade se caracteriza pelo apoio direto do BNDES aos projetos com valor de financiamento superior a R\$ 10 milhões, para empreendimentos de implantação, expansão e modernização, incluída a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional e capital de giro associado.

b) Análise Geográfica

O Gráfico abaixo apresenta os desembolsos efetuados com recursos da Lei nº 11.948/09 e nº 12.249/10 no período janeiro de 2009 a setembro de 2010.

Gráfico V - Desembolsos por Região

Em Reais milhões



Os desembolsos foram destinados, principalmente, às regiões Sudeste (42,8%) e Sul (18,6%). Na região Sudeste merece destaque o apoio prestado às empresas General Motors do Brasil Ltda e Flexibrás Tubos Flexíveis Ltda. Já na região Sul as principais operações foram os desembolsos para a WEG Equipamentos Elétricos S/A e Renault do Brasil S/A.

Destaca-se no gráfico a classificação de dois projetos como operações interregionais. A empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) e Transportadora Associada de Gás S/A (TAG) que compõem os investimentos selecionados no montante de R\$ 15,1 bilhões, visando o aumento da produção de óleo e gás, da capacidade de refino e da malha de gasodutos do país. Com esses recursos também serão realizados projetos nas áreas de petroquímica, transporte de combustível, estocagem, liquefação e regaseificação de gás natural. Somente na Petrobras estão selecionados mais de 70 projetos na área de Exploração e Produção em diferentes bacias petrolíferas no país, além de testes de longa duração e o projeto piloto de Tupi do pré-sal, na bacia de Santos. Os investimentos da Petrobras fazem parte do Plano Estratégico 2020, ano em que a empresa pretende se tornar uma das cinco maiores companhias integradas de energia do mundo. Para isso, a Petrobras cumpre vultoso plano de investimentos de US\$ 174,4 bilhões para o horizonte 2009/2013.

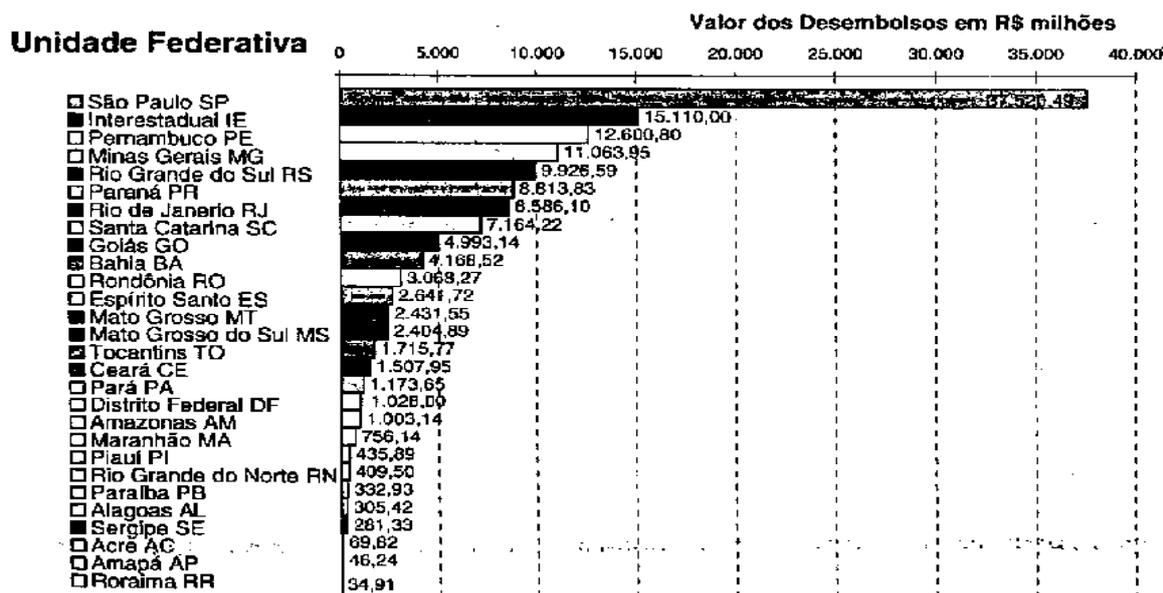
Cabe ressaltar ainda, que o BNDES tem trabalhado para melhorar a distribuição dos desembolsos do Programa entre as regiões geográficas, visando beneficiar as regiões com menor participação no PIB, dinamizar a atividade econômica dessas regiões e minimizar as disparidades regionais.

Tabela VI - Comparativo Carteira x Participação no PIB

Região Geográfica	Part.na carteira %	Part.no PIB %
SUDESTE	42,8%	56,4%
NORDESTE	14,9%	13,1%
INTERREGIONAL	10,8%	0,0%
SUL	18,6%	16,6%
CENTRO OESTE	7,8%	8,9%
NORTE	5,1%	5,0%
Total	100%	100%

No gráfico abaixo são apresentados os desembolsos por unidade federativa:

Gráfico VI - Desembolsos por Unidade Federativa



Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

Observa-se 89.609 projetos no estado de São Paulo, no total de R\$ 37,5 bilhões desembolsados, com destaque para o projeto da Thyssenkrupp Metalúrgica Campo Limpo Ltda. Da quantidade total de projetos, no estado de São Paulo, verificou-se o percentual de 62,6% referente as Micros e Pequenas empresas. Já em relação à Modalidade Operacional 60,2% foi aplicado em operações da FINAME e 35,42% em operações do Cartão BNDES.

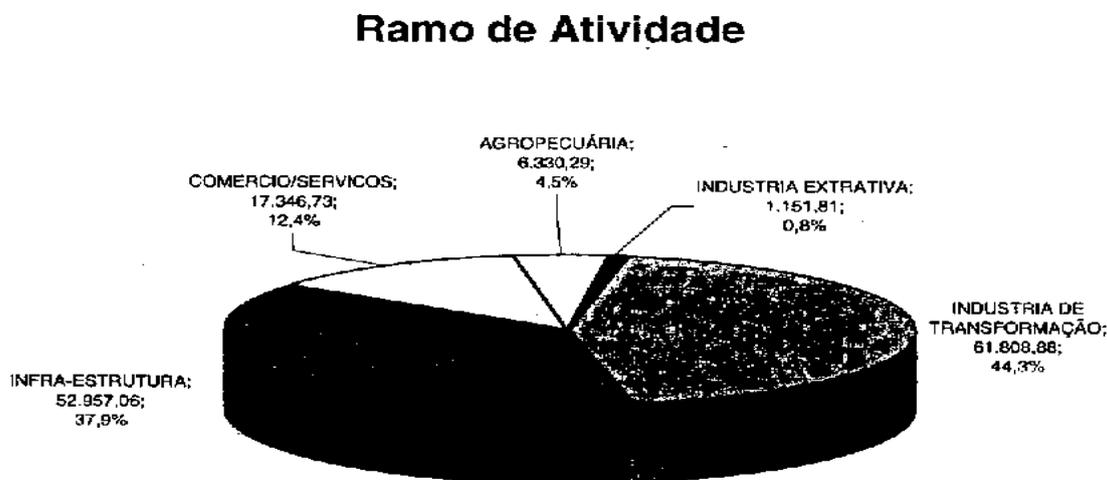
Em Pernambuco, foram totalizados 8.239 projetos, onde o maior é o da Refinaria Abreu e Lima S/A. Em Minas Gerais, foram encontrados 41.156 projetos, com destaque para o projeto da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG.

Os valores classificados como "Interestadual IE" referem-se ao Projeto de apoio a Petrobras e ao projeto da Transportadora Associada de Gás – TAG, ambos contemplam mais de uma unidade federativa na aplicação dos recursos.

c) Análise Setorial

Gráfico VII - Desembolsos por Ramo de Atividade

Em Reais milhões



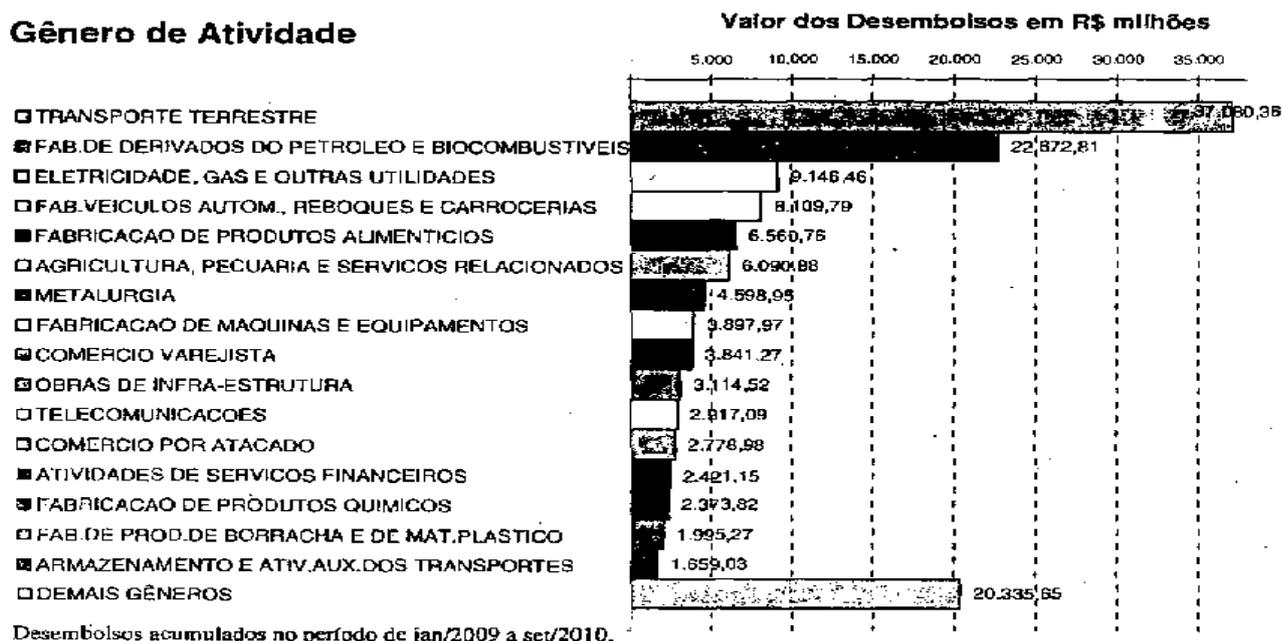
Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

O ramo da indústria de transformação teve uma participação de 44,3% nas operações realizadas, totalizando R\$ 61,8 bilhões, frente a uma participação de 37,9% do ramo de infraestrutura com R\$ 53 bilhões em desembolsos.

Dentro do ramo da indústria de transformação, merece destaque o gênero de atividade de fabricação de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis que absorveu R\$ 22,7 bilhões. Já no ramo de infraestrutura, o mais beneficiado foi o de transporte terrestre com desembolsos de R\$ 37 bilhões, destaque para os subsetores: transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional e transporte dutoviário (gasodutos). Outro setor de destaque foi o de eletricidade, gás e outras utilidades, com participação de R\$ 9,15 bilhões.

Gráfico VIII - Desembolsos por Gêneros de Atividade

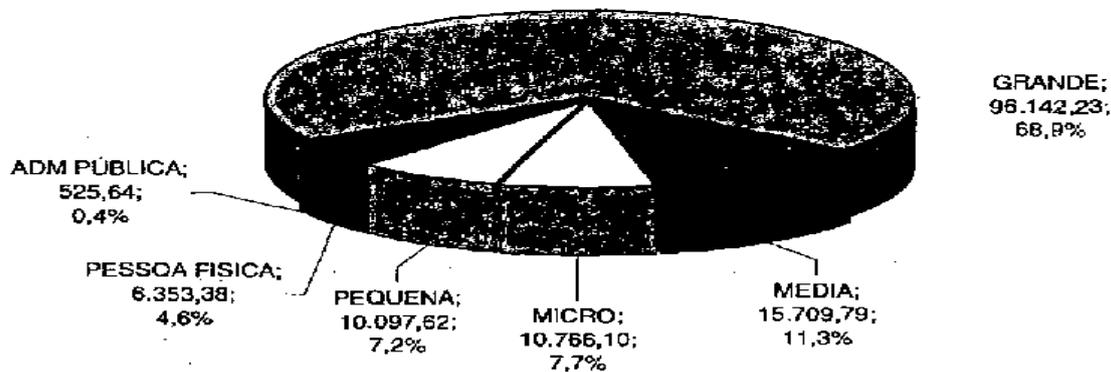
Gênero de Atividade



d) Análise Econômico Financeira

Gráfico IX - Desembolsos por Porte das Empresas

Porte do Cliente Final



Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

Os desembolsos beneficiaram, em sua maioria, empresas de grande porte, com 68,9 % dos recursos. Tal concentração decorre da predominância das grandes empresas nos setores de infraestrutura, insumos básicos e bens de capital sob encomenda. Além disso, em julho de 2009 houve um repasse para a empresa Petróleo Brasileiro S/A no valor de R\$ 25 bilhões, o que contribuiu muito para o aumento da participação das Grandes empresas, se desconsiderarmos este valor, o percentual de participação de Grandes empresas passa a ser de 62%.

Cabe lembrar que as demandas de micros, pequenas e médias empresas, além das pessoas físicas, também são atendidas, apresentando juntas 304.932 projetos, o que corresponde a 88,8% do total da carteira em quantidade de projetos, sendo o valor aplicado no montante de R\$ 43,5 bilhões.

Tabela VII - Quantidade de Projetos por Porte das Empresas

Porte do Cliente Final	Quantidade de Projetos	Percentual
MICRO	135.260	39,4%
PEQUENA	73.097	21,3%
PESSOA FISICA	49.818	14,5%
MEDIA	48.564	13,6%
GRANDE	38.495	11,2%
ADM PÚBLICA	193	0,1%
Total	343.427	100%

Quantidade de projetos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

Quanto ao custo financeiro, a carteira de projetos apoiados com recursos da Lei nº 11.948/09 e nº 12.249/10 apresentou uma média ponderada do índice Taxa líquida após equalização do BNDES de 1,73% a.a.

Esse índice corresponde à soma dos campos de Remuneração Básica do BNDES, Taxa de Risco de Crédito, Taxa de Intermediação Financeira, Fatores de Alteração, Remuneração BNDES e Custos Financeiro Adicional, acrescida da taxa de equalização, nas operações equalizáveis, ou de TJLP para as demais operações, reduzida do custo da moeda (TJLP, TJLP+1% a.a. ou TJLP+2,5% a.a.).

A partir do relatório do terceiro trimestre de 2010, a metodologia de cálculo foi alterada com a inclusão das taxas de equalização e de custo da moeda.¹

¹ Os dados referentes às taxas praticadas nos trimestres anteriores, de acordo com a nova metodologia, estão disponíveis no BNDES mediante solicitação.

Tabela VIII - Média da taxa líquida após equalização por porte da empresa

Em R\$ milhões

Porte do Cliente Final	Valor da Liberação	Taxa Líquida após Equalização
GRANDE	97.428,17	1,99% a.a.
MEDIA	14.423,85	1,24% a.a.
MICRO	10.766,10	1,09% a.a.
PEQUENA	10.097,62	1,09% a.a.
PESSOA FISICA	6.353,38	1,00% a.a.
ADM PUBLICA	525,64	1,54% a.a.
Total	139.594,76	1,73% a.a.

Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

O custo total ao tomador final foi de 7,31% ao ano, na média. Essa taxa corresponde à soma dos campos Remuneração Básica do BNDES, Taxa de Risco de Crédito, Taxa de Intermediação Financeira, Fatores de Alteração, Remuneração BNDES e Custos Financeiro Adicional, acrescida da Remuneração da Instituição Financeira Credenciada e pelo Custo Financeiro (Equivalente a TJLP nas operações onde não são cobrados juros fixos).

Tabela IX - Média do custo total pago pelo tomador final

Em R\$ milhões

Porte do Cliente Final	Valor da Liberação	Custo Total
GRANDE	97.428,17	7,52% a.a.
MEDIA	14.423,85	7,41% a.a.
MICRO	10.766,10	6,73% a.a.
PEQUENA	10.097,62	7,51% a.a.
PESSOA FISICA	6.353,38	4,66% a.a.
ADM PUBLICA	525,64	5,59% a.a.
Total	139.594,76	7,31% a.a.

Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

Na tabela a seguir são apresentadas as médias das taxas cobradas nos programas utilizados pelas Micro e Pequenas Empresas:

Tabela X - Média dos índices por Modalidade Operacional para Micro Empresa

Em R\$ milhões

Modalidades	Valor da Liberação	Taxa Líquida após Equalização
FINAME	9.700,33	0,99% a.a.
CARTÃO BNDES	799,05	1,98% a.a.
BNDES AUTOMATICO	144,95	2,37% a.a.
FINAME LEASING	119,26	1,62% a.a.
FINEM	2,51	2,22% a.a.
Total	10.766,10	1,09% a.a.

Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

A modalidade “BNDES Automático”, apoia projetos de implantação, ampliação, recuperação e modernização de empresas, incluindo obras civis, montagens e instalações; aquisição de equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados pelo BNDES; capital de giro associado ao projeto; entre outros itens.

O financiamento se dá por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para realização de projetos cujo valor seja de até R\$ 10 milhões, no período de 12 meses, respeitado esse limite também por beneficiária.

Na modalidade FINEM, onde ocorre o apoio realizado diretamente pelo BNDES, foram observados os programas de apoio à cadeia produtiva do audiovisual e ao desenvolvimento da indústria nacional de software.

O Cartão BNDES é um produto que, baseado no conceito de cartão de crédito, visa financiar os investimentos das MPME's de forma simplificada. O produto consiste em uma linha de crédito rotativo e pré-aprovada, concedida ao beneficiário do cartão, pelo agente financeiro, com limite de até R\$ 1 milhão por banco emissor (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banrisul), taxa de juros atrativa, de 0,97% ao mês em setembro de 2010, e pagamento em até 48 prestações mensais fixas, sem cobrança de tarifa e de anuidade.

Até setembro de 2010, tivemos cerca de 317 mil cartões ativos válidos, somando mais R\$ 6,7 bilhões em créditos já concedidos para investimentos. Existem mais de 25 mil Fornecedores credenciados e cerca de 179 mil produtos disponíveis para compra. Nos nove meses de 2010 foram realizadas mais de 228 mil transações, que representaram R\$ 3,5 bilhões em negócios. Para o ano de 2010, a previsão é que o total de desembolso chegue a R\$ 4 bilhões de reais.

As taxas médias encontradas no mercado referentes às operações com cartão de crédito para pessoa física estão estáveis em 10,69% em setembro/2010². Esta taxa média implica em taxa anual equivalente de 238,3%

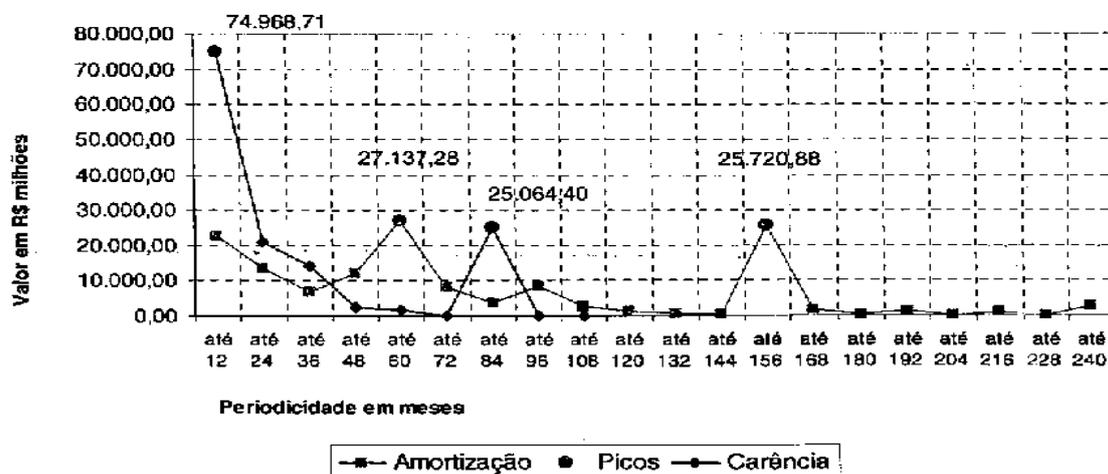
O Produto FINAME Leasing tem por objetivo financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES, destinados a operações de arrendamento mercantil. O financiamento será concedido à empresa arrendadora para a aquisição de máquinas e equipamentos, os quais serão, simultaneamente, arrendados à empresa usuária (arrendatária).

Em relação aos períodos de carência e amortização, o quadro a seguir demonstra o Perfil da Carteira.

A carteira apresenta um pico de projetos finalizados no prazo de 156 meses, sendo R\$ 25 bilhões referentes ao PROGRAMA DE APOIO A PETROBRAS, o próximo índice relevante aparece aos 60 meses, no valor de R\$ 27,1 bilhões, referente às operações da FINAME. Já em relação ao período de carência, foi observado um período representativo aos 12 meses, referente às operações realizadas, principalmente, com os programas LINHA BK COMERCIALIZACAO, BENS DE CAPITAL PARA ONIBUS E CAMINHAO NO PSI e PEC – PROGRAMA ESPECIAL DE CRÉDITO no volume total de R\$ 75 bilhões.

Gráfico X - Prazos de Carência e Amortização.

Perfil de Amortização da Carteira



Descobolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

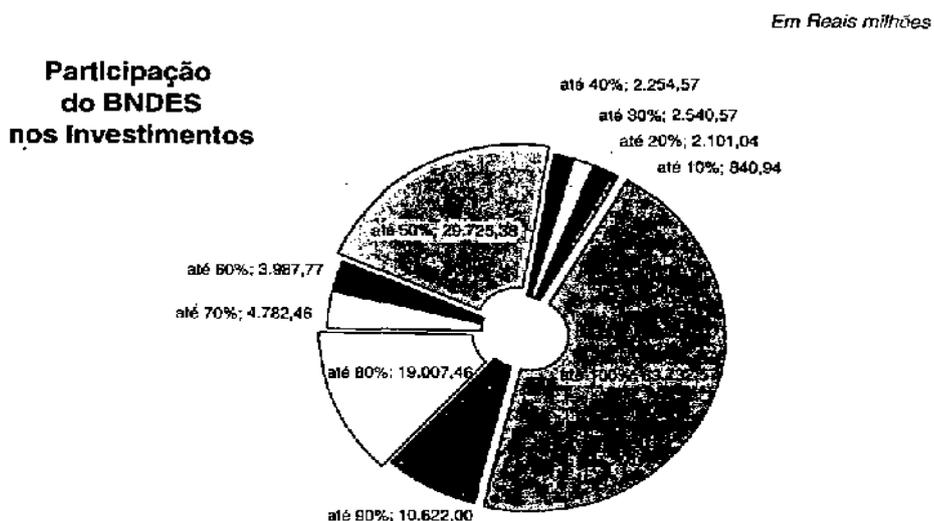
² Fonte: Associação Nacional de Executivos de Finanças - ANEFAC

Analisando a taxa de investimento dos projetos beneficiados com os recursos provenientes da Lei nº 11.948/09 e nº 12.249/10, o BNDES financiou aproximadamente 100% do investimento total em 45,7% das operações, representando cerca de R\$ 63,7 bilhões. Desses projetos, R\$ 27,6 bilhões correspondem à modalidade de crédito FINAME e R\$ 20,6 bilhões à modalidade EXIM PRÉ-EMBARQUE.

Outro percentual relevante foi encontrado na faixa de financiamento de até 50% do investimento total do projeto, com percentual equivalente a 21,3% das operações, totalizando R\$ 29,7 bilhões. A modalidade mais representativa foi FINEM DIRETO.

O terceiro percentual mais praticado foi na faixa de até 80%, no montante de R\$ 19 bilhões. A modalidade de crédito registrada com maior frequência foi a FINAME.

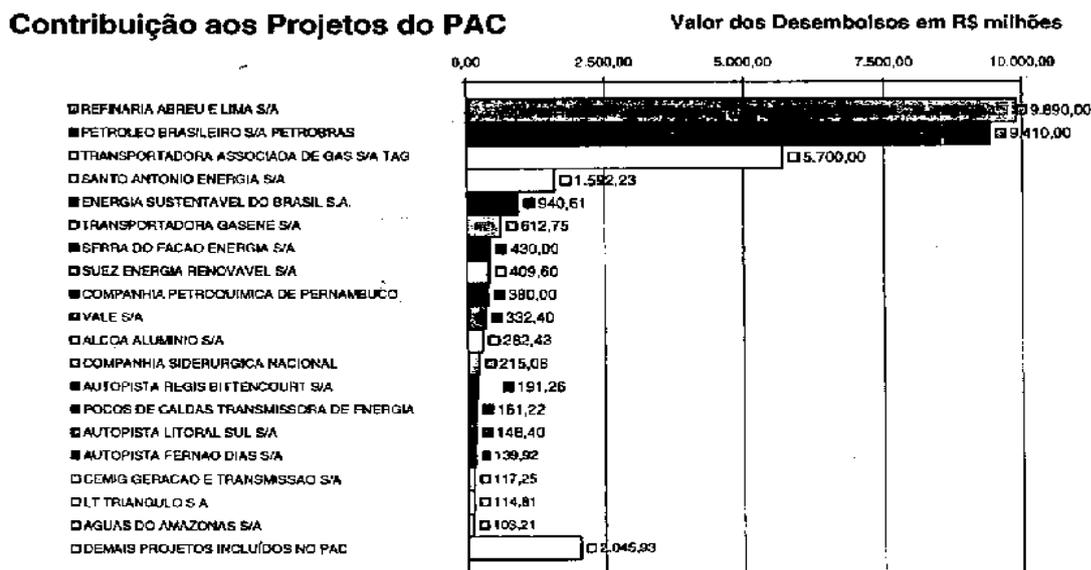
Gráfico XI - Participação do BNDES no Investimento Total



Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

Uma contribuição importante dos recursos do Tesouro Nacional foi o financiamento de parte dos projetos que compõe o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O Gráfico a seguir apresenta alguns projetos selecionados para a carteira da Lei nº11.948/09 e nº12.249/10.

Gráfico XII - Projetos incluídos no PAC



Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

No total de R\$ 139,6 bilhões desembolsados, R\$ 33,2 bilhões foram aplicados em projetos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

e) Maiores projetos no período de janeiro de 2009 a setembro de 2010

Refinaria Abreu e Lima S/A

A Refinaria Abreu e Lima S.A. será implantada no Complexo Industrial Portuário de Suape, no município de Ipojuca (PE). A entrada em operação está prevista para 2011, com capacidade para processamento de 230 mil barris de petróleo por dia. A unidade estará preparada para processar 100% de petróleo pesado, produzindo derivados de baixo teor de enxofre. Seu mix de produtos será concentrado na produção de diesel, além de gás de cozinha (GLP), nafta petroquímica e coque.

Petróleo Brasileiro S/A Petrobras

Estão selecionados mais de 70 projetos nas áreas de exploração e produção em diferentes bacias petrolíferas no país. Também estão incluídos testes de longa duração e o projeto piloto de Tupi do pré-sal, na bacia de Santos. Os investimentos da Petrobras fazem parte do Plano Estratégico 2020, ano em que a empresa pretende se tornar uma das cinco maiores companhias integradas de energia do mundo. Para isso, a Petrobras cumpre vultoso plano de investimentos de US\$ 174,4 bilhões para o horizonte 2009/2013.

Transportadora Associada de Gás S/A (TAG)

A Petrobras vai incorporar todas as suas transportadoras de gás em uma só companhia, que se chamará Transportadora Associada de Gás (TAG). Gradualmente, a TAG vai absorver sete transportadoras nas quais a estatal tem participação acionária relevante, controle acionário ou 100% das ações.

PROCER - Programa de Crédito Especial Rural - Banco do Brasil S/A

Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito em favor do Interessado, com a interveniência da União Federal, destinados a operações de crédito contratadas pelo Interessado no âmbito do Programa BNDES de Crédito Especial Rural - BNDES PROCER que tem por objetivo promover a competitividade das empresas dos setores agroindustrial e agropecuário brasileiros.

Santo Antônio Energia S/A (UHE Santo Antônio)

Construção da UHE Santo Antônio, com capacidade instalada de geração de 3.150 MW, no Rio Madeira, no município de Porto Velho - RO, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a central geradora. Projeto incluído no PAC.

Energia Sustentável do Brasil S.A. (UHE Jirau)

Construção da UHE Jirau, com capacidade instalada de geração de 3.300 MW, no Rio Madeira, no Município de Porto Velho - RO, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

TELEMAR Norte Leste 2009/2011

Implantação do Programa de Investimento da Empresa, relativo ao triênio 2009 - 2011.

Transportadora GASENE

Implantação de Gasodutos de Transporte de Gás Natural, com cerca de 1.388 Km de extensão e capacidade de transporte de 20 milhões de m³ por dia, ligando o terminal de Cabiúnas-RJ até a cidade de Catu-BA. Projeto incluído no PAC.

Fibria – Votorantim Papel Celulose S/A

Implantação, pela interveniente VCP-MS, de uma linha de produção de Celulose Branqueada de Eucalipto com capacidade de 1.300.000 toneladas/ano, no município de Três Lagoas - MS, além de investimentos sociais em áreas de influência da empresa no período 2008/2009.

COSAN

Implantação de unidade de produção de etanol, com capacidade de processamento de 4 milhões de ton/safra de cana-de-açúcar, bem como cogeração de energia elétrica de

105 MW, formação de lavoura de cana, investimentos ambientais e sociais voltados para a comunidade, no município de Jataí - GO e outros.

Serra do Facão Energia S/A (UHE Serra do Facão)

Implantação da usina hidrelétrica (UHE) Serra do Facão, com capacidade instalada de geração de 212,58 MW, localizada nos municípios de Catalão e Davinópolis, no estado de Goiás, bem como seu respectivo sistema de transmissão associado. Projeto incluído no PAC.

Suez Energia Renovável S/A (UHE Estreito)

Implantação da UHE Estreito, com capacidade instalada de geração de 1.087 MW, localizada no trecho médio do Rio Tocantins, entre os Municípios de Estreito - MA, Palmeiras do Tocantins - TO e Aguiarnópolis - TO, bem como do seu respectivo sistema de transmissão associado. Projeto incluído no PAC.

Companhia Petroquímica de Pernambuco - COMPEPE/CITEPE/PTA-PET-PY.

Implantação de três plantas integradas para produzir ácido Tereftálico (pta), fios de poliéster e resina para embalagens Pet, todas no município de Ipojuca - PE, próximo ao porte de Suape.

Anglo American Brasil Ltda

Expansão da produção da mina de Barro Alto para 3 milhões de toneladas / ano de minério (Base Seca) e implantação de uma unidade para produção de 36 mil toneladas / ano de níquel contido em ferro níquel, no município de Barro Alto (GO).

Vale S/A (CVRD / Carajás)

Ampliação, em três etapas, da capacidade de transporte da estrada de ferro Carajás - EFC, de 70 milhões de toneladas por ano (MTPA) para 103 MTPA, entre os municípios de Parauapebas-PA e São Luis-MA. Projeto incluído no PAC.

Telecom – Tele Norte Leste - TNL PCS

Plano de investimento, para o período 2009 - 2011, na empresa TNL PCS S.A.

Brasil Telecom S/A

Expansão da Infraestrutura de rede (Voz, Dados e Imagem) e de Tecnologia de Informação, de forma a dar continuidade ao cumprimento das metas de universalização e de qualidade e permitir a consolidação da empresa como uma multiprovedora de serviços de telecomunicações.

Thyssenkrupp Metalúrgica Campo Limpo Ltda.

Financiamento para exportação de Virabrequim, Biela, Eixos de Cames e Engrenagens.

4. Descrição dos Maiores Projetos no terceiro trimestre de 2010.

Petrobras / PSI

Aquisição de tubos de aço especial de gasoduto, para serem colocados em várias regiões do Brasil.

Ford Motor Company Brasil

Financiamento à produção e exportação de caminhonetes, caminhões e tratores. (Bens de Capital)

Aços Villares S/A

Financiamento à produção para exportação de cilindros de laminadores de aço. (Bens de Capital)

Nokia do Brasil Tecnologia

Financiamento à produção para exportação de terminal portátil de telefonia celular. (Bens de Consumo)

Nestlé Brasil Ltda

Financiamento à produção para exportação de café solúvel, chocolate branco, caramelos. (Bens de Consumo)

Cargill

Financiamento à produção para exportação de manteiga, cacau em pó, melações. (Bens de Consumo)

Brasfels S/A

Financiamento à produção para exportação de plataformas de perfuração ou de exploração. (Bens de Capital)

5. Análise do Impacto sobre a Geração de Emprego e Renda

O BNDES utiliza metodologia específica para estimar o efeito emprego do investimento, ou seja, o total de empregos a serem mantidos e/ou criados por um determinado valor de investimento. De acordo com a metodologia utilizada pelo Modelo de Geração de Empregos, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o efeito emprego do investimento é composto por três componentes, a saber:

i. o efeito emprego direto do investimento – volume adicional de mão de obra a ser empregada diretamente pelo projeto e pelo empreendimento;

ii. o efeito emprego indireto do investimento – aumento do emprego gerado, ao longo da cadeia produtiva, pela expansão da produção necessária para atender a demanda de insumos decorrente do projeto e do empreendimento;

iii. o efeito emprego da renda gerada – criação de empregos associada ao aumento de produção, destinado a atender o crescimento de consumo, propiciado pela renda gerada através da remuneração dos fatores de produção empregados no projeto e no empreendimento.

Uma vez obtida a estimativa do efeito emprego de dado volume de investimento, pode-se estabelecer a seguinte decomposição:

i. efeito emprego do financiamento – a geração de empregos correspondente à parcela do investimento financiada pelo BNDES;

ii. efeito emprego do investimento próprio e de terceiros – o aumento de empregos associado à parcela do investimento financiada por recursos próprios do empreendedor do projeto, bem como por recursos de terceiros.

A expectativa é de que os investimentos apoiados pelas Linhas de Crédito do BNDES resultem na geração/manutenção de emprego e renda, seja de forma direta ou indireta, tendo em vista o efeito positivo desses investimentos sobre os demais setores da economia.

O Modelo de Geração de Emprego utiliza como base os dados constantes no Sistema de Contas Nacionais publicado pelo IBGE.

Na tabela a seguir, observa-se a alocação do investimento total por setor do Sistema de Contas Nacionais (SCN) do IBGE, considerando os desembolsos do BNDES, com recursos da Lei nº 11.948/09 e nº 12.249/10, acrescida da participação de outras fontes de recursos no financiamento do projeto.

Tabela XI - Sistema de Contas Nacionais (Investimentos)

		<i>Em R\$ milhões</i>
Cód.	Descrição da Atividade	Valor
01	Agropecuária	722,98
02	Extrativa mineral (exceto combustíveis)	-
03	Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	-
04	Fabricação de minerais não-metálicos	72,46
05	Siderurgia	820,91
06	Metalurgia dos não-ferrosos	80,34
07	Fabricação de outros produtos metalúrgicos	4.554,00
08	Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	35.556,05
10	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	2.933,36
11	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	1.719,79
12	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	43.074,79
13	Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	12.379,56
14	Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	403,83
15	Indústria de papel e gráfica	386,67
16	Indústria da borracha	482,58
17	Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	423,08
18	Refino de petróleo e indústria petroquímica	-
19	Fabricação de produtos químicos diversos	155,76
20	Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	47,08
21	Indústria de transformação de material plástico	872,53
22	Indústria têxtil	116,35
23	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	57,67
24	Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	242,74
25	Indústria do café	326,10
26	Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	66,67
27	Abate e preparação de carnes	658,29
28	Resfriamento e preparação do leite e laticínios	12,80
29	Indústria do açúcar	171,14
30	Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras p/alimentação	73,27
31	Outras indústrias alimentares e de bebidas	182,61
32	Indústrias diversas	642,66
33	Serviços industriais de utilidade pública	1.393,51
34	Construção civil	61.320,57
35	Comércio	389,82
36	Transporte	6,42
37	Comunicações	5,81
38	Instituições financeiras	1.234,07
39	Serviços prestados às famílias	0,64
40	Serviços prestados às empresas	14.513,60
41	Aluguel de imóveis	-
42	Administração pública	-
43	Serviços privados não-mercantis	-
TOTAL		186.100,50

O BNDES desembolsou R\$ 139,6 bilhões, acumulados de janeiro de 2009 a setembro de 2010, referentes à alocação de recursos pelo Tesouro Nacional através da Lei nº 11.948/09 e nº 12.249/10. Esta cifra possibilitou investimento total gerador de empregos (que considera também a participação de terceiros) superior a R\$ 186 bilhões e a manutenção/geração de mais de 4,5 milhões de empregos.

Tabela XII - Geração e Manutenção de Empregos

Cód.	Descrição da Atividade - Nível 80	Em número de empregos (mil)			
		Efeito Direto	Efeito Indireto	Efeito Renda	Efeito Total
01	Agropecuária	9,141	52,473	242,073	303,687
02	Extrativa mineral (exceto combustíveis)	0,000	10,753	2,100	12,854
03	Extração de petróleo e gás natural, carvão e outros combustíveis	0,000	3,564	2,582	6,146
04	Fabricação de minerais não-metálicos	0,496	54,877	5,259	60,632
05	Siderurgia	0,483	18,937	1,601	21,021
06	Metalurgia dos não-ferrosos	0,101	11,032	1,323	12,456
07	Fabricação de outros produtos metalúrgicos	28,130	125,081	15,651	168,862
08	Fabricação e manutenção de máquinas e tratores	212,771	50,125	12,010	274,906
10	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material elétrico	7,389	9,060	3,700	20,150
11	Fabricação de aparelhos e equipamentos de material eletrônico	14,428	1,544	4,150	20,121
12	Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus	58,618	1,147	2,985	62,750
13	Fabricação de outros veículos, peças e acessórios	51,592	35,620	6,033	93,245
14	Serrarias e fabricação de artigos de madeira e mobiliário	6,833	40,673	20,682	68,188
15	Indústria de papel e gráfica	2,176	22,729	15,089	39,994
16	Indústria da borracha	0,985	10,724	2,094	13,803
17	Fabricação de elementos químicos não-petroquímicos	0,585	3,460	3,325	7,369
18	Refino de petróleo e indústria petroquímica	0,000	3,755	2,726	6,482
19	Fabricação de produtos químicos diversos	0,337	9,956	6,708	17,000
20	Fabricação de produtos farmacêuticos e de perfumaria	0,153	0,268	9,611	10,032
21	Indústria de transformação de material plástico	7,648	25,891	9,227	42,767
22	Indústria têxtil	0,659	5,708	12,167	18,534
23	Fabricação de artigos do vestuário e acessórios	1,682	2,412	64,923	69,018
24	Fabricação de calçados e de artigos de couro e peles	7,130	3,645	5,030	15,805
25	Indústria do café	1,007	0,230	1,624	2,861
26	Beneficiamento de produtos de origem vegetal, inclusive fumo	0,255	0,675	18,345	19,274
27	Abate e preparação de carnes	1,972	0,476	13,777	16,226
28	Resfriamento e preparação do leite e laticínios	0,032	0,076	4,734	4,842
29	Indústria do açúcar	0,493	0,734	3,732	4,958
30	Fabricação e refino de óleos vegetais e de gorduras para alimentação	0,050	0,193	1,806	2,048
31	Outras indústrias alimentares e de bebidas	1,135	2,539	38,031	41,705
32	Indústrias diversas	4,826	15,645	8,194	28,665
33	Serviços industriais de utilidade pública	2,779	14,451	15,019	32,250
34	Construção civil	411,692	20,581	9,305	441,578
35	Comércio	8,701	216,056	433,190	657,947
36	Transporte	0,088	83,380	111,587	195,055
37	Comunicações	0,017	12,134	19,114	31,265
38	Instituições financeiras	5,164	45,713	42,946	93,823
39	Serviços prestados às famílias	0,023	21,098	446,823	467,944
40	Serviços prestados às empresas	294,515	131,849	85,347	511,710
41	Aluguel de imóveis	0,000	1,293	14,848	16,141
42	Administração pública	0,000	16,547	14,207	30,754
43	Serviços privados não-mercantis	0,000	0,000	581,062	581,062
	Total	1.144,085	1.087,104	2.314,740	4.545,929

O setor de comércio foi o que mais contribuiu para a manutenção/geração de emprego, viabilizando mais de 657 mil postos de trabalho (14,5%). Em segundo, muito próximo, temos o setor de serviços privados não-mercantis, com 581 mil postos (12,8%). Logo em seguida, tem-se o setor de serviços prestados às empresas com mais de 511 mil empregos gerados/mantidos (11,3%). Cabe ressaltar que este setor possui importância vital no processo de absorção de mão de obra tanto direta quanto indiretamente. Também merecem destaque os setores de serviços prestados às famílias (10,3%) e construção civil (9,7%), que, em conjunto, viabilizaram mais de 909 mil postos de trabalho.

6. Glossário

BNDES AUTOMÁTICO	Financiamento a projeto de investimento de valor inferior a R\$ 10 milhões.
CARTÃO BNDES	Crédito rotativo pré-aprovado, destinado a micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas. Utilizado para a aquisição de bens e insumos.
EXIM	Operações de crédito para o financiamento de produção para Exportação e/ou de Importação de produtos brasileiros no exterior
FINAME	Financiamentos para a produção e comercialização de Máquinas e Equipamentos
FINEM	Financiamentos a projetos de investimento de valor superior a R\$ 10 milhões
PRÉ-EMBARQUE	Modalidade de operação de crédito que financia a produção para exportação
PROJECT FINANCE	Engenharia financeira suportada contratualmente pelo fluxo de caixa de um projeto, servindo como garantia os ativos e recebíveis desse mesmo empreendimento.
PRÉ-SAL	É um gigantesco reservatório de petróleo e gás natural, localizado nas Bacias de Santos, Campos e Espírito Santo. Estas reservas estão localizadas abaixo da camada de sal (que podem ter até 2 km de espessura). Portanto, se localizam de 5 a 7 mil metros abaixo do nível do mar.
PASS	Programa de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro
PROCER	Programa de Crédito Especial Rural
MINHA CASA/MINHA VIDA	O Minha Casa, Minha Vida viabiliza a construção de 1 milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, em parceria com estados, municípios e iniciativa privada.
EMPRÉSTIMO PONTE	Trata-se da concessão de recursos no período de estruturação de operações de longo prazo, de modo a agilizar a realização de investimentos.
LIMITE DE CRÉDITO	Trata-se de um crédito rotativo para sociedades empresariais clientes do BNDES, adimplentes por prazo igual ou superior a 5 (cinco) anos e que, portanto, apresentam baixo risco de crédito, cujo objetivo é acelerar a realização de investimentos no País, mediante simplificação dos procedimentos de apoio financeiro.
OPERAÇÕES INTERREGIONAIS	Operações de crédito que beneficiam mais de uma unidade da federação
BACIA DE SANTOS	A Bacia de Santos é uma bacia sedimentar localizada na plataforma continental brasileira. Estende-se desde o litoral sul do estado do Rio de Janeiro até o norte do estado de Santa Catarina, abrangendo uma área de cerca de 352 mil quilômetros quadrados.
TUPI	O campo petrolífero de Tupi está localizado a 250 quilômetros da costa do Rio de Janeiro, com reservas estimadas entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo de alta qualidade, ou seja, petróleo leve, além de gás natural.
CESTA DE MOEDAS	Os Encargos da Cesta de Moedas (ECM) referem-se às condições financeiras para a concessão de financiamento com equivalência em dólares americanos mediante a utilização de recursos captados pelo BNDES em moeda estrangeira.
SUAPE	O Complexo Industrial e Portuário de Suape é o mais completo pólo para a localização de negócios industriais e portuários da Região Nordeste. Dispondo de uma infraestrutura completa para atender às necessidades dos mais diversos empreendimentos.

7. Lista de Siglas

ACC	Adiantamento de Contrato de Câmbio
AF	Área Financeira
APE	Área de Pesquisa e Acompanhamento Econômico
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
MPME	Micro, Pequena e Média Empresa
PIB	Produto Interno Bruto
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
FBKF	Formação Bruta de Capital Fixo
PSI	Programa de Sustentação do Investimento
TAG	Transportadora Associada de Gás
E&P	Exploração e Produção
RNEST	Refinaria do Nordeste
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
MW	Megawatt
SFN	Sistema Financeiro Nacional
MP	Medida Provisória

Anexo I - Detalhamento dos municípios beneficiados

Município UF	Em Reais Valor da Liberação
ABADIA DE GOIAS-GO	2.759.862,54
ABADIA DOS DOURADOS-MG	6.177.022,38
ABADIANA-GO	2.815.996,33
ABATETE-MG	6.426.594,98
ABATETUBA-PA	2.967.757,67
ABARÁ-CE	198.320,00
ABARÁ-BA	1.960.279,70
ABARE-BA	243.800,00
ABATIÁ-PR	10.810.890,22
ABDON BATISTA-SC	3.770.625,00
ABEL FIGUEIREDO-PA	412.142,28
ABELARDO LUZ-SC	12.314.929,13
ABRE CAMPO-MG	3.319.041,76
ABREU E LIMA-PE	19.038.076,26
ABREULANDIA-TO	1.087.534,00
ACACIA-MG	33.594,26
ACAILÂNDIA-MA	24.694.699,08
ACAILÂNDIA-BA	81.311,00
ACARAÍ-PA	1.183.780,29
ACARAÍ-PE	19.402.564,47
ACARAU-CE	983.702,56
ACARÁ-RR	785.183,63
ACEGUA-MS	13.390.061,65
ACOPARA-CE	909.703,01
ACORIZAL-MT	2.091.083,00
ACRELÂNDIA-AC	1.504.575,84
ACRELÂNDIA-GO	9.199.680,48
ACRÉLIA-SC	66.365.369,00
ACUCENA-MG	13.369.711,56
ACURÍ-RR	29.560.471,66
ADAMANTINA-SP	24.899,98
ADELÂNDIA-GO	802.710,00
ADOLFÓ-SP	4.790.995,66
ADRIANÓPOLIS-PR	444.326,00
ADUSTINA-BA	3.790.440,56
AFONSO DE ALBUQUERQUE-PE	8.060.001,00
AFRÂNIO-PE	869.613,44
AFUA-BA	20.749,03
AGRESTINA-PE	493.365,65
AGROLÂNDIA-SC	6.633.477,86
AGROMÔNICA-SC	3.306.209,67
ÁGUA AZUL DO NORTE-PA	399.855,89
ÁGUA BOA-MG	1.912.434,91
ÁGUA BOA-MT	24.968.266,75
ÁGUA BRANCA-AL	115.000,00
ÁGUA BRANCA-PB	446.500,00
ÁGUA BRANCA-PI	168.278,24
ÁGUA CLARA-MS	26.798.669,76
ÁGUA COMPRIDA-MG	647.930,60
ÁGUA DOCE DO MARANHÃO-MA	119.520,00
ÁGUA DOCE DO NORTE-ES	1.641.510,00
ÁGUA DOCE-SC	124.497.836,17
ÁGUA FRIA DE GOIAS-GO	2.572.600,00
ÁGUA FRIA-BA	179.116,00
ÁGUA LIMPA-GO	203.000,00
ÁGUA PRETA-PE	956.366,80
ÁGUA SANTA-RS	5.077.022,54
ÁGUAÍ-SP	9.402.219,11
ÁGUARI-MG	803.400,00
ÁGUAS BELAS-PE	411.000,00
ÁGUAS DA PIRATA-SP	1.128.631,75
ÁGUAS DE CHAPÉO-GO	2.144.378,49
ÁGUAS DE LINDÓIA-SP	3.566.066,26
ÁGUAS DE SANTA BARBARA-SP	1.144.236,58
ÁGUAS DE SÃO PEDRO-SP	87.626,53
ÁGUAS FORMOSAS-MG	2.011.187,00
ÁGUAS FRIAS-SC	14.081.981,80
ÁGUAS LINDAS DE GOIAS-GO	6.224.069,01
ÁGUAS MORNAS-SC	672.968,76
ÁGUAS VERMELHAS-MG	944.678,57
AGUÃO-MS	8.628.006,98
AGUADOS DO SUL-PR	3.362.760,00
AGUADOS-SP	14.055.915,69
ÁGUA BRANCA-ES	429.980,74
AGUARIÓPOLIS-TO	1.051.846.660,00
AGUIRÉS-MG	2.659.716,67
AGUIARÁ-BA	18.450,70
AGUIARÁ-CE	756.076,08
AGUIARÁ-MG	109.800,00
AGUIARÁ-RS	6.063.440,08
ALAGOA GRANDE-PI	520.966,70
ALAGOA NOVA-PE	326.792,08
ALAGOA-MG	612.328,00
ALAGONINA-PB	224.322,71
ALAGONINA-PE	62.900,00
ALAGONINHAS-BA	81.629.708,70
ALAMBARI-SP	95.000,00
ALBERTINA-MG	2.472.391,00
ALCANTIL-PI	625.100,00
ALCINOPOUS-MS	2.027.612,00

Município-UF	Em Reais Valor da Liberação
ALCOBACA-BA	1.172.186,98
ALDEAS ALTAS-MA	1.950.200,00
ALECRIM-RS	11.000,00
ALEGRE-ES	64.836.211,44
ALEGRETE DO PIAUI-PI	37.700,05
ALEGRETE-RS	99.822.861,98
ALEGRI-MG	1.089.600,00
ALIEM PARABÁ-MG	15.998.179,79
ALINHARA-PA	768.068,43
ALEXANDRIA-RN	13.909,94
ALEXANIA-GO	55.416.857,86
ALFENAS-MG	27.628.981,17
ALFREDO CHAVES-ES	18.067.041,25
ALFREDO MARCONDES-SP	574.086,00
ALFREDO VASCONCELOS-MG	636.953,32
ALFREDO WAGNER-SC	3.454.020,66
ALGODÃO DE JANDAÍRA-PB	171.000,00
ALHANDRA-PB	1.087.494,77
ALIANÇA DO TOCANTINS-TO	819.360,00
ALIANÇA-PE	1.698.500,00
ALMADINA-BA	181.000,00
ALMAS-TO	751.640,00
ALMEIRIM-PA	83.399.114,76
ALMENARA-MG	2.263.854,42
ALMIRANTE AFRONSO-RN	63.878,48
ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL-RS	1.682.312,77
ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR	24.681.624,24
ALMOANDA-GO	90.000,00
ALPERDATA-MG	3.914.197,51
ALPESTRE-RS	1.811.195,00
ALPINOPOUS-MG	8.705.158,01
ALTA FLORESTA DOESTE-RO	6.923.263,18
ALTA FLORESTA-MT	11.368.722,29
ALTAVAZ-SP	2.930.998,61
ALTAMIRA DO MARANHÃO-MA	183.600,00
ALTAMIRA DO PARANÁ-PR	131.890,00
ALTAMIRA-PA	3.663.478,34
ALTANEIRA-CE	71.100,00
ALTEROSA-MG	1.200.121,76
ALTINÓ-PE	512.800,00
ALTINÓPOLIS-SP	14.759.870,96
ALTO ALEGRE DO MARANHÃO-MA	220.000,00
ALTO ALEGRE DO PARECÍ-RO	464.644,64
ALTO ALEGRE DO PINDARÉ-MA	315.716,30
ALTO ALEGRE-ES	826.052,43
ALTO ALEGRE-SP	4.362.436,08
ALTO ARAGUAIA-MT	788.409,29
ALTO BELA VISTA-SC	848.200,00
ALTO BOA VISTA-MT	677.000,00
ALTO CAPARÃO-MG	26.809,08
ALTO DO RIO NEGRO-RR	1.096.318,89
ALTO FELIZ-RS	981.108,60
ALTO GARÇAS-MT	5.774.715,52
ALTO HORIZONTE-GO	579.700,00
ALTO JESUITAS-MG	971.660,00
ALTO LONDRINA-PR	195.964,36
ALTO PARAGUAI-MT	667.000,00
ALTO PARAÍSO DE GOIAS-GO	1.233.189,99
ALTO PARAÍSO-PR	1.649.792,00
ALTO PARAÍSO-RO	1.897.469,99
ALTO PARANÁ-PR	4.620.208,06
ALTO PARANÁ-MA	1.842.207,72
ALTO PIQUETI-PR	3.037.722,86
ALTO RIO DOCE-MG	860.111,97
ALTO RIO NOVO-ES	446.600,00
ALTO SANTO-CE	1.714.480,64
ALTO TAGUAIRITÁ-MT	101.629.361,04
ALTÔNIA-PR	3.497.801,28
ALTOS-PI	1.213.992,66
ALVINÓ-SP	80.011.016,96
ALVARES-AM	178.450,00
ALVARES FLORENCE-SP	2.642.047,90
ALVARES MACHADO-SP	21.238.608,77
ALVARO DE CARVALHO-SP	70.067,00
ALVILÂNDIA-SP	297.864,00
ALVIMÓPOLIS-MG	473.118,64
ALVORADA DO GURGUÊZA-PI	175.000,00
ALVORADA DO NORTE-GO	1.656.810,00
ALVORADA DO SUL-PR	4.136.941,08
ALVORADA DOESTE-RO	1.591.730,48
ALVORADARES	48.819.206,50
ALVORADA-TO	1.868.056,18
AMAMBÁ-MS	12.798.089,36
AMAPA-AP	126.600,00
AMAPORA-PR	1.001.600,00
AMARAL-PE	209.000,00
AMARAL FERRADOR-RS	407.855,61
AMARAL-MA	495.966,00
AMARANTE DO MARANHÃO-MA	169.600,00
AMARANTE-P	31.422,72

Município-UF	Em Reais Valor da Liberação
AMAROSA-BA	2.215.953,06
AMÉLIA RODRIGUES-BA	7.984.489,84
AMÉRICA DOURADA-BA	299.484,00
AMERICANA-SP	127.786.037,50
AMERICANO DO BRASIL-GO	368.689,71
AMERICÓ BRASILENSE-SP	62.056.601,68
AMÉRICO DE CAMPOS-SP	373.480,47
AMETISTA DO SUL-RS	6.197.260,00
AMONTADA-CE	1.348.600,00
AMORINÓPOLIS-GO	367.962,32
AMPARÓ DE SÃO FRANCISCO-SE	83.000,00
AMPARÓ DO SERRO-MG	104.924,82
AMPARÓ-PB	147.809,56
AMPARÓ-SP	29.086.777,63
AMPÉRE-PR	11.115.066,60
ANAJAÍ-AL	180.261,33
ANÁDE-BA	228.696,56
ANÁHY-PR	1.246.216,73
ANAJATUBA-MA	432.000,00
ANALÂNDIA-SP	4.241.600,44
ANANIAS-TO	1.906.809,54
ANANÍAS DELA-PA	66.190.756,80
ANANÍAS-GO	200.477.563,79
ANAPURUS-MA	1.224.199,80
ANASTÁCIO-MS	3.541.608,22
ANÁURILANDIA-MS	2.020.332,82
ANCHETA-ES	2.639.331,08
ANCHETA-SC	4.086.971,62
ANDARAÍ-PR	6.426.930,82
ANDORINHA-BA	91.208,84
ANDARAÍ-MG	11.647.946,86
ANDARAÍ-SP	186.676.903,71
ANDRE DA ROCHA-RS	2.468.682,00
ANDRELANDIA-MG	1.629.544,66
ANGATUBA-SP	10.226.366,71
ANGELÂNDIA-MS	209.160,22
ANGELICAMS	26.306.681,08
ANGELIM-PE	112.600,00
ANGELINA-SC	12.249.895,96
ANGICAL DO PIAUI-PI	1.026,77
ANGICAL-BA	1.666.860,28
ANGICOS-RN	396.317,12
ANGRA DOS REIS-RJ	108.798.065,93
ANGULO-PR	926.727,00
ANHÊMOS-SP	250.176,57
ANILÂNDIA-SP	4.641.460,00
ANILÓPOLIS-GO	1.846.490,68
ANÍSIO DE ABREU-PR	381.800,00
ANITA GARIBALDI-SC	371.601,67
ANITÁPOLIS-SC	1.169.747,70
ANITA GORDA-RS	4.771.307,25
ANITAS-BA	36.568,62
ANTÔNIA DO NORTE-CE	192.600,00
ANTÔNINA-PR	231.816,94
ANTÔNIO ALMEIDA-PI	363.400,00
ANTÔNIO CARLOS-MG	1.008.606,21
ANTÔNIO CARLOS-SC	6.127.068,21
ANTÔNIO DIAS-MG	3.041.613,26
ANTÔNIO GONÇALVES-BA	169.600,00
ANTÔNIO JOÃO-MS	2.503.516,90
ANTÔNIO DUNDT-PR	2.389.798,10
ANTÔNIO PRADO-RS	41.448.866,96
APARECIDA DE GOIÂNIA-GO	100.274.571,16
APARECIDA DO RIO DOCE-GO	444.800,00
APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	673.080,00
APARECIDA DO TABOADO-MS	1.693.677,92
APARECIDA DOESTE-SP	195.207,70
APARECIDA-SP	6.996.033,54
APERRE-RJ	897.629,64
APIACÁS-ES	272.800,00
APIACÁS-MT	1.561.888,00
APIÁ-SP	7.102.009,29
APIUNIA-SC	6.574.803,00
APÓDI-RR	851.726,51
APORÁ-BA	206.911.862
APÓRE-GO	629.086,42
APUCARANA-PR	58.267.514,10
APIÁ-AM	343.847,13
APIUÁ-CE	60.000,00
AQUIDAUANA-MS	592.300,00
AQUIDAUANA-MG	3.708.890,29
AQUIÂNÁ-CE	26.653.764,69
ARABUTA-SC	2.316.421,00
ARACAJÓ-SE	106.629.621,84
ARACANGUAMA-SP	14.128.162,63
ARACAS-BA	27.600,00
ARACATI-CE	3.626.149,97
ARACATUBA	862.464,69
ARACATUBA-SP	94.804.881,66
ARACI-BA	1.369.027,26

Município-UF	Valor da Liberação
AMARGOSA-BA	2.215.953,06
AMELIA RODRIGUES-BA	7.904.467,94
AMÉRICA DOURADA-BA	299.464,00
AMERICANA-SP	127.786.037,60
AMERICANO DO BRASIL-GO	386.683,71
AMÉRICO BRASILENSE-SP	52.056.501,58
AMÉRICO DE CAMPOS-SP	379.480,47
AMETISTA DO SUL-RS	6.137.250,00
AMONTADA-CE	1.348.020,00
AMORINÓPOLIS-GO	397.682,32
AMPARO DE SÃO FRANCISCO-SE	93.000,00
AMPARO DO SERRO-MG	104.924,92
AMPARO-PB	147.879,66
AMPARO-SP	29.086.777,53
AMPÉRE-PR	11.115.065,90
ANADIA-AL	1.190.251,33
ANÁGE-BA	226.636,55
ANÁHY-PR	1.286.316,73
ANAJATUBA-MA	452.000,00
ANALÂNDIA-SP	4.241.800,44
ANANIAS-TO	1.936.609,54
ANANÍDEUAPÁ	85.190.755,80
ANAPOLIS-GO	300.477.663,78
ANAPURUS-MA	1.224.189,80
ANASTACIOMIS	3.941.639,77
ANÁURILÂNDIA-MS	2.020.332,82
ANCHIETA-ES	2.539.391,08
ANCHIETA-SC	4.086.871,52
ANDARAÍ-PR	6.426.930,02
ANDARAÍMA-BA	91.338,84
ANDARAÍ-MS	11.047.948,66
ANDARAÍ-SP	166.675.303,71
ANDRÉ DA ROCHA-RS	2.403.050,00
ANDRELÂNDIA-MG	1.629.544,88
ANGATUBA-SP	10.256.396,71
ANGELANDA-MG	209.150,22
ANGELICA-MS	26.325.951,00
ANGELIM-PE	112.900,00
ANGELINA-SC	12.297.695,86
ANGICAL DO PIAUÍ-PI	1.026,77
ANGICAL-BA	1.656.880,78
ANGICOS-RN	395.317,12
ANGRA DOS REIS-RJ	168.796.055,93
ANGULO-PR	926.727,00
ANHEMBI-SP	4.641.463,00
ANILANIAS-SP	250.176,57
ANICUNS-GO	1.845.460,68
ANÍSIO DE ABREU-PI	361.900,00
ANITA GARIBALDI-SC	371.601,67
ANITÓPOLIS-SC	1.039.747,70
ANTA GORDA-RS	4.771.307,23
ANTAS-BA	36.569,82
ANTÔNIA DO NORTE-CE	192.600,00
ANTÔNIA-PR	231.835,94
ANTÔNIO ALMEIDA-PI	563.400,00
ANTÔNIO CARLOS-MG	1.028.906,21
ANTÔNIO CARLOS-SC	6.127.068,91
ANTÔNIO DIAS-MG	3.040.613,26
ANTÔNIO GONÇALVES-BA	199.830,00
ANTÔNIO JOÃO-MS	2.503.516,90
ANTÔNIO QUINTO-PR	2.389.738,10
ANTÔNIO PRADO-RS	41.443.935,96
APARECIDA DE GOIANIA-GO	180.274.571,18
APARECIDA DO RIO DOCE-GO	444.000,00
APARECIDA DO RIO NEGRO-TO	673.980,00
APARECIDA DO TABOADO-MS	1.693.677,52
APARECIDA D'ESTE-SP	636.266,70
APARECIDA-SP	5.956.033,54
APEREBÉ-RJ	667.679,64
APIACAS	272.000,00
APIACAS-MT	1.951.969,00
APIÁI-SP	7.102.036,23
APIUNAS-SC	6.674.833,60
APICÓRN	651.728,51
APICORÁ-BA	205.311,62
APIREDO-GO	920.085,42
APUCARANA-PR	50.339.514,10
APURAM	343.050,33
APURARES-CE	60.000,00
APULÁDIA-SE	962.300,00
AQUILAJANA-MS	3.706.483,23
AQUIRAZ-CE	26.533.764,69
ARAIJITA-SC	2.316.421,00
ARACAJUISE	106.528.521,84
ARACARIQUAMA-SP	14.128.162,85
ARACAS-BA	27.800,00
ARACATI-CE	3.606.149,97
ARACATUBA	852.464,66
ARACATUBA-SP	94.804.361,85
ARACIÇA	1.269.027,26

Município-UF	Valor da Liberação
ARACONABA DA SERRA-SP	6.171.812,01
ARACONABACE	557.572,64
ARACONABA-PE	591.900,00
ARACRUZES	82.411.801,43
ARACUAÍ-MS	3.108.209,59
ARACUÁ-GO	40.000,00
ARAGUACÁS-GO	300.461,30
ARAGOMINIA-GO	196.800,00
ARAGOMINAS-TO	760.463,00
ARAGUACEMA-TO	743.374,40
ARAGUAÇÓ-TO	1.544.911,26
ARAGUANINA-MT	697.228,16
ARAGUANITA-TO	55.781.290,93
ARAGUAINHA-MT	144.333,93
ARAGUAINHA-MA	541.710,00
ARAGUAINHA-TO	743.065,40
ARAGUAIAZ-GO	1.569.836,18
ARAGUARI-MG	56.899.780,72
ARAGUATINS-TO	1.463.801,97
ARADÓSES-MA	371.732,40
ARAL NOBREIRA-MS	4.617.255,77
ARARÁ-BA	936.036,02
ARARÁ-ES	1.182.896,00
ARARÁ-MA	441.800,00
ARARÁ-SP	1.173.825,16
ARARÁ-TO	1.229.721,74
ARARINTINA-MG	681.488,56
ARARIPITANGA-AL	25.523.377,60
ARARIPÓCIMA-TO	1.801.093,20
ARAPONGA-MG	703.666,86
ARAPONDAS-PR	59.689.538,13
ARAPORA-MG	4.102.833,56
ARAPOTI-PR	14.743.176,05
ARAPUÁ-MG	1.720.497,18
ARAPUÁ-SP	2.082.227,92
ARAPUTANGA-MT	2.232.585,49
ARAQUARI-SC	16.902.027,32
ARARAQUARA-SC	42.736.651,23
ARARÁ-PA	360.400,00
ARARAQUARA-SP	147.268.199,32
ARARAS-SP	48.288.730,47
ARARICÁ-RS	1.731.597,20
ARARÁ-MA	140.000,00
ARARIPÉ-CE	144.960,90
ARARIPINA-PE	16.204.886,04
ARARUAMA-RJ	31.611.726,34
ARARUAMA-PB	76.342,86
ARARUAMA-PR	0.269.084,41
ARATIBA-RS	2.406.639,81
ARATUBA-CE	189.280,00
ARAUÁ-SE	268.918,24
ARAUICARA-PR	168.511.458,06
ARAUICÓ-MS	389.426,48
ARAXÁ-MG	51.414.730,67
ARCEBURGO-MG	1.723.745,85
ARCO IRIS-SP	159.201,60
ARCOS-MG	50.936.851,73
ARCOVERDE-PE	11.176.634,09
AREÃO-MG	1.297.202,26
AREAL-RJ	1.632.181,21
AREALVA-SP	1.501.244,94
AREIA BRANCA-RN	6.404.086,28
AREIA BRANCA-SC	61.660,00
AREIAL-PB	354.000,00
AREIA-PE	374.629,69
AREÓPOLIS-SP	4.174.484,26
ARENAPOLIS-MT	632.444,29
ARENÓPOLIS-GO	106.000,00
ARERTAMG	75.000,00
ARINS-MG	1.427.900,25
ARIPUANA-MT	184.037.947,60
ARIZEMES-MG	24.951.756,75
ARIPUANHA DO IVAÍ-PR	897.113,16
ARIPUANHA-SP	49.569.197,77
ARMAÇÃO DE BÉZIOS-FJ	812.638,56
ARMAZÉM-SC	11.700.106,81
ARCAZES-PI	206.800,00
ARAIÁ DO CABO-RJ	756.670,21
ARAIAS-TO	531.865,30
ARROIO DO MEIO-RS	13.934.105,13
ARROIO DO PADRE-RS	884.597,00
ARROIO DO SAL-RS	529.765,81
ARROIO DO TIGRE-RS	3.864.196,77
ARROIO DOS RATOS-RS	3.660.507,66
ARROIO GRANDE-RS	13.463.484,28
ARROIO TRINTA-SC	9.127.186,26
ARITUR Nogueira-SP	12.768.530,12
ARUAJÁ-GO	754.906,00
ARUJÁ-SP	114.843.425,18
ARVOREDO-SC	972.000,00

Município-UF	Valor da Liberação
ARVOREZINHAS	5.331.288,58
ASCURRA-SC	1.938.444,66
ASPASIA-SP	259.652,88
ASSAÍ-PR	16.426.088,82
ASSARE-CE	663.500,00
ASSIS BRASIL-AC	104.165,33
ASSIS CHATEAUBRIAND-PR	26.079.078,11
ASSIS-SP	40.912.786,98
ASSUNÇÃO-PB	139.146,37
ASTOLFO DUTRA-MG	11.249.302,46
ASTORGA-PR	23.870.500,74
ATALAIA-AL	3.383.036,04
ATALAIA-PI	1.158.668,62
ATALANTA-SC	2.036.997,42
ATALEIA-MG	633.363,61
ATEÍDIA-SP	88.036.741,24
ATIÚD VIVACÓRIA-ES	6.268.130,47
AUGUSTINÓPOLIS-TO	727.801,28
AUGUSTO CORREIA-PA	101.762,40
AUGUSTO DE LIMA-MG	1.324.369,60
AUGUSTO PESTANA-RS	4.400.824,68
AURÉA-RS	3.107.373,96
AURÉLIO LEAL-BA	166.999,53
AURIFLAMA-SP	4.693.796,74
AURILÂNDIA-GO	48.000,00
AURORA DO PARAÍPA	464.000,00
AURORA DO TOCANTINS-TO	106.800,00
AURORA-CE	1.806.634,99
AURORA-SC	7.536.805,46
AVAI-SP	1.725.180,30
AVANHANDAVA-SP	3.033.800,62
AVARE-SP	26.061.286,74
AVELINO LOPES-PI	41.372,40
AVELINOÓPOLIS-GO	1.151.000,00
AXIÁ DO TOCANTINS-TO	113.000,00
BABACULANDA-TO	19.411.961,03
BACABAL-MA	6.537.308,90
BACABEIRA-MA	6.004.810,26
BADY GASSIT-SP	19.570.937,03
BAEPENÓ-MG	4.852.005,47
BAGE-RS	26.141.635,30
BAIANÓPOLIS-BA	1.148.078,58
BAJÃO-PA	124.600,00
BAJA GRANDE DO RIBEIRO-PI	26.683.682,36
BAJA GRANDE-BA	152.000,00
BANJO GUANDES	5.073.399,98
BALBINOS-SP	139.800,00
BALDINO-MG	1.804.726,81
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA-SC	1.747.525,77
BALNEÁRIO BARRA DO SUL-SC	1.061.444,08
BALNEÁRIO CAMBORIL-SC	22.599.372,20
BALNEÁRIO GARVOTA-SC	1.851.401,78
BALNEÁRIO PICARRAS-SC	10.342.613,80
BALNEÁRIO PINHAL-RS	1.020.599,90
BALSA NOVA-PR	14.458.218,72
BALSAMO-SP	2.107.267,28
BALSAS-MA	37.266.043,46
BAMBUI-MG	26.408.799,26
BANANAL-CE	608.449,60
BANANAL-SP	147.975,16
BANANÉRAS-PB	42.183,26
BANDERA DO SUL-MG	421.677,47
BANDERA-MG	651.796,00
BANDERANTES DO TOCANTINS-TO	660.903,96
BANDERANTE-SC	626.350,00
BANDERANTES-MS	3.226.676,63
BANDERANTES-PR	3.765.102,67
BANZARÉ-BA	482.813,00
BARÃO DE ANTONINA-SP	297.307,03
BARÃO DE COCÁS-MG	4.426.730,90
BARÃO DE CRIFELES-RS	4.121.250,46
BARÃO DE GRAJAÚ-MA	2.968.760,00
BARÃO DE MELGADO-MT	187.002,00
BARÃO DE MONTE ALTO-MG	207.300,00
BARÃO DO TRUNFO-SP	2.191.270,00
BARÃO-RS	4.770.400,19
BARAUNA-PB	36.323,86
BARAUNA-RN	754.510,00
BARBACENA-MG	22.867.919,34
BARBALHA-CE	5.453.704,49
BARBOSA FERREZ-PR	1.241.562,07
BARBOSA-SP	156.230,22
BARCARENA-PA	40.670.292,11
BARIRI-SP	19.564.830,46
BARRA BONITA-SC	1.088.818,67
BARRA BONITA-SP	37.268.193,63
BARRA DA ESTIVA-BA	1.302.086,77
BARRA DE GUARABÁ-PE	673.160,76
BARRA DE SANTA ROSA-PI	186.420,63
BARRA DE SÃO FRANCISCO-ES	12.644.036,79

Município/UF	Valor de Liberação
BARRA DE SAO MIGUEL-AL	731.200,00
BARRA DO BUGRES-MT	20.367.981,91
BARRA DO CHAPEU-SP	479.631,00
BARRA DO CHOÇA-BA	606.700,00
BARRA DO GORDAMA	3.442.425,77
BARRA DO GORGASANT	10.291.925,26
BARRA DO GUARITARS	284.100,00
BARRA DO JACARE-PR	1.352.381,08
BARRA DO MENDES-BA	198.614,41
BARRA DO PIRAJI	20.918.338,76
BARRA DO QUARAÍRS	4.781.484,20
BARRA DO RIBEIRARS	2.772.918,26
BARRA DO RIO AZUL-RS	171.000,00
BARRA DO TURVO-SP	36.000,00
Barras das Cogueiras-GO	6.062.939,00
BARRA DOS COQUEIROS-SE	91.000,00
BARRA FUNDARS	9.929.457,98
BARRA LONGA-MG	100.000,00
BARRA MANSA-RJ	63.865.272,00
BARRA VELHA-SC	8.338.451,84
BARRA-BA	638.822,81
BARRAÇÃO PR	17.599.000,00
BARRAÇÃO-RS	4.390.909,70
BARRAS-PI	324.200,00
BARREREA-CE	140.307,85
BARRERIAS DO PIAUI	2.841.887,79
BARRERIAS-BA	62.449.361,75
BARRERINHAS-MA	210.480,00
BARRERIOS-PE	4.629.175,36
BARRITOS-SP	33.334.424,87
BARRINHA-SP	4.366.304,39
BARRO ALTO-BA	1.019.577,00
BARRO ALTO-GO	306.575.119,18
BARROCAS-BA	23.894,21
BARRO-CE	531.974,28
BARRACANDIA-TO	626.724,43
BARRAQUINHA-CE	402.119,00
BARRAS CASSAL-RS	3.252.642,46
BARRAS-MG	4.972.321,68
BARUERI-SP	471.199.407,36
BASTOS-SP	16.759.547,74
BATAIASSUMS	1.295.084,94
BATALHA-AL	254.252,00
BATALHA-PI	333.789,88
BATATINS-SP	137.142.470,98
BATAYPORANGA	6.936.939,20
BATURITE-CE	1.302.347,21
BATURU-SP	114.876.371,43
BAYLEU-PB	8.596.634,05
BEBEDOURO-SP	50.372.664,57
BEBERIBE-CE	2.618.936,70
BELA CRUZ-CE	138.608,74
BELA VISTA DA CAROBA-PR	187.400,80
BELA VISTA DE GOIAS-GO	10.212.114,86
BELA VISTA DE MINAS-MG	3.721.109,70
BELA VISTA DO MARANHÃO-MA	126.330,00
BELA VISTA DO PARAISO-PR	11.696.808,81
BELA VISTA DO TOLDADO-SC	2.468.891,60
BELA VISTA-MG	4.710.687,83
BELEM DE SAO FRANCISCO-PR	612.727,05
BELEMAL	1.202.000,00
BELEM-PA	262.587.140,32
BELEM-PB	543.695,34
BELFORD ROXO-RJ	30.671.259,81
BELMIRO BRAGA-MG	184.690,00
BELMONTE-BA	465.864,15
BELMONTE-SC	1.901.456,79
BELO CAMPO-BA	136.486,20
BELO HORIZONTE-MG	2.060.164.686,18
BELO JARDIM-PE	30.879.905,84
BELO ORIENTE-MG	2.024.545,45
BELO VALL-MG	2.839.683,20
BENEDITO LESTE-MA	100.000,00
BENEDITO NOVO-SC	7.452.310,53
BENEMES-PA	6.796.608,41
BENJAMIN CONSTANT DO SUL-RS	20.000,00
BENJAMIN CONSTANT-AM	38.470,11
BENTO DE ABRU-SP	1.000.637,58
BENTO GONCALVES-RS	170.889.646,54
BERIL-AMG	797.624,84
BERNARDO DE CAMPOS-SP	1.532.300,91
BERNARDO DO MEAQUI-MA	186.000,00
BERNARDO SAYAO-TO	454.025,01
BERTIÓGA-SP	7.536.432,08
BETÂNIA DO PIAUI-PI	187.500,00
BETÂNIA-PE	205.047,49
BETIM-MG	380.005.658,36
BETULOS-PE	2.223.490,41
BIAS FORTES-MG	209.639,00
BICAS-MG	667.540,89

Município/UF	Valor de Liberação
BIGUAÇU-SC	23.963.475,61
BILAC-SP	2.387.753,12
BIGUINAS-MG	223.801,29
BIGUAÇU-SP	33.846.112,25
BIGUAÇU-MG	972.779,09
BITURUNA-PR	4.394.485,88
BLUMENAU-SC	186.676.725,56
BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU-PR	1.472.626,00
BOA ESPERANÇA DO SUL-SP	2.386.672,02
BOA ESPERANÇA-ES	842.861,00
BOA ESPERANÇAS-MG	9.079.743,23
BOA ESPERANÇA-PR	3.932.986,36
BOA VENTURA DE SAO ROQUE-PR	3.829.766,19
BOA VENTURA-PB	96.000,00
BOA VIAGEM-CE	2.938.854,40
BOA VISTA DA APARECIDA-PR	1.387.864,89
BOA VISTA DAS MESOIAS-RS	4.200.769,80
BOA VISTA DO BURICARS	2.906.034,29
BOA VISTA DO CADEADO-RS	8.577.067,11
BOA VISTA DO INGRAJARS	2.866.889,09
BOA VISTA DO SUIRES	3.840.051,34
BOA VISTA DO TUPIM-BA	110.661,30
BOA VISTA-PB	1.524.606,00
BOA VISTARR	29.060.232,44
BOCA DA MATIA-AL	4.872.966,76
BOCA DO ACRE-AM	887.016,12
BOCAINA DO SUL-SC	254.400,00
BOCAINA-SP	8.242.255,50
BOCAINA DO SUL-PR	5.642.544,26
BOCAINA-MG	13.267.184,49
BODDO-PE	972.550,00
BODDOJENA-MG	566.061,42
BODDO-RN	87.600,00
BOFETE-SP	2.641.159,50
BOITUNA-SP	45.462.439,74
BOM CONSELHO-PE	808.189,94
BOM ESPACHO-MG	16.887.833,97
BOM JARDIM DA SERRA-SC	186.614.183,21
BOM JARDIM DE GOIAS-GO	490.278,10
BOM JARDIM DE MINAS-MG	137.897,23
BOM JARDIM-MA	1.024.080,00
BOM JARDIM-PE	236.748,27
BOM JARDIM-RJ	23.503.789,87
BOM JESUS DA LAPA-BA	3.688.019,93
BOM JESUS DA PENHA-MG	1.322.386,86
BOM JESUS DAS SELVAS-MA	472.488,77
BOM JESUS DE BOIAS-GO	16.290.348,84
BOM JESUS DO AMPARO-MG	1.820.788,31
BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT	1.113.426,00
BOM JESUS DO GALHÃO-MG	417.411,81
BOM JESUS DO ITABAPORANA-RJ	4.382.189,62
BOM JESUS DO NORTE-ES	408.676,77
BOM JESUS DO OESTE-SC	660.400,00
BOM JESUS DO SUL-PR	5.301,26
BOM JESUS DO TOCANTINS-PA	227.000,00
BOM JESUS DO TOCANTINS-TO	188.400,00
BOM JESUS DOS PEREIRAS-SP	6.008.086,24
BOM JESUS-PI	2.343.198,51
BOM JESUS-RN	50.000,00
BOM JESUS-RS	2.100.274,00
BOM JESUS-SC	1.133.719,00
BOM LUGAR-MA	244.660,00
BOM PRINCÍPIO DO PIAUI-PI	200.000,00
BOM PRINCÍPIO-RS	13.747.625,89
BOM PROGRESSO-RS	631.887,30
BOM REPOUSO-MG	1.454.968,58
BOM RETIRO DO SUL-RS	400.320,76
BOM RETIRO-SC	3.331.739,60
BOM SUCESSO DE ITARARE-SP	3.795.964,89
BOM SUCESSO DO SUL-PR	4.043.936,00
BOM SUCESSO-MG	809.252,89
BOM SUCESSO-PR	3.754.750,00
BOMBINHAS-SC	3.049.946,56
BONFIM-MG	80.000,00
BONFIMÓPOLIS DE MINAS-MG	2.639.551,96
BONFIMÓPOLIS-GO	904.113,19
BONINAL-BA	1.263.790,00
BONITO DE MINAS-MG	110.700,00
BONITO DE SANTA FE-PB	26.039,66
BONITO-BA	548.677,20
BONITOS-MS	3.739.185,91
BONITO-PA	447.110,00
BONITO-PE	2.618.080,04
BONÓPOLIS-GO	2.186.959,70
BOQUEIRÃO DO LEÃO-RS	2.522.753,35
BOQUEIRÃO-PE	1.376.813,52
BOQUEIRÃO-SC	1.261.694,77
BOQUIRARA	64.246,86
BOQUEIRÃO-SP	8.848.043,13
BORÁ-SP	1.002.000,00

Município/UF	Valor de Liberação
BORSA-AM	186.794,24
BORBOREMA-PB	1.883.680,00
BORBOREMA-SP	4.266.436,04
BORDA DA MATA-MG	2.430.341,63
BORBEM-SP	740.964,22
BORRAZOPOLIS-PR	3.146.317,79
BOSSOROCARIS	5.175.983,86
BOTELHOS-MG	891.409,51
BOTUCATU-SP	148.981.925,27
BOTUMIM-MA	683.760,00
BOTUPORA-BA	813.265,88
BOTUMEBIA-SC	14.370.826,86
BOZANO-RS	2.411.442,53
BRACO DO NORTE-SC	32.781.293,86
BRACO DO TRÔNEUDO-SC	14.001.919,45
BRAGANÇA PAULISTA-SP	66.322.926,73
BRAGANÇA-PA	1.681.840,16
BRADAMÉV-PR	3.136.357,12
BRAGA-RS	2.057.024,30
BRAS PREES-MG	300.400,00
BRASIL NOVO-PA	1.067.136,34
BRASILÂNDIA DE MINAS-MG	2.243.192,19
BRASILÂNDIA DO SUL-PR	2.696.523,72
BRASILÂNDIA DO TOCANTINS-TO	378.900,00
BRASILÂNDIA-MS	1.558.941,87
BRASILIA-AC	370.363,97
BRASILERA-PI	472.000,00
BRASILIA DE MINAS-MG	4.069.632,73
BRASILIA-DF	641.479.081,87
BRASNORTE-MT	29.089.852,80
BRASOPOLIS-MG	1.427.707,41
BRASINA-SP	525.966,50
BRASABRANTE-S-GO	2.154.500,00
BREJAQUE	296.840,00
BREJUBA-ES	576.998,00
BREJINHO DE NAZARE-TO	1.051.973,46
BREJO ALEGRE-SP	64.378.611,26
BREJO DA MADRE DE DEUS-PE	857.826,65
BREJO DO CRUZ-PB	363.014,13
BREJO DO PIAUI-PI	39.206,81
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA-PA	441.212,12
BREJO SANTO-CE	3.227.583,93
BREJOES-BA	274.867,20
BREJO LÂNDIA-BA	336.802,57
BREJO MA	973.181,26
BREJO BRANCO-PA	3.519.627,30
BREVES-PA	144.000,00
BRITAMBURO	1.309.264,00
BROCHER-RS	3.764.729,95
BRODOWSKI-SP	5.970.626,29
BROTAS DE MACAUBA-BA	164.788,12
BROTAS-SP	20.472.110,74
BRUNADINHO-MG	9.440.801,85
BRUNADO-BA	10.414.887,95
BRUNÓPOLIS-SC	960.106,00
BRUSQUE-SC	189.407.826,18
BUENO BRANCO-MG	1.148.762,80
BUENOPOLIS-MG	496.010,00
BUENOS AIRES-PE	1.196.306,91
BUERAREMA-BA	203.915,89
BUGRES-MG	102.780,00
BUIQUE-PE	1.650.432,26
BUIARAC	562.822,29
BUIARU-PA	412.000,00
BURI-SP	15.087.047,82
BURITAMA-SP	1.624.926,64
BURITI ALEGRE-GO	2.399.620,43
BURITI BRAVO-MA	148.620,00
BURITI DO TOCANTINS-TO	76.000,00
BURITI DOS MONTES-PI	140.400,00
BURITICUPUNA	1.101.667,85
BURITIM-MA	799.120,80
BURITINÓPOLIS-GO	118.749,00
BURITIRAMA-BA	1.030,80
BURITIS-MG	18.228.001,25
BURITIS-RS	3.637.103,25
BURITIZAL-SP	6.372.425,95
BURITIZÉIRO-MG	7.200.988,10
BUTARIS	7.271.233,99
CAAPORA-PB	2.289.822,12
CAARAPÓ-MG	188.638.790,46
CAATIBA-BA	194.404,00
CABACEIRAS DO PARAGUACU-BA	819.000,00
CABECEIRA GRANDE-MG	2.488.516,36
CABECEIRAS-GO	2.665.454,50
CABEDELO-PB	18.396.013,90
CABOIRO	675.816,86
CABO DE SANTO AGOSTINHO-PE	87.548.758,60
CABO FRIO-RJ	6.875.379,50
CABO VERDE-MG	839.568,87

Em Reais	
Município/UF	Valor da Liberação
CABRALIA PAULISTA-SP	670.200,00
CABREUVA-SP	20.360.280,20
CABROBO-PE	1.115.762,28
CACADOR-SC	56.436.204,69
CACAPAVA DO SUL-RS	9.101.917,30
CACAPAVA-SP	30.694.199,43
CACULANDIA-RO	237.300,00
CACIQUEIRS	5.216.506,90
CACERES-MT	7.039.262,91
CACHOEIRA ALTA-GO	868.949,94
CACHOEIRA DA PRATA-MG	312.915,84
CACHOEIRA DE EMAS-GO	263.800,00
CACHOEIRA DE MINAS-MG	2.924.103,28
CACHOEIRA DE PAJEU-MG	114.204,74
CACHOEIRA DO APARUA	93.400,00
CACHOEIRA DO SUL-RS	40.001.326,31
CACHOEIRA DOURADA-GO	693.899,60
CACHOEIRA DOURADA-MG	68.000,00
CACHOEIRA PAULISTA-SP	4.064.442,12
CACHOEIRA-BA	1.121.398,72
CACHOEIRAS DE MACAÇU-RJ	7.032.765,81
CACHOEIRINHA-PE	676.071,54
CACHOEIRINHA-RS	71.928.799,86
CACHOEIRINHA-TO	1.693.200,00
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-RS	118.103.187,05
CACIMBA DE DENTRO-PB	19.462,40
CACIMBINHAS-LA	171.900,00
CACIQUE DOBLE-RS	4.073.751,34
CAÇALHO	17.848.504,29
CACONDE-SP	5.454.112,47
CACULO	93.754.489,42
CACULE-BA	7.384.110,69
CAEM-BA	81.800,00
CAETANÓPOLIS-MG	1.619.985,76
CAETANÓVIA-BA	436.000,00
CAETE-MG	5.206.366,39
CAETES-PE	86.000,00
CAETITE-BA	4.761.739,46
CAFARNAUM-BA	277.911,91
CAFARÁ-PR	1.237.260,00
CAFELÂNIA-PR	49.956.469,12
CAFELÂNIA-SP	4.697.059,08
CAFÉZAL DO SUL-PR	656.808,06
CAIABU-SP	310.000,00
CAIARA-MG	24.479,66
CAIAPORA-GO	4.841.634,77
CAIBATE-RS	2.809.549,00
CAIBI-SC	9.767.866,62
CAICARA-PB	63.107,58
CAICARA-RS	1.824.810,00
CAICO-RN	12.627.066,37
CAIEIRAS-SP	81.448.304,23
CAIUA-BA	65.267,30
CAIUA-SP	505.125,00
CAJAMAR-SP	105.693.663,26
CAJARIANA	401.250,00
CAJARI-SP	19.021.991,84
CAJAZEIRAS DO PIAUI-PI	107.000,00
CAJATIENAS-PB	2.625.636,26
CAJOBI-SP	2.484.282,67
CAJURU-AL	759.470,01
CAJURU-MG	106.900,00
CAJURU-SP	18.823.020,32
CALCADO-PE	197.500,00
CALCENE-AP	222.400,00
CALDAS BRANCA-PE	94.800,00
CALDAS NOVAS-GO	5.436.662,96
CALDIAS-MG	1.463.511,37
CALDASINHA-GO	31.672,39
CALIFORNIA-PR	2.362.759,14
CALMON-SC	348.627,81
CALUMBÍ-PE	167.999,98
CAMACAN-BA	2.989.463,47
CAMACARIBA	394.823.793,74
CAMACARI-BA	7.502.000,00
CAMACHO-MO	270.000,00
CAMARAJÁ-BA	698.900,00
CAMARACUANA-MG	17.736.362,69
CAMAPUA-MS	8.431.917,30
CAMAQUARS	36.002.197,32
CAMARAGIBE-PE	9.100.472,35
CAMARGO-RS	3.137.319,40
CAMBARÁ DO SUL-RS	2.922.629,00
CAMBARÁ-PR	19.079.319,32
CAMBE-PR	39.762.242,26
CAMBIRA-PR	3.737.960,68
CAMBORIÚ-SC	28.767.842,67
CAMBUÍ-RJ	614.627,39
CAMBUÍ-MG	14.489.313,70
CAMBUIARA-MG	663.800,36

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
CAMETA-PA	502.519,97
CAMUÇOM DE SAO FELIX-PE	369.600,00
CAMOCIM-CE	1.279.233,96
CAMPANÁRIO-MG	232.206,97
CAMPANHA-MG	3.262.894,97
CAMPESINHO DA SERRA-RS	2.369.964,00
CAMPESINHO DE GOIAS-GO	212.000,00
CAMPESINHO DO MARANHÃO-MA	7.206,18
CAMPESINHO-AL	170.100,00
CAMPESINHO-MG	3.951.622,16
CAMPINA DA LAGOA-PR	9.467.139,61
CAMPINA DAS MISSÕES-RS	2.269.647,94
CAMPINA DO MONTE ALEGRE-SC	2.064.306,34
CAMPINA DO SMAR-PR	1.632.287,15
CAMPINA GRANDE DO SUL-PI	24.056.267,86
CAMPINA GRANDE-PE	57.206.570,24
CAMPINA VERDE-MG	2.372.666,93
CAMPINACU-GO	336.600,00
CAMPINAPOLIS-MT	367.841,94
CAMPINAS DO PIAUI-PI	187.000,00
CAMPINAS DO SUL-RS	4.147.766,00
CAMPINAS-SP	1.025.026.547,99
CAMPINORTE-GO	10.141.950,00
CAMPO ALEGRE DE GOIAS-GO	4.193.124,00
CAMPO ALEGRE DE LOURDES-BA	747.436,73
CAMPO ALEGRE-AL	2.362.674,26
CAMPO ALEGRE-SC	4.896.961,02
CAMPO AZUL-MG	24.883,56
CAMPO BELDO DO SUL-SC	450.809,86
CAMPO BELTO-MG	11.808.422,54
CAMPO BOM-RS	32.674.116,04
CAMPO BONITO-PR	2.347.741,20
CAMPO DE SANTANA-PB	29.217,61
CAMPO DO BRITO-SE	1.125.893,24
CAMPO DO MERCADO	1.526.718,84
CAMPO DO TÊNIS-PR	10.626.863,10
CAMPO ERÊ-SC	7.252.969,00
CAMPO FLORIDO-MG	12.574.309,13
CAMPO FORMOSO-BA	2.069.939,47
CAMPO GRANDE-AL	3.988.504,00
CAMPO GRANDE-SC	324.037.819,86
CAMPO LARGO-PR	63.100.059,97
CAMPO LIMPO DE GOIAS-GO	1.814.910,00
CAMPO LIMPO PAULISTA-SP	864.844.513,42
CAMPO MAIOR-PR	2.628.267,23
CAMPO MAIOR-PI	1.769.166,41
CAMPO MOURAD-PR	91.176.443,06
CAMPO NOVO DO PARECIS-MT	26.384.957,26
CAMPO NOVO-RS	8.207.446,26
CAMPO VERDE-MT	101.191.637,27
CAMPUS ALTOS-MG	3.406.364,13
CAMPUS DELTOIS-GO	1.110.529,06
CAMPUS BORGES-RS	1.004.135,00
CAMPUS DE JULIO-MT	13.849.622,73
CAMPUS DO JORDÃO-SP	3.868.062,68
CAMPUS DOS GOYACAZES-RJ	47.400.573,40
CAMPUS GERÁIS-MG	0.790.654,84
CAMPUS LINDOS-TO	1.246.114,20
CAMPUS NOVOS PAULISTA-SP	444.000,00
CAMPUS NOVOS-SC	30.881.776,16
CAMPUS SALES-CE	300.369,66
CAMPUS VERDES-GO	7.018,63
CAMPUTANGA-PE	2.201.670,00
CANA VERDE-MO	306.914,16
CANA DOS CARALHAS-PA	3.697.946,76
CANA-MG	766.969,77
CANADRYVA DO NORTE-MT	614.723,79
CANAUELA-SP	667.666,37
CANAUELA	54.094,84
CANAPOLIS-BA	21.597,00
CANAPOLIS-MG	3.197.113,69
CANARANA-BA	2.347.044,34
CANARANA-MT	7.861.616,44
CANAS-SP	744.209,88
CANAVIEIRA-PI	850.000,00
CANAVIEIRAS-BA	1.312.700,69
CANDEAL-BA	24.362,36
CANDEIAS DO JAMARÃO	1.389.600,00
CANDEIAS-BA	127.236.864,38
CANDEIAS-MG	3.625.987,00
CANDELARIA-RS	9.094.696,67
CANDELA-PA	396.226,32
CANEDO DE ABREU-PR	3.363.629,62
CANEDO GODOYS	2.050.794,00
CANEDO MOTA-SP	18.866.586,86
CANEDO RODRIGUES-SP	509.369,61
CANEDO SALES-BA	1.031.884,32
CANDOTA-RS	2.468.279,00
CANDÓ-PR	14.275.289,61
CANELA-RS	4.369.966,46

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
CANEUVA-SC	11.532.860,22
CANGARUETAMA-RN	1.906.330,27
CANGULURS	16.447.884,42
CANHOTO-MO-PE	79.646,06
CANINDE DE SAO FRANCISCO-SE	693.200,00
CANINDE-CE	2.884.626,72
CANTAR-SP	1.674.412,00
CANÓIAS-RS	439.747.104,71
CANONHAS-SC	30.867.367,42
CANSANCAO-BA	1.811.842,89
CANTAGALO-MG	68.200,00
CANTAGALO-PR	3.567.770,67
CANTAGALO-RJ	2.204.180,69
CANTO DO BURITI-PA	617.126,49
CANUDOS DO VALE-RS	91.000,00
CANUDOS-BA	466.997,00
CANUITAMA-AM	26.280,73
CANUIEMA-PA	22.310.809,77
CAPANEMA-PR	8.147.733,09
CAPAÇO ALTO-SC	590.600,00
CAPAÇO BONITO DO SUL-RS	2.577.944,27
CAPAÇO BONITO-SP	11.186.034,28
CAPAÇO DA CANOA-RS	3.547.933,14
CAPAÇO DO CIPÓ-RS	5.420.629,96
CAPAÇO DO LEÃO-RS	14.919.969,33
CAPARAÓ-MG	126.624,83
CAPELA DE SANTANA-RS	4.233.474,46
CAPELA DO ALTO ALEGRE-BA	593.050,00
CAPELA DO ALTO-SP	2.843.000,62
CAPELA-AL	427.000,00
CAPELA-SE	3.619.026,98
CAPELINHA-MG	5.196.467,61
CAPELINHA-MG	2.169.227,86
CAPIM BRANCO-MG	1.465.661,74
CAPIM GROSSO-BA	3.769.136,93
CAPINÓPOLIS-MG	2.521.406,17
CAPITAL-SC	9.881.729,73
CAPITANDÓ-CE	103.000,00
CAPITÃO ENFAS-MG	1.764.864,69
CAPITÃO LEONIDAS MARQUES-PR	3.260.862,74
CAPITÃO POÇO-PA	3.120.709,71
CAPITÃO-RS	143.362,19
CAPITULO-MG	1.803.929,08
CAPIVARI DE BARRA-SC	16.416.824,38
CAPIVARI DO SUL-RS	4.923.873,79
CAPIVARI-SP	37.469.268,93
CAPOEIRAS-PE	214.067,31
CAPUTINA-MG	1.068.870,08
CARAA-RS	66.100,00
CARACARAI-PR	65.362,59
CARACOL-MS	784.841,93
CARACOL-PI	167.600,00
CARACUNATUBA-SP	8.724.108,87
CARAJAS-TO	500.462,08
CARAI-MG	2.196.961,71
CARAMBEL-PR	22.983.009,57
CARANHA-MG	106.000,00
CARANHA-MG	7.944.965,67
CARANGOLÁ-MG	2.630.236,69
CARAPEBUS-RJ	15.818,62
CARAPICUBA-SP	84.436.364,41
CARATINGA-MG	25.974.209,99
CARALIM-AM	61.890,67
CARALUBAS-RN	878.413,99
CARAVELAS-BA	1.676.963,76
CARAZINHOS	26.917.528,47
CARBONITA-MG	79.972,06
CARDEAL DA SILVA-BA	117.700,00
CARDOSO MOREIRA-RJ	143.091,76
CARDOSO-SP	2.156.581,69
CAREACU-MG	1.396.630,20
CARIACAS	211.571.232,00
CARIDADE DO PIAUI-PI	139.803,04
CARIDADE-CE	147.000,00
CARNAUHABA	1.106.262,10
CARIRÁ-SE	2.286.813,01
CARIRÉ-CE	130.900,00
CARIRI DO TOCANTINS-TO	969.260,00
CARRIACUCE	7.701.424,80
CARIUS-CE	2.703.661,21
CARUÍ-AM	1.792.446,19
CARLÓPOLIS-PR	1.416.673,59
CARLOS BABEIDEAS-RS	57.862.116,68
CARLOS CHAGAS-MG	2.998.078,80
CARLOS GOMES-RS	16.460,00
CARMEZINÓVIA-GO	45.053.082,00
CARMO DA CACHOEIRA-MG	4.724.880,17
CARMO DA MATAMIZ-MG	1.406.179,32
CARMO DE MIRAGUÁ-MG	658.075,69
CARMO DO CAJURU-MG	2.667.107,75

Município/UF	Valor da Liberação
CARMO DO PARANAIBA-MG	13.226.039,52
CARMO DO RIO CLARO-MG	3.333.241,05
CARMO DO RIO VERDE-GO	1.400.425,10
CARMOZINHA-MG	257.155,09
CARMOZINHA DE MINAS-MG	5.822.290,27
CARMOZINHA DE MINAS-MG	4.047.196,54
CARMOZINHA DE MINAS-MG	542.823,58
CARNAÍBA-PE	9.981.410,39
CARNAÍBA DOS DANTAS-RN	2.982.629,32
CARVALHAL-CE	357.449,11
CARVALHOS-MG	2.325.729,00
CARVALHOS-MG	190.000,00
CAROLINA-MG	252.143,03
CARVALHO-PE	10.259.189,89
CARRANHAS-MG	570.759,74
CARUARU-PE	49.039.560,76
CARVALHERIA-MA	393.407,03
CARVALHOPOLIS-MG	320.950,00
CARVALHOS-MG	598.421,44
CASA BRANCA-SP	8.299.599,56
CASA GRANDE-MG	112.000,00
CASA NOVA-BA	2.984.633,64
CASALTO RICO-MG	394.450,00
CASCAIS-MS	15.269.158,61
CASCAVEL-CE	5.836.900,20
CASCAVEL-PR	274.144.311,21
CASPARATO-TO	711.000,00
CASEROS-MS	2.700.000,00
CASIMIRO DE ABREU-RJ	2.594.005,63
CASINHAS-PE	301.161,29
CASSERONGUE-PE	7.459,63
CASSIA DOS COQUEIROS-SP	269.175,00
CASSIA-MG	8.731.220,29
CASSELANDIA-MS	4.137.794,13
CASTANHAL-PA	29.694.560,81
CASTANHEIRA-MT	1.204.029,26
CASTANHEIRAS-RO	57.500,00
CASTELANDIA-RO	150.571,20
CASTELO DO PIALPI	601.009,12
CASTELO-ES	17.675.572,26
CASTILHO-SP	5.319.008,57
CASTRO ALVES-BA	3.914.000,10
CASTRO-PR	26.077.847,82
CATAGUASES-MG	41.734.555,26
CATALÃO-GO	50.309.094,14
CATANOVÁ-SP	113.456.701,41
CATANDUVAS-PR	4.184.436,76
CATANDUVAS-SC	14.165.509,77
CATARINENSE	179.007,49
CATAS ALTAS DA NORUEGA-MG	349.000,00
CATAS ALTAS-MG	150.545,97
CATENDÉ-PE	1.800.748,79
CATUAIA-SP	5.012.511,26
CATUANDAIA-BA	256.500,00
CATULE DO ROCHA-PI	1.490.226,00
CATUAIA	816.454.322,76
CATUPE-RS	7.360.742,18
CATUI-MG	508.515,62
CATURÁ-GO	1.001.980,00
CATURITE-PI	433.700,00
CATUI-MG	110.700,00
CAUCAIA-CE	29.041.959,54
CAVALCANTE-GO	500.893,51
CAVALHEI DO SUL-SC	615.260,00
CAXAMBUI-MG	3.629.104,28
CAMAS DO SUL-RS	1.806.960.250,36
CAMAS-MA	7.470.624,02
CAMARÁ-MR	2.979.521,07
CARDAL-MA	32.257,29
CARDAL-SP	2.577.855,20
CARDO DE SÃO JOÃO-SE	52.000,00
CARDO DO ABACATE-MG	370.810,00
CARDO-CE	830.135,47
CARLOS RAMOS-SC	3.134.274,52
CARLIMÁRIO DO SUL-PI	1.731.047,54
CARLIMÁRIO-RS	1.691.235,50
CARLIMÁRIO-TO	89.000,00
CARLIMÁRIO-MG	216.392,40
CARLIMÁRIO-BA	139.900,00
CARLIMÁRIO-MG	677.472,67
CARLOS DE SAUS-RO	5.541.909,46
CARLOS-ES	5.899.810,28
CARLOS-ES	6.227.464,26
CARLOS-ES	105.470.277,15
CARLOS-ES	1.537.900,00
CARLOS AZUL-PR	720.059,85
CARLOS BRANCO-RS	644.101,70
CARLOS GRANDE DO SUL-RS	2.365.164,00
CARLOS GRANDE-RS	692.350,00
CARLOS LARGOS-RS	12.319.534,52

Município/UF	Valor da Liberação
CERRO NEGRO-SC	16.442,96
CESÁRIO LANGE-SP	8.836.761,05
CEU AZUL-PI	13.349.357,14
CEZARINA-GO	8.044.079,69
CHA DE ALFAGRA-PE	147.100,00
CHA GRANDE-PE	1.990.900,00
CHACARA-MG	96.442,10
CHALE-MG	15.361.845,90
CHAPADA DA NATIMIDADE-TO	355.000,00
CHAPADA DE AREIA-TO	141.250,00
CHAPADA DO NORTE-MG	181.500,00
CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT	3.957.267,95
CHAPADA GAUCHA-MG	1.923.707,10
CHAPADÃO DO CEU-GO	93.546.339,10
CHAPADÃO DO LAGEADO-SC	821.700,00
CHAPADÃO DO SUL-MS	232.485.885,20
CHAPADINHA-MG	7.896.325,78
CHAPADINHA-MA	3.110.116,90
CHAPECO-RS	20.000,00
CHAPECO-SC	275.085.326,33
CHARQUEADA-SP	10.717.510,51
CHARQUEADAS-RS	6.781.051,91
CHARRUA-RS	1.056.592,00
CHAVANTES-SP	600.011,47
CHAPETAS-SP	14.434.911,00
CHOPIMINHO-PR	13.421.216,02
CHOROZINHO-CE	1.774.326,68
CHOROCHÓ-BA	5.153,00
CHURRS	503.918,13
CHUMBUAIA-RO	5.355.459,90
CHUMBUARS	2.456.832,99
CIANORTE-PR	30.977.699,54
CICERO DANTAS-BA	771.875,03
CIDADE GAUCHA-PR	5.371.154,76
CIDADE OCIDENTAL-GO	1.919.480,34
CIDELANDIA-MA	300.847,79
CIDERAIS-RS	743.337,19
CIDRÓ-BA	104.800,00
CIPOTANGA-MG	401.300,00
CIPIACOS-ES	5.091.594,92
CIPLANAL-MG	523.236,00
CLARO DOS POÇOS-MG	145.600,00
CLAUDIA-MT	1.751.236,09
CLAUDIO-MG	30.860.719,17
CLEMENTINA-SP	59.630.110,28
CLEVELANDIA-PR	10.012.455,11
COARACI-BA	175.672,07
COARAIM	63.719,90
COCAL DE TELHA-PI	890.000,00
COCAL DO SUL-SC	4.829.206,57
COCALUNDO-MT	1.397.391,91
COCALPI	140.000,00
COCALZINHO DE GOIAS-GO	1.107.788,52
COCCOS-BA	2.367.317,89
COCHO-MG	2.741.636,17
COELHO NETO-MA	451.304,50
COIMBRA-MG	580.649,57
CORTE DO RIO AL	116.000,00
COLATINAS-ES	44.696.550,63
COLIDER-MT	4.424.300,07
COLINAS DO SUL-GO	917.080,00
COLINAS DO TOCANTINS-TO	2.700.194,85
COLINAS-MA	990.769,21
COLINA SP	15.432.117,95
COLINAS-RS	3.249.495,00
COLMEIA-TO	748.799,20
COLONIA-MT	611.408,63
COLÔNIA-SP	1.403.544,67
COLOMBO-PR	126.472.942,16
COLORADO DO OESTE-RO	4.155.440,70
COLORADO-PR	55.630.050,49
COLORADO-RS	1.661.601,13
COLUNA-MG	108.440,26
COMBINADO-TO	26.125,62
COMENDADOR GOMES-MG	1.672.485,00
COMENDADOR LEVY GASPARIAN-RJ	9.769.341,51
COMÉRCIO-MG	306.823,43
COMODORO-MT	18.714.051,23
CONCEICAO DA APARECIDA-MG	2.165.401,29
CONCEICAO DA BARRA-ES	4.113.208,96
CONCEICAO DA FEIRA-BA	5.543.688,82
CONCEICAO DAS ALAGOAS-MG	6.775.873,57
CONCEICAO DAS PEDRAS-MG	25.140,00
CONCEICAO DE MACAELÉ-RJ	2.165.598,55
CONCEICAO DO ALMEIDA-BA	818.313,67
CONCEICAO DO ARAGUAIA-PA	917.817,77
CONCEICAO DO CANINDE-PI	530.111,00
CONCEICAO DO CASTELO-ES	3.012.400,23
CONCEICAO DO COITÉ-BA	4.743.445,65
CONCEICAO DO JACUPE-BA	10.933.064,32

Município/UF	Valor da Liberação
CONCEICAO DO MATO DENIRO-MG	1.454.073,16
CONCEICAO DO PARA-MG	1.058.871,54
CONCEICAO DO RIO VERDE-MG	1.408.711,80
CONCEICAO DOS UIRÓZIS-MG	3.450.959,58
CONCEICAO-PB	312.503,47
CONGHAL-SP	6.206.634,39
CONGHAL-SP	5.024.230,65
CONGÓRDIA-SC	419.509.957,91
CONGÓRDIA-PE	725.250,56
CONGÓRDIA-PE	2.173.920,00
CONDE-BA	406.798,14
CONDE-PI	2.667.269,05
CONDEUBA-BA	1.574.899,42
CONDÓRES	6.973.031,00
CONFINS-MG	1.906.197,87
CONFRESA-MT	670.873,84
CONGONHAL-MG	1.700.170,59
CONGONHAS DO NORTE-MG	175.632,84
CONGONHAS-MG	83.069.672,40
CONGONINHAS-PR	1.693.008,11
CONGO-PB	164.000,00
CONQUISTA DOESTE-MT	83.367,66
CONQUISTAS-MG	1.993.360,00
CONSELHEIRO LAFINETE-MG	29.024.952,71
CONSELHEIRO MARINCK-PR	36.000,00
CONSELHEIRO PENHA-MG	941.508,88
CONSTANTINAS-MG	3.981.865,49
CONTAGEM-MG	843.522.112,42
CONTENDA-PR	7.048.890,50
CONTINCIAS DO CONDORCIA	6.581,00
COQUEL-MG	1.041.630,25
COQUELOS DO SUL-RS	2.538.050,20
CORACAO DE JESUS-MG	1.147.228,51
CORACAO DE MARIA-BA	636.647,69
CORDELA-PR	17.245.727,42
CORDEOPOLIS-SP	33.453.704,52
CORDEIRO-RJ	2.312.914,69
CORDEIROS-BA	352.284,09
CORDEIROS-ALTA-SC	11.795.598,58
CORDEIROS-MG	1.627.322,06
CORDEIROS-BA	191.310,00
CORDEIROS-BA	402.892,94
CORDEMAS-PB	325.210,37
CORDEIROS-MG	694.180,00
CORDEIROS-BA	5.153,00
CORINTÓ-MG	1.494.839,77
CORINTÓ-PR	80.366.188,19
COROACI-MG	43.948,26
COROGADOS-SP	3.939.051,70
COROATA-MA	308.332,42
COROMANDEL-MG	20.923.637,09
CORONEL DARRÓS-RS	775.665,00
CORONEL BICACO-RS	4.254.847,00
CORONEL DOMINGOS SOARES-PR	4.199.770,00
CORONEL FABRICIANO-MG	29.467.533,40
CORONEL FREITAS-SC	6.058.301,79
CORONEL JOAO SA-BA	406.470,00
CORONEL MACEDO-SP	1.295.714,17
CORONEL MARTINS-SC	175.200,00
CORONEL MURTA-MG	101.300,00
CORONEL PACHECO-MG	229.618,10
CORONEL PILAR-RS	651.400,00
CORONEL ESPERANÇA-MG	265.000,00
CORONEL VIVIDA-PR	9.724.397,55
CORONEL XAVIER CHAVES-MG	566.463,91
CORREIO DANTAS-MG	763.278,00
CORREIO DO OURÃO-GO	704.030,00
CORREIO FUNDO-MG	4.343.957,44
CORREIA FINITO-SC	3.762.969,00
CORREITE-PI	429.977,15
CORRENTES-PE	256.000,00
CORRENTINA-DA	13.661.149,91
CORTES-PE	731.928,07
CORUMBA DE GOIAS-GO	992.147,67
CORUMBABA-GO	8.361.299,99
CORUMBABA-MS	15.331.369,20
CORUMBATAI DO SUL-PR	513.452,43
CORUMBATAI-SP	4.591.642,91
CORUMBARA-RO	2.890.035,52
CORURÁ-SC	14.746.270,93
CORURUPÉ-AL	4.770.575,09
COSMÓPOLIS-SP	27.874.206,29
COSMORAMA-SP	5.479.905,54
COSTA MARDUES-RO	2.487,31
COSTA RICA-MS	74.622.647,23
COTIFARI-BA	614.548,80
COILA-SP	70.836.069,59
COTIPORAINS	485.040,00
COTRIGUAÇU-MT	1.347.932,00
COUTO DE MAGALHÃES DE MINAS-MG	692.330,00

Município/UF	Valor da Liberação
COQUEIRO DE MATALHAS-TO	147.000,00
COLÍLIAS-RS	4.598.190,00
CONIM-MS	10.900.259,57
CRANBAS-AL	269.500,00
CRATEUS-CE	2.270.972,72
CRATO-CE	8.781.576,58
CRAMINHOS-SP	47.798.729,72
CRICUMA-SC	170.727.295,25
CRISÓLITA-MG	95.710,00
CRISÓPOLIS-BA	86.400,00
CRISÓPOLIS-RS	1.058.204,40
CRISTAL-MS	5.798.444,00
CRISTAL-MS	2.437.748,51
CRISTAL DO SUL-RS	659.144,00
CRISTALÂNDIA-GO	1.136.455,92
CRISTALINA-GO	27.576.459,70
CRISTAL-RS	4.107.800,15
CRISTIANO OTONI-MG	1.054.452,86
CRISTIANÓPOLIS-GO	391.047,34
CRISTINA-MG	3.745.393,59
CRISTINA-PR	341.336,94
CRISTINO CASTRO-PI	440.112,02
CRISTÓPOLIS-BA	5.709,32
CRIBAS-GO	12.248.517,84
CROMINA-GO	24.000,00
CRUCIÂNDIA-MG	398.400,00
CRUZ ALTA-RS	43.195.625,38
CRUZ DAS ALMAS-BA	8.852.955,79
CRUZ DO ESPÍRITO SANTO-PB	231.200,00
CRUZ MACHADO-PR	1.247.557,20
CRUZALIA-SP	1.653.541,59
CRUZALENSE-RS	1.014.000,00
CRUZ-CE	1.168.947,12
CRUZEIRO DA FORTALEZA-MG	1.253.047,00
CRUZEIRO DO IGUAÇU-PR	1.853.857,76
CRUZEIRO DO OESTE-PR	8.360.750,98
CRUZEIRO DO SUL-AC	8.305.919,75
CRUZEIRO DO SUL-PR	2.225.714,22
CRUZEIRO DO SUL-RS	3.940.876,04
CRUZEIRO-SP	692.141.715,51
CRUZETA-RN	105.304,73
CRUZMÁ-MS	1.201.595,51
CRUZMALTINA-PR	854.522,05
CUBATÃO-SP	143.952.551,52
CUÇABÁ-MT	525.429.190,56
CUITE DE MAMANGUAPE-PB	29.217,81
CUITE-PB	675.377,93
CUJUBIMARO	885.245,00
CUMARI-GO	753.260,00
CUMARU DO NORTE-PA	599.775,00
CUMARU-PE	463.175,00
CUNDESE	180.380,00
CUNHA PORA-SC	24.261.856,35
CUNHA-SP	1.795.843,69
CUNHATA-SC	322.940,00
CURITIBA-PE	701.670,50
CURICA-BA	817.701,31
CURIMATA-PI	24.629,73
CURIONÓPOLIS-PA	267.961,00
CURITIBA-SC	37.725.647,32
CURITIBA-PR	1.989.274.293,11
CURIÚVA-PR	2.989.899,81
CURRAIS NOVOS-RN	4.056.353,84
CURRAIS-PI	2.123.416,37
CURRAL DE CIMA-PB	8.705,35
CURRAL DE CINTRO-MG	1.258.200,00
CURRALHO-PA	95.400,00
CURVELANDIA-MT	685.607,80
CURVELO-MG	28.317.545,05
CUSTÓDIA-PE	2.027.095,37
DAMIANÓPOLIS-GO	139.000,00
DAMOLÂNDIA-GO	121.114,53
DÁRIO MEIRA-BA	326.707,99
DAVID CANABARRÓ-RS	3.455.725,79
DAVINÓPOLIS-GO	572.010,00
DAVINO-PR	78.696,00
DE FIM MOURÃO-MG	472.200,00
DELFINÓPOLIS-MG	1.866.707,58
DELMIRO GOUVEIA-AL	365.532,12
DELTA-MG	413.005,26
DEMPERAL LOBÃO-PI	91.800,00
DEMPSE-MT	257.826,87
DEMPÓPOLIS-MS	595.347,70
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO-CE	411.800,00
DERRUBADAS-RS	637.500,00
DESCALVADO-SP	24.202.201,95
DESCANSO-SC	2.418.109,94
DESCOBERTO-MG	455.122,48
DESTERRO DE ENTRE RIOS-MG	792.107,00
DESTERRO DO MELO-MG	511.910,00

Município/UF	Valor da Liberação
DESTERRO-PR	461.980,00
DIADEMA-SP	255.829.450,47
DIAMANTE DO NORTE-PR	472.357,09
DIAMANTE DO SUL-PR	197.340,25
DIAMANTE DO OESTE-PR	293.050,00
DIAMANTINA-MG	15.823.193,15
DIAMANTINO-MT	43.553.029,28
DIANOPOLES-TO	5.845.335,85
DIAS D'ÁVILA-BA	24.595.177,28
DILERMANDO DE AGUIAR-RS	2.233.749,46
DIOGO DE VASCONCELOS-MG	104.000,00
DIONÍSIO CERQUEIRA-SC	7.470.625,58
DIONÍSIO-MG	376.011,04
DORAMA-GO	169.500,00
DORCE REIS-SP	179.200,00
DORCEI AROVERDE-PI	12.053,14
DIVERSOS-AC	7.273.081,29
DIVERSOS-AL	25.942.620,24
DIVERSOS-AM	52.695.981,89
DIVERSOS-AP	20.210.004,13
DIVERSOS-BA	254.437.930,81
DIVERSOS-CE	77.690.273,79
DIVERSOS-DF	369.516.187,06
DIVERSOS-ES	884.631.861,86
DIVERSOS-GO	773.920.415,59
DIVERSOS-IE	15.109.955.740,52
DIVERSOS-MA	194.302.114,94
DIVERSOS-MG	1.246.259.134,51
DIVERSOS-MT	68.274.805,27
DIVERSOS-MT	110.403.052,74
DIVERSOS-PA	208.132.602,15
DIVERSOS-PB	35.855.184,70
DIVERSOS-PE	216.913.081,85
DIVERSOS-PI	157.122.976,81
DIVERSOS-PR	304.553.212,35
DIVERSOS-RJ	536.882.087,52
DIVERSOS-RN	29.755.424,40
DIVERSOS-RS	21.047.292,77
DIVERSOS-RR	5.018.215,40
DIVERSOS-RS	352.410.504,54
DIVERSOS-SC	327.777.689,04
DIVERSOS-SE	24.393.915,25
DIVERSOS-SP	1.871.959.457,91
DIVERSOS-TO	100.230.800,89
DIVINA PASTORA-SE	103.500,00
DIVINÉIA-MG	934.000,00
DIVINO DAS LARANJEIRAS-MG	476.512,52
DIVINO DE SÃO LOURENÇO-ES	373.000,00
DIVINOLÂNDIA DE MINAS-MG	87.450,00
DIVINOLÂNDIA-SP	2.171.430,00
DIVINO-MG	678.502,14
DIVINOPOLES DE GOIÁS-GO	4.150.951,55
DIVINOPOLES DO TOCANTINS-TO	620.550,00
DIVINOPOLES-MG	70.104.091,13
DIVISA ALEGRE-MG	49.957,03
DIVISA NOVA-MG	189.663,90
DIMÓPOLIS-MG	702.400,00
DIOBRATA-SP	1.093.630,75
DÓIS CORREGEDOS-SP	24.545.815,81
DÓIS IRMÃOS DAS MISSÕES-RS	5.449.690,00
DÓIS IRMÃOS DO BURITIM-MS	1.705.452,34
DÓIS IRMÃOS DO TOCANTINS-TO	1.287.500,00
DÓIS IRMÃOS-RS	45.420.226,02
DÓIS LAJEADOS-RS	721.200,00
DÓIS RACHOS-AL	277.400,00
DÓIS VIZINHOS-PR	27.215.380,27
DOLCINÓPOLIS-SP	470.451,45
DOM AQUINO-MT	7.447.954,57
DOM BASÍLIO-BA	3.583.895,14
DOM BOSCO-MG	1.081.832,45
DOM CAVATI-MG	1.085.154,58
DOM EUSEUPEA	2.209.273,72
DOM EXPEDITO LOPES-PI	583.840,00
DOM FELICIANO-RS	4.672.725,75
DOM INOCÊNCIO-PI	169.750,00
DOM PEDRITO-RS	38.616.192,50
DOM PEDRO DE ALCANTARA-RS	688.511,00
DOM PEDRO-MA	1.795.027,49
DOM SILVERIO-MG	422.948,09
DOMINGOS MARTINS-ES	9.043.695,54
DOMINGOS MOURÃO-PI	48.704,89
DONA EMMA-RS	1.395.770,20
DONA LUZEBIA-MG	2.193.189,56
DONA FRANCISCA-RS	193.500,00
DORIS DE CAMPOS-MG	9.309.139,90
DORES DE GUANHARES-SP	1.960.219,42
DORES DO INDIAIS	1.591.903,57
DORES DO RIO PRETO-ES	741.857,41
DORES DO TURVO-MG	185.936,00
DORMENTES-PE	1.882.200,00

Município/UF	Valor da Liberação
DOURADINA-MS	1.035.490,00
DOURADINA-PR	7.921.032,49
DOURADOQUARA-MG	179.370,00
DOURADOS-MS	343.051.882,14
DOURADO-SP	4.211.090,72
DOUTOR CAMARGO-PR	3.537.780,62
DOUTOR MAURÍCIO CARDOZO-RS	2.139.619,00
DOUTOR PEDRINHO-SC	2.269.281,80
DOUTOR RICARDO-RS	1.178.025,00
DOVERLÂNDIA-GO	1.567.656,66
DRACENA-SP	18.243.444,35
DUARTINA-SP	3.653.511,95
DUAS BARRAS-RJ	251.254,36
DUAS ESTRADAS-PB	19.392,25
DUERTE-TO	4.250.355,25
DUMONT-SP	11.571.597,59
DUQUE DE CAVAS-RJ	425.490.752,75
DURANDE-MG	74.112,37
ECHAPORA-SP	953.828,82
ECOPORANGÁ-ES	4.117.657,85
EDÉALINA-GO	981.110,91
EDEIA-GO	22.148.918,85
ELDORADO DO SUL-RS	23.074.240,33
ELDORADO DOS CARAJAS-PA	230.520,00
ELDORADO-MS	1.054.273,20
ELDORADO-SP	2.177.224,91
ELIAS FAUSTO-SP	22.701.817,68
ELISEU MARTINS-PI	31.359,49
ELISIÁRIO-SP	3.194.892,74
ELÍCIO MEDRADO-BA	24.772,42
ELDI MENEZES-MG	8.220.506,37
EMBALÇA-SP	549.769,19
EMBU-GUAÇU-SP	14.554.655,52
EMBU-SP	47.885.954,81
EMILIANOPOLES-SP	357.750,00
ENCANTADO-RS	21.392.159,88
ENCRUZILADA DO SUL-RS	4.322.357,40
ENCRUZILADA-BA	872.790,00
ENEAS MARQUES-PR	10.631.719,93
ENGENHEIRO BELTRÃO-PR	5.200.602,17
ENGENHEIRO CALDAS-MG	840.185,60
ENGENHEIRO COELHO-SP	2.858.802,00
ENGENHEIRO NAVARRO-MG	185.740,00
ENGENHEIRO PAULO DE FRONTINI-RJ	159.995,65
ENGENHO VELHO-RS	225.999,82
ENTRE FOLHAS-MG	115.000,00
ENTRE RIOS DE MINAS-MG	2.086.592,49
ENTRE RIOS DO OESTE-PR	2.433.761,58
ENTRE RIOS DO SUL-RS	762.200,22
ENTRE RIOS-BA	645.536,59
ENTRE RIOS-SC	99.897,01
ENTRE RIOS-RS	8.579.900,47
EPITACOLÂNDIA-AC	1.338.720,00
EQUADOR-RN	713.090,18
ERECHIM-RS	506.282,00
ERECIM-RS	327.430.334,85
ERMO-SC	1.524.959,71
ERNESTINA-RS	2.423.223,59
ERVAL GRANDE-RS	2.159.950,70
ERVAL SECOS-RS	2.087.466,55
ERVAL VELHO-RS	1.470.830,00
ERVAL-MG	1.355.950,56
ESCALDA-PE	7.351.003,48
ESMERALDA-RS	1.309.302,34
ESMERALDAS-MG	20.374.453,52
ESPERA FELIZ-MG	2.447.698,18
ESPERANÇA DO SUL-RS	80.500,00
ESPERANÇA NOVA-PR	223.229,51
ESPERANÇA-PB	5.165.915,04
ESPERANTINA-PI	652.514,12
ESPERANTINA-TO	108.050,00
ESPERANTINÓPOLIS-MA	1.795.617,53
ESPIGAD ALTO DO IGUAÇU-PR	402.559,71
ESPIGAD DO OESTE-TO	3.159.513,84
ESPINOSA-MG	2.036.381,24
ESPÍRITO SANTO DO DOURADO-MG	1.896.987,00
ESPÍRITO SANTO DO PINHAL-SP	15.386.064,80
ESPÍRITO SANTO DO TURVO-SP	1.590.330,00
ESPLANADA-BA	1.914.385,55
ESPUNHOS-RS	13.036.649,74
ESTACÇÃO-RS	14.254.291,25
ESTÂNCIA VELHA-RS	13.144.201,24
ESTÂNCIA-SE	6.248.171,05
ESTRELOS-RS	40.053.552,77
ESTIVA GERBÉ-SP	12.635.810,04
ESTIVA-MG	1.971.676,96
ESTREITO-MA	2.380.439,50
ESTRELA GALVA-MG	73.740,27
ESTRELA DE ALAGOAS-AL	74.200,00
ESTRELA DO INDIAI-MG	495.600,00

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
ESTRELA DO NORTE-GO	195.000,00
ESTRELA DO NORTE-SP	544.190,00
ESTRELA DO SUL-MG	3.537.251,80
ESTRELA DO OESTE-SP	3.056.895,27
ESTRELA VELHA-RS	4.284.840,00
ESTRELA-MS	49.661.128,33
EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA-SP	425.076,75
EUCLIDES DA CUNHA-BA	3.103.490,46
EUGENIO DE CASTRO-RS	6.263.241,56
EUGENIOPOIS-MG	97.369,26
EUNAPOLIS-BA	21.745.308,45
EUSEBIO-CE	26.191.425,37
EWING DA CAMARA-MG	345.076,00
EXTREMA-MG	56.917.694,03
EXTREMOZ-RN	264.000,00
EXUPE	787.190,26
FAÇANDEB VARELA-RS	1.050.294,20
FAZENDA	1.015.440,00
FAMA-MG	363.665,61
FARFA LEMOS-MG	196.229,63
FARFAS BRITO-CE	626.202,60
FAROL-PR	2.521.491,26
FAZENDINHA-RS	74.723.726,61
FAZURVA-SP	3.330.756,68
FATIMA DO SUL-MS	1.378.160,73
FATIMABA	261.800,00
FATIMA-TO	545.080,00
FAXINAL DO SOTURINO-RS	1.626.757,67
FAXINAL DOS GUEDES-SC	19.631.636,46
FAXINAL-PR	8.297.469,33
FAXINALINHO-RS	50.305.445,65
FAZENDA NOVA-GO	376.559,68
FAZENDA RIO GRANDE-PR	37.544.988,64
FAZENDA VILANOVA-RS	2.908.989,36
FEIJUAC	1.841.501,06
FEIRA DA MATA-BA	112.721,51
FEIRA DE SANTANA-BA	317.167.525,84
FEIRA GRANDE-AL	606.220,00
FEIRA NOVA DO MARANHÃO-MA	415.020,00
FEIRA NOVA-PE	932.207,97
FEIRA NOVA-SE	92.900,00
FELICIO DOS SANTOS-MG	428.976,00
FELIPE GUERRA-RN	2.749,15
FELISBURGO-MG	93.760,00
FELIZLÂNDIA-MG	1.366.636,15
FELIZ DESERTO-AL	146.900,00
FELIZ NATAL-MT	9.940.059,16
FELIZERS	11.644.533,84
FELIZPR	1395.077,16
FERNANDES FIMMEIRO-PR	2.669.528,00
FERNANDES TOURINHO-MG	151.200,00
FERNANDO DE NORONHA-PE	1.777.476,00
FERNANDO FREITAS-SP	3.865.001,66
FERNANDOPOLIS-SP	26.736.307,77
FERNÃO-SP	360.090,00
FERRAZ DE VASCONCELOS-SP	16.831.527,26
FERREROPOLIS-PE	821.244,12
FERRORS-MG	433.462,00
FERVEIDOURO-MG	630.042,00
FIGUEIRAS-MS	720.001,57
FIGUEIRA-PR	1.622.261,66
FIGUEIROPOLIS DO OESTE-MT	125.900,00
FIGUEIROPOLIS-TO	472.784,00
FIGUEIRUBA-BA	12.627,61
FIGUEIRUÍTO	908.720,00
FIRMINO ALVES-BA	07.000,00
FIRMINOPOLIS-GO	676.666,79
FLENEKAZAL	762.500,00
FLOR DA SERRA DO SUL-PR	2.579.600,63
FLORA RICA-SP	1.167.364,00
FLORAI-PR	4.813.101,66
FLORANIA-RN	151.929,58
FLOREAL-SP	667.600,00
FLORES DA CUNHA-RS	57.344.049,51
FLORES DE GOIAS-GO	301.650,00
FLORESRUPE	284.697,19
FLORESTA AZUL-BA	1.125.665,28
FLORESTA DO ARAGUAZ-PA	667.796,60
FLORESTAL-MG	464.679,03
FLORESTA-PE	5.599.513,98
FLORESTA-PN	3.866.482,70
FLORESTOPOLIS-PR	1.410.210,64
FLORIANO PEDOTO-RS	526.570,80
FLORIANO-PI	8.666.126,74
FLORIANOPOLIS-SC	87.571.257,65
FLORIDA PAULISTA-SP	2.498.366,98
FLORIDA-PR	344.512,66
FLORINA-SP	87.664,99
FONTOURA XAVIER-RS	1.198.721,04
FORMIGA-MG	26.667.356,63

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
FORQUILHEIRA-RS	2.705.112,91
FORMOSA DA SERRA NEGRA-MA	141.800,00
FORMOSA DO OESTE-PR	4.470.161,64
FORMOSA DO RIO PRETO-GO	19.321.620,41
FORMOSA DO SUL-SC	1.366.767,00
FORMOSA-GO	14.733.336,40
FORMOSO DO ARAGUAZ-TO	4.781.012,07
FORMOSO-GO	669.475,00
FORMOSO-MG	2.458.839,56
FORQUILHEIRA-RS	1.271.470,00
FORQUILHEIRA-CE	742.625,08
FORQUILHEIRA-SC	13.686.062,35
FORTALEZA DE MINAS-MG	718.130,09
FORTALEZA DO TABOCCO-TO	895.448,00
FORTALEZA DOS MOURAS-MA	713.720,00
FORTALEZA DOS VALÇOS-RS	6.867.802,17
FORTALEZA-CE	649.329.209,26
FORTUNA-CE	427.901,69
FORTUNA DE MINAS-MG	887.470,00
FORTUNA-MA	424.300,00
FOZ DO ARIQUA-PR	70.041.054,15
FOZ DO JORDÃO-PR	696.020,56
FRAIBURGO-SC	23.403.719,66
FRANCA-SP	87.666.120,27
FRANCISCO ALVES-PR	3.012.017,61
FRANCISCO AYRES-PI	8.312,52
FRANCISCO BADOARD-MG	69.990,28
FRANCISCO BELTRÃO-PR	84.336.863,49
FRANCISCO DUMONT-MG	363.539,65
FRANCISCO MORATO-SP	6.466.579,26
FRANCISCO SA-MG	1.912.006,44
FRANCISCO SANTOS-PI	160.000,00
FRANCISCOPOLES-MG	362.156,42
FRANÇO DA RÓCHA-SP	36.003.449,32
FREDERICO WESTPHALEN-RS	18.822.969,13
FREI GASPARI-MG	731.176,00
FREI INOCCENCIO-MG	040.637,61
FREI MIGUELINHO-PE	52.785,27
FREI PAULO-SE	17.806.673,42
FREI ROGÉRIO-SC	127.360,00
FRONTIeira-MG	404.640,06
FRONTIERAS-PI	722.190,60
FRUTA DE LEITE-MG	127.400,00
FRUTAL-MG	126.113.990,26
FRUTUOSO GOMES-RN	63.000,00
FUNDAÇÃO-ES	6.672.846,51
FUNLANDIA-MG	167.900,00
GABRIEL MONTEIRO-SP	2.191.069,45
GADQ URAVO-PR	67.000,00
GALIA-SP	3.027.761,50
GALILEIA-MG	414.644,03
GALVÃO-SC	5.006.596,51
GAMELEIRA DE GOIAS-SP	2.640.526,26
GAMELARI-PE	469.500,00
GAMELDRAS-MG	82.601,21
GANOUBA	409.937,92
GARANHUNS-PE	247.96.227,80
GARARU-SE	103.700,00
GARÇAS-SP	16.086.219,30
GARIBALDI-RS	87.776.280,53
GAROPABA-SC	3.956.529,66
GARRUCHOS-RS	2.152.149,20
GARUVA-SC	61.636.196,43
GASPAR-SC	84.963.369,69
GASTÃO VIGAL-SP	2.226.574,56
GAUCHA DO NORTE-MT	9.576.707,71
GAURAMA-RS	3.060.717,72
GAYÃO PEDOTO-SP	543.595,06
GENIPIRANO-PI	28.018,24
GENERAL CAMARÁ-RS	1.073.943,62
GENERAL CARNIERO-MT	2.616.215,00
GENERAL CARNIERO-PR	2.727.295,01
GENERAL SALGADO-SP	0.863.420,47
GENERAL SAMPAYO-CE	3.500,00
GENILERS	387.961,60
GETULIA-SP	1.003.001,09
GETULIO VARGAS-RS	11.629.673,69
GLAUCES-PI	3.941.103,09
GRAN DO POYCIANO-AL	560.360,87
GRUARÁ-RS	9.362.796,04
GRUFO-SP	1.660.029,04
GLORIA DE DOURADOS-MS	2.328.974,08
GLORIA DO GORTA-PE	142.000,00
GLORIA DO OESTE-MT	93.600,00
GLORIA-BA	190.300,00
GLORINHA-RS	7.169.263,04
GOODFREY VIANA-MA	113.700,00
GOODY MOREIRA-PR	66.419,98
GOAIBA-MG	26.874,00
GOIANA-MG	11.790,00

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
GOIANA-PE	1.907.462,04
GOIANAPOLIS-GO	1.432.202,09
GOIANDIRA-GO	663.600,00
GOIANESIA DO PARA-PA	1.204.091,68
GOIANESIA-GO	1.301.249.569,24
GOIANA-GO	526.629.001,39
GOIARINHA-RN	682.609,65
GOIANRA-GO	3.796.213,84
GOIANORTE-TO	111.200,00
GOIAS-RO	3.663.530,75
GOIATINS-TO	1.226.900,00
GOIANUBA-GO	43.340.297,88
GOIOERÉ-PR	14.909.045,58
GOIOERÓ-PR	2.242.069,50
GOIOLVES-MG	137.059,63
GOIOZINHOS-BA	184.500,00
GOIUBEIA-MG	756.270,53
GOIULANDA-GO	432.963,46
GOVERNADOR ARCHERANA	5.212,84
GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC	1.134.036,00
GOVERNADOR DOBREPT ROSADO-RN	990.549,09
GOVERNADOR EDISON LOBAO-MA	771.500,00
GOVERNADOR JOSE TEIXEIRA-RO	434.176,80
GOVERNADOR LINDENBERG-ES	907.899,76
GOVERNADOR MANGABEIRA-GO	1.368.066,26
GOVERNADOR MAMES FREIRE-MA	707.716,00
GOVERNADOR VALADARES-MG	67.969.796,10
GRACA-CE	1.107.000,00
GRAJAÚ-MA	3.623.732,40
GRAMADO DOS LOUREIROS-RS	454.176,80
GRAMADO XAVIER-RS	572.701,69
GRAMADO-ES	22.741.902,54
GRANDES RIOS-PR	1.032.206,00
GRANITO-PE	74.000,00
GRANJA-CE	172.602,20
GRANJA MOGOL-MG	418.146,34
GRANJA PARA-SC	3.663.717,90
GRAVATAI-RS	206.317.499,88
GRAVATAL-SC	5.299.063,28
GRAVATA-PE	6.942.086,03
GRANFAS-CE	100.000,00
GRUFIARA-MG	106.366,00
GUABURUS	1.323.261,23
GUABURUBA-SC	18.801.393,51
GUACUJES	1.076.303,36
GUADALUPE-PI	7.865,21
GUABARA-RS	20.205.439,09
GUACARA-SP	5.672.506,49
GUANABES-SP	1.145.846,39
GUARACACAP-PR	2.591.620,47
GUARA-PR	9.637.320,27
GUARÁ-SP	140.867.432,14
GUARAJUBA-CE	267.611,24
GUARAJUBA-MIRIM-RO	30.434.869,84
GUARARU-BA	116.000,00
GUARARANGA-PR	3.246.808,30
GUARANAMÉLIA	6.224.235,62
GUANHARES-MG	7.517.672,99
GUAPIÉ-MG	2.012.967,36
GUARAPUÁ-SP	2.606.316,13
GUARAPUÁ-SC	1.363.616,93
GUARIPORANGA-RJ	1.420.263,77
GUARIPORANGA-PR	324.303,73
GUARU-RO	1.074.762,00
GUARAPORÉ-PR	569.940,00
GUARAPORÉ-RS	18.660.924,15
GUARARÁ-PI	8.060.706,66
GUARARÁ-SP	898.237,23
GUARACAMA DO NORTE-CE	532.944,46
GUARACAMA-MG	710.634,01
GUARACAMA-SC	7.917.457,22
GUARACAMA-MG	410.200,00
GUARACÁ-PR	1.526.046,22
GUARACÁ-SP	260.275,32
GUARÁ-TO	1.576.662,32
GUARARANGA-CE	93.600,00
GUARARANGA-SC	52.509.267,94
GUARARANGA-MG	3.876.109,14
GUARARANGAS MORTES-MS	4.662.926,54
GUARANI DE GOIAS-GO	963.136,80
GUARANI DO OESTE-SP	172.110,41
GUARANIACU-PR	5.144.216,99
GUARANI-MG	423.636,58
GUARANTA DO NORTE-MT	3.716.996,66
GUARANTÁ-SP	1.109.436,01
GUARAPARI-ES	26.984.370,13
GUARAPUAVA-PR	107.615.336,03
GUARARQUECABA-PR	522.460,00
GUARARA-MG	645.769,92

Em Reais	
Município UF	Valor da Liberação
GUARARAPES-SP	15.772.015,68
GUARAREMA-RN	14.644.463,63
GUARÁ-SP	5.628.735,17
GUARATINGA-BA	436.242,29
GUARATINGUETA-SP	22.837.748,31
GUARATUBA-PR	1.463.951,52
GUARDA-MODR-MG	7.345.449,45
GUARÉIA-SP	2.576.775,49
GUARÉIA-SP	143.495.177,39
GUARINÓS-GO	160.300,00
GUARUJÁ DO SUL-SC	3.269.262,52
GUARUJÁ-SP	24.876.086,79
GUARULHOS-SP	1.341.936.034,05
GUATAMBU-SC	7.042.360,00
GUATAPARA-SP	8.484.686,18
GUATUPE-MG	12.973.639,73
GUAYLÓPES DA LAZARINA-MG	2.029.697,35
GUIDOVAL-MG	1.798.412,37
GUIMARÃES-MA	21.734,09
GUIMARÃES-MG	1.153.080,00
GUURATINGA-MT	1.555.633,05
GURUCEMA-MG	2.285.022,89
GURINHATA-MG	1.039.980,00
GURINHÉM-RB	260.470,47
GURUPITÓ	25.869.120,55
GUZOLÂNDIA-SP	773.357,30
HARMONIA-RS	3.049.706,39
HEITORAI-GO	200.000,00
HELIODORA-MG	164.201,15
HELIOFÓLIS-BA	193.000,00
HERCULÂNDIA-SP	2.420.324,24
HERVAL DOESTE-SC	2.776.500,71
HERVAL-RS	1.863.516,26
HERVEIRAS-RS	1.508.635,00
HIDROLÂNDIA-CE	84.000,00
HIDROLÂNDIA-GO	3.796.006,76
HIDROLINA-GO	1.236.130,39
HOLAMBRA-SP	8.214.553,53
HONÓRIO SERRA-PR	4.533.777,91
HORIZONTE-CE	153.138.140,51
HORIZONTINA-RS	488.580.730,82
HORTOLÂNDIA-SP	76.275.025,59
HULHA NEGRA-RS	1.790.091,00
HUMATA-AM	762.367,99
HUMATA-RS	758.855,71
IACANGÁ-SP	29.357.353,89
IACARA-GO	1.811.941,48
IACRÁ-SP	3.772.306,26
IACUBÁ	1.026.694,54
IAPU-MG	7.116.465,52
IARAS-SP	224.000,00
IATIPÉ	253.375,00
IATIPUR	3.529.526,40
IBARAMA-RS	1.267.529,40
IBARETAMA-CE	18.585,57
IBATEGUARA-AL	12.215,14
IBATE-SP	17.937.018,45
IBATINGALES	1.333.254,92
IBEMA-PR	1.315.115,00
IBERTÓOIA-MG	345.057,59
IBIACÁ-RS	5.452.969,61
IBIAÍ-MG	578.400,00
IBIA-MG	8.478.320,69
IBIA-MG	1.056.876,28
IBIAPIACA-CE	216.630,69
IBIASSUCÉ-BA	1.161.043,51
IBICARAIBA	1.284.200,67
IBICARÉ-SC	10.025.179,70
IBICARA-BA	4.745.519,52
IBICUI-BA	172.900,00
IBICUITINGA-CE	691.700,00
IBIMBUPE	139.370,00
IBIPERA-BA	93.508,00
IBIPITANGA-BA	130.404,46
IBIPORÁ-PR	15.533.891,34
IBIRACHING	5.217.044,77
IBIRACIUMS	19.861.131,82
IBIRAIARAS-RS	6.668.106,32
IBIRAJUBÁ-PE	152.100,00
IBIRAMA-SC	29.344.041,05
IBIRAPITANGA-BA	67.021,53
IBIRAPUÁ-BA	3.601.695,31
IBIRAPUATA-RS	1.518.628,00
IBIRAREMA-SP	1.336.200,00
IBIRATA-SP	3.476.695,09
IBIRATAJÁ-BA	176.300,00
IBIRITE-MG	20.658.335,12
IBIRUBA-RS	41.026.571,15
IBITIARÁ-BA	194.200,00
IBITINGA-SP	20.624.953,72

Em Reais	
Município UF	Valor da Liberação
IBITIBA-BA	367.065,79
IBITURÁ DE MINAS-MG	717.800,00
IBITURUNA-MG	167.850,00
IBUNA-SP	5.087.619,99
IBOTIRAMA-BA	1.487.345,69
ICAPUA-CE	361.627,63
ICARAI DE MINAS-MG	271.000,00
ICARAIMA-PR	2.048.727,40
ICARÁ-SC	85.375.172,68
ICEM-SP	5.451.280,00
ICHLÉIA	82.400,00
ICO-CE	862.853,60
ICONMA-ES	69.699.895,74
ILMO MARINHÓ-RN	252.800,00
ILEPE-SP	3.322.536,31
IGACHAL	186.961,42
IGAPORÁ-BA	494.670,00
IGARACU DO TIETE-SP	9.311.611,18
IGARACY-PR	100.000,00
IGARAPAVA-SP	17.177.692,74
IGARAPÉ GRANDE-MA	455.000,00
IGARAPÉ-AÇUPE	732.626,10
IGARAPÉ-MG	14.635.729,47
IGARASSUPE	35.677.035,95
IGARATÁ-SP	1.278.667,23
IGARATINGA-MG	14.194.686,43
IGRAPUUNA-DA	290.009,61
IGREJA NOVA-AL	427.001,00
IGREJINHAS-RS	37.405.551,44
IGUAÇÁ GRANDE-RJ	390.193,79
IGUAIBA	5.207,91
IGUAPE-SP	636.220,40
IGUARACÉ-PE	4.086,62
IGUARACU-PR	2.900.198,37
IGUATAMA-MG	1.735.543,00
IGUATEMÍS	3.479.539,06
IGUATUÇÉ	18.610.070,89
IGUATUPUR	475.226,74
IGUAMÉ	1.622.200,00
IJARA-RS	55.844.755,20
IJUA COMPROÁ-SP	19.342,79
IJUA DAS FLORES-SE	14.075,99
IJUA SOLTERRA-SP	3.893.674,42
IJABELA-SP	2.821.664,31
ILHEUS-BA	14.251.910,12
ILHOTA-SC	7.929.642,92
ILDREMA-MG	2.091.213,37
ILÓPOLIS-RS	1.099.808,70
IMARUI-SC	715.600,03
IMBAÍ-PR	2.296.101,69
IMBÉ DE MINAS-MG	299.900,00
IMBÉ-RS	2.005.336,09
IMBITUBA-SC	9.003.442,11
IMBITUBA-PR	10.001.658,36
IMBUÍ-SC	6.143.637,39
IMBUIRANTE-RS	3.541.304,00
IMPERATRIZ-MA	43.006.301,41
INACIÃO MARTINS-PR	596.417,67
INACOLÂNDIA-GO	3.003.692,11
INAJÁ-PE	39.957,04
INAJÁ-PR	614.957,14
INCONFIDENTES-MG	972.536,01
INDAIARA-MG	732.100,00
INDAIAL-SC	36.102.502,26
INDAÚVA-BA	112.216.240,26
INDEPENDÊNCIA-CE	267.788,56
INDEPENDÊNCIA-RS	5.657.430,00
INDAIA-SP	2.328.419,15
INDIANÓPOLIS-MG	5.079.411,69
INDIANÓPOLIS-PR	8.399.167,46
INDIAPORA-SP	2.617.844,78
INDIARA-GO	3.213.191,57
INDIARUBÁ-SE	10.489,20
INDYVALMI	131.849,94
INGÁ-MG	630.626,20
INGÁ-PR	00.339,75
INGAZEIRA-PE	25.200,11
INHACORA-RS	1.102.376,00
INHAMBUPÉ-BA	2.075.117,00
INHANGAPÉ-PA	946.460,00
INHAPIM-MG	1.360.194,77
INHUMA-MG	12.035.870,61
INHUMA-PI	372.560,27
INHUMAS-GO	12.233.446,95
INHUMAS-MG	234.800,00
INOCÊNCIA-MS	1.231.795,64
INUEIA PAULISTA-SP	555.382,52
INOMERÉ-SC	5.524.166,39
IPABA-MG	1.697.130,03
IPAMERI-GO	9.504.922,39

Em Reais	
Município UF	Valor da Liberação
IPANEMA-MG	4.935.172,22
IPANGUACU-RN	404.627,20
IPAPORANGA-CE	120.030,00
IPATINGA-MG	80.246.110,09
IPATINGA-CE	849.700,00
IPAUSSU-SP	8.995.727,34
IPERÓ-SP	2.595.640,85
IPÊ-RS	3.816.936,00
IPÊUNA-SP	6.802.629,88
IPICACU-MG	595.326,16
IPICUBÁ	2.275.394,84
IPIRA-BA	1.759.790,80
IPIRANGA DE BOIAS-GO	444.480,00
IPIRANGA DO NORTE-MT	6.630.797,22
IPIRANGA DO PIAPI	298.340,27
IPIRANGA DO SUL-RS	1.071.767,57
IPIRANGA-PR	6.034.367,16
IPIRASA-SC	1.219.002,15
IPORANGA DO PARAÍPÁ	125.464,00
IPORANGA-PE	10.596.534.562,26
IPORÁ DO DESTRE-SC	11.055.883,86
IPORÁ-GO	3.570.576,00
IPORANGA-SP	118.748,52
IPORÁ-PR	3.904.202,15
IPUCU-SC	2.307.125,12
IPUA-SP	3.758.504,29
IPUBI-PE	2.699.742,64
IPUCE	34.299,03
IPUEIRA-RN	105.000,00
IPUEIRAS-CE	22.265,91
IPUINA-MG	3.755.785,76
IPUMIRÁ-SC	15.447.803,92
IPUPARABA	326.772,11
IRACEMA DO DESTRE-PR	3.554.518,50
IRACEMA-CE	1.407.177,35
IRACEMA-POLUS-SP	20.339.896,20
IRACEMINHA-SC	3.769.777,00
IRAI DE MINAS-MG	2.171.700,00
IRAI-RS	1.867.172,81
IRAMAIA-MG	285.646,20
IRANJUBA-AM	4.935.903,20
IRANI-SC	8.441.266,07
IRAPUA-SP	2.522.082,47
IRAPURU-SP	1.272.155,34
IRARUARÁ-BA	278.473,15
IRARA-BA	891.950,00
IRATI-PR	23.052.638,46
IRATI-SC	843.470,00
IRACOURA-CE	360.669,16
IRACÉ-BA	8.794.158,54
IRITAMA-PR	1.647.853,87
IRINEÓPOLIS-SC	2.936.345,39
IRITUAFA	307.300,00
IRUPES	564.369,00
IRANAS COELHO-PI	25.322,10
ITABARA-RS	2.074.905,00
ITABANANA-PE	898.225,14
ITAJANAMA-SE	15.294.802,85
ITABANIMINA-SE	6.714.112,51
ITABELA-BA	1.911.912,00
ITABERÁ-BA	3.105.942,37
ITABERAÍ-GO	7.256.998,70
ITABERAÍ-PR	9.037.789,85
ITABIRA-MG	38.864.439,07
ITABIRINHA DE MANTENA-MG	271.153,47
ITABRITO-MG	19.955.940,10
ITABOATÁ-AL	49.066.407,66
ITABUNA-BA	41.635.017,49
ITACAJÁ-TQ	471.741,25
ITACARAMINGA	1.866.101,29
ITACARÉ-BA	10.364,02
ITACATIARA-AM	3.106.765,30
ITACURUBI-RS	3.762.146,76
ITACURUBI-SC	262.915,52
ITAJI-BA	74.400,00
ITAJIBA-BA	600.155,99
ITAJUBIM-BA	65.600,00
ITAGUACUS	518.723,60
ITAGUAÍ-RJ	79.955.205,89
ITAGUAÍ-PR	347.520,00
ITAGUARA-MG	4.800.515,43
ITAGUARÁ-GO	211.403,19
ITAGUARU-GO	377.144,51
ITAGUATINGA-TO	119.000,00
ITAIBA-PE	6.052,84
ITACARA-DF	68.027,88
ITACORUBI-SC	22.148.522,25
ITAIPE-MG	527.400,00
ITAMPULANDA-PR	5.771.637,94
ITAI-SP	15.769.243,19

Em R\$ mil	
Município/UF	Valor da Liberação
ITATINGA-CE	5.659.517,26
ITATUBA-PA	14.991.410,54
ITAJA-GO	471.004,67
ITAJUBÁ-SC	257.490.018,47
ITAJURÁ-RN	3.404.140,38
ITAJUBÉ-SP	5.315.597,46
ITAJUBÁ DO COLOMBIA-BA	37.500,00
ITAJUBÁ-MG	171.856.834,97
ITAJUBÉ-BA	527.010,24
ITAJUBÉ-AP	727.457,00
ITAJUBÉ-BA	1.197.296,24
ITAJUBÉ-BA	497.992,89
ITAJUBÉ-BA	3.543.453,11
ITAJUBÉ-BA	7.590.676,47
ITAJUBÉ DE MINAS-MG	1.133.980,00
ITAMBÉ-CUR-MS	2.527.539,35
ITAMBÉ-CUR-MS	3.954.853,63
ITAMBÉ-CUR-MS	280.000,00
ITAMBÉ-BA	1.501.152,00
ITAMBÉ-PE	494.572,83
ITAMBÉ-PR	2.897.875,29
ITANDI-MG	2.178.398,79
ITANOMRE-MG	1.574.036,99
ITANOMRE-SP	8.864.896,01
ITANOMRE-MG	6.707.627,87
ITANOMRE-MT	670.020,08
ITANOMRE-BA	563.368,64
ITANOMRE-MG	595.189,02
ITAOBEM-MG	1.428.842,13
ITAOCARÁ-RJ	679.015,62
ITAOCA-SP	888.500,00
ITAPACU-GO	878.576,59
ITAPACU-CE	2.078.826,59
ITAPACU-MG	4.097.097,59
ITAPARICA-BA	880.134,59
ITAPE-BA	183.357,24
ITAPEBA-BA	964.264,71
ITAPEÇERICA DA SERRA-SP	42.964.551,28
ITAPEÇERICA-MS	5.190.546,89
ITAPEÇURU MIRIM-MA	3.219.163,89
ITAPICARA DOESTE-PR	14.479.514,63
ITAPICARA-SC	19.643.994,64
ITAPICARAS-ES	5.105.675,25
ITAPERIÇU-PR	5.217.308,37
ITAPERIÇU-RJ	16.453.948,29
ITAPETIM-PE	22.899,00
ITAPERINGA-BA	29.859.771,70
ITAPERINGA-SP	85.286.736,49
ITAPERIVA-MS	9.327.478,76
ITAPERIVA-SP	43.698.009,13
ITAPERIVA-SP	190.862.117,57
ITAPICURUBA	525.303,00
ITAPICUCA-CE	24.534.261,24
ITAPERIBANGA-AM	316.000,00
ITAPERIBANGA-SC	15.723.529,17
ITAPERIBANGA PAULISTA-SP	353.000,00
ITAPERIPIUA-GO	303.126,10
ITAPETIA-SP	27.629.292,61
ITAPESUNAPE	4.865.000,00
ITAPETANGA-BA	208.206,44
ITAPETI-CE	253.000,00
ITAPUA-SC	1.618.354,73
ITAPOLIS-SP	86.980.294,40
ITAPORA DO TOCANTINS-TO	100.800,00
ITAPORA-MS	8.469.062,47
ITAPORANGA DA UAIUMBA-SE	2.763.194,77
ITAPORANGA-PB	1.163.078,14
ITAPORANGA-SP	4.291.204,05
ITAPOROROCA-PB	87.702,25
ITAPUA DO DESERTO	711.400,00
ITAPUA-SP	7.480.752,32
ITAPURANGA-GO	3.036.038,37
ITAPURA-SP	914.480,43
ITAPUQUETUBA-SP	74.186.596,94
ITAPURULA-MS	6.289.425,54
ITAREAS	36.429.434,91
ITAREAS-ES	1.998.379,69
ITAREAS-BA	296.385,10
ITAREÁ-SP	15.802.104,09
ITAREMA-CE	344.850,29
ITAREÁ-SP	1.206.558,65
ITARUNA-GO	712.985,50
ITA-SC	3.880.871,34
ITATUBA-RJ	309.217,73
ITATUCU-MG	30.792.066,40
ITATIBA DO SUL-RS	347.147,00
ITATIBA	115.239.744,78
ITATIBA	1.984.440,00
ITATINGA-SP	4.227.031,13
ITATIRA-CE	14.908,72

Em R\$ mil	
Município/UF	Valor da Liberação
ITAIRS	1.421.000,00
ITATUBA-PB	1.508.778,58
ITAJU DE MINAS-MG	24.371.189,48
ITAJUBÁ-MG	1.243.965,58
ITAJUCO-GO	873.652,90
ITAJUBÉ-PR	444.680,08
ITAJUBÁ DO SUL-PR	257.742,00
ITAJUBÁ-MG	62.698.888,75
ITAJUBÁ-MG	2.120.560,00
ITAJUBÁ DO MIRASSOL-MA	892.786,56
ITAJUBÁ-MG	3.371.807,80
ITAJUBÁ-MT	10.470.836,96
ITAJUBÁ-SP	5.336.915,45
ITAJUBÁ-SP	959.229,79
ITAJUBÁ-BA	396.099,00
ITAJUBÁ-BA	212.628,47
ITAJUBÁ-SP	3.543.886,37
ITAJUBÁ-BA	390.361,10
ITAJUBÁ-BA	1.301.917,80
ITAJUBÁ-BA	2.891.437,86
ITAJUBÁ-MG	918.479,60
ITAJUBÁ-MG	12.681.149,41
ITAJUBÁ-MG	96.814.825,79
ITAJUBÁ-MG	70.967,08
ITAJUBÁ-SP	60.127.361,60
ITAJUBÁ-PA	756.244,00
ITAJUBÁ-SC	22.659.888,67
ITAJUBÁ-MG	44.725.457,94
ITAJUBÁ-SP	126.471.388,04
ITAJUBÁ-MG	774.241,00
ITAJUBÁ-SP	14.488.643,54
ITAJUBÁ-BA	467.474,75
ITAJUBÁ-ES	4.063.029,69
ITAJUBÁ-PR	10.331.695,48
ITAJUBÁ-PR	6.200.895,41
ITAJUBÁ-PR	5.296.354,21
ITAJUBÁ-PR	2.891.384,99
ITAJUBÁ-MG	3.162.612,09
ITAJUBÁ-MG	411.881,98
ITAJUBÁ-RS	149.700,00
ITAJUBÁ-MS	39.616.809,06
ITAJUBÁ-MS	462.133.994,56
ITAJUBÁ-MS	6.649.999,15
ITAJUBÁ-MS	3.738.158,90
ITAJUBÁ-SC	1.427.401,86
ITAJUBÁ-SP	47.788.263,73
ITAJUBÁ-BA	4.718.117,40
ITAJUBÁ-MG	4.089.679,94
ITAJUBÁ-RN	746.081,44
ITAJUBÁ-PR	1.408.200,00
ITAJUBÁ-BA	479.767,44
ITAJUBÁ-MG	318.245,96
ITAJUBÁ-PA	111.825,08
ITAJUBÁ-PR	66.789.706,63
ITAJUBÁ-PR	27.747.000,89
ITAJUBÁ-MT	12.658.256,11
ITAJUBÁ-MG	9.431.260,18
ITAJUBÁ-MG	845.102,50
ITAJUBÁ-SP	4.898.307,33
ITAJUBÁ DO PIAUÍ-PR	6.726,61
ITAJUBÁ-BA	4.231.292,00
ITAJUBÁ-MS	814.636,55
ITAJUBÁ-AL	175.000,00
ITAJUBÁ-RS	1.263.527,00
ITAJUBÁ-PA	5.467.763,90
ITAJUBÁ-SP	4.112.465,99
ITAJUBÁ-MG	2.741.379,29
ITAJUBÁ-RS	3.414.746,84
ITAJUBÁ-PR	8.407.304,12
ITAJUBÁ-BA	1.399.317,35
ITAJUBÁ-MG	260.508,00
ITAJUBÁ-RS	6.731.271,51
ITAJUBÁ-BA	1.339.000,00
ITAJUBÁ-ES	2.388.981,90
ITAJUBÁ-MA	1.046.253,00
ITAJUBÁ-PR	26.596.594,77
ITAJUBÁ-CE	51.322,86
ITAJUBÁ-BA	2.676.917,44
ITAJUBÁ-PR	168.619,90
ITAJUBÁ-PR	3.878.888,85
ITAJUBÁ-PR	21.224.805,78
ITAJUBÁ-PR	2.090.990,09
ITAJUBÁ-SC	7.094.979,36
ITAJUBÁ-MG	3.888.444,15
ITAJUBÁ-PR	401.345,37
ITAJUBÁ-SP	20.256.262,80
ITAJUBÁ-PR	3.197.338,94
ITAJUBÁ-MG	286.590,00
ITAJUBÁ-MG	13.751.234,51
ITAJUBÁ DO SUL-PR	11.304.323,02

Em R\$ mil	
Município/UF	Valor da Liberação
ITAJUBÁ-MG	538.000,00
ITAJUBÁ-BA	82.906,00
ITAJUBÁ-RN	28.900,00
ITAJUBÁ-SP	29.129.420,00
ITAJUBÁ-MT	2.369.611,08
ITAJUBÁ-PR	1.890.626,32
ITAJUBÁ-MG	3.110.471,31
ITAJUBÁ-MG	779.777,62
ITAJUBÁ-MG	161.745,08
ITAJUBÁ-MG	4.802.473,98
ITAJUBÁ-PR	217.202,29
ITAJUBÁ-SE	1.308.875,00
ITAJUBÁ-MG	365.268,00
ITAJUBÁ-MG	415.454,00
ITAJUBÁ-AM	342.929,62
ITAJUBÁ-PR	4.179.894,67
ITAJUBÁ-PR	698.000,00
ITAJUBÁ-RS	739.900,00
ITAJUBÁ DO SUL-SC	857.957,54
ITAJUBÁ-GO	3.560.263,12
ITAJUBÁ-MS	916.800,00
ITAJUBÁ-MG	670.480,08
ITAJUBÁ-PR	5.398.827,25
ITAJUBÁ DE MINAS-RN	1.236.014,11
ITAJUBÁ DO SERTÃO-RN	180.467,89
ITAJUBÁ-PR	62.000,00
ITAJUBÁ-CE	55.330,00
ITAJUBÁ-MS	2.940.326,47
ITAJUBÁ-SC	182.000,00
ITAJUBÁ-SP	16.681.770,71
ITAJUBÁ-PR	89.426.172,46
ITAJUBÁ-RS	3.679.188,00
ITAJUBÁ-RN	5.977.889,96
ITAJUBÁ-GO	486.710.941,59
ITAJUBÁ-PR	3.357.245,00
ITAJUBÁ-MS	938.710,49
ITAJUBÁ-CE	130.230,89
ITAJUBÁ DO PIAUÍ-PR	140.000,00
ITAJUBÁ-MA	12.073,81
ITAJUBÁ-PR	489.340,86
ITAJUBÁ DO TOCANTINS-TO	1.039.220,01
ITAJUBÁ-GO	19.598,00
ITAJUBÁ-MT	507.897,14
ITAJUBÁ-SP	65.865.714,85
ITAJUBÁ-MG	175.455.900,00
ITAJUBÁ DE MINAS-MG	306.631,39
ITAJUBÁ DOS MÉRIS-MA	147.280,00
ITAJUBÁ-MG	1.338.284,80
ITAJUBÁ DA PRIMA-AL	789.000,00
ITAJUBÁ-BA	46.322.857,73
ITAJUBÁ-MG	219.700,00
ITAJUBÁ-MG	234.200,00
ITAJUBÁ-MG	965.390,50
ITAJUBÁ-BA	2.338.406,86
ITAJUBÁ-SP	3.517.251,26
ITAJUBÁ MONTEIROES	121.039,60
ITAJUBÁ-PR	48.360,00
ITAJUBÁ-MG	580.978,00
ITAJUBÁ-PR	4.408.962,06
ITAJUBÁ-GO	122.670,00
ITAJUBÁ DE JERICÓ-DACARA-CE	254.000,00
ITAJUBÁ-RN	47.438.701,80
ITAJUBÁ-BA	139.000,00
ITAJUBÁ-SC	32.710.486,45
ITAJUBÁ-MS	1.033.484,83
ITAJUBÁ-SP	651.303,79
ITAJUBÁ ALFREDO-PE	2.130.911,55
ITAJUBÁ CAMARÁ-RN	852.467,76
ITAJUBÁ GOURADO-BA	765.298,86
ITAJUBÁ LISBOA-MA	842.889,62
ITAJUBÁ MOLEVADE-MG	34.161.748,65
ITAJUBÁ NEVES	3.747.688,67
ITAJUBÁ PESSOA-PR	104.292.914,01
ITAJUBÁ PINHEIRO-MG	21.849.732,02
ITAJUBÁ RAMALHO-SP	689.840,00
ITAJUBÁ FELICIANO-MG	73.500,00
ITAJUBÁ GOMES-AL	100.000,00
ITAJUBÁ MARIQUE-PE	122.000,00
ITAJUBÁ SAVOIRA-PR	12.614.891,83
ITAJUBÁ-RS	12.622.889,19
ITAJUBÁ-SC	725.786.308,47
ITAJUBÁ-MG	428.164,10
ITAJUBÁ-SC	2.280.780,00
ITAJUBÁ BONFACIO-SP	17.538.298,66
ITAJUBÁ DE FREITAS-PR	10.297,37
ITAJUBÁ GOMES DE MINAS-MG	119.788,00
ITAJUBÁ BATISTAS-MG	967.684,65
ITAJUBÁ-MA	14.775,99
ITAJUBÁ-GO	4.071.587,33
ITAJUBÁ-MT	17.029.173,09

Em Reais	
Município UF	Valor da Liberação
JUAZEIRO-MS	8.228.747,50
JUAZEIRO DO NORTE-CE	524.139,59
JUAZEIRO DO NORTE-CE	17.544.261,26
JUAZEIRO DO NORTE-CE	260.000,00
JUAZEIRO-BA	21.328.821,85
JUCAS-CE	3.848.729,00
JUCARPE	144.980,08
JUCARUQUÉ-BA	372.947,09
JUCURUATIM	1.171.217,45
JUMATI	8.093.526,07
JUIZ DE FORA-MG	257.773.559,45
JUIZ DE CASTILHOS-RS	22.243.223,33
JULIO MESQUITA-SP	89.696,02
JUMIRIM-SP	2.188.738,38
JUNCO DO SERRO-PB	6.394,22
JUNDAÍ DO SUL-PR	2.760.796,12
JUNDIAÍ-SP	370.333.301,24
JUNQUEIRO-AL	1.507.734,24
JUNQUEIROPOLES-SP	6.727.110,96
JUPIÁ-SC	1.239.974,00
JUQUEIA-SP	875.875,79
JURATIKA-SP	1.802.469,80
JURUMENTO-MG	152.460,00
JURUANDA-PR	5.599.649,96
JUREMA-PE	198.232,22
JUREUNANGA-PB	143.500,99
JURUMAM-MS	837.367,04
JURUEMA-MT	1.454.829,24
JURUPE	3.443,54
JURUTUPÁ	66.815.114,31
JUSCHEMA-MT	2.523.678,46
JUSAREIA-BA	454.390,00
JUSSARA-GO	3.187.699,92
JUSSARA-PR	7.434.535,05
JUSSAREI-BA	546.549,58
JUTAÍ-MS	319.649,55
JUVENILIA-MG	449.563,71
KALORE-PR	1.089.495,86
KABREÁ-AM	1.189.125,17
MACEDONÓPOLIS-SC	4.324.427,07
MACINHOS-MG	183.410,49
MACAPURUBA-MS	95.361,18
MACAPURUBA-MS	3.474.440,46
MAGARITÓ-SE	8.797.539,81
MAGES-SC	58.548.493,84
MAGDA DA PEDRA-MA	889.436,28
MAGDA ALEGRE-PI	117.080,80
MAGDA BONITA DO SUL-RS	578.740,08
MAGDA DA CANDAIA-AL	886.300,00
MAGDA DA CORFUSSA-TO	4.516.026,59
MAGDA DA PRATA-MG	14.708.189,26
MAGDA DE DENTRO-PB	21.160,33
MAGDA DO BARRIO DO PAU-PI	43.150,00
MAGDA DO CARRO-PE	298.900,00
MAGDA DO ITAINGA-PE	5.672.153,07
MAGDA DO MATOZINHA	7.395,05
MAGDA DO OURO-PE	264.500,00
MAGDA DO PAU-PI	73.318,90
MAGDA DO VICENTINS-TO	85.050,00
MAGDA DOS GATOS-PE	144.800,00
MAGDA DOS PAZOS-MG	105.000,00
MAGDA DOS TRÊS CANTOS-RS	1.404.920,00
MAGDA DURANDA-MG	4.146.889,52
MAGDA FORTOBA-MG	6.231.426,70
MAGDA GRANDE-MG	2.620.930,96
MAGDA GRANDE-PE	812.827,80
MAGDA INOVA-RN	173.995,84
MAGDA REAL-BA	64.467,28
MAGDA SALGADA-RN	619.360,00
MAGDA SANTA-GO	220.829,38
MAGDA SANTA-MG	15.408.886,46
MAGDA SECA-PI	1.369.200,00
MAGDA VERMELHAS-RS	20.121.861,84
MAGDÃO-RS	419.760,00
MAGDARA-SP	808.260,00
MAGUNA CARAPÁ-MS	7.694.538,35
MAGUNA-SC	8.941.042,51
MAJÉ DO MURRÊ-RJ	269.352,02
MAJEDÃO DO BUGRE-RS	424.043,00
MAJEDÃO GRANDE-SC	270.000,00
MAJEDÃO NOVO-MA	167.595,33
MAJEDÃO-RS	85.734.115,70
MAJEDÃO-TO	1.725.205,25
MAJÉ-BA	597.846,04
MAJEDÃO-BA	893.410,00
MAJEDÃO-BA	78.620,40
MAJEDÃO-PE	2.365.738,22
MAJES PINÇADAS-RN	185.380,00
MAJES-RN	32.605,14
MAJURAMA-MG	1.982.502,88

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
MAJURAMA-MG	85.900,08
MAJURAMA-DIOESTE-MT	1.785.580,55
MAJURAMA-MG	1.570.767,26
MAJURAMA-MG	63.867,44
MAJURAMA-BA	1.007.740,06
MAJURAMA-PR	26.398.325,63
MAJURAMA DA TERRA-ES	742.824,12
MAJURAMA DO JIRÁ-MP	81.255,24
MAJURAMA PAULISTA-SP	17.552.770,38
MAJURAMA-MG	9.852.060,67
MAJURAMA-PR	203.535,90
MAJURAMA DO SUL-PR	11.301.503,27
MAJURAMA-SE	3.574.051,35
MAJURAMA-SC	6.798.398,63
MAJURAMA DE FREITAS-BA	66.402.895,86
MAJURAMA KULLER-SC	21.404.928,42
MAJURAMA-SP	1.674.899,10
MAJURAMA DO SUL-RS	1.489.530,10
MAJURAMA-MG	34.993.347,05
MAJURAMA-SP	52.716.962,82
MAJURAMA FERREIRA-MG	769.265,25
MAJURAMA REGES-SC	3.332.487,41
MAJURAMA-SP	89.743.359,66
MAJURAMA PAULISTA-SP	146.518.852,12
MAJURAMA-BA	49.934,84
MAJURAMA LEAL-SC	1.483.300,00
MAJURAMA-MG	14.305.801,36
MAJURAMA DOS BULHÕES-GO	2.706.388,07
MAJURAMA-PR	966.905,00
MAJURAMA SALZADO-RS	310.614,63
MAJURAMA-MG	72.000,00
MAJURAMA DE ALMEIDA-BA	1.473.708,10
MAJURAMA-PR	1.236.580,00
MAJURAMA CAMPOS-MA	405.882,72
MAJURAMA DUARTE-MG	3.195.649,55
MAJURAMA DO OESTE-MG	7.029.322,00
MAJURAMA-SP	225.292.369,00
MAJURAMA DE ANANDA-AL	420.350,00
MAJURAMA DO NORTE-CE	5.369.367,86
MAJURAMA-PE	3.180.146,54
MAJURAMA DO NORTE-PR	3.028.597,70
MAJURAMA DO SUL-SC	4.000.426,65
MAJURAMA-SP	2.817.767,45
MAJURAMA COLLOR-RS	18.510.065,12
MAJURAMA-ES	136.326.096,25
MAJURAMA-SP	345.848.953,76
MAJURAMA DE NOSSA SENHORA-BA	4.799.374,33
MAJURAMA-TO	11.595,08
MAJURAMA-PR	12.952.222,80
MAJURAMA-PR	1.361.002,54
MAJURAMA-PR	418.953.747,90
MAJURAMA-MG	75.000,00
MAJURAMA-SC	12.028.054,77
MAJURAMA-SP	6.516.240,08
MAJURAMA-MS	5.295.680,25
MAJURAMA-SP	14.852.375,67
MAJURAMA DO RIO VERDE-MT	90.508.050,58
MAJURAMA-SP	13.959.589,40
MAJURAMA-PR	1.300.800,00
MAJURAMA-SP	575.342,74
MAJURAMA-RN	252.208,00
MAJURAMA-SP	55.158.427,27
MAJURAMA-PR	43.436,38
MAJURAMA MAGALHÃES-BA	36.677.413,11
MAJURAMA-MG	397.615,00
MAJURAMA-SC	14.395.967,28
MAJURAMA-PR	8.797.705,81
MAJURAMA-SP	198.180,91
MAJURAMA-MG	1.215.400,80
MAJURAMA-PR	394.292,20
MAJURAMA-SP	89.734,89
MAJURAMA DO NORTE-PR	4.418.733,10
MAJURAMA-SP	278.716,00
MAJURAMA-SC	4.759.643,70
MAJURAMA-GO	164.743.428,60
MAJURAMA-BA	23.420,60
MAJURAMA-MG	3.710.634,13
MAJURAMA-RJ	65.208.808,11
MAJURAMA-RN	20.399.921,49
MAJURAMA-BA	143.046,00
MAJURAMA-RS	5.453.129,00
MAJURAMA-SE	268.040,08
MAJURAMA-AP	19.146.486,80
MAJURAMA-PE	1.303.703,28
MAJURAMA-BA	405.459,68
MAJURAMA-SP	38.053.311,34
MAJURAMA-BA	1.561.576,65
MAJURAMA-BA	908.696,27
MAJURAMA-RN	684.442,76
MAJURAMA-SP	339.705,94

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
MAJURAMA-AL	180.875.852,18
MAJURAMA-MG	347.500,50
MAJURAMA DO OESTE-RD	2.589.883,78
MAJURAMA-RS	2.286.477,60
MAJURAMA-MG	14.073.491,55
MAJURAMA-PE	85.000,00
MAJURAMA-SC	482.618,00
MAJURAMA-RJ	1.862.884,00
MAJURAMA-BA	31.449,00
MADRE DE DEUS DE MINAS-MG	725.500,00
MADRE DE DEUS-BA	898.371,20
MADRE DO RIO-PA	911.593,27
MADREUS-BA	6.742,00
MADREUS-SC	21.453.927,62
MADREUS DE ALMEIDA-MA	83.681,42
MADREUS-SP	554.720,80
MADRE-RJ	10.115.789,55
MADREUS-BA	356.940,00
MADREUS-BA	7.446,78
MADREUS-SP	14.162.198,07
MADREUS-AP	26.288.447,25
MADREUS-BA	108.290,93
MAJURAMA GERCIO-SC	81.423.000,00
MAJURAMA ISIDORO-AL	690.390,00
MAJURAMA VIEIRA-SC	4.664.855,50
MADREUS-MA	1.488.310,69
MADREUS DE PEDRAS-BA	1.136.889,00
MADREUS DOS BOIS-SE	951.208,00
MADREUS-BA	168.715,20
MADREUS-BA	462.716,00
MADREUS-PR	17.076.649,49
MADREUS-PB	105.000,00
MADREUS-PE	9.873.802,38
MADREUS-GO	1.224.806,50
MADREUS-RD	65.147.157,11
MADREUS-MG	281.660,00
MADREUS-RS	291.900,00
MADREUS-AM	4.250.625,54
MADREUS-PB	24.348,17
MADREUS-AM	258.590,00
MADREUS-AM	595.734.625,26
MADREUS-BA	1.239.800,80
MADREUS-AC	20.683.283,88
MADREUS-BA	41.344.080,25
MADREUS-PR	19.150.991,21
MADREUS-SP	1.984.098,43
MADREUS-MG	1.715.364,00
MADREUS-BA	14.762.470,08
MADREUS-PR	9.652.199,38
MADREUS-MG	14.753.701,81
MADREUS-MG	2.526.852,30
MADREUS-AM	54.352,37
MADREUS-RS	5.864.257,87
MADREUS-MS	4.240.480,59
MADREUS-BA	320.640,00
MADREUS-BA	5.153,00
MADREUS-MG	1.023.869,09
MADREUS-ES	60.000,00
MADREUS-RS	1.412.180,00
MADREUS-MA	1.520.099,25
MADREUS-AL	90.080,00
MADREUS-BA	1.667.397,65
MADREUS-PR	235.000,00
MADREUS-MA	61.852.893,58
MADREUS-MA	143.100,00
MADREUS-SP	8.726.997,82
MADREUS-MA	6.698.175,37
MADREUS-MS	41.266.999,45
MADREUS-PE	130.075.367,38
MADREUS-BA	2.022.275,82
MADREUS-AL	888.195,12
MADREUS-BA	326.579,89
MADREUS-PE	428.603,00
MADREUS-PE	8.705.194,69
MADREUS-BA	78.000,00
MADREUS-SP	941.790,00
MADREUS-ES	3.142.574,53
MADREUS-RS	1.342.704,50
MADREUS-RS	39.362.625,08
MADREUS-AL	1.085.625,00
MADREUS-RS	10.000,00
MADREUS-BA	32.978.574,89
MADREUS-MS	2.559.625,65
MADREUS-AM	3.108.992,01
MADREUS RAMOS-RS	1.687.002,72
MADREUS VIEIRA-AM	19.189,45
MADREUS SOUZA-BA	80.410,64
MADREUS-CE	1.639.021,49
MADREUS-PI	390.000,00
MADREUS-AL	42.416.446,25

Município-UF	Valor da Liberação
MINERALÍPOLIS-AL	2.153.906,21
MINERALÍPOLIS-BA	9.384.944,29
MIRANHA-SC	130.800,00
MIRANDA-FE-MG	4.588.274,96
MIRANDA-PR	779.480,80
MIRASSOL-PR	23.927.408,79
MIRASSOL-MS	597.499,00
MIRASSOL-MG	8.688.698,71
MIRASSOL-RO-RS	2.580.321,44
MIRASSOLIS DO TOCANTINS-TO	739.161,00
MIRASSOLIS-SP	1.337.382,00
MIRASSOL-AL	213.850,00
MIRASSOL-MS	6.253.063,95
MIRASSOL-MG	286.960,00
MIRASSOLIS DO SUL-PR	6.644.419,08
MIRASSOLIS-ES	1.631.907,41
MIRASSOLIS-PR	1.283.380,89
MIRASSOL-SP	804.230,65
MIRASSOL-PR	3.024.376,26
MIRASSOL-PR	521.456.715,09
MIRASSOLIS-SP	643.361,00
MIRASSOLIS-MG	7.918.700,32
MIRASSOLIS-PR	4.423.983,02
MIRASSOLIS-PR	90.580,00
MIRASSOL-PR	5.988.920,16
MIRASSOL-PR	150.680,77
MIRASSOLIS-PA	22.383.444,03
MIRASSOLIS-PR	4.032,00
MIRASSOLIS-MG	638.050,00
MIRASSOLIS-PR	12.151.288,95
MIRASSOLIS DE SOUZA-RS	2.248.660,00
MIRASSOLIS-PR	128.328,96
MIRASSOLIS CAMPOS-MG	15.588.984,55
MIRASSOLIS-CE	438.200,00
MIRASSOLIS-SP	3.830.729,16
MIRASSOLIS-MS	511.336,40
MIRASSOLIS-RN	217.746,74
MIRASSOLIS-SE	370.500,00
MIRASSOLIS-PR	661.638,95
MIRASSOLIS-GO	148.688,12
MIRASSOLIS-BA	637.800,00
MIRASSOLIS-CE	800.298,79
MIRASSOLIS-PA	258.663,00
MIRASSOLIS-BA	17.440.980,00
MIRASSOLIS-BA	1.702.956,21
MIRASSOLIS-BA	408.763,21
MIRASSOLIS-MG	88.795,00
MIRASSOLIS-PR	86.752.174,20
MIRASSOLIS-PR	249.385,48
MIRASSOLIS-PR	1.050.768,90
MIRASSOLIS-TO	1.986.400,00
MIRASSOLIS-PR	18.094.162,15
MIRASSOLIS-MS	8.679.543,03
MIRASSOLIS LOBATO-MG	164.330,00
MIRASSOLIS BARBOSA-MG	31.620.595,22
MIRASSOLIS CARDOZO-MG	1.742.674,78
MIRASSOLIS OLÍMPIA-PR	198.000,00
MIRASSOLIS-MA	117.920,00
MIRASSOLIS-PR	1.285.505,29
MIRASSOLIS-MG	4.178.087,64
MIRASSOLIS CASTELHANO-RS	2.625.321,00
MIRASSOLIS LEITÃO-RS	11.908.861,00
MIRASSOLIS QUEIMADO-RS	333.935,63
MIRASSOLIS-PR	1.296.751,84
MIRASSOLIS-MS	564.126,56
MIRASSOLIS DO NORTE-MA	19.200,00
MIRASSOLIS-MA	99.000,00
MIRASSOLIS COEIRA-SC	185.000,00
MIRASSOLIS-MS	23.365.123,12
MIRASSOLIS-GO	824.412,33
MIRASSOLIS DE CAMARGUE-AL	456.400,00
MIRASSOLIS-MG	3.864.506,00
MIRASSOLIS-MG	893.891,28
MIRASSOLIS DA SERRA-PR	8.617.880,88
MIRASSOLIS-SP	131.143.262,51
MIRASSOLIS-AM	169.915,77
MIRASSOLIS-BA	2.539.808,15
MIRASSOLIS-CE	1.228.281,58
MIRASSOLIS DE ALMEIDA-RS	3.775.679,15
MIRASSOLIS-PR	27.200,00
MIRASSOLIS NETO-BA	1.115.628,00
MIRASSOLIS-MS	1.387.143,64
MIRASSOLIS-PR	88.574.722,00
MIRASSOLIS-PA	99.800,00
MIRASSOLIS-MG	1.780.304,57
MIRASSOLIS PIMENTEL-MG	14.305.544,67
MIRASSOLIS-RJ	179.000,00
MIRASSOLIS-BA	380.945,97
MIRASSOLIS-PR	1.418.689,78
MIRASSOLIS-PR	4.137.800,22

Município-UF	Valor da Liberação
MIRASSOLIS-MS	1.192.542,99
MIRASSOLIS-PR	16.043.540,99
MIRASSOLIS-SP	223.383,54
MIRASSOLIS-RJ	21.620.410,59
MIRASSOLIS-AL	143.634,69
MIRASSOLIS-PR	194.168,09
MIRASSOLIS-BA	442.422,55
MIRASSOLIS-PR	1.186.095,96
MIRASSOLIS-SP	4.848.954,93
MIRASSOLIS-BA	141.030,00
MIRASSOLIS-PR	334.404,20
MIRASSOLIS-PR	123.371,00
MIRASSOLIS DE GOIAS-GO	625.950,00
MIRASSOLIS DO SUL-ES	4.521.205,44
MIRASSOLIS-GO	5.425.491,29
MIRASSOLIS DO NERAC-AL	88.904,76
MIRASSOLIS DO LEÃO-RS	788.788,00
MIRASSOLIS-MG	1.214.482,88
MIRASSOLIS-MG	147.217,46
MIRASSOLIS DO TIETE-SP	4.795.484,06
MIRASSOLIS-GO	395.952.681,34
MIRASSOLIS ANDREAZZA-RO	740.767,41
MIRASSOLIS ESTRELA-SP	47.807,46
MIRASSOLIS-MG	638.482,40
MIRASSOLIS-PR	2.503.768,72
MIRASSOLIS DO TOCANTINS-TO	2.204.781,29
MIRASSOLIS-RJ	2.219.130,27
MIRASSOLIS-MA	796.284,78
MIRASSOLIS-PR	1.240.525,62
MIRASSOLIS-MG	545.965,23
MIRASSOLIS-RS	4.789.380,26
MIRASSOLIS-PR	1.312.458,26
MIRASSOLIS-MA	213.080,08
MIRASSOLIS DO NORTE-MA	5.777.623,91
MIRASSOLIS-PE	788.516,74
MIRASSOLIS-SP	30.289.830,74
MIRASSOLIS-BA	15.600,00
MIRASSOLIS-TO	715.044,69
MIRASSOLIS DA SERRA-RO	1.117.648,16
MIRASSOLIS DO PARANAPANEMA-SP	284.808.158,00
MIRASSOLIS-PR	405.793,00
MIRASSOLIS-PR	508.185,00
MIRASSOLIS DOESTE-MT	3.914.385,15
MIRASSOLIS-MS	55.231.423,75
MIRASSOLIS-MS	125.730,00
MIRASSOLIS DOCS-SC	943.967,20
MIRASSOLIS-MA	331.800,00
MIRASSOLIS-PR	11.681.120,44
MIRASSOLIS VILHAGE	2.376.889,19
MIRASSOLIS-SC	32.862.926,43
MIRASSOLIS-SC	2.377.536,03
MIRASSOLIS-MG	2.323.319,20
MIRASSOLIS-MG	533.485,66
MIRASSOLIS-PR	423.400,00
MIRASSOLIS CRUZES-SP	128.943.889,31
MIRASSOLIS-SP	511.720.684,31
MIRASSOLIS-PR	107.098.774,28
MIRASSOLIS-SE	2.922.768,91
MIRASSOLIS-CE	1.472.586,45
MIRASSOLIS-PR	839.426,69
MIRASSOLIS-SP	1.047.080,00
MIRASSOLIS-MA	326.800,00
MIRASSOLIS-PR	985.690,00
MIRASSOLIS-SC	14.587.507,61
MIRASSOLIS-SP	3.931.584,53
MIRASSOLIS-MG	194.408,00
MIRASSOLIS-PR	352.408,00
MIRASSOLIS PAULO-MG	4.763.186,49
MIRASSOLIS TABOASA-CE	62.300,00
MIRASSOLIS-MG	2.767.174,00
MIRASSOLIS-MS	3.953.899,22
MIRASSOLIS-MS	1.463.637,80
MIRASSOLIS ALEGRE DE GOIAS-GO	1.091.988,00
MIRASSOLIS ALEGRE DE MINAS-MG	5.436.537,63
MIRASSOLIS ALEGRE DE SERRA-SE	1.022.000,00
MIRASSOLIS ALEGRE DO PIAUÍ-PI	12.175.677,18
MIRASSOLIS ALEGRE DO SUL-SC	1.440.435,33
MIRASSOLIS ALEGRE DOS CAMPOS-RS	152.050,00
MIRASSOLIS ALEGRE-PA	626.342,47
MIRASSOLIS ALEGRE-RN	224.000,00
MIRASSOLIS ALTO-SP	26.467.469,46
MIRASSOLIS ARAZUVEL-SP	17.922.837,20
MIRASSOLIS ADIL PALMISTAS-SP	8.264.322,73
MIRASSOLIS AZUL-MG	888.057,87
MIRASSOLIS BELO DO SUL-RS	227.480,80
MIRASSOLIS BELO-MG	21.030.693,61
MIRASSOLIS CARLO-SC	3.791.894,41
MIRASSOLIS CARMELO-MG	26.243.736,21
MIRASSOLIS CASTELO-SC	2.418.733,56
MIRASSOLIS CASTELO-SP	521.100,00

Município-UF	Valor da Liberação
MIRASSOLIS DO CARMO-RO	2.321.808,00
MIRASSOLIS MONTE-PR	26.837,69
MIRASSOLIS MOUR-SP	30.066.242,44
MIRASSOLIS NEGRO-RO	694.000,00
MIRASSOLIS SANTO DE MINAS-MG	4.982.782,22
MIRASSOLIS SANTO-BA	289.861,34
MIRASSOLIS SPANAM-MG	1.433.636,20
MIRASSOLIS LOBATO-SP	806.096,15
MIRASSOLIS-PR	340.375,91
MIRASSOLIS-RO-RS	84.318.278,41
MIRASSOLIS ALTOS-MA	21.680,00
MIRASSOLIS CLAROS DE GOIAS-GO	1.398.853,87
MIRASSOLIS CLAROS-MG	63.804.900,63
MIRASSOLIS-MG	146.800,00
MIRASSOLIS DO NORTE-GO	214.567,20
MIRASSOLIS DO NORTE-GO	13.933.736,21
MIRASSOLIS NEHA DE MINAS-MG	2.064.007,25
MIRASSOLIS NOVA-CE	3.247.402,26
MIRASSOLIS NOVA-PE	31.428,26
MIRASSOLIS SALES-PR	4.173.079,00
MIRASSOLIS-PR	9.651.140,19
MIRASSOLIS-RS	678.810,00
MIRASSOLIS-BA	213.843,00
MIRASSOLIS-PR	362.482,39
MIRASSOLIS DO SUL-RS	927.400,00
MIRASSOLIS-CE	9.567,63
MIRASSOLIS-GO	14.744.363,08
MIRASSOLIS AGRADO DE GOIAS-GO	125.800,00
MIRASSOLIS AGUADA-SP	52.673.144,46
MIRASSOLIS DA FUNAIA-SC	21.840.228,97
MIRASSOLIS DA GARÇA-MG	218.800,00
MIRASSOLIS DO CHAPELBA	604.761,50
MIRASSOLIS GRANDE-SC	10.786.913,79
MIRASSOLIS REDONDO-RS	1.902.928,24
MIRASSOLIS REUNTER-RS	3.203.549,26
MIRASSOLIS-BA	1.875.862,83
MIRASSOLIS-BA	9.393.364,16
MIRASSOLIS-PR	48.108.783,27
MIRASSOLIS-RS	7.606.546,44
MIRASSOLIS-SP	2.134.300,56
MIRASSOLIS-BA	1.257.643,20
MIRASSOLIS-PA	59.400,00
MIRASSOLIS-PR	537.084,79
MIRASSOLIS-BA	410.263,08
MIRASSOLIS-PR	993.508,00
MIRASSOLIS-PR	15.126.238,65
MIRASSOLIS-PR	40.000,00
MIRASSOLIS CAPOES-RS	6.696.690,36
MIRASSOLIS-RS	1.388.300,00
MIRASSOLIS DO NOROESTE-BA	77.729,51
MIRASSOLIS-CE	303.987,08
MIRASSOLIS-PR	147.000,00
MIRASSOLIS MOVO-BA	1.894.341,73
MIRASSOLIS MOVO-GO	533.770,00
MIRASSOLIS MOVO-MS	2.971.451,20
MIRASSOLIS DE MELO-PR	1.262.038,07
MIRASSOLIS-MG	586.200,00
MIRASSOLIS-FR-ES	701.670,00
MIRASSOLIS DO SAO FRANCISCO-BA	205.700,00
MIRASSOLIS	260.595,63
MIRASSOLIS-MG	24.585.125,50
MIRASSOLIS-SE	275.400,00
MIRASSOLIS-RJ	836.100,00
MIRASSOLIS-TO	714.480,00
MIRASSOLIS-BA	908.780,42
MIRASSOLIS DO SUL-SP	724.260,00
MIRASSOLIS-BA	586.116,69
MIRASSOLIS-MG	1.808.006,29
MIRASSOLIS-PR	628.116,20
MIRASSOLIS-MG	7.287.440,36
MIRASSOLIS RAYDAM-MG	112.600,00
MIRASSOLIS-SP	2.818.330,75
MIRASSOLIS-MG	1.567.843,80
MIRASSOLIS TOQUEERS	129.332.961,41
MIRASSOLIS-MG	452.465,00
MIRASSOLIS-SP	5.426.323,12
MIRASSOLIS-MG	81.008,00
MIRASSOLIS-RN	191.292.623,47
MIRASSOLIS-MG	580.730,24
MIRASSOLIS DA SERRA-SP	1.852.890,00
MIRASSOLIS-RJ	172.857,55
MIRASSOLIS-TO	1.782.270,00
MIRASSOLIS-MS	17.572.575,06
MIRASSOLIS-MG	18.537.846,50
MIRASSOLIS DA MATALPE	7.595.322,83
MIRASSOLIS PALMISTAS-SP	1.233.763,97
MIRASSOLIS-BA	1.809.620,60
MIRASSOLIS-MG	687.962,69
MIRASSOLIS-RO	120.900,08
MIRASSOLIS-MG	172.800,00

Município-UF	Em Reais Valor da Liberação
NAZARIO-GO	2.922.401,26
NEOPOLIS-SE	1.667.530,42
NEOPOLISENTO-MG	3.997.754,69
NEOPOLIS-GO	1.791.320,73
NEVES PAULISTA-SP	2.894.181,53
NHADEARA-SP	1.999.098,93
NIOCLAU VERGUEIRO-RS	712.469,11
NIOPOLIS-RJ	22.997.197,88
NINHETA-MG	293.000,00
NINHOATE-MS	902.260,00
NITÓIA-SP	1.572.672,00
NIOLES ANDARA-GO	180.870.364,37
NOVA FLORESTA-RN	861.443,00
NITERÓI-RJ	177.722.206,91
NÓBRES-MS	38.320.589,79
NOVAJARI	6.740.400,40
NOVOESTRÉLIA-BA	176.422,60
NOVELANDIA-MT	3.110.513,34
NOSSA SENHORA APARECIDA-SE	2.379.073,28
NOSSA SENHORA DA GLÓRIA-SE	6.802.832,25
NOSSA SENHORA DAS DORES-SE	874.430,74
NOSSA SENHORA DAS GRACAS-PR	906.599,78
NOSSA SENHORA DE LOURDES-SE	48.244,44
NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT	602.146,90
NOSSA SENHORA DO SOCORRO-SE	89.119.790,82
NOVA ALIANÇA DO NORTE-PR	309.200,00
NOVA ALIANÇA-SP	1.518.740,00
NOVA ALVORADA DO SUL-MS	98.638.895,23
NOVA ALVORADA-RS	2.296.994,00
NOVA AMÉRICA DA COLÍMA-PR	162.467,89
NOVA AMÉRICA-GO	72.800,00
NOVA ANDARAIA-MS	11.616.304,89
NOVA ARACA-RS	4.174.294,83
NOVA AURORA-GO	775.750,00
NOVA AURORA-PR	7.443.389,89
NOVA BANDEIRANTES-MT	1.731.859,71
NOVA BASSANO-RS	33.119.883,33
NOVA BOA VISTA-RS	1.028.899,88
NOVA BRASÍLIA DO OESTE-RD	1.166.267,48
NOVA BRASÍLIA-MT	491.880,00
NOVA BRÉSIL-MS	1.296.920,88
NOVA CAMPINA-SP	3.222.800,00
NOVA CANAÁ DO NORTE-MT	2.524.424,84
NOVA CANAÁ PAULISTA-SP	491.376,59
NOVA CANAÁ-BA	23.988,44
NOVA CANDELARIA-RS	874.000,00
NOVA CANTU-PR	1.699.908,80
NOVA CASTILHO-SP	979.820,00
NOVA COLÍNAS-MA	295.800,00
NOVA CRUZES-GO	2.225.267,89
NOVA CRUZ-PR	891.877,89
NOVA ERA-MG	16.580.441,86
NOVA ERECHIM-SC	7.984.867,71
NOVA ESPERANÇA DO SUDESTE-PR	1.734.605,62
NOVA ESPERANÇA DO SUL-RS	324.000,00
NOVA ESPERANÇA-PR	17.467.094,62
NOVA EUROPA-SP	40.133.973,00
NOVA FATIMA-PR	3.305.890,51
NOVA FLORESTA-PR	250.394,50
NOVA FRIBURGO-RJ	31.130.194,13
NOVA GLÓRIA-GO	795.882,58
NOVA GRANADA-SP	9.509.626,92
NOVA GRANITA-MG	598.463,47
NOVA GUATAPURANGA-SP	10.480,08
NOVA HARTZ-RS	4.065.698,52
NOVA IGUAÇU DE GOIAS-GO	434.036,00
NOVA IGUAÇU-RJ	87.734.269,65
NOVA INDEPENDÊNCIA-SP	3.389.774,76
NOVA JORQUE-MA	105.000,00
NOVA JUBAIA-PA	641.999,30
NOVA ITABERABA-SC	1.267.450,00
NOVA ITABERABA-BA	598.100,00
NOVA LACERDA-MT	804.946,17
NOVA LARANJEIRAS-PR	1.367.141,71
NOVA LINDA-MG	91.841.891,63
NOVA LINDOIA-PR	11.901.219,03
NOVA MARMORES-RD	2.864.767,84
NOVA MARILÂNDIA-MT	479.700,00
NOVA MARINGÁ-MT	3.696.088,96
NOVA MODICA-MG	30.625,00
NOVA MONTE VERDE-MT	2.651.162,89
NOVA MUTUM-MT	86.564.949,98
NOVA NAZARÉ-MT	92.800,00
NOVA ODESSA-SP	24.667.774,87
NOVA OLÍMPIA-MT	2.736.077,89
NOVA OLÍMPIA-PR	1.798.626,60
NOVA OLÍMPIA DO MARANHÃO-MA	96.061,99
NOVA OLÍMPIA DO NORTE-MA	80.370,00
NOVA OLÍMPIA-CE	1.195.183,07
NOVA OLÍMPIA-PI	52.487,93

Município-UF	Em Reais Valor da Liberação
NOVA OLÍMPIA-TO	980.880,82
NOVA PADUA-RS	1.763.886,47
NOVA PALMARA-RS	2.638.673,93
NOVA PETROPOLIS-RS	12.378.917,60
NOVA PONTE-MG	5.607.002,68
NOVA PORTERFIMA-MG	196.100,00
NOVA PRATA DO SOLANO-PR	6.263.944,95
NOVA PRATA-RS	46.112.212,62
NOVA PRATA-RS	1.740.646,86
NOVA RESERVA-MS	1.728.478,08
NOVA ROMA DO SUL-RS	3.075.920,90
NOVA ROMA-GO	1.736.971,30
NOVA ROSALÂNDIA-TO	198.000,00
NOVA RUSSAS-CE	1.451.525,98
NOVA SANTA BARBARA-PR	376.540,00
NOVA SANTA HELENA-MT	739.264,54
NOVA SANTA RITA-RS	9.861.693,78
NOVA SANTA ROSA-PR	8.867.394,89
NOVA SERRA-MG	13.667.919,37
NOVA SOURE-BA	367.963,88
NOVA TEBAS-PR	689.670,18
NOVA TIMOTEIA-PA	493.000,00
NOVA TRENTO-SC	7.986.906,98
NOVA UBERABA-MT	18.134.269,73
NOVA UNIAO-MG	642.390,08
NOVA VENEZIA-ES	22.313.878,51
NOVA VENEZA-GO	4.016.822,13
NOVA VENEZA-SC	47.850.416,97
NOVA VICOSA-BA	6.630.841,64
NOVA XAVANTINA-MT	3.054.126,00
NOVOPIS-SP	3.461.965,93
NÓVO ACÓRDO-TO	15.200,00
NÓVO ARAÇÓ-AM	160.000,00
NÓVO ALEGRE-TO	25.008,24
NÓVO ARIQUEM-AM	224.000,00
NÓVO BARREIROS-RS	1.807.829,80
NÓVO CABRALS-RS	1.767.879,50
NÓVO CRUZEIRO-MG	2.917.691,95
NÓVO GAMA-GO	916.889,78
NÓVO HAMBURGOS-RS	104.336.884,34
NÓVO HORIZONTE DO NORTE-MT	246.608,17
NÓVO HORIZONTE DO OESTE-RO	5.787,37
NÓVO HORIZONTE DO SUL-MS	106.106,71
NÓVO HORIZONTE-BA	430.964,80
NÓVO HORIZONTE-SC	2.914.611,42
NÓVO HORIZONTE-SP	96.086.745,99
NÓVO ITACOLÔMIO-PR	208.574,45
NÓVO JARDIM-TO	23.134,50
NÓVO LINDOIAL	271.881,66
NÓVO MACHADO-RS	1.066.490,00
NÓVO MUNDO-MT	10.908.421,44
NÓVO ORIENTE DE MINAS-MG	184.849,00
NÓVO ORIENTE DO PARANÁ	16.862,00
NÓVO ORIENTE-CE	632.800,00
NÓVO PLANALTO-GO	571.130,00
NÓVO PROGRESSO-PA	2.366.675,91
NÓVO REPARTIMENTO-PA	2.575.880,66
NÓVO SANTO ANTONIO-PI	145.000,00
NÓVO SÃO JOAQUIM-MT	5.537.966,94
NÓVO TRADENTES-RS	446.211,00
NÓVO TRINFO-BA	5.269,77
NÓVO XINGUÁ-RS	147.000,00
NOVOZORZONTE-MG	253.200,00
NOVOZORZONTE-SP	6.667.547,89
NOVOZORZONTE-PR	305.002,69
OCARA-CE	1.374.484,75
OCARA-SP	1.438.349,88
OLÉIAS-PI	98.480,08
OLÉIAS-PR	1.861.281,32
OLINDIA-AP	68.014,80
OLINDIA-SP	8.500,00
OLINDIA-MG	174.000,00
OLINHOS-TO	902.800,00
OLIMPIA-SP	62.776.260,88
OLIMPIO NOROCCIANI-MG	13.008,00
OLINDIA-PE	102.330.986,64
OLINDIA-BA	159.260,00
OLIVEIRA DE FATIMA-TO	100.000,00
OLIVEIRA DOS REINHOS-BA	891.455,22
OLIVEIRA FORTES-MG	89.628,10
OLIVEIRA-MG	12.179.647,18
OLNCA DE PITANGUI-MG	988.620,00
OLNCA VERDE-SP	2.296.509,78
OLNTOROS-MG	880.216,70
ORIENTE-SP	1.944.359,47
ORINDUBA-SP	4.578.936,16
ORINDUBA-PA	7.028.467,42
ORIZÂNIA-MG	7.160,44
ORIZÔNIA-GO	6.994.185,97
ORLANDIA-SP	30.274.402,83

Município-UF	Em Reais Valor da Liberação
ORLEANS-SC	66.886.673,26
ORODÓ-PE	668.408,00
ORODÓ-PE	264.300,00
OROS-CE	1.743.169,92
ORTIGUEIRA-PR	4.742.092,15
OSASCO-SP	391.274.683,63
OSCAR BRESSAN-SP	788.688,00
OSÓRIO-RS	16.992.894,39
OSVALDO CRUZ-SP	63.615.867,46
OTACILIO COSTA-SC	6.826.690,24
OURÉM-PA	4.667.211,20
OURICANGAS-BA	7.986,92
OURICURIBE	5.694.820,25
OURALÂNDIA DO NORTE-PA	1.676.266,36
OURINHOS-SP	60.967.343,83
OURIZÔNIA-PR	4.688.442,62
OURO BRANCO-AL	1.693.934,00
OURO BRANCO-MG	91.882.989,97
OURO FIDEL-MG	1.649.387,75
OURO PRETO DO OESTE-RO	3.761.969,00
OURO PRETO-MG	18.690.236,20
OURO VERDE DE GOIAS-GO	404.940,00
OURO VERDE DE MINAS-MG	171.930,00
OURO VERDE DO OESTE-PR	2.791.772,46
OURO VERDE-SC	3.283.638,00
OURO VERDE-SP	190.300,64
OURÓESTE-SP	984.216,60
OURULÂNDIA-BA	964.706,00
OURI-RS	9.600,00
OURÓ-SC	3.980.829,91
OURÓDOR-GO	223.967,00
OURÉM-SP	2.406.621,46
OURÉM-PA	1.344.853,00
OURULUS-CE	13.399.622,84
OURULUBA-CE	4.678.109,04
OURULUBA-SE	340.000,00
OURÓ DO LUMINARA	2.961.041,63
OURÓ-CE	434.260,48
PADRE BERNARDO-GO	4.197.719,28
PADRE PARANÓIS	1.719.977,73
PAIFEDOR-MG	97.686,00
PAIÃO-SC	298.600,00
PAICANDU-PR	4.918.162,08
PAIM FILHO-RS	2.118.722,88
PAIMERS-MS	652.860,00
PAIMEL-SC	339.866,29
PAIM-MS	18.718.885,11
PAJEU DO PIAU-PI	37.719,78
PALESTINA DE GOIAS-GO	73.329,07
PALESTINA DO PIAU-PI	148.312,42
PALESTINA-SP	17.925.431,51
PALHOÇA-SC	26.664.913,53
PALMA SOLA-SC	7.318.051,90
PALMACIA-CE	2.504.000,00
PALMA-MG	818.420,00
PALMARES DO SUL-RS	9.303.931,61
PALMARES PAULISTA-SP	3.172.006,57
PALMARES-PE	10.869.362,85
PALMAS DE MONTE ALTO-BA	1.364.776,89
PALMAS-PR	25.426.603,06
PALMAS-TO	214.482.460,45
PALMEIRA DAS MISSOES-RS	30.126.668,26
PALMEIRA DO PIAU-PI	2.466.819,95
PALMEIRA D'ESTE-SP	2.276.449,11
PALMEIRA DOS INDIOS-AL	1.964.627,08
PALMEIRAS-PI	134.800,00
PALMEIRANTE-TO	268.000,00
PALMEIRA-PR	37.291.865,64
PALMEIRAS DE GOIAS-GO	22.223.867,01
PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO	1.708.600,00
PALMEIRAS-BA	210.069,00
PALMEIRA-SC	3.716.889,00
PALMEIROPOLIS-TO	3.367.854,16
PALMOPÓLIS-GO	1.089.000,00
PALMOTAL-PR	2.271.140,81
PALMOTAL-SP	8.713.767,09
PALMITINHOS-RS	567.740,86
PALMÓDOS-SC	26.298.008,97
PALMOPÓLIS-MG	176.500,00
PALOTINA-PR	184.725.240,63
PANAMA-GO	547.999,98
PANAMÉ-RO	46.913.639,91
PANÓIAS-ES	684.943,42
PANÓIAS-PE	538.029,96
PANORAMA-SP	9.048.886,13
PANORAMA-RS	5.516.543,26
PAO DE ACULCAR-AL	17.081,99
PAPAGUANS-MG	9.128.467,61
PAPANDUNA-SP	9.305.860,54
PAPA DE MINAS-MG	31.444.502,81

Município-UF	Valor de Liberação
PARACAMERU	3.995.321,82
PARACATU-MG	71.714.346,26
PARACURUCÉ	622.363,60
PARAGOMINAS-PA	38.539.141,74
PARAGUAÇU PAULISTA-SP	73.802.369,88
PARAGUAÇU-MG	4.406.620,58
PARAIBA DO SUL-RJ	8.061.134,79
PARAIBANO-MA	740.496,89
PARAIBUNA-SP	2.021.611,00
PARAIPABA-CE	3.662.936,77
PARAÍRIS	12.715.217,77
PARAÍSO DO NORTE-PR	10.625.137,19
PARAÍSO DO SUL-RS	2.560.194,62
PARAÍSO DO TOCANTINS-TO	12.897.469,62
PARASÓPOLES-MG	1.423.172,60
PARAÍSO-SC	409.670,11
PARAÍSO-SP	4.787.291,98
PARAÍBULCE	1.993.896,67
PARAÍRIBO-BA	1.793.930,08
PARAÍMOTI-CE	15.809,90
PARAÍPORCET-PR	29.153.906,30
PARAÍRIBO-PR	84.969.766,12
PARAÍROBA-MS	11.679.372,21
PARANAÍGUARA-GO	1.932.034,26
PARANAITÁ-MT	1.662.076,62
PARANAPANEMA-SP	11.579.642,83
PARANAPUÊMA-PR	867.874,00
PARANAPUJÁ-SP	932.220,49
PARANATINGA-MT	10.006.219,39
PARANÁ-TO	962.412,00
PARANAYANA-PR	37.625.164,48
PARANÓCIS-MS	594.000,00
PARAÍPEBA-MG	15.396.005,98
PARAPUÁ-SP	3.390.574,41
PARATINGA-BA	660.916,06
PARATIRAJI	1.836.062,20
PARAÍPEBAS-PA	24.707.461,38
PARAURIO-GO	22.380.117,39
PARAÍRIBO-SP	17.546.327,19
PARAÍ DO MOYBÁS	3.360.636,06
PARAÍCIS-RO	69.156,40
PARAÍLHAS-RN	2.076.089,22
PARAÍRIBS-AM	1.202.666,30
PARAÍRIBANGABA	2.700.504,80
PARAÍFUELAJAL	54.622,43
PARAÍTERAÇU-SP	10.808.644,04
PARÍS-SP	699.769,00
PARANÍDEA-PI	7.249.049,89
PARAÍRIBO-PE	1.770.342,46
PARANÍRIBO-RN	29.632.502,31
PARAÍRAMA-MA	4.009,86
PAROBEIRIS	30.627.809,76
PASSA E FRAÍ-RN	779.542,39
PASSA QUATRO-MG	1.469.879,12
PASSA SETE-RS	1.584.062,00
PASSA TEMPO-MG	3.019.171,78
PASSA Vinte-MG	89.400,00
PASSAGEM FRANCA-MA	1.140.730,09
PASSIRAFE	562.662,67
PASSO DE TORRES-RS	5.646,20
PASSO DO SOBRADO-SC	2.279.793,10
PASSO FUNDO-RS	126.127.989,03
PASSOS MAIA-SC	1.273.967,00
PASSOS-MG	21.490.906,20
PASTOS BOIS-MA	2.802.096,16
PATIS-MG	410.800,80
PATO BRAGADO-PR	1.542.236,78
PATO BRANCO-PR	72.953.734,26
PATOS DE MINAS-MG	74.902.622,38
PATOS DO PAULI-PI	106.009,00
PATOS-PB	3.662.690,73
PATROCÍNIO DO MURIBE-MG	1.936.179,81
PATROCÍNIO PAULISTA-SP	72.398.561,01
PATROCÍNIO-MG	60.724.554,82
PAULÉM	47.844,17
PAU DO ALFERES-RJ	6.991.362,18
PAU BRASIL-BA	1.394.632,86
PAU D'ARCO-PA	60.663,67
PAU D'ARCO-TO	17.469,89
PAU DOS FERROS-RN	1.463.167,26
PAULÍNIO-PE	4.586.476,59
PAULA CARDO-MG	766.372,76
PAULA FREITAS-PR	2.174.591,00
PAULICELA-SP	2.690.911,33
PAULÍNIA-SP	134.628.577,02
PAULISTANA-PA	144.157,34
PAULISTANA-PR	235.870,80
PAULISTA-PE	666.936,08
PAULISTA-PI	27.843.603,01
PAULISTAS-MG	236.661,04

Município-UF	Valor de Liberação
PAULO AFONSO-BA	9.377.049,23
PAULO BONFIM-RS	5.084.279,76
PAULO DE FARFIM-SP	962.200,84
PAULO FRONTIN-PR	3.102.866,88
PAULO JACINTO-AL	298.600,80
PAULO LOPES-SC	6.926.369,33
PAULO RAMOS-MA	76.622,02
PAVÃO-MG	578.926,56
PAVERANAS-RS	6.606.696,56
PE DE SEIXA-BA	681.846,37
PEANARU-PR	3.426.654,46
PECANHA-MG	360.066,67
PEDERENEIRAS-SP	36.426.266,90
PEDRA AZUL-MG	934.311,88
PEDRA BELA-SP	368.984,82
PEDRA BONITA-MG	434.000,00
PEDRA BRANCA DO AMAPÁ-AP	578.066,00
PEDRA BRANCA-CE	1.297.464,63
PEDRA DO ANTAS-MG	86.860,00
PEDRA DO ANTA-MG	292.266,73
PEDRA DO INDIAN-MG	414.660,00
PEDRA DOLE-SE	22.697.678,76
PEDRA PRETA-MT	413.260,09
PEDRALVA-MG	539.722,00
PEDRANÓPOLIS-SP	236.963,94
PEDRA RE	1.878.365,80
PEDRAS ALCANTARAS-RS	791.569,10
PEDRAS DE FOGO-PB	1.407.209,36
PEDRAS DE MARA DA CRUZ-MG	1.666.689,30
PEDRAS GRANDES-SC	8.302.471,06
PEDREGULHO-SP	2.462.662,42
PEDREIRAS-SP	86.962.476,92
PEDREIRAS PAULISTA-SP	664.190,42
PEDREIRAS-SE	121.100,00
PEDRINÓPOLIS-MG	1.461.842,20
PEDRO AFRONSO-TO	2.242.969,26
PEDRO ALEXANDRE-BA	631.790,00
PEDRO CAMARÃO-ES	2.081.460,07
PEDRO DE TOLEDO-SP	116.000,00
PEDRO GOMES-MS	1.467.448,57
PEDRO II-PI	767.260,00
PEDRO LEOPOLDO-MG	43.338.249,68
PEDRO OSÓRIO-PR	2.900.890,04
PEDRO REGIS-PR	5.816,82
PEDRO VELHO-RN	156.601,00
PEÑE-TO	3.697.460,34
PEQUENO DE AZEVEDO-MG	3.104.466,84
PELUCARANS	7.194.500,00
PELOTAS-RS	99.870.297,46
PENAFORTE-CE	190.000,00
PENAPOLIS-SP	17.190.369,17
PENEDENCIAS-RN	21.136,46
PENEDONAL	629.069,21
PENHA-SC	10.563.867,46
PENEDONTE-CE	139.367,11
PENQUEIRAS-MG	742.841,74
PEQUIM-MG	611.990,00
PEQUIZEIRO-TO	374.940,00
PERAÍM-MG	626.439,28
PERAÍMOS-MG	8.239.340,46
PERAÍMOS-MS	6.614.731,26
PEREIRA BARRETO-SP	6.477.484,34
PEREIRAS-SP	2.201.000,00
PEREIRO-CE	300.769,88
PEREIRO-MG	1.334.666,67
PEREIRA-SC	1.719.829,80
PEREIRO-MA	303.450,00
PEREIRA-PI	1.297.368,76
PEROLA DO OESTE-PR	3.981.369,26
PEROLANDIA-GO	2.217.526,36
PEROLA-PR	1.186.624,72
PERNAMBUCO-MG	2.106.676,13
PESCADOR-MG	623.269,21
PESQUEIRA-PE	3.424.000,76
PETROLÂNDIA-PE	1.260.333,80
PETROLÂNDIA-SC	4.034.626,91
PETROLINA DE GOMAS-GO	3.679.410,80
PETROLINA-PE	64.067.276,62
PETROPOLIS-RJ	46.170.626,06
PICACUJUAL	36.000,00
PICATUBO-SP	4.962.622,00
PICASSO-PB	486.561,09
PICOBA	617.563,34
PICADA CAFÉ-RS	1.877.631,89
PICARRA-PA	529.759,80
PICÓIS-PI	9.406.708,26
PICUI-PB	471.962,64
PICUI-PE	306.871,21
PICUI-PI	296.400,00
PICUI-PR	776.806,00

Município-UF	Valor de Liberação
PICADA DOS GÊRANS-MG	304.679,04
PICADA-SP	6.776.874,12
PICARRÉ	6.969.944,17
PICÃO ARCADE-BA	66.750,00
PICAR DE GOMAS-GO	126.800,88
PICAR DO SUL-SP	14.676.123,69
PICARAL	1.296.168,62
PICAR-PB	22.633,70
PICARES-RN	196.884,77
PICARICA BUENOS AIRES	13.679.943,37
PICARICA-MG	1.306.862,69
PICARETAS DO OESTE-RO	1.071.100,00
PICARETAS-PI	260.660,00
PICARICA-PA	104.500,80
PICARINHO VAZEMBA-SP	32.626.622,66
PICARENE MIRIMAMA	272.000,06
PICARDAMA DO TOCANTINS-TO	1.198.122,00
PICARDAMA-SP	4.330.328,74
PICARETAMA-CE	2.317.759,00
PICÃO D'AVILA-MG	462.880,08
PICARAS-PR	67.643.969,71
PICARAL DA SERRA-RS	183.436,00
PICARAL GRANDE-RS	1.400.010,62
PICARAL-PR	226.000,00
PICARAL-RS	3.876.426,17
PICARALZINHO-SC	17.846.222,40
PICARALZINHO-SP	3.446.182,16
PICARAL-PR	7.317.368,64
PICARAL-SE	968.400,00
PICARAL-RJ	1.626.546,11
PICAREIRHO DO VALE-RS	1.378.176,80
PICAREIRO MACHADO-RS	2.079.183,46
PICAREIRO PRETO-SC	9.069.011,72
PICAREIRO-MA	3.212.840,27
PICAREIRO-S-ES	6.628.828,26
PICARICAS-BA	309.770,00
PICARICÓPOLIS-MG	67.496,20
PICARICA-MA	126.160,00
PICAREIRÓS-SP	856.000,00
PICARETOS-SP	662.966,51
PICARADA-SP	2.477.431,73
PICARACAMBUÍ-GO	12.369.759,67
PICARICA-MG	348.369,67
PICARICABA-SP	318.199.726,24
PICARICURUPÁ-PR	2.307.150,67
PICARU DO SUL-PR	80.800.981,17
PICARU-TO	3.676.715,61
PICARUJÁ-MG	7.849.992,08
PICARUJÁ-SP	5.867.756,39
PICARUJÁ-SP	6.724.876,47
PICARUJÁ-SE	429.300,00
PICARANGA-MG	1.433.677,19
PICARANGI-SP	11.380.322,90
PICARANGUÍM-CE	277.616,00
PICARANGUÍM-MG	1.532.662,89
PICARANGAS-GO	2.369.872,16
PICARATINGA-MG	4.121.038,98
PICARAPORA DO BOM JESUS-SP	361.106,80
PICARAPORA-MG	46.469.622,76
PICARAPORA-RS	679.366,18
PICARAPORA-SP	8.266.100,44
PICARAUARA-PR	10.720.662,73
PICARQUE-TO	648.000,00
PICASSURUNGUA-SP	36.788.669,71
PICARENHAS-SP	1.371.006,00
PICARENE-RS	2.631.279,19
PICARUBA-SC	1.040.768,68
PICARUBAMG	406.309,99
PICARÓPOLIS-GO	466.006,14
PICASSO DO RIO-GO	6.676.284,49
PICIPA-BA	306.450,00
PICIPIRI-PI	1.601.191,89
PICITIBA-BA	310.462,20
PICIPITUBA-PI	139.793,26
PICANGA-PR	16.630.214,72
PICANGUEIRAS-PR	762.120,80
PICANGUEIRAS-SP	112.162.864,33
PICANGUÍ-MG	5.006.872,69
PICUM-ES	1.061.766,44
PICUM-MG	16.376.642,67
PICUM-TO	666.608,00
PICUDO DE CASTRO-AC	287.298,56
PLANALTA DO PARAÍ-PR	3.611.228,00
PLANALTA-GO	5.168.968,41
PLANALTO ALEGRE-SC	300.606,26
PLANALTO DA SERRA-MT	2.809.349,67
PLANALTO-BA	436.484,80
PLANALTO-PE	6.762.964,76
PLANALTO-RS	3.262.376,48
PLANALTO-SP	28.149.759,76

Em Reais		Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
PLANURA-MG	3.321.897,22	POTES-MG	1.071.258,91	OURSAMARA-RJ	594.354,91
PLANURA-SP	2.655.363,99	POTENGI-CE	300.082,97	OUTARUNHA-PR	2.227.304,86
POA-SP	36.632.657,40	POTIM-SP	677.351,29	OUTERBANOPOLIS-CE	403.474,72
POCÃO DE PEDRAS-MA	195.600,00	POTIRAGUA-BA	595.139,60	OURABÁ-PB	554.600,00
POCÃO-PE	495.763,59	POTIRENDUBÁ-SP	10.878.020,12	OURA-PE	247.453,80
POCINHOS-PB	50.334,28	POUSO ALEGRE-MG	183.879.725,30	OURA-BA	50.000,00
POCÓ BRANCO-RN	115.000,00	POUSO ALTO-MG	1.280.596,26	OURADA-CE	9.375.160,97
POCÓ DAS ANTAS-RS	257.700,00	POUSO NOVO-RS	795.000,00	OURO-CE	471.500,00
POCÓ FUNDO-MG	2.273.454,46	POUSO REDONDO-SC	14.402.705,38	OURORAMOBIM-CE	30.538.811,34
POCÓ REDONDO-SE	239.500,00	POZOREDO-MT	6.052.136,70	OURORÉ-CE	965.702,48
POCÓ MERIDIS-SE	8.845.208,70	PRACINHA-SP	457.239,14	PAFAEL GODOY-RN	12.633,91
POCÕES-BA	3.242.582,20	PRADO FERREIRA-PR	2.009.350,00	RAFAEL JAMBERO-BA	383.030,00
POCONE-MT	10.963.767,26	PRADO-BA	1.805.572,45	RAFARD-SP	17.854.816,05
POCÕES DE CALDAS-MG	101.841.959,82	PRADO-POLIS-SP	84.780.438,49	RANAMALHA-PR	1.588.595,93
POCRANS-MG	695.300,00	PRADOS-MG	1.442.325,00	RANCIAMA-SP	10.945.949,92
POCUCA-BA	13.115.328,69	PRAMA GRANDE-SC	6.810.833,20	RANCHO ALEGRE DOESTE-PR	11.002.118,36
POCUMBI-SP	2.743.053,84	PRAMA GRANDE-SP	35.529.835,45	RANCHO ALEGRE-PR	3.131.740,00
PODICAL-PB	1.052.347,03	PRANHA-PA	154.354,20	RANCHO QUEMADO-SC	778.879,37
POIBOS-PE	11.890.898,39	PRANHATA-PR	7.087.582,09	RANCHO-MA	480.200,00
POMERODE-SC	31.436.539,39	PRATA-MG	11.206.550,99	RANPOS-MS	135.814,49
POMPEIA-SP	111.975.843,99	PRATANA-SP	3.393.001,36	RANIL SOARES MG	1.638.925,80
POMPEU-MG	8.507.717,27	PRATAPOLIS-MG	4.383.904,15	REALTA-PR	12.145.307,34
POMPA-SP	445.800,00	PRATINHA-MG	647.557,74	REBOUCAS-PR	3.814.899,85
POMBA DE PEDRAS-PA	98.400,00	PRESIDENTE ALVES-SP	1.405.920,00	RECIFE-PE	628.959.775,35
POMBA GROSSA-PR	340.077.454,74	PRESIDENTE BERNARDES-MG	63.597,71	RECREIO-MG	663.215,02
POMBA FORA-MS	17.457.816,00	PRESIDENTE BERNARDES-SP	5.428.599,85	REDENÇÃO DA SERRA-SP	1.220.690,00
PONTAL DO ARAGUAIA-MT	263.784,55	PRESIDENTE CASTELO BRANCO-PR	2.495.988,41	REDENÇÃO DO GURGUEIA-PI	148.255,73
PONTAL DO PARANA-PR	2.938.800,00	PRESIDENTE CASTELO BRANCO-SC	1.298.068,00	REDENÇÃO-CE	952.708,06
POMALINA-GO	4.048.579,74	PRESIDENTE GUARUNA	95.204,00	REDENÇÃO-PA	15.338.295,40
PONTALVANDA-SP	657.978,00	PRESIDENTE OUTARUNHA	11.201.958,88	REDENTORA-RS	1.515.433,00
PONTAL-SP	54.924.730,21	PRESIDENTE EPITÁCIO-SP	2.939.310,40	REDUTO-MG	85.758,00
POMOND-RS	3.675.887,32	PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM	2.894.112,19	REEMERACAO-PI	4.007.527,85
PONTE ALTA DO BOM JESUS-TO	179.107,80	PRESIDENTE GETULIO-SC	2.368.879,90	REGENRE REGO-SP	88.229.944,98
PONTE ALTA DO NORTE-SC	2.155.578,41	PRESIDENTE JANILO QUADROS-BA	1.252.354,01	REGINOPOLIS-SP	623.536,00
PONTE ALTA DO TOCANTINS-TO	163.459,25	PRESIDENTE JUSCELINO-MG	826.226,80	REGISTRO-SP	197.700.989,40
PONTE ALTA-SC	695.621,26	PRESIDENTE KENNEDY-ES	941.829,80	RELVADO-RS	683.100,00
PONTE BRANCA-MT	271.308,00	PRESIDENTE KENNEDY-TO	140.007,13	REMANUS-BA	1.583.045,43
PONTE NOVA-MG	21.852.575,50	PRESIDENTE KUBITSCHEK-MG	93.700,80	REMANO-PB	256.556,22
PONTE PRETA-RS	657.229,27	PRESIDENTE LUCENA-RS	1.651.091,40	RENASCENÇA-PR	6.371.491,77
PONTE SERRADA-SC	4.041.457,50	PRESIDENTE MEDCHIA	282.000,00	REPUTABA-CE	594.570,00
PONTES E LACERDA-MT	4.804.003,72	PRESIDENTE MEDICHO	1.708.975,21	RESENDE COSTAS-MG	649.370,00
PONTES GERAL-SP	1.940.886,44	PRESIDENTE MÉRULA-SC	695.500,00	RESENDE-RJ	284.379.535,28
POMDÉ BELOS	713.005,00	PRESIDENTE OLEGÁRIO-MG	10.449.955,43	RESERVA DO CABACAL-MT	121.950,00
POMDÉ CHOUVE-MG	287.870,00	PRESIDENTE PRUDENTE-SP	68.025.301,11	RESERVA DO IGUAÇU-PR	2.058.940,08
POMDÉ DOS VOLANTES-MG	279.700,00	PRESIDENTE SANDRO MEVES-BA	109.349,58	RESERVA-PR	11.288.713,67
POMDÉ NOVO-BA	175.221,85	PRESIDENTE VENECIO-AL-SP	12.217.179,24	RESPLENDOR-MG	1.149.725,49
POPULINA-SP	559.997,00	PRIMAVERA DO LESTE-MT	895.364.063,07	RESSAQUINHA-MS	826.308,30
PORANGABA-SP	1.036.360,86	PRIMAVERA-PE	2.913.257,49	RESTINGA SECA-PR	11.541.459,40
PORANGA-CE	136.671,20	PRIMEIRO DE MAIO-PR	4.091.297,02	RESTINGA-SP	3.479.913,54
PORANGOLU-GO	18.654.565,56	PRINCESSA ISABEL-PR	578.370,77	RETIROLANDIA-BA	487.863,25
PORANGUICULA-RJ	262.280,25	PRINCESA-SC	2.351.175,83	RIBACAO DAS NEVES-BA	12.575.752,90
PORCATEU-PR	3.828.761,28	PROGRESSO-RS	1.300.250,00	RIBACAO DO DANTAS-SE	178.400,00
PORLALEGRE-RN	595.543,39	PROMISSAO-SP	6.512.555,06	RIBACAO DO JACUPE-BA	2.855.740,72
PORLATA-RS	55.356.387,84	PROFRA-SE	1.555.506,87	RIBACAO-MA	3.471.887,00
PORTEIRAO-GO	2.912.000,00	PROFASIO ALVES-RS	608.000,00	RIBACAO-MC	698.567,50
PORTEIRINHA-MG	1.667.990,29	PRUDENTE DE MORAIS-MG	2.252.727,57	RIBACAO-TO	74.700,00
PORTELANDIA-GO	1.272.259,49	PRUDENTOPOLIS-PR	19.311.809,57	RIBACHO DA CRUZ-RN	31.577,93
PORTEL-PA	1.845.600,00	PUGNILTO	695.900,00	RIBACHO DAS ALMAS-PE	735.400,00
PORTO ACRE-AC	1.073.188,00	PUREZA-RN	40.800,00	RIBACHO DE SANTANA-BA	1.367.203,37
PORTO ALEGRE DO NORTE-MT	507.738,19	PURTEIRA-MS	1.281.555,00	RIBACHO DE SANTANA-RN	124.150,80
PORTO ALEGRE DO TOCANTINS-TO	57.695,90	PURUNAIA-PE	2.833.775,75	RIBACHO DOS CAVALOS-PB	49.679,45
PORTO ALEGRE-RS	1.025.737.653,23	QUADRA-SP	645.949,30	RIBACHO-SE	700.150,00
PORTO AMAZONAS-PR	1.338.180,00	QUARAI-RS	2.992.955,25	RIBALMA-GO	2.855.321,99
PORTO BANHEIRO-PR	1.049.203,00	QUARTEL GERAL-MG	588.071,14	RIBANAPOLIS-GO	1.968.795,41
PORTO BEL-SC	2.134.428,68	QUARTO CEMENÁRIO-PR	3.588.468,88	RIBAMAR FLORENE-MA	148.900,00
PORTO CALVO-AL	529.380,00	QUATA-SP	70.567.317,74	RIBAS DO RIO PARDO-MG	16.738.215,53
PORTO DA FOLHA-SE	291.000,00	QUATIGUA-PR	3.860.281,01	RIBERA DO AMPARO-BA	256.985,00
PORTO DE PEDRAS-AL	192.300,00	QUATIPURU-PA	77.700,00	RIBERA DO POMBAI-BA	4.552.947,67
PORTO DO MARQUE-PR	5.841,98	QUATINS-RJ	494.457,62	RIBERA DO BONITO-SP	4.520.859,29
PORTO DOS GAUCHOS-MG	5.895.950,13	QUATRO BANHAS-PR	26.373.953,46	RIBERA DO BRANCO-SP	2.595.844,53
PORTO ESPERIDIANO-MT	2.225.064,05	QUATRO BRAÇOS-RS	2.652.024,35	RIBERA DO CASALHEIRO-MT	2.758.220,64
PORTO ESTRELA-MT	2.117,74	QUATRO PONTES-PR	6.883.861,17	RIBERA DO CLARO-PR	3.223.110,05
PORTO FELIZ-SP	25.957.538,52	QUEBRANGULAL	572.000,00	RIBERA DO CORRENTE-SP	1.456.777,81
PORTO FERREIRA-SP	62.504.626,54	QUEBRAS DO IGUAÇU-PR	16.529.158,64	RIBERA DAS NEVES-MG	45.487.757,80
PORTO FIRME-MG	1.701.589,03	QUEBRADA NOVA-PR	172.000,00	RIBERA DO LARGO-BA	367.366,05
PORTO FRANCO-MA	3.281.412,92	QUEBRADAS-BA	571.220,99	RIBERA DO PINHAL-PR	700.435,47
PORTO GRANDE-AP	1.335.822,14	QUEBRADAS-PE	1.672.808,74	RIBERA DO SOL-SP	2.073.572,65
PORTO LUCENA-RS	739.680,00	QUEBRADOS-RJ	80.142.500,63	RIBERA DOS INDIOS-SP	312.540,00
PORTO MALIA-RS	684.108,80	QUERQUE-SP	12.177.976,58	RIBERA DO GRANDE-SP	383.048,59
PORTO MATRIZ-MG	2.153.835,05	QUELUZ-SP	105.815.149,75	RIBERA DO PRES-SP	62.002.804,45
PORTO NACIONAL-TO	7.233.255,20	QUERENCIA DO NORTE-PR	1.848.950,19	RIBERA DO PRETO-SP	424.752.538,77
PORTO REAL-RJ	328.978.105,90	QUERENCIA-MT	32.133.222,67	RIBERA DO VERMEELHO-MG	2.598.888,78
PORTO RIO-PR	457.053,46	QUEVEDOS-RS	2.335.168,84	RIBERA DO PE	2.645.051,21
PORTO SEGURO-BA	3.524.783,63	QUINGUE-BA	242.153,00	RIBERA DO RIO-MT	100.428,00
PORTO LINDO-SC	14.036.437,40	QUILOMBO-SC	8.808.748,59	RIBERA-SP	155.850,00
PORTO VELHO-RJ	2.749.801.033,81	QUINTA DO SOL-PR	2.212.705,58	RIBERA GONCALVES-PI	4.288.227,75
PORTO VITORIA-PR	1.271.323,99	QUINTANA-SP	2.867.585,50	RIBERAPOLIS-SE	3.541.993,17
PORTO VILTER-AC	62.180,00	QUINZE DE NOVEMBRO-RS	1.946.338,98	RIBERA-SP	368.933,74
PORTO VIVER-RS	4.119.033,25	QUIPAPA-PE	725.000,00	RIBICAO-SP	4.721.044,45
POSSE-GO	6.014.895,51	QUIRINO-SP	81.535.808,56	RINOPOLIS-SP	15.325.249,65

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
RIO ACRÍLIA-MG	958.548,35
RIO AZUL-PR	9.867.062,20
RIO BANANAL-ES	2.735.238,35
RIO BONFIM-PR	385.298,58
RIO BONITO DO IGUAÇU-PR	468.915,59
RIO BONITO-RJ	7.007.814,08
RIO BRANCO DO IVAÍ-PR	608.772,88
RIO BRANCO DO SUL-PR	17.877.352,28
RIO BRANCO-AC	42.885.042,57
RIO BRANCO-MT	1.109.449,38
RIO BRILHANTE-MS	90.773.357,49
RIO CASCA-MG	3.188.629,77
RIO CLARO-RJ	1.055.138,77
RIO CLARO-SP	64.585.801,43
RIO CRISTÓPOLIS	1.215.400,00
RIO DAS ANTAS-SC	1.887.242,21
RIO DAS FLORES-RJ	1.254.200,00
RIO DAS OSTRAS-RJ	8.415.988,00
RIO DAS PEDRAS-SP	80.945.832,28
RIO DE COMINAS-BA	492.258,00
RIO DE JANEIRO-RJ	5.909.067.208,45
RIO DO ANTONIO-BA	576.836,10
RIO DO CAMPO-SC	1.928.008,73
RIO DO FOGO-RN	59.500,00
RIO DO ESTRE-SC	3.337.165,95
RIO DO PIRES-BA	346.409,84
RIO DO SUL-SC	75.289.511,78
RIO DOS BOIS-TO	235.600,00
RIO DOS CEDROS-SC	3.488.058,00
RIO DOS INDIOS-ES	1.298.000,00
RIO FORMOSO-PE	249.352,00
RIO FORTUNA-SC	12.860.833,81
RIO GRANDE DA SERRA-SP	5.771.207,25
RIO GRANDE-ES	89.714.895,01
RIO LARGO-AL	7.677.335,30
RIO MARANHÃO-MG	597.104,32
RIO MARIA-PA	2.628.172,88
RIO NEGRINHO-SC	21.936.879,43
RIO NEGRO-MS	237.672,93
RIO NEGRO-PR	8.751.788,24
RIO NOVO DO SUL-ES	2.089.541,67
RIO NOVO-MG	599.457,37
RIO PARANAIBA-MG	11.551.345,45
RIO PARDO DE MINAS-MG	3.947.620,81
RIO PARDO-RS	15.618.970,52
RIO PIRACIÇABA-MG	1.991.369,35
RIO POMBAL-MG	4.474.296,48
RIO PRETO DA EVA-AM	1.394.221,05
RIO PRETO-MG	216.102,60
RIO QUENTE-GO	8.164.290,97
RIO REAL-BA	1.602.259,92
RIO RUFINO-SC	386.148,00
RIO SONHO-TO	204.852,55
RIO TINTO-PE	1.415.262,84
RIO VERDE DE MATO GROSSO-MS	5.377.907,05
RIO VERDE-GO	169.174.178,95
RIO VERMELHO-MG	189.708,00
ROLANDIA-SP	3.857.364,42
RODRIGUES	1.220.680,00
ROLEZA-SC	1.771.338,02
ROTAPOULS-MG	795.574,08
ROVERSUL-SP	768.390,00
ROÇA SALES-RS	2.805.445,00
ROCHEDO DE MINAS-MG	35.192,76
ROCHEDO-MG	3.033.488,77
RODEIO BONITO-RS	5.391.274,07
RODEIO-SC	4.327.380,80
RODEIRO-MG	5.138.273,55
RODELAS-BA	108.248,50
RODOLFO FERNANDES-RN	19.119,85
RODRIGUES ALVES-AC	289.700,00
ROLADOR-RS	1.534.080,00
ROLANDIA-PR	80.318.469,70
ROLANTE-RS	3.243.472,27
ROLIM DE MOURA-RO	13.886.809,65
ROMARIA-MG	3.530.544,00
ROMELANDIA-SC	628.490,00
ROMADOR-PR	8.183.215,00
ROMA ALTA-RS	5.056.620,83
ROMANA-RS	1.832.100,50
ROMONDOLIM-MT	143.642,50
ROMÃO DO PARÁ-PA	2.888.271,23
ROMÃOPOULS-MT	185.449.917,39
ROMOINHA-PR	15.507.836,83
ROMEO GONZALEZ-RS	862.081,24
ROMANOPOLIS-RJ	285.498,71
ROSANA-SP	578.824,47
ROSÁRIO DA LIMEIRA-MG	187.900,00
ROSÁRIO DO CAIETE-SE	938.972,62
ROSÁRIO DO IVAÍ-PR	1.044.029,81

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
ROSÁRIO DO SUL-RS	11.375.045,67
ROSÁRIO DESER-MT	754.281,29
ROSÁRIO-MA	5.307.782,40
ROSEIRA-SP	11.380.670,47
RUBELITA-MG	447.537,00
RUBIACÁ-SP	448.900,00
RUBIATABA-GO	15.743.946,29
RUBIM-MG	478.430,80
RUBINEIA-SP	378.400,08
RUIOPOLIS-PA	389.389,42
RUSSAS-CE	12.271.431,65
RUY BARBOSA-BA	957.248,49
RUY BARBOSA-RN	81.480,08
SABARA-MG	35.621.251,41
SABADIA-PR	5.976.054,32
SABINOPOULS-MG	14.347,42
SABOÇO-SP	480.890,00
SADOCIANO-CE	362.200,80
SACRAMENTO-MG	11.845.111,85
SAGRADA FAMILIAR-ES	122.000,08
SAIRE-PE	352.910,00
SALDANHA MARIANO-RS	2.530.389,84
SALES OLIVEIRA-SP	21.510.308,25
SALESOPOLIS-SP	2.022.086,81
SALES-SP	894.496,78
SALETE-SC	2.077.524,84
SALGADINHO-PE	67.200,00
SALGADO DE SAO FELIX-PE	19.397,98
SALGADO FILHO-PR	2.740.430,27
SALGADO-SE	2.938.028,00
SALGUEIRO-PE	10.484.379,28
SALINAS DA MARGARIDA-BA	371.318,76
SALINAS-MG	6.915.236,59
SALINOPOLIS-PA	158.580,28
SALTIRE-CE	107.800,08
SALMOURA-SP	247.488,29
SALÇA-PE	1.317.166,40
SALTINHO-SC	289.510,61
SALTINHO-SP	3.775.637,27
SALTO DA DIVISA-MG	103.540,08
SALTO DE PRATA-SP	10.491.979,38
SALTO DO CEARÁ-MT	293.964,30
SALTO DO ITAIARE-PR	32.016,54
SALTO DO JACUIRS	8.750.488,02
SALTO DO LONDOBA-PR	2.874.183,12
SALTO GRANDE-SP	2.819.288,00
SALTO VELOSO-SC	3.304.081,82
SALTO-SP	63.262.444,95
SALVADOR DAS MISSÕES-RS	2.117.135,12
SALVADOR DO SUL-RS	32.678.171,54
SALVADOR-BA	1.887.350.123,88
SALVATERRA-PA	98.408,00
SAMBANANA	2.595.628,44
SANADUIVA-RS	12.884.343,78
SANCLERLANDIA-GO	2.505.968,03
SANDOLANDIA-TO	649.844,40
SANDOLIMIA-SP	22.764.680,80
SANGÃO-SC	17.811.411,28
SANGRO-PE	397.341,33
SANTA ADELA-SP	29.649.394,55
SANTA ALBERTINA-SP	2.081.917,61
SANTA AMÉLIA-PR	4.400,95
SANTA BARBARA DE GOIAS-GO	1.644.700,00
SANTA BARBARA DO MONTE VERDE-MG	369.380,08
SANTA BARBARA DO PARA-PA	1.111.808,00
SANTA BARBARA DO SUL-RS	16.984.289,58
SANTA BARBARA DO TUGUÍ-MS	1.211.788,84
SANTA BARBARA D'OESTE-SP	174.263.027,48
SANTA BARBARA-BA	213.684,26
SANTA BARBARA-MG	4.574.571,81
SANTA BRANCA-SP	1.585.368,05
SANTA CRIGIDA-BA	260.000,00
SANTA CARMEM-MT	4.316.704,53
SANTA CECÍLIA DO PARANÁ-PR	535.192,81
SANTA CECÍLIA DO SUL-RS	1.224.881,72
SANTA CECÍLIA-PR	174.000,00
SANTA CECÍLIA-SC	7.510.435,64
SANTA CLARA DO SUL-RS	1.671.430,53
SANTA CLARA D'OESTE-SP	1.042.251,84
SANTA CRUZ CAROLINA-BA	434.831,10
SANTA CRUZ DA GRAÇA VERDE-PE	195.463,17
SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO-SP	1.888.445,56
SANTA CRUZ DA ESPERANÇA-SP	337.378,94
SANTA CRUZ DA VITÓRIA-BA	24.213,88
SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP	18.454.175,16
SANTA CRUZ DE GOIAS-GO	1.257.959,00
SANTA CRUZ DE MINAS-MG	530.813,01
SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO-PR	2.794.637,80
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE	2.301.983,34
SANTA CRUZ DO ESCALVADO-MG	397.150,08

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
SANTA CRUZ DO RIO PARDO-SP	35.450.313,89
SANTA CRUZ DO SUL-RS	105.178.989,22
SANTA CRUZ DO XINGUÁ-MT	134.180,00
SANTA CRUZ-PE	161.493,52
SANTA CRUZ-RN	768.435,12
SANTA EFIGÊNIA DE MINAS-MG	33.000,00
SANTA ERMESÉLIA-SP	373.571,88
SANTA FE DE GOIAS-GO	571.226,80
SANTA FE DE MINAS-MG	188.000,00
SANTA FE DO ARAGUAIA-TO	1.170.275,80
SANTA FE DO SUL-PR	9.484.031,28
SANTA FE-PR	2.571.748,98
SANTA FLORENTINA-PR	2.028.974,40
SANTA GERTRUDES-SP	41.781.271,37
SANTA HELENA DE GOIAS-GO	25.622.123,89
SANTA HELENA DE MINAS-MG	287.590,00
SANTA HELENA-MA	1.280.862,77
SANTA HELENA-MG	75.470,53
SANTA HELENA-PR	14.882.399,89
SANTA HELENA-SC	2.470.463,00
SANTA INÊS-BA	127.135,00
SANTA INÊS-MA	5.184.368,37
SANTA INÊS-PR	581.988,04
SANTA ISABEL DO MARANHÃO	4.255.456,71
SANTA ISABEL DO PARA-PA	1.644.083,22
SANTA ISABEL-GO	1.131.970,00
SANTA ISABEL-SP	28.400.885,55
SANTA ISABEL DO OESTE-PR	3.289.758,13
SANTA JULIANA-MG	4.338.213,29
SANTA LEOPOLDINA-ES	1.338.824,89
SANTA LUCIA-PR	2.240.649,20
SANTA LUCIA-SP	1.571.020,67
SANTA LUIZA DO ITANHY-SE	97.000,00
SANTA LUIZA DO NORTE-AL	1.062.042,59
SANTA LUIZA DO PARÁ-PA	1.104.550,00
SANTA LUIZA DO PARANÁ-PR	934.428,17
SANTA LUIZA DO OESTE-RO	10.879.956,47
SANTA LUIZA-BA	717.503,83
SANTA LUIZA-MA	483.735,45
SANTA LUIZA-MG	47.374.623,28
SANTA LUIZA-PB	248.794,10
SANTA MARGARIDA DO SUL-RS	4.694.412,50
SANTA MARGARIDA-MG	537.288,89
SANTA MARIA DA BOA VISTA-PE	703.823,12
SANTA MARIA DA SERRA-SP	5.965.388,00
SANTA MARIA DA VITÓRIA-BA	5.947.594,88
SANTA MARIA DAS BARREIRAS-PA	113.288,00
SANTA MARIA DE ITABIRA-MG	1.293.735,27
SANTA MARIA DE JETUBA-ES	17.297.869,89
SANTA MARIA DO CAMBUCA-PE	505.150,00
SANTA MARIA DO HERNAN-RS	2.888.438,00
SANTA MARIA DO OESTE-PR	2.699.394,25
SANTA MARIA DO PARANÁ-PR	155.800,00
SANTA MARIA DO RIOGRANDE	365.676,80
SANTA MARIA DO STACARÍ-MS	419.400,00
SANTA MARIA DO TUCANTINS-TO	784.567,38
SANTA MARIA MADALENA-PR	4.636.958,00
SANTA MARIA-PR	275.505,00
SANTA MARIA-RS	152.734.281,35
SANTA MERCEDES-SP	532.500,00
SANTA MÔNICA-PR	3.855.593,92
SANTA QUIRINA DO MIRASSOL-MA	84.850,00
SANTA QUIRINA-CE	2.179.288,46
SANTA RITA DE CALDAS-MG	3.542.627,00
SANTA RITA DE CÁSSIA-BA	208.064,00
SANTA RITA DE JACUTINGA-MG	67.548,53
SANTA RITA DE MINAS-MG	545.287,11
SANTA RITA DO ARAGUAIA-GO	802.239,85
SANTA RITA DO IBIROCA-MG	186.471,80
SANTA RITA DO MUETI-MS	2.030.121,00
SANTA RITA DO NOVO DESTINO-GO	735.341,43
SANTA RITA DO PARDO-MS	2.025.115,00
SANTA RITA DO PASSA QUATRO-SP	16.233.246,82
SANTA RITA DO SAPUCAIA-MG	3.684.076,80
SANTA RITA DO TUCANTINS-TO	176.088,00
SANTA RITA DO TRAVELO-MT	5.404.705,14
SANTA RITA D'OESTE-SP	555.200,00
SANTA RITA-MG	1.941.504,00
SANTA RITA-PR	17.104.745,88
SANTA ROSA DA SERRA-MG	371.800,00
SANTA ROSA DE GOIAS-GO	244.118,92
SANTA ROSA DE LIMA-SP	1.300.702,00
SANTA ROSA DE LIMA-SE	110.000,00
SANTA ROSA DE VITERBO-SP	10.708.680,25
SANTA ROSA DO SUL-SC	3.739.438,81
SANTA ROSA DO TUCANTINS-TO	891.047,00
SANTA ROSA-RS	68.187.681,26
SANTA SALETE-SP	359.319,92
SANTA TERESA-ES	9.229.688,84
SANTA TERESINHA-BA	93.880,00

Em Reais		Em Reais		Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação	Município-UF	Valor da Liberação
SANTA TERESINHA-PB	210.570,00	SÃO BENEDITO-CE	1.956.411,34	SÃO JOÃO DA URTIGA-RS	1.533.250,00
SANTA TERESA DE GOIAS-GO	626.809,04	SÃO BENTO ABADE-MG	831.628,00	SÃO JOÃO D'ALPARÇA-GO	1.593.630,89
SANTA TERESA DO OESTE-PR	13.081.225,50	SÃO BENTO DO SAPUCAÍ-SP	548.893,86	SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES-SP	321.652,89
SANTA TERESA DO TOCANTINS-TO	162.208,00	SÃO BENTO DO SUL-SC	90.699.741,70	SÃO JOÃO DAS MISSOES-MG	111.117,27
SANTA TERESA-RS	164.148,00	SÃO BENTO DO TOCANTINS-TO	1.095.361,81	SÃO JOÃO DE BRAGANÇA-SP	593.933,95
SANTA TEREZINHA DE GOIAS-GO	1.336.697,37	SÃO BENTO DO UNA-PE	16.375.940,78	SÃO JOÃO DE MERITI-RJ	65.394.063,46
SANTA TEREZINHA DE ITAPUÁ-PR	15.238.853,95	SÃO BENTO-MA	539.797,09	SÃO JOÃO DE PIRABAS-PA	19.117,96
SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO-SC	95.800,98	SÃO BENTO-PI	4.944.938,74	SÃO JOÃO DEL REI-MG	15.791.029,37
SANTA TEREZINHA-MT	442.306,34	SÃO BERNARDO-SC	710.047,00	SÃO JOÃO DO CARUÍ-PR	599.046,38
SANTA TEREZINHA-PE	136.000,00	SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP	2.176.648.313,85	SÃO JOÃO DO CARUÍ-MA	361.572,78
SANTA TEREZINHA-SE	4.629.562,90	SÃO BERNARDO-MA	545.814,29	SÃO JOÃO DO IPIRATUBA-SC	3.261.999,98
SANTA VITÓRIA DO PALMAR-RS	33.530.548,89	SÃO BONIFÁCIO-SC	1.711.211,68	SÃO JOÃO DO INVÍZ-PR	3.517.380,29
SANTA VITÓRIA-MG	126.646.760,54	SÃO BOSQUE-RS	36.793.611,12	SÃO JOÃO DO MATÃO-MG	461.970,00
SANTALUZ-BA	400.000,00	SÃO BRAS DO SINCUMÁ-MG	436.900,09	SÃO JOÃO DO MANTENIMENTO-MG	502.190,77
SANTANA DA BOA VISTA-RS	1.212.679,34	SÃO BRAS-AL	227.800,80	SÃO JOÃO DO NORTE-SC	5.234.884,90
SANTANA DO BONFIM-PE	2.159.003,24	SÃO CAETANO DO SUL-SP	692.993.385,37	SÃO JOÃO DO OESTE-MG	399.029,00
SANTANA DO VARGEM-MG	2.800.967,36	SÃO CATANDUVA-PE	3.288.108,00	SÃO JOÃO DO PACUÍ-MG	2.436,12
SANTANA DE CATAGUASES-MG	99.750,00	SÃO CARLOS DO IVAÍ-PR	2.383.417,07	SÃO JOÃO DO PARAÍZUM-MA	169.000,00
SANTANA DE PARANÁ-MS	71.952.110,46	SÃO CARLOS-RS	10.000,00	SÃO JOÃO DO PARAÍZUM-MG	2.129.330,49
SANTANA DE PIRAPAMA-SP	521.167,39	SÃO CARLOS-SC	4.673.171,95	SÃO JOÃO DO PAVÃO-SP	181.334,13
SANTANA DO ACARAÍ-CE	62.936,05	SÃO CARLOS-SP	276.919.853,40	SÃO JOÃO DO PAULISTA	337.605,39
SANTANA DO ARANGUAIA-PA	264.449,94	SÃO CAYREDO DO SUL-SC	2.476.702,75	SÃO JOÃO DO POLEME-RS	969.919,00
SANTANA DO CARIRÉ-CE	571.100,00	SÃO CRISTÓVÃO-SE	5.699.987,51	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE-PE	462.512,53
SANTANA DO DESERTO-MG	166.436,04	SÃO DESIDÉRIO-BA	210.355.063,34	SÃO JOÃO DO SAUÍ-PA	208.000,00
SANTANA DO GARAMBELU-MG	442.340,00	SÃO DOMINGOS DAS DORES-MG	128.189,76	SÃO JOÃO DO SUL-SC	2.215.854,64
SANTANA DO IPANEMA-AL	765.500,55	SÃO DOMINGOS DO ARAGUAÍ-PA	704.900,00	SÃO JOÃO DO TUBURFO-PR	7.293.691,20
SANTANA DO ITARARE-PR	1.694.144,78	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO-MA	610.630,00	SÃO JOÃO DOS PATOS-MA	2.223.675,36
SANTANA DO JACARE-MG	529.359,99	SÃO DOMINGOS DO CAPIVARI	300.800,00	SÃO JOÃO EVANGELISTA-MG	321.462,89
SANTANA DO LIMALMENTO-RS	70.202.580,56	SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO-MA	2.531.865,44	SÃO JOÃO NEPOMUCENO-MG	1.845.424,64
SANTANA DO MARANHÃO-MG	699.219,47	SÃO DOMINGOS DO NORTE-ES	4.298.862,13	SÃO JOÃO-PE	457.722,82
SANTANA DO MATOS-RN	308.814,66	SÃO DOMINGOS DO PRATA-MG	2.227.621,53	SÃO JOÃO-PR	4.423.049,80
SANTANA DO MUNDAÚ-AL	301.436,61	SÃO DOMINGOS DO SUL-RS	1.279.416,00	SÃO JOAQUIM DA BARRA-SP	60.229.921,23
SANTANA DO PARAÍSO-MG	9.108.063,45	SÃO DOMINGOS-BA	236.600,93	SÃO JOAQUIM DE BRAS-MG	3.336.804,88
SANTANA DO RANCHO-MG	5.297,69	SÃO DOMINGOS-GO	3.653.293,23	SÃO JOAQUIM DO MONTE-PE	49.193,41
SANTANA DOS MONTES-MG	29.360,98	SÃO DOMINGOS-SC	6.752.674,78	SÃO JOAQUINA-SC	16.116.437,62
SANTANA-AP	3.893.401,21	SÃO DOMINGOS-SE	256.400,00	SÃO JOSÉ DO IVAÍ-PR	6.043.406,46
SANTANA-BA	3.052.232,64	SÃO FELIPE DOESTE-RJ	44.799,59	SÃO JOSÉ DO PATROCÍNIO-PR	1.174.290,00
SANTANÓPOLIS-BA	136.927,92	SÃO FELIPE-BA	456.830,00	SÃO JOSÉ DOESTE-PR	5.562.860,07
SANTARÉMA-PA	11.749.864,63	SÃO FELIX DE BALSAS-MA	198.125,80	SÃO JOSÉ-RS	962.990,80
SANTO AGOSTÃO DO SUL-SC	588.100,00	SÃO FELIX DE MIMAS-MG	424.294,68	SÃO JOSÉ DA BELTA-SP	2.022.612,97
SANTO ANTONIO-RS	16.218.399,36	SÃO FELIX DO ARAGUAÍ-MT	2.534.736,95	SÃO JOSÉ DA LAGOA VISTA-SP	3.497.969,84
SANTO AFONSO-MT	761.399,00	SÃO FELIX DO CORIBE-BA	912.756,87	SÃO JOSÉ DA ROLÂNDIA-PR	2.294.756,49
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ-SC	10.901.490,78	SÃO FELIX DO XINGUÁ-PA	1.729.598,00	SÃO JOSÉ DA CORDA GRANDE-PE	740.739,07
SANTO AMARO-BA	12.596.638,41	SÃO FELIÇA	789.255,79	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA-PE	967.409,00
SANTO ANASTÁCIO-SP	6.499.064,21	SÃO FERNANDO-RN	400.000,00	SÃO JOSÉ DA LAJEAL	6.462.966,00
SANTO ANDRÉ-SP	392.149.653,74	SÃO FIDELIS-RJ	1.403.511,14	SÃO JOSÉ DA LAGOA VERMELHA-MG	12.220.942,19
SANTO ANGELOS-RS	46.861.542,96	SÃO FRANCISCO DE ASSIS-RS	4.066.224,59	SÃO JOSÉ DA VARGEM-MG	465.108,00
SANTO ANTONIO DA ALEGRIA-SP	1.695.506,00	SÃO FRANCISCO DE GOIAS-GO	741.699,64	SÃO JOSÉ DAS MISSOES-PR	140.000,00
SANTO ANTONIO DA BARRA-GO	11.071.272,65	SÃO FRANCISCO DE IBAIRAMA-PR	1.116.629,62	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS-PR	393.970,00
SANTO ANTONIO DA PATRULHA-RS	20.653.002,64	SÃO FRANCISCO DE PAULA-MG	934.702,00	SÃO JOSÉ DE MARILIA-RN	2.011.111,76
SANTO ANTONIO DA PLATINA-PR	20.896.831,05	SÃO FRANCISCO DE PAULA-RS	6.161.380,00	SÃO JOSÉ DE RUANAS-PB	219.953,57
SANTO ANTONIO DAS MISSOES-PR	3.400.930,51	SÃO FRANCISCO DE SALES-MG	1.412.170,00	SÃO JOSÉ DE RESERVA-MA	4.894.272,90
SANTO ANTONIO DE GOIAS-GO	591.539,00	SÃO FRANCISCO DO BREVÃO-MA	369.369,80	SÃO JOSÉ DE UBA-RJ	117.219,00
SANTO ANTONIO DE JESUS-BA	15.403.992,14	SÃO FRANCISCO DO CONDE-BA	2.301.955,72	SÃO JOSÉ DO ALEGRE-MG	146.056,49
SANTO ANTONIO DE LISBOA-PI	549.346,55	SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA-MG	339.000,00	SÃO JOSÉ DO BANDEIRO-SP	626.239,28
SANTO ANTONIO DE PADUA-RJ	7.270.549,22	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ-RO	645.546,96	SÃO JOSÉ DO BELMUNDO-PE	692.667,11
SANTO ANTONIO DE POSSE-SP	6.794.239,43	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO-MA	2.369,46	SÃO JOSÉ DO BONFIM DO OROZ-PR	175.990,00
SANTO ANTONIO DO AMPARO-MG	2.767.649,96	SÃO FRANCISCO DO SUL-SC	11.694.191,22	SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES	373.579,95
SANTO ANTONIO DO ARACANGUA-SP	4.379.425,00	SÃO FRANCISCO-MG	2.595.906,44	SÃO JOSÉ DO CAMPESTE-PR	27.657,90
SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO-MG	614.712,40	SÃO FRANCISCO-PR	227.819,57	SÃO JOSÉ DO CEDRO-SC	15.936.252,39
SANTO ANTONIO DO CAUÇA-PR	239.531,00	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA-MG	79.969,32	SÃO JOSÉ DO CERRITO-SC	697.294,00
SANTO ANTONIO DO DESCALVADO-GO	9.039.360,33	SÃO GABRIEL DA PALHA-ES	4.165.807,32	SÃO JOSÉ DO DAVINÓ-MG	211.266,09
SANTO ANTONIO DO GRAMA-MG	67.960,00	SÃO GABRIEL DO OESTE-MS	50.149.960,49	SÃO JOSÉ DO EGITO-PE	1.366.649,50
SANTO ANTONIO DO JARDIM-MG	720.400,85	SÃO GABRIEL-BA	599.660,74	SÃO JOSÉ DO GOMBAZ-MG	142.255,05
SANTO ANTONIO DO JARDIM-SP	2.696.966,45	SÃO GABRIEL-RS	26.567.073,91	SÃO JOSÉ DO Herval-MG	2.613.540,00
SANTO ANTONIO DO LESTE-MT	15.746.251,70	SÃO GERALDO DA PEDADA-MG	160.290,00	SÃO JOSÉ DO HORRINCÓRSIS	524.624,00
SANTO ANTONIO DO LEVERGER-MT	5.629.256,39	SÃO GERALDO DO ARAGUAÍ-PA	4.067.295,43	SÃO JOSÉ DO IMBAICÓRSIS	832.400,00
SANTO ANTONIO DO MONTE-MG	3.073.265,50	SÃO GERALDO DO BARRIO-MG	3.815,50	SÃO JOSÉ DO NORTE-PR	796.693,62
SANTO ANTONIO DO PALMAR-RS	1.561.116,77	SÃO GERALDO-MG	1.665.668,08	SÃO JOSÉ DO OURO-RS	6.512.894,23
SANTO ANTONIO DO PARAÍSO-PR	1.493.400,00	SÃO GONÇALO DO ABATE-MG	3.769.011,27	SÃO JOSÉ DO PERE-PI	11.909,27
SANTO ANTONIO DO PIRARÉ-SP	5.392,32	SÃO GONÇALO DO AMARANTE-CE	107.034.216,27	SÃO JOSÉ DO POMO-MT	385.199,00
SANTO ANTONIO DO PLANALTO-RS	4.330.979,96	SÃO GONÇALO DO AMARANTE-RN	7.526.512,74	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT	2.936.911,76
SANTO ANTONIO DO RETIRO-MG	99.000,00	SÃO GONÇALO DO PARAÍ-MG	1.890.720,00	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO-SP	26.444.900,51
SANTO ANTONIO DO RIO ABADADO-MG	616.276,00	SÃO GONÇALO DO PAULISTA	12.522,44	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-SP	258.923.765,32
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE-PI	6.627.676,12	SÃO GONÇALO DO RIO ABADADO-MG	29.626.133,39	SÃO JOSÉ DO SERRA-RN	215.900,00
SANTO ANTONIO DO TAUÁ-PA	969.890,00	SÃO GONÇALO DO RIO PRETO-MG	263.000,00	SÃO JOSÉ DO SUL-RS	1.402.400,00
SANTO ANTONIO DOS LOPES-MA	637.747,60	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ-MG	10.349.097,89	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ	5.459.293,63
SANTO ANTONIO-RN	141.996,60	SÃO GONÇALO DOS CAMPOS-BA	52.063.631,00	SÃO JOSÉ DO XINGUÁ-MT	402.400,00
SANTO AUGUSTO-RS	40.628.160,14	SÃO GONÇALO-RJ	126.692.349,92	SÃO JOSÉ DOS AUGUSTOS-RS	839.940,80
SANTO CECÍLIO-RS	5.048.209,62	SÃO GONÇALO-PR	13.953.889,41	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP	903.864.634,62
SANTO ESTEVÃO-BA	1.620.790,99	SÃO JERÔNIMO DA SERRA-PR	2.416.206,06	SÃO JOSÉ DOS PIRES-PR	741.625.938,68
SANTO ESPERIDÃO DO SUL-RS	364.480,73	SÃO JERÔNIMO-RS	14.000.400,04	SÃO JOSÉ DOS SANTOS-MA	8.611.301,08
SANTO ESPERIDÃO-SP	693.260,00	SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA-MG	807.498,92	SÃO JOSÉ DOS VALES DO MARCOS-MT	139.519.962,34
SANTO HIPOLITO-MG	230.930,06	SÃO JOÃO BAPTISTA-SC	15.927.997,28	SÃO JOSÉ-SC	119.495.802,47
SANTO IPIRATUBA-PR	9.895.743,93	SÃO JOÃO DA BARRA-RJ	2.343.574,40	SÃO LEOPOLDOS-RS	215.900,00
SANTO JACINTO-PR	1.179.300,00	SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP	33.791.494,27	SÃO LOURENÇO DA MATAPE	11.961.949,39
SANTOS DUMONT-MG	1.923.831,51	SÃO JOÃO DA MATA-MG	310.000,00	SÃO LOURENÇO DA SERRA-SP	799.000,00
SANTOS-SP	241.195.237,30	SÃO JOÃO DA PARAÍZUM-GO	160.000,00	SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC	24.682.152,97
SÃO BENEDITO DO RIO PRETO-MA	463.181,44	SÃO JOÃO DA PONTE-MG	254.900,00	SÃO LOURENÇO DO SUL-ES	20.404.113,91
SÃO BENEDITO DO SUL-PE	696.362,75	SÃO JOÃO DA SERRA-PI	364.800,00	SÃO LOURENÇO-MG	2.461.576,33
				SÃO LUIGERO-SC	37.746.329,79

Município/UF	Valor da Liberação
SÃO LUIS DE MONTES BELOS-GO	2.779.599,79
SÃO LUIS DO PARANÁ-PR	365.961,94
SÃO LUIS DO QUARÁ-RJ	525.000,00
SÃO LUIS GONÇALVES DO MARANHÃO-MA	125.808,34
SÃO LUIS-MA	283.287.384,63
SÃO LUIZ DO NORTE-GO	1.594.908,63
SÃO LUIZ DO PARANÁ-PR	1.057.500,00
SÃO LUIZ GONÇALVES-RS	17.966.637,63
SÃO LUIZ-MS	22.709,00
SÃO MANUEL-PR	5.724,00
SÃO MANUEL-SP	70.667.595,36
SÃO MARCOS-RS	32.903.662,04
SÃO MARTINHO DA SERRA-RS	3.199.638,47
SÃO MARTINHO-RS	1.815.593,21
SÃO MARTINHO-SC	1.398.600,00
SÃO MATEUS DO MARANHÃO-MA	2.169.749,52
SÃO MATEUS DO SUL-PR	21.638.621,96
SÃO MATEUS-ES	16.468.724,39
SÃO MIGUEL ARCANJO-SP	8.471.672,97
SÃO MIGUEL DA BOA VISTA-SC	398.390,714
SÃO MIGUEL DAS MATIAS-BA	1.000.790,77
SÃO MIGUEL DAS MISSÕES-RS	26.138.990,72
SÃO MIGUEL DE TAUBATÉ-SP	1.520,69
SÃO MIGUEL DO ALEIXO-SE	521.460,00
SÃO MIGUEL DO ANTAS-MG	402.780,00
SÃO MIGUEL DO ARAQUÁ-MA	2.943.739,90
SÃO MIGUEL DO GIARDI-PA	2.844.897,26
SÃO MIGUEL DO GUIPÓS-RJ	1.178.071,71
SÃO MIGUEL DO IGUAÇU-PR	35.020.114,88
SÃO MIGUEL DO PASSO QUATRO-GO	2.527.162,12
SÃO MIGUEL DO TAPUIÓ-PI	366.000,00
SÃO MIGUEL DOESTE-SC	25.024.859,63
SÃO MIGUEL DOS CAMPOS-AL	253.611,28
SÃO MIGUEL DOS MILAGRES-AL	94.000,00
SÃO MIGUEL-PI	2.240.109,00
SÃO NICOLAU-RS	715.900,00
SÃO PATRÍCIO-GO	730.000,00
SÃO PAULO DAS MISSÕES-RS	417.275,00
SÃO PAULO DE OLIVEIRA-AM	12.768,43
SÃO PAULO DO POTENGI-RN	692.269,62
SÃO PAULO-SP	10.329.379.474,18
SÃO PEDRO DA ALDEIA-RJ	9.325.897,69
SÃO PEDRO DA CRAIA-MT	69.814,32
SÃO PEDRO DA SERRA-RS	447.899,99
SÃO PEDRO DA UNIM-MS	1.442.256,97
SÃO PEDRO DAS MISSÕES-RS	236.200,00
SÃO PEDRO DE ALCANTARA-SC	644.692,49
SÃO PEDRO DO BUAIRIS-RS	1.557.371,42
SÃO PEDRO DO IBICAJU-PR	4.891.892,64
SÃO PEDRO DO NORTE-PR	4.135.115,01
SÃO PEDRO DO PARANÁ-PR	3.458.342,89
SÃO PEDRO DO PIAUÍ-PI	97.362,89
SÃO PEDRO DO SUACUMING-MS	293.765,79
SÃO PEDRO DO SUL-RS	3.678.069,20
SÃO PEDRO DO TURVO-SP	1.247.300,40
SÃO PEDRO DOS CRENTES-MA	355.946,40
SÃO PEDRO DOS FERROS-MG	1.155.717,54
SÃO PEDRO-PI	137.975,00
SÃO PEDRO-SP	5.514.430,62
SÃO RAIMUNDO DAS ANUNCIAÇÕES-MA	1.659.467,11
SÃO RAIMUNDO NONATO-PI	2.231.240,66
SÃO ROBERTO-MA	100.000,00
SÃO ROCHA-MG	195.215,91
SÃO ROQUE DE MINAS-MG	5.519.731,84
SÃO ROQUE DO CANAÍAS-ES	5.528.669,87
SÃO ROQUE-SP	12.143.526,57
SÃO SALVADOR DO TOCANTINS-TO	390.530,00
SÃO SEBASTIÃO DA ANCIOSA-PI	3.052.103,32
SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA-MG	1.640.931,83
SÃO SEBASTIÃO DA BDA VISTA-PA	4.212,31
SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA-SP	1.919.789,38
SÃO SEBASTIÃO DA VARSEM ALEGRE-MG	100.480,00
SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROCA-PI	548.704,97
SÃO SEBASTIÃO DO ALTO-RJ	12.666.400,00
SÃO SEBASTIÃO DO ANTA-MG	11.522,70
SÃO SEBASTIÃO DO CAIERS	42.956.897,98
SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO-MG	97.700,00
SÃO SEBASTIÃO DO OESTE-MG	17.669.369,00
SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-BA	40.437.973,94
SÃO SEBASTIÃO DO PASSE-BA	2.645.008,19
SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO-MG	291.000,00
SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE-MG	226.760,00
SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS-TO	145.000,04
SÃO SEBASTIÃO-AL	2.427.785,69
SÃO SEBASTIÃO-SP	11.685.785,14
SÃO SEPE-RS	14.403.589,90
SÃO SIMÃO-GO	70.054.816,61
SÃO SIMÃO-SP	5.868.519,03
SÃO TIBÁO-MG	1.822.375,28
SÃO TOMÁS DE AQUINO-MG	1.036.184,10

Município/UF	Valor da Liberação
SÃO TOMÉ DAS TERRAS-MG	593.102,63
SÃO TOMÉ-PR	7.953.573,28
SÃO VALENTIM DO SUL-RS	1.146.730,00
SÃO VALENTIM-RS	4.061.429,20
SÃO VALENTIM DA NOBILIDADE-TO	1.945.993,98
SÃO VALENTIM DO SUL-RS	658.725,00
SÃO VENÍCIO-MS	511.000,00
SÃO VICENTE DE MINAS-MG	689.273,98
SÃO VICENTE DO SUL-RS	5.329.583,36
SÃO VICENTE FERREIRA-MA	8.695,63
SÃO VICENTE FERREIR-PE	497.400,00
SÃO VICENTE-PI	390.525,25
SÃO VICENTE-SP	96.498.600,21
SAPÉACUABA	171.599,77
SAPÉ-PI	2.983.099,65
SAPÉZAL-MT	39.236.137,20
SAPIRANGA-RS	10.239.244,29
SAPORÉ-MA	1.571.384,30
SAPUCAIA DO SUL-RS	26.956.542,18
SAPUCAIA-PA	559.509,00
SAPUCAIA-RJ	4.175.172,32
SAPUCAIA-RR	272.245,43
SAPUQUARA-RJ	11.909.955,20
SARANDI-PR	37.709.078,04
SARANDI-RS	15.757.771,86
SARAPÓ-SP	1.701.777,79
SARUTAMA-SP	165.000,00
SARZEDO-MG	16.489.591,61
SATIRO DOS BA-BA	232.000,00
SATURBA-AL	639.600,00
SATURINHAMA-MA	122.000,00
SAUDADAMA-BA	152.000,00
SALGADO DO IGUAÇU-PR	542.634,79
SALGADOS-SC	29.032.036,05
SALDE-BA	68.400,00
SALDADINHA-SC	15.194.212,55
SALGADO-BA	5.459.590,17
SEARA-SC	18.204.254,39
SEBASTIANÓPOLIS DO SUL-SP	76.270.491,26
SEBASTIÃO LARANJEIRAS-BA	85.465,00
SEBERRAS	7.471.534,39
SETE MARÇAS	290.366,00
SEGREDO-RS	1.902.732,00
SELBACH-RS	4.739.210,36
SELVINA-MS	1.625.889,62
SEM PEVE-MG	126.990,00
SENA MADUREIRA-AC	296.370,74
SENAADOR ALEXANDRE COSTA-MA	180.000,00
SENAADOR AMARAL-MG	1.275.170,08
SENAADOR CANE DO GO	34.430.758,46
SENAADOR CORTES-MG	83.259,00
SENAADOR FIRMINO-MG	580.566,00
SENAADOR GUIMARÃES-AC	693.746,57
SENAADOR JOSE BENTO-MG	417.000,00
SENAADOR LA ROCQUE-MA	25.628,54
SENAADOR MODESTINO GONÇALVES-MG	898.480,00
SENAADOR POMPEU-CE	554.678,94
SENAADOR SALGADO FILHOS-RS	1.237.536,00
SENGES-PR	6.386.272,80
SERRA DO BOM-FM-BA	3.919.737,99
SERRA DA OLIVEIRA-MG	394.000,00
SERRA DO PORTO-MG	251.500,00
SERRA DOS REMEDIOS-MG	760.900,00
SERNETA DO SUL-RS	1.822.032,00
SERTO-SE-BA	471.665,29
SERAFINA CORREAS-RS	14.422.721,84
SERICITA-MG	964.874,43
SERINQUEIRAS-RO	678.919,45
SERRO-RS	464.626,99
SEROPEDICA-RJ	16.944.299,69
SERRA ALTA-SC	2.950.129,05
SERRA AZUL DE MINAS-MG	77.719,37
SERRA AZUL-SP	337.297,88
SERRA BRANCA-PE	510.778,69
SERRA DE SÃO BENTO-RN	21.952,05
SERRA DO RAMALHO-BA	579.218,59
SERRA DO SALETE-MG	5.880.292,56
SERRA DOS AMORES-MG	6.622.003,32
SERRA DOURADA-BA	687.684,08
SERRA NEGRA DO NORTE-RN	946.138,16
SERRA NEGRA-BA	2.791.689,35
SERRA PIRETABA	249.655,00
SERRA TALHADA-PE	19.705.997,99
SERRA-ES	389.113.851,61
SERRANA-SP	37.982.479,81
SERRANA-MG	1.638.699,58
SERRANÓPOLIS DE MINAS-MG	103.140,00
SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU-PR	5.433.367,71
SERRANÓPOLIS-GO	6.591.593,38
SERRARAMA-PI	225.000,00

Município/UF	Valor da Liberação
SERRANA-BA	2.866.448,09
SERRANA-RN	73.900,00
SERRITA-PE	1.036.230,28
SERRILÂNCIA-BA	140.200,80
SERRÓ-MG	1.049.487,27
SERTANEJA-PR	5.991.308,67
SERTANIA-PE	920.634,69
SERTÃOPOULS-PR	26.865.260,44
SERTÃO SANTANA-RS	2.817.383,86
SERTÃO-RS	8.516.027,90
SERTÃOZINHO-SP	343.574.315,73
SETE BARRAS-RS	2.956.278,47
SETE DE SETEMBRO-RS	290.810,00
SETE LAGOAS-MG	206.183.159,16
SETE QUEDAS-MS	239.626,24
SETUBINA-MG	234.080,00
SEVERIANO DE ALMEIDA-RS	1.124.982,96
SEVERINA-SP	4.469.332,25
SIDERÓPOLIS-SC	22.297.942,89
SIDROLÂNDIA-MG	29.680.299,44
SILVA JARDIM-RJ	1.748.544,21
SILVANIA-GO	39.610.295,99
SILVANOPOULS-TO	630.618,00
SILVEIRA MARTINS-RS	1.688.885,11
SILVEIRAS-SP	127.805,20
SILVANOPOULS-MG	1.119.340,00
SIMÃO DAS SE	3.175.067,72
SIMÕES FILHO-BA	118.793.707,27
SIMÕES-PI	297.546,52
SIMOLÂNDIA-GO	693.769,26
SIMONÉSIA-MG	859.600,76
SIMPLICIO MENDES-PI	38.279,27
SIMULIANS	1.218.488,37
SIMÃO-NT	59.201.408,23
SIMONEIA CAMPOS-PR	2.462.996,26
SIMONIA-PE	9.154.867,48
SIMÃO-SE	54.000,00
SITIO DIABADIA-GO	17.715,42
SITIO DO MATO-BA	191.000,00
SITIO DO QUINTO-BA	953.000,00
SITIO NOVO DO TOCANTINS-TO	179.300,00
SITIO NOVO-MA	243.250,00
SOBRADINHO-BA	1.829.360,00
SOBRADINHO-RS	7.091.032,64
SOBRADÃO-PR	29.638,63
SOBRAL-CE	14.689.424,76
SOBRALIA-MG	412.260,00
SOCORRÓ-PI	5.057.697,30
SOLANEA-PI	148.844,52
SOLEDADE DE MINAS-MG	532.178,29
SOLEDADE-PE	1.202.894,29
SOLEDADE-RS	14.769.460,15
SOLOMOPOULS-CE	1.795.083,18
SOMERÓ-SC	9.061.699,67
SOMORA-MS	7.919.906,74
SOOPETIMA-ES	4.467.203,09
SOROCABA-SP	676.841.924,13
SORRISO-MT	80.712.290,77
SORSA-PR	7.590.899,94
SOUTO SOARES-BA	964.473,75
SUCUPIRA DO NORTE-MA	245.000,00
SUCUPIRA DO RIACHÃO-MA	91.200,00
SUCUPIRA-TO	324.400,00
SUD MENEZES-SP	1.561.599,00
SUL BRASILEIRO-SC	678.100,00
SULMA-PR	635.400,00
SUNARE-SP	458.965.468,98
SUMÉ-PI	147.317,43
SUMEDOURA-RJ	1.899.301,93
SURUBIM-PE	5.652.714,74
SUZANÓPOLIS-SP	530.400,00
SUZANO-SP	33.906.676,84
TABANERS	795.761,94
TABAPORÁ-MT	2.028.678,39
TABATUBA-SP	14.481.600,62
TABATINGA-AM	27.864,38
TABATINGA-SP	3.693.319,37
TABATUBA-PE	267.400,00
TABOÃO DA SERRA-SP	61.746.180,73
TABOAS DO BREJO VELHO-BA	597.098,00
TABULEIRO GRANDE-RN	33.999,00
TABULEIRO DO NORTE-CE	4.771.496,46
TABULEIRO-MG	214.934,74
TACAMBO-PE	767.685,81
TACARAUBA-PE	77.121,28
TACARA-SP	1.207.370,69
TACURU-MS	846.297,30
TAGUARI-SP	2.590.228,45
TAGUATINGA-TO	20.645.795,67
TAJACU-PI	131.000,00

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
TAIANDUA-PA	4.238.497,00
TAIOBERAS-MG	5.741.271,97
TAIO-SC	0.749.249,00
TAIPAS DO TOCANTINS-TO	752.530,00
TAIPUÁ-MG	576.800,00
TAMARA-SP	3.021.198,47
TALISMÁ-TO	702.329,37
TAMANDARÉ-PE	514.064,50
TAMARANA-PR	5.570.179,20
TAMBUL-SP	9.106.374,21
TAMBORÁ-PR	3.693.765,90
TAMBORIL-CE	388.736,88
TANABI-SP	15.627.711,44
TANGARA DA SERRA-MT	10.171.467,95
TANGARÁ-AM	197.800,00
TANGARÁ-SC	10.995.597,29
TANGARÁ-RJ	2.923.516,47
TANHACU-BA	1.189.619,40
TANQUE NOVO-BA	1.308.690,69
TAPARUBÁ-MG	822.400,00
TAPEJARA-PR	8.880.950,88
TAPEJARA-ES	86.232.866,64
TAPEJARA-RS	10.114.779,02
TAPEJORA-BA	5.163,00
TAPEJORA-PB	330.625,00
TAPESES-RS	6.789.565,64
TAPIRÁ-MG	78.000,00
TAPIRÁ-SP	3.832.869,83
TAPIRAMÓ	1.149.366,12
TAPIRAMUTA-BA	805.405,51
TAPIRÁ-PR	1.293.708,36
TAPIRITIBA-SP	2.293.049,86
TAPURAHÉ-MT	11.534.044,08
TAPURACU DE MINAS-MG	1.059.895,00
TAPUARAL DE GOIÁS-GO	6.063,38
TAPUARAL-SP	1.755.597,00
TAPUIRANA-AL	275.387,86
TAPUIRARA-RS	7.959.679,29
TAPUIRARES	5.959.873,90
TAPUINGÁ DO NORTE-PE	834.790,86
TAPUITINGA-SP	14.507.406,64
TAPUITUBA-SP	16.395.211,03
TAPUIVÁ-SP	7.795.423,71
TAPURICU DO SUL-RS	1.727.340,00
TAPURUSSUMS	1.184.722,80
TARABAI-SP	816.593,89
TARAIACA-AC	1.939.426,22
TARAFAS-CE	464.680,00
TARAPAGUALZINHO-AP	725.590,00
TARUMÁ-SP	32.864.060,01
TARUMIRIM-MG	1.584.067,24
TASSO FRAGOSO-MA	8.334.900,12
TATUÁ-SP	84.524.626,75
TATUÁ-CE	2.460.892,17
TATUBATE-SP	264.404.489,24
TAVARES-PB	89.143,64
TAVARES-RS	1.473.990,00
TATÉ-AM	272.476,74
TEJENEIRA DE FREITAS-BA	37.859.302,54
TEJENEIRA SOARES-PB	9.128.354,23
TEJENEIRA-PI	64.919,60
TEJENAS-MG	1.057.190,00
TEJENÓPOLIS-RO	413.066,89
TEJUCOCA-CE	10.124,00
TEJUPÁ-SP	697.899,60
TEJUPICÓ BORBÁ-PI	22.921.252,43
TELHÁ-SE	331.385,88
TENENTE ANANIAS-RN	135.000,00
TENENTE LAURENTINO CRUZ-RN	21.473,31
TENENTE PORTELA-RS	3.540.490,80
TEODORO SAMPAIO-SP	36.015.628,12
TEOFILÂNDIA-BA	436.366,00
TEÓFILO OTONI-MG	21.007.325,80
TEOTÔNIO VILELA-AL	2.630.293,37
TERENOS-MS	6.049.119,00
TERESINA DE GOIÁS-GO	49.942,32
TERESINA-PI	152.443.322,07
TERESÓPOLIS-RJ	33.617.690,69
TEREZÓPOLIS DE GOIÁS-GO	1.029.312,86
TERRA ALTA-PA	270.809,00
TERRA BOA-PR	26.235.334,23
TERRA DE AREIAS-RS	2.408.011,89
TERRA NOVA DO NORTE-MT	1.592.808,46
TERRA NOVA-BA	65.000,00
TERRA NOVA-PE	228.460,00
TERRARICA-PR	5.623.804,81
TERRA ROXA-PR	16.488.694,99
TERRA ROXA-SP	2.114.995,89
TERRA SANTA-PA	98.480,00
TESOURO-MT	1.723.536,00

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
TEUTÔNIA-RS	10.707.761,41
TEUGAMA-CE	3.147.785,93
TEUGÁ-PR	13.719.799,86
TIETS-SP	30.842.886,29
TIGRINHOS-SC	768.400,00
TIJUCAS DO SUL-PR	3.925.094,96
TIJUCAS-SC	26.895.547,09
TIMBAUBA-PE	3.527.639,72
TIMBE DO SUL-SC	668.299,79
TIMBO GRANDE-SC	698.397,60
TIMBO-SC	65.936.860,72
TIMBURI-SP	85.200,00
TIMON-MA	8.972.095,06
TIMOTEÓ-MG	18.012.750,79
TIO HUGO-RS	593.300,00
TIRADENTES DO SUL-RS	656.270,80
TIRADENTES-MG	893.107,56
TIROS-MG	3.068.721,62
TOBIAS BARRETO-SE	3.131.473,74
TOCANTINÓPOLIS-TO	3.273.395,83
TOCANTINS-MG	6.619.298,94
TOCOS DO INHAMA-MG	29.000,00
TOLEDO-MG	5.971.894,63
TOLEDO-PR	86.695.603,06
TOMAR DO GERU-SE	68.521,40
TOMAZINA-PR	845.882,80
TOMBOS-MG	229.249,80
TOME-AÇU-PA	11.854.529,62
TOMANTINS-AM	4.895,00
TORTUMA-PE	699.639,74
TORODOREU-MT	92.289,71
TOROPÉ-RS	526.676,60
TORRES-RS	4.952.241,00
TORRYNHÁ-SP	7.546.383,48
TOURCOS-RN	338.017,50
TREBUJÁ-SP	43.341,32
TRECUARÉ-PA	185.328,88
TRECUARÉM-PE	885.800,00
TREIÇA-AL	1.419.008,00
TREIÇA-CE	628.575,00
TREMANÓ-MS	1.428.593,29
TREVENESSEIRO-RS	225.700,00
TREMEDAL-BA	134.624,00
TREMEMBÉ-SP	6.785.511,62
TRES ARROZOS-RS	1.490.980,07
TRES BARRAS DO PARANÁ-PR	9.266.870,54
TRES BARRAS-SC	43.487.260,40
TRES CAHOENAS-CE	13.693.096,91
TRES CORAÇÕES-MG	59.420.693,63
TRES CORAÇÕES-RS	95.395.779,46
TRES DE MAROS-RS	62.860.709,77
TRES FORQUILHAS-RS	139.500,00
TRES FORTES-SP	16.054.113,29
TRES LAGOAS-MG	593.729.897,80
TRES MARIS-MG	218.943.596,82
TRES PALMEIRAS-RS	1.590.660,00
TRES PASSOS-RS	4.940.472,62
TRES PONTAS-MG	10.904.915,20
TRES RANCHOS-GO	6.379,54
TRES RIOS-RJ	33.841.344,89
TREVO-SC	7.386,36
TREZE DE MARÇO-SC	7.181.791,64
TREZE TUIAS-SC	49.346.806,20
TRINDADE DO SUL-RS	2.143.723,49
TRINDADE-GO	8.524.901,96
TRINDADE-PE	8.159.806,62
TRINTE-PR	262.200,00
TRINTE-PE	744.711,85
TRINTE-MS	113.054.711,23
TRINTELA DO VALE-MA	1.780.036,99
TRINTELO DO CENTRAL-SC	3.324.109,51
TUBARÃO-SC	100.504.823,38
TUCANO-BA	3.153.893,24
TUCUNA-PA	1.539.666,70
TUCUNDUVA-RS	2.532.430,45
TUCURUÁ-PR	16.769.000,93
TUFILÂNDIA-MA	370.640,00
TURAZIL-SP	1.089.795,06
TURVITINGA-MG	4.661,38
TURUPILIS-SC	1.944.594,52
TURMAS DO PARANÁ-PR	3.842.480,99
TURMAS-RS	468.383,59
TURMAS DO OESTE-PR	1.538.066,86
TURTUM-MA	1.138.698,89
TUPACIGUARA-MG	37.362.348,98
TUPACIGUARA-PE	103.463,90
TUPACIRI DO SUL-RS	871.480,80
TUPACIRETÁ-RS	32.877.135,16
TUPANDÁ-RS	22.551.667,26
TUPARENDÁ-RS	3.674.463,94

Em Reais	
Município-UF	Valor da Liberação
TURARETAMA-PE	64.146,04
TURUPÁ-SP	21.014.968,09
TURASSOP-PR	10.573.382,12
TURUPAULISTA-SP	2.016.726,13
TURUPAMA-TO	194.885,22
TURUPATINS-TO	90.808,08
TURUCU-MA	316.020,00
TURUBA-SP	229.600,00
TURMALINA-MG	9.998.322,63
TURMALINA-SP	1.206.179,00
TURUCURUS	1.362.295,90
TURURU-CE	105.134,02
TURVANIA-GO	1.597.556,61
TURVELÂNDIA-GO	21.227.542,62
TURVELÂNDIA-MG	1.322.180,00
TURYÓ-PR	17.746.646,15
TURVO-SC	79.537.939,16
TUTOYAMA	1.086.667,16
UAIÁ-BA	1.146.049,47
UAIÁ-MG	785.383,80
UAIARA-BA	269.319,76
UAIETABA-BA	354.364,33
UAIARA-CE	839.892,77
UAIÁ-MG	57.200.590,76
UAIAPORANGA-MG	300.415,35
UAIARANA-SP	3.706.811,19
UAIETÁ-BA	189.162,92
UAIQUIBA-SP	4.138.251,95
UAIERABA-MG	180.613.253,60
UAIERÂNDIA-MG	661.253.592,91
UAIERANA-SP	641.556,69
UAIERATA-PR	26.215.488,54
UAIERETAMA-RS	72.080,00
UAIHÓIA-SP	3.126.634,59
UAIÁ-BA	256.073,20
UAIAPURU-GO	146.599,83
UAIAPURÁ-PR	38.364,66
UAIANÓPOLIS-PA	1.925.067,94
UAIARAS-CE	768.400,00
UAIARAL-RN	283.517,71
UAIARANDA-SE	2.041.808,69
UAIABURANA-MG	131.032,14
UAIABUERO-PR	286.757,90
UAIABURAMA-PR	62.998.482,80
UAIÁ-BA	30.476,79
UAIÁ-MG	31.395.606,29
UAIAD DA SERRA-RS	1.446.750,00
UAIAD DA VITÓRIA-PR	41.191.825,27
UAIAD DE MINAS-MG	814.516,00
UAIAD DO OESTE-SC	2.228.176,78
UAIAD DO SUL-MT	234.976,02
UAIAD DOS PALMARES-AL	2.693.534,57
UAIAD PAULISTA-SP	2.768.272,00
UAIAD-PI	1.527.265,31
UAIALOR-PR	299.610,00
UAIALTADARS	793.963,59
UAIANTÉM-RN	221.356,33
UAIAP-PR	2.524.624,63
UAIARERÁ-BA	65.016,36
UAIARIMA-SP	6.419.448,00
UAIARINO SANTOS-MA	75.039,66
UAIARU-GO	19.696.292,63
UAIARANA DE MINAS-MG	222.369,00
UAIARANA-GO	1.857.337,84
UAIARANGA-PA	1.991.998,02
UAIARUÍ-SC	4.364.036,87
UAIABURÉTAMA-CE	888.090,00
UAIACARIA-MG	232.642,87
UAIACUCA-BA	325.049,69
UAIACURAMA-MG	1.700.770,00
UAIACURUPÍ	4.645.714,25
UAIACURUANA-RS	54.977.819,27
UAIACUCA-CE	471.000,00
UAIAPÁ-RO	81.821,91
UAIAPÊMA-SC	233.136,30
UAIAPES-SP	9.526.429,75
UAIAP-SP	472.224,48
UAIARUSSANDA-SC	15.974.018,96
UAIARITAI-GO	309.563,16
UAIARANGA	307.213,20
UAIACARAS	94.898.186,16
VALE DE SÃO DOMINGOS-MT	18.000,00
VALE DO ANARI-RO	108.508,00
VALE DO PARAÍSO-RO	32.390,21
VALE DO SUL-RS	2.232.895,25
VALE REAL-RS	1.628.270,00
VALE VERDE-RS	2.137.532,83
VALENÇA DO PAU-PR	576.809,88
VALENÇA-BA	3.768.663,34
VALENÇA-RJ	4.044.256,89

Em R\$ mil		Em R\$ mil		Em R\$ mil	
Município/UF	Valor da Liberação	Município/UF	Valor da Liberação	Município/UF	Valor da Liberação
VALENTE-BA	1.480.541,83	VARMONIA-PR	891.053,88		
VALENTIM GENTIL-SP	5.074.892,25	VASCONDE DO RIO BRANCO-MG	13.408.868,22		
VALINHOS-SP	94.492.580,24	VASSOURA	525.455,22		
VALPARAISO DE GOIAS-GO	7.413.050,42	VISTA ALEGRE DO ALTO-SP	47.128.648,21		
VALPARAISO-SP	42.220.989,14	VISTA ALEGRE DO PRATA-RS	1.089.891,00		
VANUÍ-RS	1.129.483,78	VISTA ALEGRE-RS	1.198.719,89		
VARGEM-SC	8.419.340,24	VISTA GAUCHA-RS	2.366.585,33		
VARGEM ALEGRE-MG	1.198.208,00	VISTA SERRANA-PB	480.600,00		
VARGEM ALTA-ES	5.238.024,83	VITOR MERELES-SC	725.840,53		
VARGEM BONITA-MG	1.570.115,88	VITORIA BRASIL-SP	368.230,08		
VARGEM BONITA-SC	10.909.723,89	VITORIA DA CONQUISTA-BA	82.906.120,45		
VARGEM GRANDE DO RIO PARDO-MG	179.924,45	VITORIA DAS MISSOES-RS	1.622.128,40		
VARGEM GRANDE DO SUL-SP	42.872.366,47	VITORIA DE SANTO ANTAO-PE	23.717.804,83		
VARGEM GRANDE PAULISTA-SP	4.925.339,76	VITORIA DO JARI-AP	28.695,14		
VARGEM GRANDE-MMA	378.088,00	VITORIA DO MEARIM-MA	918.000,80		
VARGEM-SC	852.944,30	VITORIA DO MURAU-PA	21.428,17		
VARGEM-SP	1.899.892,84	VITORIA-ES	638.935.025,85		
VARGINHA-MG	57.145.345,03	VITORINO FREIRE-MA	693.655,83		
VARIACAO DE MINAS-MG	3.185.827,85	VITORINO-PI	18.844.431,02		
VARIACAO-GO	186.000,00	VOLTA GRANDE-MG	498.945,11		
VARIACAO-CE	778.199,34	VOLTA REDONDA-RJ	32.611.224,57		
VARRIAE-SARJ	374.388,57	VOTORAIMA-SP	32.834.852,50		
VARZEA ALEGRE-CE	2.618.905,24	VOTUPORANGA-SP	35.751.564,88		
VARZEA DA PALMA-MG	8.925.137,51	WAGNER-BA	63.684,00		
VARZEA DO POCO-BA	450.572,00	WALL FERREZ-PI	75.200,00		
VARZEA GRANDE-MT	100.985.833,15	WANDERLANDIA-TO	4.578.535,88		
VARZEA GRANDE-PI	2.213.980,00	WANDERLEY-BA	1.589.779,00		
VARZEA NOVA-BA	990.980,08	WENCESLAU BRAZ-MG	372.762,89		
VARZEA PAULISTA-SP	38.383.539,72	WENCESLAU BRAZ-PI	6.241.505,94		
VARZEA-PB	186.236,90	WENCESLAU GUMMARES-BA	448.254,88		
VARZEAQUENA	872.983,25	WESTFALIA-RS	2.402.627,85		
VARZELANDIA-MG	441.191,49	WITMARSUM-SC	2.788.978,00		
VASSOURAS-RJ	3.019.814,78	XAMBICA-TO	100.577.245,86		
VAZANTE-MG	7.859.490,74	XAMBRE-PR	1.891.384,86		
VENANCIO MARES-RS	30.624.869,13	XANXIPA-RS	1.180.035,77		
VENDA NOVA DO MIGRANTE-ES	11.862.794,78	XANXERES	29.098,00		
VENTANIL-PR	8.527.769,52	XANXERES-SC	74.385.796,98		
VENTUROSA-PE	557.725,88	XAPURAC	80.000,00		
VERA CRUZ DO OESTE-PI	8.617.905,45	XAVANTINA-SC	2.998.372,81		
VERA CRUZ-BA	2.675.687,78	XAVIM-SC	45.265.383,80		
VERA CRUZ-RR	86.120,00	XERAPI-PE	151.598,15		
VERA CRUZ-RS	5.306.338,27	XINGUBA-PA	1.884.589,63		
VERA CRUZ-SP	762.872,88	XIQUEXIQUE-BA	1.397.818,52		
VERA-MT	11.242.940,81	XACARAS-SP	798.730,83		
VERANOPOLIS-RS	49.063.969,81	ZE DOCA-MA	1.707.372,54		
VEREJANTE-PE	78.800,00	ZORTEA-SC	213.471,18		
VERELANDIA-MG	291.847,70				
VEREDA-BA	319.880,00				
VEREDINA-MG	408.800,08				
VERE-PR	5.624.811,88				
VERISSIMO-MG	746.708,00				
VERTENTE DO LERIO-PE	808.320,00				
VERTENTES-PE	129.800,00				
VESPASIANO CORREAS-RS	456.715,00				
VESPASIANO-MG	43.264.869,43				
VINDOTOS-RS	1.188.053,28				
VIRAMA-RS	38.281.062,26				
VIRAVES	131.889.473,86				
VIRANA-MA	2.220.262,42				
VIRANOPOLIS-GO	8.528.705,41				
VICENCIA-PE	93.616,20				
VICENTE DUTRA-RS	251.821,81				
VICENTINA-MG	2.578.635,19				
VICENTINOPOLIS-GO	46.802.344,26				
VICOSA DO CEARA-CE	548.577,28				
VICOSA-AL	738.217,29				
VICOSA-MG	5.653.130,00				
VICTOR GRAEFF-RS	4.240.658,22				
VIGAL RAMOS-SC	2.482.297,00				
VIEIRA-SC	79.788.387,89				
VIEIRA-PA	417.598,04				
VILA BELA DA SERRASSIMA TRINDADE-MT	2.121.486,59				
VILA BOA-GO	471.000,00				
VILA FLORES-RS	2.211.812,00				
VILA LAMBARO-RS	1.503.190,85				
VILA MARQUES	4.740.343,89				
VILA NOVA DO PAULI-PI	5.305,49				
VILA NOVA DO SUL-RS	530.287,00				
VILA PARAOIS-ES	403.170,00				
VILA PRADICHO-GO	2.712.347,20				
VILA RICA-MT	4.289.134,13				
VILA VALE RIOS-ES	1.854.828,88				
VILA VELHA-ES	154.096.337,60				
VILHENA-RO	73.014.811,88				
VINHEDO-SP	79.876.390,42				
VIRADOUR-SP	4.486.935,11				
VIRGEM DA LAPA-MG	882.428,72				
VIRGINIA-MG	497.781,04				
VIRGINOPOLIS-MG	87.488,00				
VIRSOLANDIA-MG	290.898,89				

Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

Anexo II - Detalhamento dos Gêneros de atividade beneficiados

Genero de Atividade	Valor da Liberação
TRANSPORTE TERRESTRE	37.080,36
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIODIESEL	22.672,81
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES	9.146,46
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓTORES, RESERVOÍRES E CARROCERIAS	9.109,78
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	6.560,76
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	6.090,68
METALURGIA	4.588,65
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	3.897,97
COMÉRCIO VAREJISTA	3.841,27
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	3.114,52
TELECOMUNICAÇÕES	2.917,09
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMÓTORES E MOTOCICLETAS	2.776,96
ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS	2.421,15
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	2.373,82
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	1.895,27
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	1.659,03
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAS ELÉTRICAS	1.652,13
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINÉRIOS NÃO-METÁLICOS	1.522,10
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	1.519,85
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO	1.321,21
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.253,08
ALUGUER NÃO-PROBILITÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS	1.192,22
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMÓTORES	1.174,31
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	937,39
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓTORES E MOTOCICLETAS	724,09
FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	712,14
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTIS	705,73
TRANSPORTE AÉREO	687,35
EXTRACÇÃO DE MINÉRIOS METÁLICOS	587,81
EXTRACÇÃO DE MINÉRIOS NÃO-METÁLICOS	537,94
PREP. DE COURO E FABRICAÇÃO DE ARTIFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS	502,67
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	466,80
SERV. DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS AS EMPRESAS	444,88
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	343,62
FABRICAÇÃO DE MOVES	342,41
SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS	335,25
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	334,54
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAS	294,72
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA	286,45
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	242,17
PRODUÇÃO FLORESTAL	230,20
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	213,24
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E FARMACÉUTICOS	201,23
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	183,19
EDUCAÇÃO	155,63
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRÁFICOS	102,35
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	101,38
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL	100,80
ALIMENTAÇÃO	96,55
EDICAÇÃO E EDICAÇÃO INTEGRADA A IMPRESSÃO	86,30
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO	69,67
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	68,28
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURANÇA SOCIAL	63,49
ALOJAMENTO	59,24
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	55,19
AGÊNCIAS DE VIAGENS E OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVA	54,63
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	48,82
SERVIÇOS DE EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	47,20
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	38,79
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER	28,00
ESCRITO E ATIVIDADES RELACIONADAS	27,21
ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS	20,19
RECURSOS E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	19,85
ART. CINEMATOGRÁFICAS, VÍDEOS, TELEVISÃO, GRÁV. DE SOM, EDIÇÃO DE MÚSICA	19,32
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	14,81
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS	14,58
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	14,09
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	12,24
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	10,08
ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA	9,60
PESCA E AGRICULTURA	9,21
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO	7,00
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	5,87
DESCONTAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS	5,13
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	4,95
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO	4,93
ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS	4,59
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL	3,58
EXTRACÇÃO DE CARVÃO MINERAL	3,03
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL	2,97
EXTRACÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2,84
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA	1,43
ATIV. AUX. SERV. FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	0,96
ATIVIDADES VETERINÁRIAS	0,76
Total	139.694,76

Desembolsos acumulados no período de jan/2009 a set/2010.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 594, de 2010 (nº 1.634/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Farol da

Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lago dos Rodrigues, Estado do Maranhão.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 594, DE 2010 (nº 1.634/2009, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV FAROL DA COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lago dos Rodrigues, Estado do Maranhão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 199 de 3 de abril de 2006, que outorga permissão à Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lago dos Rodrigues, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Mensagem nº 185, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, permissões às entidades abaixo relacionadas para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 173, de 3 de abril de 2006 – Mendonça e Rios Ltda., no município de Loanda - PR;
- 2 - Portaria nº 174, de 3 de abril de 2006 – Rádio e TV Maíra Ltda., no município de Feijó - AC;
- 3 - Portaria nº 175, de 3 de abril de 2006 – Armação dos Búzios Radiodifusão Ltda., no município de Armação de Búzios - RJ;
- 4 - Portaria nº 176, de 3 de abril de 2006 – Rádio FM Mania Ltda., no município de Volta Redonda - RJ;
- 5 - Portaria nº 181, de 3 de abril de 2006 – Rádio Som Alvorada Ltda., no município de Peixe – TO;

- 6 - Portaria nº 182, de 3 de abril de 2006 - Onik Radiodifusão Ltda., no município de São Miguel do Tocantins - TO;
- 7 - Portaria nº 183, de 3 de abril de 2006 - Plus Radiodifusão Ltda., no município de Coxilha - RS;
- 8 - Portaria nº 184, de 3 de abril de 2006 - Natureza Comunicações Ltda., no município de São José do Rio Preto - SP;
- 9 - Portaria nº 185, de 3 de abril de 2006 - Rádio Cidade Tabira FM Ltda., no município de Tabira - PE;
- 10 - Portaria nº 187, de 3 de abril de 2006 - Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda., no município de Sumaré - SP;
- 11 - Portaria nº 189, de 3 de abril de 2006 - Fator Radiodifusão Ltda., no município de Capivari do Sul - RS;
- 12 - Portaria nº 191, de 3 de abril de 2006 - Rede Elo de Comunicações Ltda., no município de Boa Viagem - CE;
- 13 - Portaria nº 192, de 3 de abril de 2006 - CPR Comunicação Ltda., no município de Massaranduba - SC;
- 14 - Portaria nº 193, de 3 de abril de 2006 - Folha Popular Ltda., no município de Babaçulândia - TO;
- 15 - Portaria nº 194, de 3 de abril de 2006 - Rádio RMS Ltda., no município de Coronel Macedo - SP;
- 16 - Portaria nº 195, de 3 de abril de 2006 - Rádio RMS Ltda., no município de Capão Bonito - SP;
- 17 - Portaria nº 196, de 3 de abril de 2006 - Rádio de Guarani Novidades FM Ltda., no município de Guarani - MG;
- 18 - Portaria nº 198, de 3 de abril de 2006 - Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda., no município de Turilândia - MA;
- 19 - Portaria nº 199, de 3 de abril de 2006 - Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda., no município de Lagoa dos Rodrigues - MA;
- 20 - Portaria nº 200, de 3 de abril de 2006 - Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda., no município de Davinópolis - MA;
- 21 - Portaria nº 204, de 3 de abril de 2006 - Continental Comunicações Ltda., no município de Pontes e Lacerda - MT;
- 22 - Portaria nº 205, de 3 de abril de 2006 - Grupo Frajola de Comunicação Ltda., no município de Capim Grosso - BA;
- 23 - Portaria nº 244, de 24 de abril de 2006 - Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., no município de Guarai - TO;
- 24 - Portaria nº 245, de 24 de abril de 2006 - HP'Comunicação Ltda., no município de Abadia de Goiás - GO; e
- 25 - Portaria nº 254, de 24 de abril de 2006 - Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda., no município de Vargem Grande - MA.

Brasília, 8 de abril de 2008.



MC 00228 EM

Brasília, 24 de abril de 2006.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 119/2001 - SSR/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Lagoa dos Rodrigues, Estado do Maranhão.
2. A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria nº 811, de 29 de dezembro de 1997, e suas alterações, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio e TV Farol da Comunicação Ltda (Processo nº 53720.000334/2002) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim, vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a permissão, na forma da Portaria inclusa.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do artigo 223 da Constituição Federal, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 199 , DE 3 DE ABRIL DE 2006.**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 32 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto n.º 1.720, de 28 de novembro de 1995 e, tendo em vista o que consta do Processo n.º 53720.000334/2002, Concorrência n.º 119/2001 – SSR/MC e do PARECER/CONJUR/MC/JSN/N.º 0647 – 2.29/2006, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à **RÁDIO E TV FAROL DA COMUNICAÇÃO LTDA.**, para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Lagoa dos Rodrigues, Estado do Maranhão.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223, da Constituição Federal.

Art. 3º O contrato decorrente dessa permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**

(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do inciso III do art. 91 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, o Projeto que acaba de ser lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 359, de 2010**, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do cronograma do Projeto de Lei nº 38, de 2010–CN, que “Altera o Anexo I da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2008-2011”.

É o seguinte o ofício

OF. PRES. Nº 359/2010/CMO

Brasília, 4 de novembro de 2010

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Assunto: alteração dos prazos no cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 38/2010-CN (Alteração do PPA-2008/2011).

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 38/2010-CN (Alteração do PPA-2008/2011) em vigor, conforme cronograma anexo, tendo em vista não ter sido possível o cumprimento do cronograma previsto, em virtude da dificuldade de estabelecimento de *quorum* nas duas Casas do Congresso Nacional, no período de campanha eleitoral.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.
– Deputado **Waldemir Moka**, Presidente.

CONGRESSO NACIONAL
 Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

PROJETOS EM TRAMITAÇÃO

ALTERAÇÃO DO PPA 2008-2011

CRONOGRAMA ALTERADO

- 01. *Leitura em Sessão no Senado Federal* 2/08/2010
- 02. *Distribuição de Avulsos*..... até 7/08/2010
- 03. *Realização de Audiências Públicas*..... até 21/08/2010
- 04. *Apresentação do RELATÓRIO PRELIMINAR perante a Comissão*.....até 5/11/2010
- 05. *Apresentação de Emendas ao Relatório Preliminar*..... de 8 a 10/11/2010
- 06. *Votação do Relatório Preliminar com Emendas pela Comissão*..... até 16/11/2010
- 07. *Apresentação de Emendas ao PROJETO DE LEI*..... de 17/11 a 24/11/2010
- 08. *Publicação das Emendas* até 29/11/2010
- 09. *Relatório do Relator*..... até 30/11/2010
- 10. *Discussão e Votação do Relatório e das Emendas*..... até 8/12/2010
- 11. *Encaminhamento do Parecer da Comissão à Mesa do CN*..... até 10/12/2010

(*) Parágrafo 2º, Art. 166 da Constituição Federal

PLN Nº	MSG CN / ORIGEM	EMENTA	RELATOR
038/2010	091/2010 428/2010	Altera o Anexo I da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008-2011.	Deputado COLBERT MARTINS (PMDB/BA)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
 Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo Luiz Eduardo Magalhães (Anexo II) - Ala C - Sala T-08 - 3216-6892/93
 Consultoria de Orçamentos (CD) - 3216-5109
 Consultoria de Orçamentos (SF) - 311-3318 e 311-3319

Avulso da matéria: Seção de Avulsos do Senado Federal – 3303-5709

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 5 de novembro do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Chega à mesa a comunicação de que a Senadora Lúcia Vânia – mas não está presente – usará da palavra por delegação da Liderança do Bloco da Minoria na sessão do dia de hoje.

Atenciosamente, Senador Alvaro Dias.

A Senadora Lúcia Vânia não está presente. Pergunto à Mesa se a Senadora Lúcia Vânia deu alguma informação. Darei a ela a chance de comparecer, lembrando que amanhã é o dia de Rui Barbosa, que nasceu em 5 de novembro de 1849, em Salvador, Bahia, tido como o Dia da Cultura.

Político, jurista, nasceu em Salvador, Bahia, em 5 de novembro 1849. Bacharelou-se em 1870 pela Faculdade de Direito de São Paulo. No início da carreira, na Bahia, engajou-se numa campanha em defesa das eleições diretas e da abolição da escravatura. Foi político relevante na República Velha, ganhando projeção internacional durante a Conferência da Paz em Haia (1907), defendendo com brilho a teoria brasileira da igualdade entre nações.

Eleito deputado provincial e, adiante geral, atuou na elaboração da reforma eleitoral, na reforma do ensino, na emancipação dos escravos, no apoio ao federalismo e na nova Constituição.

Por divergências políticas, seu programa de reformas eleitorais, que elaborou, mal pôde ser iniciado, em 1891. Em 1916, designado pelo Presidente Wenceslau Braz, representou o Brasil no centenário de independência da Argentina, discursando na Faculdade de Direito de Buenos Aires sobre o conceito jurídico de neutralidade. O discurso causaria a ruptura definitiva das relações do Brasil com a Alemanha. Apesar disso, recusaria, três anos depois, o convite para chefiar a delegação brasileira à Conferência da Paz em Versalhes.

Com seu enorme prestígio, Rui Barbosa candidatou-se duas vezes ao cargo de Presidente da República – em 1910, contra Hermes da Fonseca, e em 1919, contra Epitácio Pessoa –, entretanto, foi derrotado em ambas, sendo o período durante a primeira candidatura o marco inicial de sua Campanha Civilista.

Como jornalista, escreveu para diversos jornais, principalmente para *A Imprensa*, *Jornal do Brasil* e o *Diário de Notícias*, jornal o qual presidia.

Sua extensa bibliografia recolhida em mais de 100 volumes reúne artigos, discursos, conferências, questões políticas de toda uma vida. Foi sócio fundador da Academia Brasileira de Letras, sucedeu a Machado

de Assis na presidência da Casa. Sua vasta biblioteca, com mais de 50 mil títulos, pertence à Fundação Casa de Rui Barbosa, localizada em sua própria antiga residência no Rio de Janeiro.

Rui Barbosa faleceu em Petrópolis, no Rio de Janeiro, em 1923.

Ele é o patrono do Senado da República. A esta Casa ele pertenceu por 32 anos e a ele atribui-se o aperfeiçoamento – Dr. Jefferson Praia! – do modelo democrático que tivemos. Ele foi líder, vamos dizer, do império, mas distanciou-se quando foi um dos líderes da libertação dos escravos. E a Lei Áurea foi escrita por ele e sancionada pela princesa, quando o povo jogou flores no Senado da República.

Dando-se a República, ele participou como 1º Ministro da Fazenda. Entre suas medidas de coragem, tomou, Jefferson Praia, as seguintes decisões: inúmeras causas de indenização iriam chegar ao Governo brasileiro daqueles proprietários ricos que tinham escravos e tiveram de libertá-los. Então, ele mandou queimar todos esses processos, acabando com o ônus para que se instalasse a República.

Foi Secretário de Fazenda de Deodoro e Marechal Floriano. E, quando despontava um novo militar para suceder os dois militares, Deodoro e Floriano, ele resolveu largar o Governo. Foi convidado a assumir o Ministério da Fazenda. Na sua coragem cívica, disse: “Não troco a trouxa das minhas convicções por um Ministério”. Saiu e candidatou-se contra o governo, numa campanha civilista, mostrando que deveria haver alternância de poder, que a República não poderia ser só de militares.

O Marechal de Ferro, Floriano Peixoto, muito duro, o perseguiu e ele teve de fugir do País, como Senador da República, passando pouco tempo na Argentina, em Buenos Aires, e, depois, no exílio na Inglaterra.

Eis que termina o mandato de Floriano Peixoto e ele já nem queria mais assumir o Senado, mas, a convite de liderança, reassumiu e voltou à Bahia, onde o povo baiano o reelegera. Ele passou 32 anos como Presidente desta Casa.

Das inúmeras frases dele, nós destacamos e citamos, hoje, algumas muito oportunas. Ele, profeticamente, dizia: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Ele profetizou este Brasil em que vivemos hoje, mas a frase dele que mais acho interessante é a que ensina a todos que a primazia tem de ser dada ao trabalho e ao trabalhador. Ele vem antes, ele é que faz a riqueza.

Quando ele diz que a pátria é a família ampliada, ele ensina a todos nós o valor dessa instituição divina e sagrada que é a família.

Então, comemoramos, amanhã, o aniversário de nascimento de Rui Barbosa, patrono do Senado. É uma oportunidade e, no exercício desta Presidência, convido todo o Brasil a refletir sobre a vida daquele homem, o que mais aperfeiçoou a democracia.

Foi justamente no seu exílio na Inglaterra, quando ele conviveu com a cultura inglesa, que viu a democracia lá se instalar, monárquica, mas bicameral. Lá, há duas Câmaras: uma que se chama Câmara dos Comuns e outra, dos Lordes, que são pessoas de tradição, eméritas, convidadas.

Ele viu o nascimento da democracia americana, que é também bicameral – tem Câmara Federal e Senado –, mas não é monárquica, é um regime presidencialista.

Isso tudo foi o que Rui Barbosa trouxe para cá. Ele continuou seu trabalho como Senador e, sem dúvida nenhuma, assim como o Apóstolo Paulo foi o que mais contribuiu para a força cristã no Brasil, foi Rui Barbosa quem mais contribuiu para a construção da República no Brasil.

Nada mais havendo, convido o povo brasileiro a comemorar o aniversário de Rui Barbosa amanhã, 5 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Sr. Senador Alvaro Dias enviou discurso à Mesa para

ser publicado na forma do disposto no art. 203 combinado com o art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “Serra: ‘Todos seremos Francenildos’”, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em sua edição de 03 de setembro de 2010.

A matéria destaca que Tucano usa programa de TV para denunciar caso de violação de sigilo fiscal que atingiu sua filha e aliados e lembra devassa contra caseiro.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Serra: 'Todos seremos Francenildos'

Tucano usa programa de TV para denunciar caso de violação de sigilo fiscal que atingiu sua filha e aliados e lembra devassa contra caseiro

Ivan Fátima

O candidato do PSDB à Presidência, José Serra, utilizou seu programa no horário eleitoral gratuito de TV de ontem à noite para denunciar os casos de violação de dados fiscais que atingiram sua filha e aliados políticos. No vídeo, Serra mencionou o episódio do caseiro Francenildo Santos Costa e alertou para o perigo de se instalar no País um Estado que não respeita os direitos dos cidadãos.

"Lembra do Francenildo, aquele caseiro de Brasília, que teve seus extratos bancários violados pelo governo? Se continuar assim, todos nós seremos Francenildos à mercê de gente sem escrúpulos, sem limites. Não é isso que os brasileiros merecem", disse Serra no programa.

Um entrevistado na rua apareceu no vídeo e reclama: "As pessoas passam a não ter mais segurança jurídica dos seus dados que são protegidos por lei." Um outro classifica como "total falta de ética".

A campanha televisiva de Serra procurou vincular o episódio de violação de dados fiscais a outras "batarias" ocorridas em épocas de eleição. Lembrou também o caso de Lurian, filha

que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve com Miriam Cordeiro, que foi explorado por Fernando Collor nas eleições de 1989. "Lula e Collor disputam o segundo turno. A poucos dias da eleição, Collor apela e coloca até a filha de Lula na campanha. Uma bataria", disse o locutor na propaganda de Serra.

Logo em seguida, o locutor diz: "Hoje Collor está com Dilma". Surgem então imagens atuais de Collor com o microfone em punho pedindo apoio para a petista Dilma. "Não se esqueça desse nome, Dilma Rousseff presidenta. Número 13 na cabeça no próximo dia 3 de outubro."

O vídeo retorna a comparar os dois casos. "A mesma bataria contra a filha do Lula agora é usada contra filha do Serra, para prejudicá-lo", afirma o locutor.

Outro escândalo mencionado na propaganda tucana foi o episódio dos "alopradados", o grupo de petistas que tentou comprar um falso dossiê contra Serra na campanha de 2006, quando o tucano disputava o governo do Estado contra o petista Alcides Mercadante.

Projeto. O vídeo termina com Serra dizendo que sempre quis ser presidente do Brasil, preparou-se a vida inteira para o cargo, mas jamais "acertaria ser presidente a qualquer preço". "Isso não é política, isso é sujeira", conclui.

O candidato dedicou boa parte de seu programa na TV para defender a filha, Verônica, vítima de violação de sigilo fiscal.

"Minha filha é mãe de três crianças pequenas, uma mulher honrada, que trabalha muito para manter a família. Ela nunca se meteu em política, nunca teve negócios com o governo", afirma no programa.

Serra ainda salientou o fato de ele e sua família terem residido a duas ditaduras. "Eu, minha mulher e meus filhos sofremos com duas ditaduras. No Brasil e no Chile", e continua "chegaram a apontar armas para a cabeça das crianças. Mas nós sobrevivemos para ajudar a instalar a democracia no Brasil."

Deputado articula criação de CPI para investigar violação

O deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) começou a articular, ontem, a criação de comissão parlamentar de inquérito para investigar a violação de dados fiscais de quatro tucanos e de Verônica Serra, filha do presidente José Serra (PSDB).

A CPI da Receita seria, na avaliação do deputado, a forma mais rápida de chegar aos mandantes

da quebra de sigilo. "Não existe instrumento mais sigil", defendeu Sampaio, que é vice-líder do PSDB na Câmara.

O deputado desafiou a presidente Dilma Rousseff a endossar a CPI, uma vez que a petista defendeu a rápida apuração do caso. "Se a vontade existe, que seu partido subscreva a CPI para apurarmos tudo o que está acontecendo na Receita", disse o tucano.

Para o senador Álvaro Dias (PR), o caso justifica uma CPI, mas "será difícil conseguir as assinaturas". / CAROL PERES

Na TV. 'Eu estou indignado com isso', afirma o candidato do PSDB

Para tucano, Receita faz operação 'abafa-abafa'

Jéffia Dantliff

O candidato do PSDB à Presidência, José Serra, afirmou ontem que há impressões "digitais e visuais" que relacionam a quebra de sigilo fiscal de sua filha Verônica e de pessoas ligadas ao partido à campanha da rival Dilma Rousseff (PT). O tucano acusou ainda a Receita Federal de promover uma operação que chamou de "abafa-abafa". "A estratégia da Receita é postergar. Tem sido assim desde o começo", disse, após encontro com o presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, em São Paulo.

O presidente também reagiu à declaração do presidente Lula, que disse confiar na atuação do órgão. "A Receita está sendo prejudicada pela ação de arapongas do PT que procuraram

instrumentalizar órgãos do governo com vistas a suas propostas político-eleitorais", rebateu.

Indagado sobre as razões que o levam a acreditar que Dilma estaria envolvida no episódio, uma vez que o governo alega ser um caso sem vinculação política, Serra afirmou: "Ela é a responsável, porque é a responsável pela campanha. O esquema de espionagem foi feito com gente nomeada, reunidas pessoas contratadas e tudo mais. Além do mais, isso é tradicional dentro do PT."

O tucano anunciou que serão tomadas também medidas criminais, além das representações protocoladas no Tribunal Superior Eleitoral. Não quis, no entanto, detalhar. "Isso não é um assunto que queira tratar agora."

Desde que a quebra do sigilo fiscal de sua filha veio à tona, na terça-feira, Serra passou a adotar um tom mais crítico em relação aos adversários. Já havia um entendimento no comando da campanha de que ele deveria adotar atitude mais dura com o governo e com o PT.

Ontem, manteve o tom e disse que o PT e o governo estão "blindando" Dilma. "Além, não só nesse episódio. Esta campanha está se caracterizando pelo ocultamento da candidata", atacou. "Na verdade, é uma pessoa desconhecida." Atacou diretamente Dilma ao dizer que ela não tem "histórico de vida pública adequado para responsabilidade de uma candidatura desse tipo".

Fare. Serra acusou o governo de confundir política externa com política partidária e condenou a convivência em relação às Forças Armadas Revolucionárias (Farc), da Colômbia. "O Brasil deveria explicitar que se trata de força terrorista e ligada ao narcotráfico." Ele criticou especificamente o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia. / COLUNDRINA ANNE WARTZ

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está encerrada a sessão do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 23 minutos.

RETIFICAÇÃO

ATA DA 166ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2010 (Publicada no Diário do Senado Federal nº 169, de 19 de outubro de 2010)

Republique-se, por omissão gráfica de montagem, a página 7 do original que consta no processado do Aviso nº 1.773-Seses-TCU, de 6 de outubro de 2010:

‘9.12.3 prever BDI diferenciado para os equipamentos complementares do cais, de que tratam os subitens 9.1.5, 9.5.8.2 e 9.5.3.3 do Acórdão 1.372/2007-P, de forma a adotar, exclusivamente para esses equipamentos, percentuais aceitáveis e compatíveis com o empreendimento, observando-se os parâmetros usualmente admitidos pela jurisprudência do TCU, a qual indica a aceitação de percentual máximo de 10% para a simples aquisição/intermediação perante terceiros, cabendo à própria Emap verificar, junto à empresa Serveng-Civilsan, a necessidade de restrição desse percentual a apenas itens fornecidos por terceiros, caso se constate que os serviços inerentes a montagem ou instalação, indicados na composição do custo unitário, estejam a cargo da própria empresa, conforme ressaltado pelo relator.’ (Grifos nossos).

Dessa análise preliminar, podemos extrair o primeiro conceito base que deve valer como premissa para o tema que se visa a analisar, vale dizer, não se trata de mera ou simples intermediação de materiais ou equipamentos, mas, antes, deve-se analisar a questão à luz das peculiaridades próprias dos contratos de EPC. Ademais, é indispensável destacar que o Contrato de EPC é um contrato típico de performance e, conseqüentemente, o risco é a responsabilidade inerentes ao contrato recaem sobre a contratada.

Logo, em relação aos equipamentos fica fácil visualizar que a responsabilidade integral pela sua performance quanto à responsabilidade civil em virtude de eventuais danos que o seu funcionamento pode resultar é de inteira responsabilidade da contratada.

Nesta ordem preliminar de ideias o que deve ficar assentado é a necessidade da adoção de um percentual diferenciado para o BDI de fornecimento da Petrobras, pois o suprimento de um contrato de EPC para grandes obras e empreendimentos possui natureza própria, completamente distinta da simples aquisição de materiais ou equipamentos. (grifo no original)

Nesta perspectiva, dentro da análise preliminar fica demonstrado de forma clara que o BDI tabelado constante na jurisprudência do TCU não deve ser aplicado no caso concreto sem os devidos ajustes e correções. (grifo no original).

Nesta perspectiva, o próprio Acórdão 325/2007 – Plenário mencionado no relatório afirma que ele é uma referência e, portanto, não deve ser aplicado indistintamente a todos os contratos analisados pelo Tribunal, sobretudo tendo em vista que este Acórdão tem como objeto estudo de faixas aceitáveis dos elementos do BDI relacionado a linhas de transmissão do setor elétrico.

Senão, vejamos:

‘Neste trabalho, procurou-se abordar este tema à luz dos princípios e dispositivos legais que regem as licitações e contratos administrativos, considerando a necessidade do gestor em estimar e controlar adequadamente os preços das obras e serviços a serem contratados. Mais especificamente, o objeto deste trabalho está relacionado a contratos de obras de linha de transmissão e subestações. Para isso, foram estudados casos reais relativos às empresas estatais do setor elétrico.’

Nesta ordem de convicções, devemos ressaltar que o próprio Acórdão 325/2007 – Plenário não deixou dúvidas sobre o seu caráter referencial, conforme a literalidade do texto transcrito abaixo:

‘Em sequência, houve a preocupação de identificar uma faixa de variabilidade para os valores dos componentes do LDI, com a indicação, se possível, de níveis de aceitabilidade. Apesar disso, julgou-se não ser possível definir critérios de aceitabilidade, assim entendidos como limites rígidos para o LDI e seus diversos componentes, mas somente parâmetros de referência, a partir das faixas de variação observadas nos casos estudados e de ajustes efetuados pela equipe.

RETIFICAÇÃO**ATA DA 166ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2010**
(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 169**, de 19 de outubro de 2010)

Republique-se, por omissão gráfica, o sequencial da tabela publicada referente a Mensagem nº 142, de 2010-CN, após a página 47471, crédito em favor dos Ministérios do Trabalho e Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

08 243	0073 2383 0052	ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DA PARAIBA	S	3	2	40	0	151	44.700
		SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DE GOIAS	S	3	2	40	0	151	2.700
08 243	0073 2383 0054	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL A CRIANCAS E ADOLESCENTES VITIMAS DE VIOLENCIA, ABUSO E EXPLORACAO SEXUAL E SUAS FAMILIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL	S	3	2	40	0	151	2.700
			S	3	2	40	0	151	17.600
			S	3	2	40	0	151	17.600

0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - PRO-SINASE 1.605.044

		ATIVIDADES							
08 243	0152 8524	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS							1.605.044
08 243	0152 8524 0013	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	2	40	0	151	50.000
08 243	0152 8524 0015	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DO PARA	S	3	2	40	0	151	180.000
08 243	0152 8524 0021	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DO MARANHAO	S	3	2	40	0	151	180.000
08 243	0152 8524 0026	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	S	3	2	40	0	151	160.000
08 243	0152 8524 0027	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DE ALAGOAS	S	3	2	40	0	151	287.176
08 243	0152 8524 0028	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	151	287.176
08 243	0152 8524 0029	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	151	119.895
08 243	0152 8524 0035	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	151	20.000
08 243	0152 8524 0038	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DE SERGIPE	S	3	2	40	0	151	50.000
08 243	0152 8524 0039	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	151	20.000
08 243	0152 8524 0043	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DE SAO PAULO	S	3	2	40	0	151	577.973
08 243	0152 8524 0043	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	S	3	2	40	0	151	577.973
08 243	0152 8524 0051	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL AOS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	S	3	2	40	0	151	70.000
			S	3	2	40	0	151	90.000

1384 PROTECAO SOCIAL BASICA 350.000

		ATIVIDADES							
08 244	1384 2B30	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA							350.000
08 244	1384 2B30 0029	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DA BAHIA	S	3	2	40	0	151	200.000
08 244	1384 2B30 0042	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL BASICA - NO ESTADO DE SANTA CATARINA	S	4	2	40	0	151	200.000

1385 PROTECAO SOCIAL ESPECIAL 2.120.500

		ATIVIDADES							
08 244	1385 2A65	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS							920.500
08 244	1385 2A65 0011	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DE RONDONIA	S	3	2	40	0	151	200.000
08 244	1385 2A65 0013	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	S	3	2	40	0	151	200.000
08 244	1385 2A65 0014	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DE RORAIMA	S	3	2	40	0	151	37.900
08 244	1385 2A65 0016	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DO AMAPA	S	3	2	40	0	151	80.000
08 244	1385 2A65 0024	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS E FAMILIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	S	3	2	40	0	151	120.000
08 244	1385 2A65 0027	SERVICOS DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL A INDIVIDUOS	S	3	2	40	0	151	500

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

4-11-2010
quinta-feira

15h15 – Embaixador Marcos Raposo Lopes, indicado para a Embaixada do Brasil no México

Sala de Audiências

15h30 – Cerimônia de doação de busto de Alexandre Gusmão pelo Embaixador Jerônimo Moscardo, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão

Sala de Audiências

16h – Ordem do Dia

Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
- vago*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-PSDB - Níura Demarchi** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo prorrogado: 02/09/2010

Prazo final prorrogado: 01/11/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,19)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(25,35)
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23,34,36)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

- De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
- Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
- Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
- Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
- Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
- Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
- O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
- Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
- Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
- Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
- Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
- Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
- Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
- Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
- Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
- Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
- Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
- Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
- Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
- Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
- A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
- Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
- A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
32. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
34. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
35. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
36. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- ** . Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.
- *****. Prorrogado até 01.11.2010 através do Requerimento nº 746, de 2010, lido em 04.08.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ^(1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽⁷⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. José Nery (PSOL-PA) ^(2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽⁸⁾
VAGO ⁽⁸⁾	
PTB	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
6. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
9. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
10. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
 - *. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
 - ** . Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
 - ***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.
 - ****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁷⁾	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro
signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. VAGO ⁽⁴⁾
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 330311176

E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
 6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
 7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

PTB

VAGO ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
 5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que reforma o Código de Processo Penal.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: VAGO ⁽⁸⁾

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

VAGO ⁽⁷⁾

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³
REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antio시오@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: VAGO ⁽⁴⁾

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
 4. Em 26.10.2010, vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma.
 5. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.
- *. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO
Telefone(s): 33033511
E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,104)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,105)	4. Ideli Salvatti (PT) ^(36,106,114,121,122)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,95)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,110)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,97,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117,119)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,108,116)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(43,102,103,118,120)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Níura Demarchi (PSDB) ^(52,107,111,113)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Bezerra (DEM) ^(5,45,109,115)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
105. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG)
106. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
112. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
114. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
115. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
116. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 110/2010)
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
122. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 070/10-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32,107,113,120,121)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,94,101)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,111,115)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,102,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,93,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Níura Demarchi (PSDB) (46,108,112,114)	4. José Bezerra (DEM) (4,40,109,116)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66,100,105,106,122)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
94. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 069/10-GLDBAG).
122. Em 22.10.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 072/10-GLPSDB).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
VAGO ^(8,18)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. n° 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB n° 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) ^(11,17,19)	2. VAGO ^(2,9,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(5,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(6,14,15)	1. VAGO ^(3,21)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. João Durval (PDT) ⁽¹²⁾

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
- Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
- Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
- Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
- Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
- Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
- Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
- O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) ^(5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Shessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,31)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,30,116)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (35)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,32,73)
Ideli Salvatti (PT) (38,111,113,120,121)	5. César Borges (PR) (37,40)
Tião Viana (PT) (34,40,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,36,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (58,67)	1. Romero Jucá (PMDB) (54,68)
Almeida Lima (PMDB) (62,67)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,69,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (57,67,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (61,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (60,67)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,66,76,101,105)
Valter Pereira (PMDB) (2,67)	5. Valdir Raupp (PMDB) (41,59,65)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,63,103,104)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,67,115,119)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (47)	1. Efraim Morais (DEM) (45)
Demóstenes Torres (DEM) (43)	2. Adelmir Santana (DEM) (46)
Jayme Campos (DEM) (50,82,85,97,98)	3. Níura Demarchi (PSDB) (52,110,117,118)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Bezerra (DEM) (4,49,112,114)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (51)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,44)
Alvaro Dias (PSDB) (24,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,70,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (25,71)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (27,72,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
VAGO (48,122)	1. Gim Argello (42,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
36. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofzio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
43. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
45. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
46. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
47. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
48. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
50. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
51. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
73. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Shlessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of.13/10-GLDBAG).
101. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
102. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
104. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 52/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello(OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
121. Em 20.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 066/2010-GLDBAG).
122. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
VAGO (4)	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

4. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (92,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,81,89,91,94)	1. VAGO (1,36,110)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (31,126)	2. Gim Argello (PTB) (37,96,101)
Fátima Cleide (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,34)
Paulo Paim (PT) (31,47,66)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (30,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (38,76,78,80,96,115,121,132,133)	6. João Ribeiro (PR) (30,71)
VAGO (35,85,86,87,98,100,107)	7. Marina Silva (PV) (30,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (56)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
VAGO (64,109,127,131)	4. Neuto De Conto (PMDB) (58,125,129)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (62)
VAGO (5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,63,119)
VAGO (53,65)	7. VAGO (59,108)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Níura Demarchi (PSDB) (4,50,116,118,120)	1. Gilberto Goellner (DEM) (48,113,114,128,130)
Marco Maciel (DEM) (40)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) (46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (42)	4. Efraim Morais (DEM) (52)
João Faustino (PSDB) (13,49,117,122,123,124)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) (45)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. Cícero Lucena (PSDB) (29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (22,93)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (24)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,51)	1. João Vicente Claudino (51)
VAGO (51,134)	2. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
101. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
108. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
109. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
110. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
115. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
119. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
120. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
121. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (OF.GLPMDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
130. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
131. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
133. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 067/10-GLDBAG).
134. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (7,16,23,25)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) (16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,20)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (15)	3. VAGO (14)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,13)
Marco Maciel (DEM) (10)	2. VAGO (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,11)
PDT	
Cristovam Buarque (7,12)	1. VAGO (12)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
 2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
 5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
 6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
 7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (22)	1. Fátima Cleide (PT) (21)
Marina Silva (PV) (7,22,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (20)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (26)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Hélio Costa (PMDB) (38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,28)
Eliseu Resende (DEM) (35)	4. Jayme Campos (DEM) (9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(4,12,16)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(10,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ^(13,14,17)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
 17. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- * Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- ** Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: VAGO ^(2,11,13)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- ** . Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

- Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).
 - Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.
- ** . Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,77)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (2,25,78,81)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. João Faustino (PSDB) (16,47,60,62,79)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
77. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
78. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
Paulo Paim (PT) (47,94,99)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (22,41,50,72,106)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Hélio Costa (PMDB) (2,95,96)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) (4,100,103)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. João Faustino (PSDB) (23,27,56,101,102,104,105)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. VAGO (53,78,79,80,107)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
103. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 105/2010).
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
107. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (11)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ^(2,7)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
7. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18,90,92,98,99)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.
99. Em 22.10.2010, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 065/10-GLDBAG).

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58,67,72)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (26)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,28)
Serys Shlessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,48,55,57,68,70)	1. VAGO (43,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,46)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (44)	4. Gerson Camata (PMDB) (42,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (33,65,66)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,71)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (21)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,18,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (19,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
71. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(22,71)
VAGO ^(23,62,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,19)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(21,32,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(20,60,61,63,64)
César Borges (PR) ^(18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(2,11,35,44,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(36,45)
Neuto De Conto (PMDB) ^(37,40,86,89)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(38,47)
Gerson Camata (PMDB) ^(43,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(39,42)
Valter Pereira (PMDB) ^(34,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) ^(41,48,82,84)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) ^(26,77,79,88,90)	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,33)
José Bezerra (DEM) ^(27,80,85)	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁸⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,24)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) ^(25,81)
João Faustino (PSDB) ^(13,53,56,65,66,83)	5. Mário Couto (PSDB) ^(16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(14,55)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
VAGO ^(9,29,91)	1. Sérgio Zambiasi ^(29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).

44. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
47. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Shlessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (OF. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
82. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).
84. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 111/2010).
85. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
89. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
90. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
91. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ^(13,14)	2. VAGO ^(6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. n° 221/2009-GSEJUN).
6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/n° lido na sessão de 23.09.2009.
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. n° 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. n° 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento n° 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. N° 037/10-GLDEM).
12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos n°s 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
14. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1° 10.2010 (OF. INT. GSNC n° 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. VAGO (2)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) (63,78)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,69)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,65,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (38,64,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (37,46)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,74,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,70,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Bezerra (DEM) (6,12,24,75,77)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
65. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)
70. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
75. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
VAGO (1,2)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009
2. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO ⁽³⁾		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
VAGO ⁽¹⁵⁾		2. Ideli Salvatti (PT-SC) ^(16,19)	
VAGO ⁽¹⁾		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁸⁾		4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)	
Maioria (PMDB, PP)			
VAGO ⁽¹⁴⁾		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾	
VAGO ⁽¹⁷⁾		4. VAGO ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)			
VAGO ⁽⁹⁾		1. VAGO ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹²⁾		2. VAGO ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽¹¹⁾		3. VAGO ⁽⁸⁾	
VAGO ⁽⁷⁾		4. VAGO ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁷⁾		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO (/) ⁽²⁰⁾			

Atualização: 26/10/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJIRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
15. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.
20. Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma, ocorrido em 26.10.2010.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephem Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquzezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁷
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
Vago ¹⁸	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM) ^{6 16}
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 05.08.2010)

1 Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

2 Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

3 Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

4 Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

5 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

6 O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

7 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

8 Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

9 Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

10 Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGMP, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/Nº 12, de 28.01.2009.

11 Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

12 Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data

13 O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

14 Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

15 Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

16 O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

17 O Senador Neuto De Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, a partir de 5-8-2010.

18 Vago em virtude do falecimento do Senador Romeu Tuma em 26-10-2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 250 páginas

OS: 2010/15074